J. P. LEITE CORDEIRO

Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguêsa da História, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do PEN Club do Brasil.

COLETÂNEA

SÃO PAULO
1954



BIBLIOGRAFIA HISTÓRICA DO AUTOR

"O Visconde do Rio Branco". 1931 (Discurso).
"Curso de Oratória" 1944 (Discurso).
"Saudação ao Sr. Alcindo Sodré". 1945 (Discurso).
"Síntese da Evolução Histórica do Brasil". 1944 (Discurso).
"A Princesa Isabel". 1946 (Discurso)
"Francisco Álvares Machado de Vasconcelos". 1946 (Discurso).
"A Bandeira Paulista". 1946 (Discurso)
"Coronel João Manuel e Coronel Abílio Manuel". 1947 (Discurso).
"O Poeta João da Cruz e Sousa". 1948 (Discurso).
"Tricentenário da Primeira Batalha dos Guararapes e da Restauração de Angola". 1948 (Discurso).
"Antônio de Toledo Piza". 1948 (Discurso).
"Francisco de Paula Rodrigues Alves". 1948 (Discurso).
"O Centenário de Domingos Jaguaribe". 1948 (Discurso).
"A Hora dos Municípios". 1948 (Discurso).
"Necrológio dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, falecidos em 1948" (Discurso). 1948.
"Ezequiel Freire". 1949 (Discurso).
"Saudação aos historiadores portuguêses". 1949 (Discurso).
"Saudação ao I. B. G.E." 1949 (Discurso).
"Necrológio dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, falecidos em 1949". (Discurso). 1949.
"Dia do Reservista". 1949 (Discurso).
"José Carlos Tôrres de Oliveira". 1950 (Discurso).
"Necrológio dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, falecidos em 1950" (Discurso). 1950.
"Recepção de Sua Eminência Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". 1950. (Discurso).
"Ernesto Guilherme Young". 1950 (Discurso).
"Necrológio dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, falecidos em 1951". (Discurso). 1951.
"Necrológio dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, falecidos em 1953". (Discurso). 1953.
"José Vieira Fazenda". 1947 — (Conferência).
"Alfredo Moreira Pinto". 1947 — (Conferência).
"Brasílio Machado". 1948 — (Conferência).
"A Fundação de São Paulo". 1948 — (Conferência).
"A Independência do Brasil". 1948 — (Conferência).
"Padre Manuel da Nóbrega". 1949 — (Conferência).
"Rui Barbosa, o conferencista". 1949 — (Conferência).

"Rui Barbosa, o orador". 1949 — (Conferência).
"No Centenário de Ezequiel Freire". 1950 — (Conferência).
"Aspectos Gerais das Pesquisas Genealógicas na Inglaterra". 1952 (Conferência).
"Contribuição de Lisboa às comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo". 1953. (Conferência).
"Aspectos do estudo da História em alguns países europeus". 1953. (Conferência).
"Rui Barbosa e a História", 1953 (Conferência).
"O Castelhano e seus ilustres Descendentes em Piratininga". 1943 e 1946.
"O Bandeirante Domingos Cordeiro". 1943 e 1946.
"O Tenente-General Gaspar de Godói Colaço". 1944 e 1946.
"Outro Inédito de Frei Gaspar da Madre de Deus". 1944.
"Documentos para a História de São Paulo, copiados em Portugal pelo Sr. Alfredo Mendes de Gouveia". 1944. — 1.a série.
"O Engenho de São Jorge dos Erasmos". 1945.
"Eçaiana. Cronologia das Obras de Eça de Queirós". 1945.
"A Criação da Diocese de São Paulo". 1945.
"A Vida e as Realizações do 1.º Bispo de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira". 1945.
"Documentos para a História de São Paulo copiados em Portugal pelo Sr. Alfredo Mendes de Gouveia". 1946 — 2.a Série.
"Documentos quinhentistas espanhóis referentes à Capitania de São Vicente". 1946.
"Documentos referentes à História da Capitania de São Vicente, copiados no Arquivo de Indias, de Sevilha, Espanha, por Don Santiago Montero Diaz". 1946.
"O Tronco Oliveira - Cordeiro no Planalto de Piratininga". 1946.
"Papel Desempenhado Durante a Revolução de 1894, pelo Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado de São Paulo". 1946.
"Prefácio às Obras Completas de Gil do Val (Cícero Cordeiro)". 1948.
"Dois Centenários em 1947" — 1948.
"São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil" — 1949.
"Documentação Numismática". 1950.
"Brás Cubas e a Capitania de São Vicente" — 1951.
"Frases Esparsas" — 1.a série. 1952.
"Dois documentos sôbre Martim de Sá e Salvador Correia de Sá e Benevides". 1952.
"Justificação de nobreza de Luís Rodrigues Pacheco de Godói e Alvarenga de Morais". 1952.
"Documentos sôbre a História de São Paulo, copiados em Portugal pelo Sr. Alfredo Mendes de Gouveia". 1952 — 3.a Série.
"Dois Certificados referentes a Manuel Pais Cordeiro, Cirurgião-Mor de Santos no século XVIII". 1953.

BIBLIOGRAFIA MÉDICA DO AUTOR

"Anemias" — 1935.
"As Complicações Pulmonares após as Intervenções sôbre o Estômago" — 1937.
"Evolução Sexual no Homem" — 1942.
"Esterilidade Masculina" — 1942.
"Tratamento da Esterilidade Masculina" — 1943.
"Psico-fisiologia do ato sexual" — 1943.
"Fisiologia do Aparelho Genital Masculino" — 1944.
"Priapismo maligno secundário" — 1944.
"Impotência Sexual Masculina" — 1945.
"Espermatorréia e Poluções" — 1945.
"Vesiculites e Perturbações Sexuais" — 1946.
"A Terapêutica da Sífilis desde o Mercúrio até a Penicilina" — 1948.
"Antibióticos em Venereologia" — 1951.
"Alguns documentos sôbre médicos e medicina do Brasil seiscentista" — 1953.
"Chronic inflammation of the seminal vesicles and its repercussions in the sexual sphere" — 1953.

À Bellah e ao Linnêozinho, cujas vidas inspiram a história de minha vida.

NOTA EXPLICATIVA

Reunimos, neste volume, além de alguns discursos e conferências, várias pesquisas e estudos históricos realizados no decorrer de quase uma década. Dizem respeito à História de São Paulo, à História da América e à Filosofia da História. Alguns já estampados em órgãos de divulgação, outros ainda inéditos, a sua publicação, em volume, tem por objetivo patentearmos, mais uma vez, a nossa fé na função altamente educativa e filosófica desempenhada pela História junto à Humanidade.

As Invocações nos Testamentos Paulistas nos Séculos XVI e XVII

A leitura dos inventários e testamentos paulistas dos séculos XVI e XVII sugere-nos profundas meditações. A sua valiosa contribuição no levantamento do nosso passado outros já louvaram encarecidamente e com tôda a justiça, pois, constituem êles, na realidade, um admirável repositório da vida e dos costumes dos paulistas de antanho.

Do estudo daquele precioso acervo do nosso passado, Alcântara Machado elaborou a esplêndida obra "Vida e Morte do Bandeirante", e Belmonte o interessante livro "No Tempo dos Bandeirantes". No documentário constituído pelos trinta e quatro volumes de "Inventários e Testamentos", os estudiosos da História de São Paulo têm encontrado preciosas informações esclarecedoras de fatos que até então permaneciam obscuros. Afonso d'E. Taunay e Alfredo Elis Junior determinaram inúmeras bandeiras, com seus componentes e precisaram, muitas vêzes, o local por elas atingido. Os costumes, as atividades no glorioso vilarejo, os utensílios domésticos, o vestuário, as atividades comerciais, os dotes das noivas piratininganas, a faceta sentimental, enfim inúmeras particularidades da vida planaltina nos dois primeiros séculos, acham-se registrados bem ao vivo nos inventários e testamentos daquela época. Nêles vêm indicados os conhecimentos de dívidas, as cartas de datas de terra, as escrituras de imóveis, os livros de róis onde eram anotadas as transações comerciais, e também os cuidados com os filhos e as famílias daqueles que julgavam próxima a última hora. Martim Rodrigues, por exemplo, encarregou o genro, Clemente Álvares, de doutrinar-lhe os filhos e mandar-lhes ensinar a ler e a escrever. Isto, porém, não era suficiente. Clemente deveria ainda esforçar-se para que "Os ensine ao seu ofício, de sua mão os porá e mandará ensinar a alguns outros Ofícios que lhe parecer bem".

Na leitura dos testamentos, logo à primeira vista, chamam-nos a atenção, a constância das invocações e a sua variedade. Temerosos ante a morte que se aproximava através dos sintomas de uma doença, incertos daquilo que o destino lhes reservava em viagem a ser iniciada rumo ao sertão, os antigos paulistas ditavam as últimas vontades e deixavam registradas as derradeiras disposições, invocando sempre a proteção dos santos de que eram devotos e assinando verdadeiros autos de fé. Águeda de Abreu testou "Em nome da Santíssima Trindade Pai Filho e Espírito Santo três pessoas e um só Deus Verda-

deiro a quem eu firmemente .... e adoro esperando viver e morrer na sua santa fé católica amém''.

Não varia muito a parte inicial dos testamentos. Por vêzes encimam-nos expressões piedosas: "Jesus Maria", "Em nome de Deus, amém'', "Jesus Maria José'', ou sòmente a palavra "Jesus" seguida na linha imediata da frase "Em nome de Deus Amém''. Mais rara é a invocação "Louvado seja o Santíssimo Sacramento", encontrada por nós apenas uma vez nos dez primeiros volumes da publicação.

Alguns testadores entravam diretamente no assunto: — "Saibam quantos esta cédula de testamento virem e ouvirem saúdem em Jesus Cristo Nosso Senhor que de todos é verdadeira salvação''. Manuel Dias, "No pôrto do rio Anhembi'' e antes de partir rumo ao sertão dos índios Bilreiros em companhia de Martim Tenório, fez seu testamento cujas palavras iniciais são: "Primeiramente encomendò minha alma a Deus Nosso Senhor que a criou e remiu com seu precioso sangue e rogo a Nossa Senhora do Rosário que rogue a seu Bento Filho que quando a minha alma sair dêste corpo, a receba e a leve a sua santa glória amém''.

Temerosos ante o desconhecido, "Não sabendo o que Nosso Senhor de mim faria'', invocavam os testadores os santos de sua devoção e ditavam as últimas vontades sempre em nome de Deus, da Santíssima Trindade ou da Virgem Maria. Encomendavam a alma a Nosso Senhor Jesus Cristo para que o filho de Deus, que os remira "Com seu precioso sangue'', lhes perdoasse os pecados "Desta vida''. Pedro Leme, "Não sabendo o que o Senhor tem ordenado fazer de mim", recomendava a alma "A Nosso Senhor e Redentor Jesus Cristo e a sua Bendita Madre Nossa Senhora Santa Maria e a todos os santos e santas da Côrte do Céu para que se lembrem dela na hora de minha morte e sejam comigo em tôdas as minhas coisas.'' Juzarte Lopes dizia: "Em nome de Deus Padre e do Filho e do Espírito Santo em quem creio como cristão filho obediente da Santa Igreja Apostólica Romana''. Antônio Silva reconhecia a fraqueza humana, ao afirmar: "Sendo Deus servido levar-me para Si porque somos alfim de fraco metal ao que foi necessário fazê-lo meu testamento''.

Antónia de Chaves, em 1595, também recomendava a alma a "Deus Nosso Senhor que a criou de nada e a remiu com seu sangue precioso e a Virgem Nossa Senhora para que ela com todos os santos e santas da côrte celestial roguem a Deus por mim para que quando minha alma dêste mundo fôr haja misericórdia dela''. João do Prado apelava para São Pedro, São Paulo e São João Batista — aliás é preciso que se diga ter esta santa tríade arcado com grande dose de responsabilidade diante dos pedidos feitos pelos testadores quinhentistas e seiscentistas de São Paulo, que a ela frequentemente recorriam. Outros santos bastante invocados eram São Miguel, Santa Teresa, Nossa Senhora da Conceição, São Martinho, Santo Alberto, Santa Madalena, São Valentim, São Francisco Xavier, São Bernardo, São José, São Raimundo, São Gonçalo Amarante, o Seráfico São Francisco, São Brás e Santa Catarina. Houve também quem não se esquecesse das onze mil virgens.

Miguel Sanches confiava mais no Supremo Criador tanto assim que implorou: "Temendo o dia e a hora de minha morte que não sei quando será por ser incerta encomendo a minha alma a Deus que a formou e fez do nada à sua imagem e semelhança". Gaspar Fernandes foi dos mais contritos, ao solicitar aos seus intercessores celestes "Ante o poder eterno de meu Senhor Jesus Cristo para que me perdoe minhas culpas e pecados e me dê aquela glória que para sempre dura''.

Santo Antônio, São Gonçalo, Nossa Senhora da Luz e Santa Luzia, aparecem poucas vêzes até meados do século XVII. Século a dentro, Maria de Lara não se esqueceu de N. S. dos Remédios e de N. S. da Vitória, de São Lázaro, Santa Úrsula, e Santo Elias bem como das "Três missas da Rainha D. Catarina assim como estão declaradas no livro de bem morrer"... "As quarenta e sete de São Gregório e as cinco de Santo Agostinho na conformidade que o livrinho o especifica e mais .... as trinta e três missas de Santo Amador". Ao todo, eram quatrocentas e oitenta e sete missas além de outras dezesseis pelos índios que haviam morrido em seu serviço.

Os piratininganos partiam para o interior do Brasil levando consigo as cadeias e colares onde eram presos os índios que traziam para a vila planaltina. Escravizavam o gentio mas não se esqueciam de ajudá-los na salvação das almas, e, ao consignar as últimas vontades, por vêzes, determinavam "Que as peças que me vieram do sertão peço a minha mulher as ensine e doutrine".

A encomendação de Maria Nunes é das mais completas: "Primeiramente encomendo minha alma à Santíssima Trindade que a criou e rogo ao Padre Eterno que pela morte e paixão de seu Unigênito Filho queira receber minha alma como recebeu a sua estando para morrer na árvore da Vera Cruz e a meu Senhor Jesus Cristo peço por suas divinas chagas tenha misericórdia de minha alma e peço à Virgem Nossa Senhora Mãe Sua e a todos os santos da côrte do céu particularmente ao anjo de minha alma digo guarda e à Santa de meu nome queiram por mim interceder a meu Senhor Jesus Cristo agora e quando minha alma dêste corpo sair porque como verdadeiro cristão protesto viver e morrer em sua santa fé católica".

Não deixou Nossa Senhora de ser solicitada para interceder junto "Ao seu precioso Filho" em favor dos pecadores de São Paulo de Piratininga. Outros pediam "Missa cantada com ofício de nove lições''. Uns, mais generosos, não se esqueciam das missas em

intenção "Dos fiéis de Deus". Martim Rodrigues foi mais longe em sua gratidão. Mandou rezar "Três missas a todos os benfeitores" enquanto Beatriz Camacho ordenou "Uma missa pelas almas do fogo do Purgatório". Lourenço Gomes Ruxaque desejava "Dentro de um ano todos os sábados uma missa". Antónia Gonçalves não esqueceu o marido e os pais, dispondo seis missas para o primeiro, três para os segundos e três pelas almas de todos os defuntos. Muito piedosa, era seu desejo que todos os religiosos presentes na terra lhe acompanhassem o corpo à sepultura, e, para isso, cada um receberia dois reais, mas o corpo só seria levado ao sepulcro vinte e quatro horas após a morte. Guiomar Rodrigues solicitou ao filho Rui Gomes que lhe pagasse "Uma romaria ao glorioso Santo Amaro indo à sua casa" e a outro filho que cumprisse por ela uma novena a Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Outra testadora, nas recomendações à família, determinou ao genro "Que se haja bem com seu sogro como filho".

Os inventários comumente revelam o reconhecimento por serviços prestados aos testadores ou testadoras. Rafael de Oliveira, o velho, deixou "Fôrro e livre para que possa ir para onde quiser" um índio temiminó, chamado Mateus, por boas obras e serviços "Que lhe fizera". Além disso mandou celebrar vinte missas pelas almas dos negros e negras que haviam falecido em sua casa.

Antónia Rodrigues Miranda admirava de tal modo as obras da Misericórdia que em honra, tanto das sete corporais quanto das sete espirituais, ordenou quatorze missas. O bem da alma era preocupação constante daqueles valentes sertanistas. Francisco Ribeiro não teve confiança em si nem em sua mulher à qual ordenou que procurasse um padre da Companhia para que a aconselhasse "Nas coisas melhores a fazer para sua alma".

Os pedidos de missa eram quase constantes nos testamentos e divididos entre os santos da preferência do testador que, em regra, não deixava de reservar um certo número para o santo de seu nome. Se morressem no período da manhã, exigiam a celebração para o mesmo dia. Se no período da tarde, para o dia seguinte.

Tal era o cuidado com a alma que Henrique da Costa deixou seu irmão Antônio Rodrigues como curador de sua alma. Eram comuns as "Cinco missas em honra das cinco chagas de Nosso Senhor", outras em "Honra da morte e paixão de meu Senhor Jesus Cristo". Melchior Martins Melo solicitou "Quinze missas em honra dos mistérios do rosário, e Domingos Jorge Velho assim encomendou quatrocentas missas: — duzentas repartidas entre o anjo da guarda, o santo de seu nome, as almas do purgatório e todos os santos da côrte celestial; as outras duzentas entre a paixão de N. S. Jesus Cristo e Nossa Senhora do Bom Sucesso. As ordenadas por Antônio Chaves deviam ser celebradas em "Honra dos nove meses"

que a Virgem Maria "Trouxe a seu bendito filho em suas virginais entranhas". Isabel da Cunha também ordenou "Nove missas pelos nove meses que Nossa Senhora trouxe o seu Bento Filho no seu santo ventre".

Nos testamentos vem assinalada muitas vêzes a época em que deviam ser celebrados os ofícios divinos. Pedro Leme assim determinou: um no dia de seu falecimento, outro decorrido um mês e um terceiro no primeiro aniversário da morte. Sua espôsa desejava um de corpo presente, outro no primeiro e um último no quarto aniversário de seu falecimento, todos em honra da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Henrique da Cunha, sentindo a morte próxima, resolveu "Dispor de sua alma e aparelhar-se para o que Nosso Senhor fôsse servido", mandando que o padre Sebastião Gomes ou outro qualquer "Rezasse algumas missas em honra de Nossa Senhora da Conceição e da Santíssima Trindade". Exigia, porém, que fôsse celebrada na própria aldeia em que estava a Nossa Senhora.

Mui longo seria continuar a enumeração das invocações nos testamentos paulistas dos séculos XVI e XVII. As que analisamos já nos dão idéia do espírito da época, piedosamente ligado à Igreja Católica Apostólica Romana.

As Profissões no São Paulo dos Séculos XVI e XVII

Dividindo os anos da existência entre os perigos do sertão e a pequena vila plantada pelo Padre Manuel da Nóbrega no altiplano da Serra do Mar, os paulistas também exerciam as atividades profissionais obrigatórias a qualquer comunidade.

O vestuário, o mobiliário, a construção de casas, os próprios instrumentos de trabalho, exigiam artífices que surgem, aqui e acolá, nos inventários e testamentos cuja leitura nos indica vários dêles. O sapateiro, o ferreiro, o carpinteiro, o alfaiate, muitas vêzes apresentavam em juízo as contas de serviços prestados. Sujeitos a um exame de habilitação perante o "Juiz do ofício", após a aprovação, a apresentação de fiador e o pagamento da taxa exigida pela Câmara, estavam os especialistas aptos para o exercício profissional.

Ao que parece, tecelães, serralheiros, sapateiros, ferreiros, genèricamente designados "Oficiais mecânicos", formavam uma espécie de corporação que, solicitada para abrilhantar as festas religiosas, a elas comparecia com suas insígnias segundo nos conta Belmonte no livro "No Tempo dos Bandeirantes". Os artífices limitavam-se à profissão, respeitando atividades alheias. De uma feita, a Câmara providenciou para que "Sapateiros e alfaiates usassem de seus ofícios e não de vendeiros e que houvesse vendeiros e taberneiros separados".

Nos sítios e fazendas das cercanias da vila, os piratininganos desenvolveram a agricultura e a pecuária. Os inventários assinalam as roças de milho, as plantações de arroz e de feijão, as lavouras de trigo com seus moinhos, e as de cana com os tachos de cobre e alambiques, produzindo a garapa, o melado, o açúcar e a aguardente. Aparecem ainda os bananais, os limoeiros, as laranjeiras, as árvores de espinho, os marmeleiros, as pereiras e figueiras vindas da Europa, o tabaco, o algodão do qual, através dos "Teares com suas urdideiras", saíam às centenas as varas de pano que, pela falta de moeda circulante, serviram para pagamento da contribuição da Capitania na paz com a Holanda e no dote de D. Catarina que se casara com Carlos II da Inglaterra.

Dos animais, sobressaem o gado vacum, as ovelhas, os carneiros, os porcos entre os quais surgem por vêzes porcas brancas de maior valor. Não faltam os perus nem as galinhas. Mais raramente, aparecem cavalos e éguas com seus poldros e poldras.

Das propriedades agrícolas, os piratininganos retiravam desde os alimentos, o couro para as botas e sapatos, o pano de algodão, até o azeite de amendoim para a iluminação, a madeira para as construções, as telhas para a cobertura das casas, produzidas por inúmeras olarias que, graças à qualidade da terra, existiam em profusão.

No inventário de Belchior Carneiro (1609), surge uma "Grade e um forno para fazer telha". Em 1616, Jusepe de Camargo devia cêrca de cincoenta telhas e Domingos Pires quinhentas. Em 1623, Henrique da Cunha devia quinhentas a Sebastião Gil e duas mil a Isabel do Prado. Como houvesse falta de moeda circulante, as dívidas eram pagas em "Coisas da terra". Daí Henrique da Cunha substituir a moeda pelo produto de sua olaria.

Nas fazendas surgem as tendas de ferreiro, de marceneiro e de sapateiro. Na propriedade agrícola que deixou no Jaraguá, o velho Rafael de Oliveira manteve uma tenda de sapateiro com cêrca de sessenta fôrmas para sapatos. Francisco Ribeiro negociava em couros. Seu espólio assinala cêrca de cento e setenta "Couros em cabelo". Como sapateiros, em 1617, trabalhavam Manuel Fernandes e Manuel Rodrigues, e, em 1601, Baltasar Gonçalves, exímio na confecção de chinelas e sapatos para senhoras e senhoritas além de borzeguins de cordovão e de couro de veado ou de porco.

Antônio Álvares (1628) era seleiro, Baltasar de Sousa (1633) ferreiro, Francisco Rodrigues (1636) sapateiro. Baltasar Nunes, em cujo inventário aparece uma das seis violas assinaladas em Piratininga, era tecelão, bem como Fernão Marques (1605).

Domingos Abreu mantinha loja de fazendas pois, no acervo dos seus bens, surgem cinco e meio côvados de pano de Londres franjado, três e meio do mesmo pano de côr azeitonada, vinte e seis e meio de perpetuana verde-clara, dois cortes de manto de sarja preta, além de linho, baeta, tafetá, bocaxins, uma peça de telilha branca listrada de pardo, outra de trinta varas de fita roxa, setenta oitavas de retroz, seis grosas de botões, trinta e seis papéis de alfinetes, linhas de côr, dez resmas de papel e alguns chapéus. E isso tudo sem contar o anil, pedra hume, verdete, pimenta e cravo além de facas, cintos e talabartes.

Em 1600, Francisco da Gama e André Peres eram alfaiates. Nove anos mais tarde, André Gonçalves exercia a mesma profissão. Paulo da Costa também o foi em 1628, cobrando invariàvelmente trezentos e vinte réis pelo feitio quer de uma roupeta quer de calções, gibão ou mesmo de um ferragoulo. O feitio de uma saia de pano, bandada com sua pestana e pespontada, era mais caro, exatamente novecentos e sessenta réis, três vêzes o preço de uma das peças masculinas... Custavam menos os feitios de um manto de sarja, duzentos réis, ou de um corpinho passamanado, trezentos e vinte réis.

Sebastião Borges foi o vendedor do chamalote encarnado de um "Manto arrendado de renda negra" que foi oferecido a Nossa Senhora dos Pinheiros por Maria de Lara em cumprimento de uma promessa. Confeccionara-o Francisco de Sousa.

No inventário de Antônio de Almeida (1636), surgem nove varas de "Gatsé azul", avaliadas em quatro mil e novecentos e cincoenta réis, seis de picote, no valor de novecentos e sessenta réis, seis de raxeta mil e seiscentos e oitenta réis, quatro côvados de serafina vermelha mil e seiscentos réis, e uma tesoura grande de alfaiate, no valor de cento e sessenta réis. Antônio também conseguia eventos, do aluguel de uma escopeta que Diogo Fontes emprestara a Francisco Gonçalves Filgueiras para levar ao sertão. Alugara também espada, adaga e munição, parecendo até explorar um negócio de armas e munições.

Diogo de Onhate, o moço, vendia fumo e emprestava dinheiro, como se deduz de suas palavras "Me deve João Leite dez patacas que lhe emprestei debaixo de boa amizade". Embora não existissem, em regra geral, documentos que provassem a existência de dívidas, estas eram sempre apontadas. Amaro Domingues dizia: "Devo a meu cunhado André Mendes oito mil réis. Não tem conhecimento: estou obrigado a pagar-lhe em madeira para umas casas, dando êle gente para fazer a madeira".

As casas de aluguel também existiam em São Paulo. Miguel Vaz Pinto, em seu testamento, declarou dever a Belchior Cunha "O aluguel das casas em que moro de janeiro a esta parte (23 de agôsto de 1637) que fazem soma de oito patacas".

Alcântara Machado, no livro "Vida e Morte do Bandeirante", estudou a alta dos alugueres, processada através dos anos. Assim, em 1627, os inquilinos de Felipe Gago pagavam oitenta e três réis por mês; cento e sessenta, em 1617, os de Francisco de Almeida; duzentos e cincoenta, em 1636, os de João Gago; pataca e meia, em 1657, os de Miguel Garcia Velho; um cruzado, em 1615, os de Francisco Ribeiro e quinhentos réis os de Estevão Furquim na era de 1670. A vida de sertanista exigia, além do seu hábil manejo, boas armas que, por sua vez, requeriam especialistas para as reparações. Em 1623, havia em Piratininga um armeiro, Baltasar Fernandes, que consertou a espingarda e o facão de Henrique da Cunha para quem fizera uns grilhões naturalmente usados na faina do apresamento índio. Em 1599, Domingos Rodrigues fôra fundidor, devendo-lhe Gonçalo da Costa cinco cruzados por serviços prestados no ofício. Entre os ferreiros, assinalamos Gaspar Dias de 1628 a 1633, Bartolomeu Correia e um tal Antônio (1623) em cujo poder se encontrava, para ser consertada, uma serra braçal pertencente a Henrique da Cunha.

João Tenório possuía em 1634 tenda com tôrno, serra braçal, oito limas e certa quantidade de aço de ferreiro. João exercia também o ofício de barbeiro e cabeleireiro. Sua navalha e tesoura "De barbear" foram arrematadas pela soma de quatrocentos réis por André Martins, o moço. Era comum a existência de tendas de ferreiro nas propriedades rurais. Na de Lourenço Castanho Taques, o velho, avaliou-se uma em vinte e quatro mil réis, tendo tocado a seus filhos Estêvão Castanho Taques e Pedro Taques de Almeida "Um negro da terra do ofício de sombrereiro". Os outros irmãos ficaram prejudicados com a posse dêsse especialista de tal modo que Estêvão e Pedro, espontâneamente, abriram mão de quarenta mil réis do inventário para compensar o prejuízo dos outros herdeiros.

Nas oficinas onde trabalhavam, os planaltinos davam agasalho aos aprendizes que seriam no futuro seus substitutos. Cornélio de Arzão, carpinteiro, obrigou-se, em 1619, a "Dar ensinado de seus ofícios", dentro de quatro anos, a Pedro, filho de Martim Rodrigues cuja espôsa, Suzana Rodrigues, doaria à Santa Misericórdia, no ano seguinte, um bufete e um escabelo feitos pelo mesmo Cornélio de Arzão. Garcia Rodrigues também foi carpinteiro e, em 1609, João de Oliveira fazia portas.

É interessante assinalar-se o pagamento dos serviços médicos naquela época. No ano de 1633, o cirurgião aprovado Paulo Rodrigues Brandão deu assistência a Pedro, órfão de João de Sousa e portador de duas grandes chagas na perna esquerda. Após o tratamento que consistiu apenas em "Dar azougue ao doente", o esforçado "físico" solicitou ao senhor juiz de órfãos o pagamento de seus honorários, orçados em dez patacas. Antes de recebê-los, porém, foi obrigado a firmar um documento declarando que curara o paciente.

Paulo Silva arrematou por seiscentos e vinte réis, em 1621, um estôjo com duas lancetas, pertencente a João Gomes. Evidentemente, tanto um como outro, sangrando doentes, faziam concorrência ao mestre Brandão.

Sôbre a medicina daquele tempo, assinala Belmonte: "É possível que nem todos depositem excessiva confiança nesses Curvos Semedos improvisados, eméritos aplicadores de termo-cautérios e grandes autoridades em purgas e sangrias: Mateus Leme, com sua caixa de boticas; Manuel Fernandes Sardinha, com seu estôjo de lancetas; João da Costa com suas seis lancetas, pinça e um cautério, além de um boticão e seis escarnadores".

Ao que parece, o exercício ilegal da medicina campeou no planalto desde o século XVI pois, em agôsto de 1597, a Câmara tomou providências contra êle: "E logo assentaram entre todos que, porquanto nesta vila havia muitas pessoas que de fora vinham e outros que não eram examinados curavam feridas e faziam sangrias por tôda a terra e que pois havia na vila Antônio Rodrigues barbeiro e

homem experimentado e examinado, que era bem fazê-lo juiz do ofício e que sem sua ordem e sem ser visto todo o que assim curar não possa fazer nem usar da dita cura e sangrias sem sua licença e carta de examinação, salvo que em suas casas o faz e mostrem o fazer por necessidade ou em negócio e caso fortuito; não sendo achado o dito Antônio Rodrigues farão as ditas curas e sangrias pessoas que as souberem fazer; e para êste efeito apareceu logo o dito Antônio Rodrigues e recebeu o juramento dos Santos Evangelhos sôbre um livro dêles da mão do vereador Antônio de Proença e prometeu de usar e fazer o dito seu ofício bem e fielmente". Após Antônio Rodrigues, surgiu, em Piratininga, Custódio de Sousa Tavares ao qual não foi concedida licença por não ter apresentado "Carta de examinação".

Ao tempo de Paulo Rodrigues Brandão, havia um genro de Domingos Luis, "O físico e dentista" João da Costa que, aborrecido com as ingratidões dos clientes e desiludido talvez da profissão que só lhe dera desgostos, terminou a vida como ermitão da igreja de Santo Antônio.

Ficam assim assinaladas, em rápido esbôço, algumas das atividades a que se dedicavam os paulistanos dos séculos XVI e XVII. Isto sem se contar a sua máxima faina: penetrar os sertões em busca de ouro, índios e pedras preciosas, dilatando as fronteiras do Brasil.

Uma Carta de Bandeirante

A publicação do Arquivo do Estado de São Paulo, intitulada "Inventários e Testamentos", vem prestando valioso auxílio aos estudiosos da História de São Paulo cujo desenrolar liga-se intimamente à conquista das terras americanas do sul. Enfrentando e vencendo dificuldades, os paulistas fizeram recuar a linha das fronteiras da colônia portuguêsa, cruzaram serras e vadearam rios em busca de índios, de ouro ou de pedras preciosas, num ciclópico esfôrço que redundou para nós, brasileiros de hoje, na imensa posse territorial do Brasil do século XX.

Muitos dos construtores de nossos dilatados limites ainda não emergiram da poeira de vários séculos, que cobre os documentos registradores de sua atuação, e nem era possível que já se tivesse pesquisado e anotado tudo o que êsses documentos guardam. Muito ainda se tem a fazer nesse sentido.

Rebuscando os autos do inventário de Francisco Rodrigues de Beja, realizado em 3 de outubro de 1634 na então vila de São Paulo, encontramos uma carta escrita por Inácio Vieira a seu pai, datada de 13 de dezembro no arraial de Batatais. Dizia o sertanista: "Senhor pai. Estimarei êste ache a vossa mercê com perfeita saúde em companhia da senhora mãe a quem beijo as mãos e as de vossa mercê. Eu fico com saúde Deus louvado até o presente neste Arraial dos Batatais, que me deixa o capitão com mais dois homens a guardar-lhe a fazenda que tem aqui de barris de pólvora e fardões e mantimentos que tem com concêrto de que entraríamos nas partilhas igualmente com os mais daí, só Deus sabe o que virá a ser a frota que saiu daqui aos vinte e nove de setembro e me deram dêles para até o mês de maio o mais tardar meu irmão ia com saúde e meu cunhado e meu tio e os mais todos sairam daqui com saúde Deus louvado e com isto não serve de mais que pedir que se lembre vossa mercê de mim com sua bênção dêste obediente e servidor filho de vossa mercê Inácio Vieira. Minhas lembranças a vossa mercê e o mais todos de obrigação hoje 13 de dezembro. O capitão Manuel da Costa está comigo de camarada e manda suas lembranças a meu irmão Manuel Vieira".

Não sabemos porque esta missiva se encontra anexa aos autos do referido inventário. Ela assinala mais uma bandeira paulista internada em território brasileiro. A época exata infelizmente é difícil de ser indicada, pois o missivista não declarou o ano mas apenas o dia e mês: — 13 de dezembro. Através de suas linhas, conclui-se

que, fazendo pouso no arraial de Batatais, onde deixara barris de pólvora e mantimentos sob a guarda de Inácio Vieira e mais dois homens, o chefe da expedição da qual faziam parte, entre outros, um irmão, um tio e um cunhado de Inácio, continuara a penetração para o interior. Planejara ir longe, pois, tendo partido em setembro, era esperado em maio, levando portanto oito meses de ida e volta. O têrmo da viagem localizava-se a quatro meses de caminhada além Batatais, pouso do caminho que levou tantos paulistas até Goiás no século XVIII. Partindo de São Paulo, ganhavam os sertanistas as atuais regiões de Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca, Cajuru, Batatais e Franca. Era o célebre "Caminho para as minas dos Goiases" a ligar desde 1726 as duas regiões e em cujas margens foram concedidas inúmeras sesmarias que, em 1728, já eram assinaladas em Batatais.

Deixando parte de seus integrantes no arraial, a tomar conta da pólvora e dos mantimentos e talvez das roças que seriam utilizadas na volta, a bandeira continuou o seu roteiro. Assinala o documento que a frota dali saira em setembro. Tratava-se de uma expedição pelo menos parcialmente fluvial. Próximos estão o ribeirão Batatais e os rios Sapucaí-Mirim e Pardo que, direta ou indiretamente, desaguam no Rio Grande. Dêsse ponto em diante, a não ser conjecturas, nada mais se pode concluir pelas linhas de Inácio Vieira ao genitor. Êle sòmente aponta mais um integrante da bandeira: o capitão Manuel da Costa.

Assim como esta, inúmeras outras expedições paulistas, desconhecidas ainda dos historiadores, percorreram o interior do continente na faina ingente da luta pela existência e na obra meritória da conquista territorial do Brasil, apanágio de São Paulo. Gradativamente, porém, vão elas surgindo da poeira dos arquivos e aumentando o padrão das glórias piratininganas.

Os Dotes das Noivas Paulistas nos Séculos XVI e XVII

Apesar de ser comum nos testamentos piratininganos a expressão "A quem deixo minha pobreza", por mais desprovido de recursos que fôsse, o paulista dos séculos XVI e XVII quase sempre dotava as filhas quando estas se casavam. Lucrécia Leme recebeu como dote cem cruzados e vinte e três peças do gentio da terra. Elvira Rodrigues, espôsa de Cornélio de Arzão, levou, ao se casar, cinco escravos, um colchão, dois lençóis de pano de algodão, um travesseiro, uma almofada, duas toalhas de algodão para mesa, um cobertor, doze guardanapos, três toalhas de enxugar as mãos, duas cadeiras de estado, um panelão da India, uma roça de um ano, um algodoal, um cavalo prêto manso e uma poldra ruça brava. Além disso, ficaram-lhe prometidas a metade de uma criação de porcos e vinte e quatro cabeças de gado vacum.

Isabel Beldiaga deixou dois mantos velhos de sarja, um saio de baeta, duas vasquinhas de raxeta, três camisas e um lençol, à sua enteada, Maria Fernandes Nobre, para "Ajuda de seu casamento". Isabel Pais, quando se casou com José Serrão, levou quinhentos cruzados assim distribuídos: cento e cincoenta em dinheiro e cem em três peças do gentio da terra: — duas fêmeas e um macho. Os outros duzentos e cincoenta cruzados foram assim distribuídos: vinte e três cabeças de gado vacum (doze vacas, sete novilhas e quatro bezerros), uma égua mansa com um poldro, três porcos cevados, três porcas e seis bácoros, quatorze mil réis em carne de porco salgada, uma saia de Londres, um gibão de tafetá, um manto de sarja, dois pares de botina, um chapéu, um anel de ouro, um cobertor novo, cinco côvados de baeta roxa, além da mandioca que o casal e seus escravos "Comeram durante dois anos".

Frequentemente surgiam, nos dotes, as "Terras para sítio". No inventário de Francisco Rodrigues Beja, lê-se: "E logo no mesmo dia pela viúva Maria da Cunha foi dito que seu pai e mãe lhe citaram dever no rol do dote que lhe prometeram com o defunto seu marido umas casas na vila de São Paulo de dois lanços de taipas de pilão e assim mais três cadeiras de estado".

Lourenço Castanho Taques, o velho, declarou em seu testamento: — "Casei três filhas: Ana de Proença com Pedro Dias Leite já defunto e ora está casada com Manuel de Brito Nogueira e Branca de Almeida com João Pires Rodrigues e Maria de Lara com João de

Toledo e a nenhum dêles fiz escritura nem rol do que lhes havia de dar de dote e parti com os ditos o que pude e tinha". Completando a explicação, declarou adiante: — "Peço a meus herdeiros e confio nêles que por muito que suas irmãs levassem as não chamarão à colação pela limitação em que hoje estão". Interrogados, a mandado do juiz, dois genros, ainda vivos, do velho Lourenço, nada quiseram da partilha.

Maria da Costa, ao se referir às suas quatro filhas, deixou bem patente que os "Dotes não foram iguais porquanto as primeiras levaram mais e as derradeiras menos porquanto os nossos cabedais foram diminuindo".

No inventário de Catarina Gonçalves, vem assinalado o que ela recebeu do pai Clemente Álvares:

"Rol do que tenho dado à minha filha Catarina Gonçalves depois que se foi para minha casa.

"Lhe fiz uma casa nova de palha de dois lanços que pelo menos valia no tempo que se fez dez cruzados, mais um pedaço de roça que valia seis mil réis dez cruzados mais um cobertor novo que custou dez patacas em dois mil réis mais oito patacas que lhe dei em dinheiro de contado para pagar uma dívida mais um par de botinas novas que me custaram um cruzado mais quatro alqueires de farinha de trigo em quatro patacas para pagar uma dívida mais lhe dei um saio e uma vasquinha nova guarnecido tudo de passamane...... de sêda oito mil réis digo oito mil e novecentos réis mais um chapéu preto novo que me custou quatro patacas e meia mais uma vasquinha nova de pano três mil e duzentos réis e assim mais lhe dei outro cobertor já m......... cinco patacas mais paguei por ela setecentos réis ao genro de Gaspar Barreto que Deus tem que por nome não se perca na vila de Santos".

Belchior de Godói Moreira deixou assinalado o "Rol do que dou em dote de casamento a minha filha Maria de Godói Moreira:

"Primeiramente vinte peças de gentio da terra com a família que entre elas se achar das antigas que de presente tenho com a ferramenta que necessária fôr para a gente.

"Oito colheres e uma tamboladeira de prata.

"Cinquenta mil réis em dinheiro de contado.

"Vestido para a igreja de cote.

"Uma cama com todo o necessário para ela e com todo o enxoval de casa.

"Ajutório para fabricar sítio e casas para si.

"E tudo isto acima dito a fazer-lhe bom de volta do sertão que agora vou e sendo que Deus faça de mim alguma cousa de minha fazenda se lhe fará tudo o acima declarado bom sem em nada duvidar.

"E para firmeza disto pedi e roguei a meu irmão Baltasar de Godói êste por mim fizesse hoje doze de junho era de 1678 anos".

Ficam assim relacionados alguns dotes das noivas paulistas nos séculos XVI e XVII, dotes que nos revelam aspectos interessantes da vida social daqueles tempos heróicos em que os maridos e filhos das que assim eram dotadas, elaboravam a grandeza territorial do Brasil.

O Espírito Esmoler dos Piratininganos visto através dos Inventários e Testamentos

Por mais pobres que fôssem, os piratininganos, através de seus testamentos, distribuíam esmolas. A falta de moeda circulante fazia variar a espécie, ora em mantimentos, ora em peças de algodão, bombazina ou tafetá, e, outras vêzes, constituída por vacas, novilhas, porcos, galinhas e mesmo "Coisas que houver por casa".

Em 1639, Frei João da Cruz, sacristão do Convento de N. S. do Carmo, dava quitação aos herdeiros de Antônio da Silveira, de trinta e duas missas rezadas por intenção da alma do defunto e pelas quais recebera doze alqueires de farinha de trigo.

Muitas vêzes, até as transações comerciais se faziam na base de troca e pagamentos em gêneros da terra. Manuel de Siqueira comprou "A metade do outão da parede das ditas casas de João Francisco por dois mil réis em açúcar". Mais adiante, assinala Manuel em seu testamento: "Tenho dado dois mil réis em ouro a Gregório Fernandes para me trazer de Pernambuco, onde êle é agora, um cobertor de marta grande".

Antônio Rodrigues lembrou antes de falecer: "No meu curral anda uma vaca preta que é de Nossa Senhora da Conceição dos Guaromimis". Digno de admiração e respeito é o pedido de Antônio Rodrigues a seu filho Garcia Rodrigues para que êste, após a morte do pai, pagasse com o próprio trabalho algumas das dívidas paternas. Domingos Barbosa, devedor de dois mil réis a Simão Furtado, mandou pagá-los "Em carnes de porco".

Quando no sertão, continuavam os negócios nos quais havia sempre aquêle cunho da tradicional honestidade portuguêsa. E, lá de vez em quando, surgem nos testamentos declarações interessantes como esta do já referido Domingos Barbosa: "Deve-me João de Sant'Anna quatro cruzados de um conhecimento que lhe emprestei mais um cruzado de pelouro que lhe vendi nos Bilreiros a esta conta tenho recebido vinte mãos de milho a tempo que o colhiam". Bondoso e desprendido, Domingos determinou, em seu testamento, o perdão das dívidas de "Alguns vizinhos pobres".

Voltemos, porém, às esmolas. Originalidade teve João Leite ao legar "Um ferragoulo ao homem mais pobre que se achar". Pedro Leme doou cinco cruzados aos jesuítas para consêrto do mosteiro, e Belchior Carneiro cinco tostões à Confraria do Santíssimo Sacra-

mento, um sobrecéu de pano de algodão à de Santo Antônio e cinco varas de pano de algodão à Casa Santa da Misericórdia.

As confrarias beneficiavam-se constantemente. Garcia Rodrigues deixou um cruzado à de Nossa Senhora da Assunção para cujo altar doou várias toalhas de algodão. Bartolomeu Rodrigues legou à do Santíssimo Sacramento, dois mil réis em gado, e Isabel Félix, em 1597, à de Nossa Senhora do Rosário, uma novilha de um ano.

As igrejas também se incluíam na lista das esmolas. Em 1600, à de Nossa Senhora do Carmo, Maria Gonçalves deixou vinte e oito mil reis. Interessante é observarmos o testamento de Henrique da Cunha que estipulou a doação de um cruzado para a Santa Misericórdia, Nossa Sra. do Carmo, Nossa Sra. do Rosário, Santíssimo Sacramento e Nossa Sra. da Conceição, e uma pataca a Sto. Antônio e São Sebastião. A Nossa Senhora, deixava três côvados de tafetá e não se esqueceu de uma cega, cunhada de Francisco da Gama, e de uma órfã, legando a cada uma cinco varas de pano de algodão.

À Misericordia foram muitos os legados feitos pelos paulistanos dos séculos XVI e XVII. O pai de Henrique da Cunha deixou duas varas e meia de pano "De esmola a esta Casa" (1628). Em 1599, sua mãe, Isabel Fernandes, legara mil réis à mesma Misericórdia para a qual Henrique da Cunha doou uma vaca e três galinhas. Ao padre vigário, a fim de que rezasse sete missas, tocaram sete galinhas de Henrique. Aos padres do Carmo, para que lhe acompanhassem o corpo, "Uma vaca com suas crianças".

Nossa Senhora do Monte do Carmo recebeu de Francisco de Brito "Cem aves e cem mãos de milho para seus porcos". Amaro Domingues deixou três novilhas de dois anos à Santa Casa, aos padres do Carmo e aos padres de São Bento.

Dessa relação de esmolas, ressalta a carência de moeda circulante. Aliás, não raramente, surgem as expressões análogas à de Isabel Fernandes que, desejando ser enterrada na Igreja do Carmo, pedia ao marido dar "De esmola........ aquilo que a êle lhe parecer em coisas que houver por casa".

Matias de Oliveira solicitou um ofício de nove lições a ser retribuído "No que houver em casa assim na roça como no fato ou criação que tenho por não haver dinheiro da terra". Baltasar Nunes declarou que os seus legados seriam pagos "No que houver porque dinheiro não possuo". Ainda por falta de moeda, Leonor Leme legou à Casa de Santo Inácio, da Companhia de Jesus, dois mil réis que "Se pagarão em pano de algodão ou no que houver por casa".

Grande era o número de promessas feitas aos santos e às santas. Quando não satisfeitas em vida, tinham de sê-lo após a morte e tal aconteceu com Catarina Gonçalves, falecida em dívida com o "Bem-

Aventurado Santo Antônio", divida de "Uma toalha de algodão de altar que lhe prometi".

Pedro de Araújo determinou fôssem dados, em intenção de sua alma, trinta cruzados "Ao azeite do Santíssimo Sacramento". Nossa Senhora do Rosário recebeu de Pedro Álvares um manto de tafetá, e Nossa Senhora do Carmo um manto de tafetá azul de Diogo Martins Machuca.

Por vêzes, surgiam as jóias. Maria Jorge legou uma "Pêra de ouro" a Nossa Senhora do Carmo. Inúmeros os legados em cêra para ser queimada em honra aos santos e santas da devoção dos testadores e testadoras. Diogo Martins Machuca legou em cêra tanto quanto pesasse uma criança de um ano, o que deu dezenove arráteis. Muitas vêzes, quando o falecido não ditava as últimas vontades, o curador, espontâneamente, ordenava esmolas em intenção da alma do defunto.

Tomásia de Alvarenga determinou a doação de "Dez varas de pano de esmola a algum pobre por minha tenção". Aliás, sua relativa abastança permitiu-lhe legados de valor como "À Nossa Senhora do Carmo umas cabacinhas de ouro", "À Nossa Senhora da Conceição, um rosário de corais com seus extremos de ouro", além de "Dez varas de pano a algum pobre e seis varas a outro".

Fica assim lembrado, em rápidas linhas, o espírito esmoler dos piratininganos e das piratininganas dos fins do século XVI e de parte do século XVII.

O Caramuru da Capitania de São Vicente

Enquanto Diogo Álvares, "O Caramuru", levava na Bahia uma existência que acabou por integrá-lo nos fastos do Brasil quinhentista, vivia, na Capitania de São Vicente, um outro Caramuru — Pascoal Fernandes — que, juntamente com Domingos Pires, habitou o local onde surgiria a futura vila de Santos.

Frei Gaspar da Madre de Deus, bem como os cronistas e historiadores da primeva era vicentina, assinalam Pascoal Fernandes em atividades várias. Nenhum deles, porém, aponta-o como "Caramuru".

O fato de encontrarmos no sul do Brasil, Capitania de São Vicente, um povoador com a mesma alcunha dada na Bahia a Diogo Álvares — alcunha de tal modo prêsa à personalidade do genro do maioral Itaparica, que passou a fazer parte do seu nome em documento oficial encontrado por Sousa Viterbo na Tôrre do Tombo — revela-nos a curiosidade de existir na mesma época e em pontos muito distantes da colônia, o mesmo e sugestivo epíteto que, no "Caramuru da Bahia", está ligado à lenda ou fato, de todos sobejamente conhecido, ao passo que, no "Caramuru Vicentino", não encontrou ainda explicação talvez porque, até há pouco, fôsse desconhecida a sua existência na capitania sulina. Ela nos foi revelada por documento existente no Arquivo do Convento do Carmo, de Santos, cuidadosamente reorganizado, catalogado e estudado por Frei Timóteo van den Broeck, continuando a obra encetada pelo saudoso e benemérito Frei Maurício Lans.

O documento, uma doação, feita por Silvestre Francisco, de terras recebidas de Pascoal Fernandes como dote de casamento, diz o seguinte: "E logo por êle foi dito perante mim público tabelião e em minha presença que êle tinha e possuía umas terras de outeiros e chãos na terra firme em frente da ponta grossa que está na Ilha de Santo Amaro quando vão desta dita vila para a Bertioga e em frente da dita ponta na terra firme que lhe fôra dada em dote de casamento por *Pascoal Fernandes, o velho Caramuru de alcunha*" (Maço 18, n. 17, pág. 123 do Arquivo do Convento do Carmo, de Santos, transcrito por Frei Timóteo van den Broeck no "Livro de Vistoria feita perante o Juízo da Fazenda, de documentos sôbre as relações entre Brás Cubas, Pero Cubas e o Convento do Carmo de Santos").

Desfazendo o ineditismo dêsse documento, por nós reputado interessantíssimo dada a revelação de um "Caramuru Vicentino", tivemos o cuidado de rever as fontes quinhentistas da História de São Vicente, tendo encontrado apenas mais uma indicação que até hoje passou quase despercebida dos estudiosos pois apenas chamou a atenção do Sr. Frederico Sommer que lhe deu, como era natural, uma interpretação errônea, já que desconhecia a peça documental por nós apontada acima. Trata-se do desenho impresso na obra de Hans Staden, "Viagem ao Brasil", pág. 54 da edição da Academia Brasileira de Letras, revista e anotada por Teodoro Sampaio e vertida do texto de Marpurgo pelo Sr. Alberto Loefgren. Quem olha para a estampa vê um pouco à esquerda da Bertioga (Brikroka), o desenho de uma pequena casa cercada pela sua palissada e com a indicação: Kramüru Oca (Casa de Caramuru).

Ao se estudar a história primitiva do litoral vicentino, acompanha-se, através da documentação existente, parte da vida de Pascoal Fernandes. Originàriamente estabelecido com Domingos Pires em terras que mais tarde ambos venderiam a Brás Cubas, e nas quais levantar-se-ia a vila de Santos, retirou-se Pascoal Fernandes, o "Caramuru", para a Bertioga, após a transação, tendo exercido por vários anos o comando da fortaleza ali existente, pois, várias vêzes, surge o seu nome, depois de certa época, ligado ao título de Condestável da Bertioga.

Na chefia daquele forte, realmente de grande importância na defesa quinhentista dos núcleos litorâneos vicentinos ante as investidas tamoias, Pascoal Fernandes sucedeu aos intrépidos irmãos Braga e ao próprio Hans Staden.

Do trabalho de Américo de Moura, intitulado "Os Povoadores do Campo de Piratininga" (separata do vol. XLVIII da Rev. do Inst. Hist. Geog. S. Paulo, pág. 70), tiramos os seguintes dados sôbre o Caramuru de São Vicente: "Pascoal FERNANDES GENOVÊS. Veio com Martim Afonso. Estabeleceu-se com Domingos Pires em 1532, no Enguaguaçu, a NNW de Luís de Góis, sendo um dos primeiros povoadores da depois vila de Santos. Casou com Margarida FERNANDES, que talvez se possa identificar com a filha de João RAMALHO, de nome Margarida, cujo estado Silva Leme não conseguiu descobrir. Foi quem abriu o primeiro caminho entre Santos e São Vicente. Em 1539 o capitão-mor Antônio de Oliveira lhe passou carta de sesmaria das terras que lhe tinham sido dadas por Martim Afonso. Em 1545 vendeu terras para quintal ao seu vizinho Bartolomeu Gonçalves, que também foi um dos primeiros povoadores. Em 1545, estando para ir à guerra, passou escritura de outras que antes de 1544 vendera a Brás Cubas. Em 1548, com Martim Vaz, de Ilhéus, tinha navios que em Laguna capturaram espanhóis e índios, aos quais o capitão-mor Brás Cubas libertou. Em 1552



já era condestável da fortaleza da Bertioga, reconstruída após a destruição da casa forte dos filhos de Diogo de Braga, e em 1562 era o único povoador existente na ilha de Guaibé. Ainda viveu alguns anos, tendo sesmaria na capitania de Santo Amaro".

Vemos assim que, primitivo povoador do litoral na região do Enguaguaçu, destacou-se Pascoal Fernandes como dos mais importantes fatores da colonização na Bertioga e na ilha de Santo Amaro, por ter sido não só um dos pioneiros naquela região mas também porque, encarregado da Fortaleza da Bertioga, exerceu de tal modo a investidura que permitiu, durante certo período, o povoamento nas cercanias do baluarte, impedindo a ação destrutiva das incursões tamoias tão frequentes naquela época.

Antes de finalizar, lembramos que Domingos Pires, companheiro de Pascoal Fernandes na posse das terras do Enguaguaçu, dêles compradas por Brás Cubas, surge dos documentos quinhentistas por nós examinados no Arquivo do Convento do Carmo, de Santos, com a alcunha de "Coronheiro". Ambos os epítetos se referem provàvelmente a armas de fogo, cujo manuseio talvez explique, não só a alcunha de Pascoal Fernandes mas também a de Domingos Pires.

As Confrarias de São Paulo nos Séculos XVI e XVII

Os povoadores do Planalto Piratiningano, na maioria originários da Península Ibérica onde se enraizara profundamente o catolicismo, obedeciam aos princípios da religião católica apostólica romana, cumprindo os deveres religiosos e esforçando-se para alcançar as graças divinas. Da sua devoção, dão-nos provas os testamentos quinhentistas e seiscentistas publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Alguns constituem verdadeiros autos de fé. Nunca faltam os pedidos de ofícios de corpo presente, de missas com ofícios de "Três" ou "De nove lições" nem a distribuição de esmolas a igrejas e irmandades "Em intenção de minha alma", no dizer daqueles valentes desbravadores de sertões que, temendo as penas eternas, invocavam para sua proteção a Virgem Maria e os Santos e Santas de que eram devotos.

Em nome de Deus, da Santíssima Trindade ou de Jesus Cristo, ditavam as últimas vontades. Suas disposições funerárias são dignas de menção. As bandeiras e estandartes das confrarias acompanhavam os mortos até a sepultura e, muitas vêzes, provedores e mordomos eram solicitados para êsse acompanhamento. Assim pedia Simão Borges da Cerqueira: "Meu corpo seja sepultado na igreja matriz desta vila e me acompanhe a bandeira como irmão que sou há muitos anos e devendo-lhe estipêndio disso se pagará no que houver pela terra, rezando-me cada irmão o que tem de obrigação''. André Botelho, ao fazer testamento em 1635, solicitava: "Ao provedor e irmãos da Casa da Santa Misericórdia acompanhem meu corpo com a tumba e a bandeira da Santa Casa". Miguel Vaz Pinto, em 1637, desejava para seu entêrro o acompanhamento da "Bandeira da Santa Misericórdia com sua cêra e se lhe dará sua esmola costumada".

Não raro, os testadores pertenciam a várias confrarias. Henrique da Cunha declarou "Que em tôdas as confrarias que se achar estar eu em aberto, mando se pague tudo''. Em livro no qual Martim Rodrigues Tenório registrava seus gastos, aparece uma "Conta com as confrarias": — "A N.S. da Conceição devo duas missas; devo a N.S. do Rosário duas missas; devo à Bem-aventurada Santa Luzia duas missas; ao Bem-aventurado Santo Antônio devo dez missas; ao Bem-aventurado Santo Amaro duas missas e seis arráteis de cêra; a Santa Madalena quatro missas".

Pedro Álvares em 1610, Pedro Nunes em 1623 e Rafael de Oliveira, o velho, em 1648, eram irmãos da Santa Misericórdia havia já

muitos anos. O último, que o era também do Santíssimo Sacramento, informa em suas declarações possuir a confraria "Um livro de carga e descarga" para registro das esmolas recebidas e dos benefícios feitos. Em primeiro de julho de 1636, Amador Bueno e Constantino Saavedra, respectivamente procurador e escrivão da Santa Misericórdia, registravam, "No livro de arrecadação" daquela irmandade, dois cruzados deixados por João Gago.

Um dos principais objetivos das confrarias era distribuir esmolas aos pobres. Tomásia de Alvarenga legou à Misericórdia dez varas de pano para os necessitados. À mesma deixou Martim Rodrigues, em 1623, dois mil réis "Para que os dê e reparta às pessoas mais necessitadas que lhe parecer". Êsse testamento permite-nos concluir que a irmandade contava com cem irmãos, pois dizia o testador: "Assentei-me em o número dos cem irmãos da Misericórdia dia segundo do mês de abril, domingo de Pascoela de 1606 com 2$000 de esmola". À Confraria de São Paulo, em 1624, Matias de Oliveira legou uma dúzia de velas e à "Casa da Santa Misericórdia", Baltasar Nunes, em 1623, doou uma vaca, e Amaro Domingues, em 1636, uma novilha de dois anos.

A primeira Santa Casa de Misericórdia do reino português foi fundada em Lisboa, no ano de 1498, pela rainha D. Leonor, a suave e conformada espôsa d'El-Rei D. João II. Lembrou-lhe esta ação meritória o Frade Contreiras à imitação do que já se fazia em Florença ou na China. Frei Miguel Contreiras, religioso trinitário espanhol, nascera a 29 de setembro de 1431 em Valença ou em Segóvia. Talentoso, orador exímio e exemplo de virtudes cristãs, sua fama, em pouco, transpôs as fronteiras da pátria. Um de seus traços característicos era a caridade e de tal modo agiu que, ao cruzar as ruas de Lisboa angariando esmolas para os pobres e doentes, apontavam-no dizendo: "Ali vai o apóstolo, o pai dos pobres, o amparo dos órfãos e o remédio de todos". Reconhecendo-lhe os méritos, a piedosa rainha escolheu-o para confessor. Na capela do claustro da Sé, consagrada a Nossa Senhora da Piedade e também denominada Capela de Nossa Senhora da Terra Sôlta, por ser de terra o seu piso, inaugurou-se, aos 15 de agôsto de 1498, a Confraria da Misericordia. Nessa ocasião D. Leonor regia Portugal em ausência de D. Manuel que, ao retomar o govêrno, além de aprovar a instituição, solicitando ao Papa Alexandre VI a sua confirmação, mandou construir em Lisboa um templo dedicado a Nossa Senhora da Misericórdia. A Carta Régia de 14 de março de 1499 recomendava a novel instituição para tôdas as cidades e vilas do reino.

O compromisso original estabeleceu quatorze obras de misericórdia, sete espirituais e sete temporais. Pelas primeiras, os irmãos deviam: 1.º) Rezar pelos vivos e pelos mortos. 2.º) Dar bom conselho a quem o pede. 3.º) Castigar com caridade os que erram. 4.º) Consolar os aflitos. 5.º) Sofrer com paciência às injúrias. 6.º) Anular as desavenças. 7.º) Amparar os expostos e ensinar os simples. Pelas segundas, cabia-lhes: 1.o) Remir cativos. 2.o) Visitar os presos, confortando-os. 3.o) Cobrir os nus. 4.o) Dar de comer aos famintos. 5.o) Curar os enfermos. 6.o) Dar pousada aos peregrinos pobres. 7.o) Dar assistência aos condenados e enterrar os mortos. Assim, desde os fins do século XV, os doentes e pobres passaram a encontrar a mitigação de seus sofrimentos nas Santas Casas de Misericórdia que, em pouco tempo, se espalharam em Portugal e nas colônias.

A primeira casa e hospital da Misericórdia na Capitania de São Vicente foi a de Santos, fundada por Brás Cubas. Em Almeirim, aos 2 de abril de 1551, D. João III confirmou-a, concedendo-lhe os mesmos privilégios desfrutados pelas Misericórdias do reino. Baseados nos princípios de tão sábia e útil instituição, surgiram outras confrarias e irmandades que, sob a invocação de algum santo ou santa tomado para seu patrono, congregavam irmãos inspirados nas obras da misericórdia e empenhados em fazer o bem ao próximo. Essa obra de acentuado humanismo faz-se sentir até os dias de hoje em Portugal e no Brasil.

Voltemos agora aos piratininganos. Antônia Rodrigues Miranda de tal modo se preocupava com as obras de Misericórdia que para cada uma delas, quatorze ao todo, mandou celebrar uma missa. No século XVI já são assinaladas, na Capitania Martim-Afonsina, as confrarias de Santo Antônio (1594), de Nossa Senhora do Rosário (1594), do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Assunção, as duas últimas na vila de São Vicente e as outras na de São Paulo. Em 1600, Antão Pires legou um cruzado à Confraria de São Sebastião, e a de N.S. da Conceição de Tanhaé recebia quatro patacas de Manuel Chaves. Já em 1615, existiam, serra acima, as do Santíssimo Sacramento, da Santa Misericórdia, de São Francisco, de Santa Catarina da matriz da vila, de Santa Luzia, de São João, de Todos os Santos, de N.S. da Conceição, de Santo Amaro de Birapoeira e de Nossa Senhora do Carmo, administradas por mordomos, procuradores, tesoureiros e escrivães que surgem nos inventários dando quitação dos legados a elas feitos.

Raras as disposições testamentárias em que não se encontram legados às igrejas, aos conventos e às confrarias existentes no planalto. A falta de moeda circulante obrigava os pagamentos "Em coisas que houver por casa" tais como vacas, novilhas, porcos, galinhas, varas de pano de algodão, peças de bombasina ou de tafetá, e mesmo produtos agrícolas. Isabel Félix deixou à Confraria de N. Sra. do Rosário uma novilha de um ano (1597) e Miguel Sanches (1618) uma vaca. Houve quem doasse à Confraria do Santíssimo Sacramento seis arráteis de cêra, e dez à de Santo Amaro. Pero

Leme deixou à Confraria do Santíssimo Sacramento um cruzado, porém, "Com a obrigação de uma missa rezada". Belchior Carneiro, em 1607, legou à mesma confraria cinco tostões, um sobrecéu de pano de algodão à de Santo Antônio, e "Cinco varas de pano de algodão à Casa da Misericórdia". A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi contemplada por Bartolomeu Rodrigues com "Dois mil réis em gado"; à de N.S. da Assunção, legou Grácia Rodrigues várias toalhas para o altar, além de um cruzado.

Isabel Antunes, mediante dois cruzados de esmola, pedia que a "Santa Casa de Misericórdia acompanhasse com sua cêra" o seu entêrro. Em 1611, Maria Jorge solicitava que o provedor e os irmãos da Santa Misericórdia acompanhassem com a bandeira o seu "Corpo até lhe darem sepultura". Felipa Leme, ao fazer testamento, determinava "Que levando-a Deus Nosso Senhor a acompanhasse a bandeira e a cruz da Santa Misericórdia e dessem mil réis pelo acompanhamento". Beatriz Camacho "Que a bandeira da Santa Misericórdia me acompanhe até a sepultura deixando-lhe de esmola cinco tostões". Catarina de Siqueira que o "Provedor e os irmãos da Santa Casa de Misericórdia acompanhem meu corpo até a sepultura".

O estandarte da Misericórdia foi o mais solicitado para os acompanhamentos funerários. Rafael de Oliveira, o velho, homem de prol de São Paulo, expressou desejo de ser amortalhado no hábito do Patriarca e Seráfico São Francisco e ser enterrado na Igreja do Convento do Carmo. Acompanhar-lhe-iam o corpo, os religiosos do Carmo, a Santa Misericórdia, o Santíssimo Sacramento e as cruzes das demais confrarias.

Como se vê, a maioria dos paulistas dos séculos XVI e XVII não descuidava da alma nem tampouco dos seus deveres religiosos.

* * *

Graças à leitura dos dez primeiros volumes de "Inventários e Testamentos", pudemos determinar os mordomos, provedores, escrivães, procuradores e tesoureiros das várias confrarias, os quais passamos a relacionar:

CONFRARIA DA SANTA MISERICÓRDIA:

Mordomo: Proença (1615)

Provedores: vigário João Pimentel (1618); Diogo Moreira (1620 e 1624); Jerônimo de Brito e Manuel Godinho de Lara (1624): Sebastião Fernandes Camacho (1627 a 1628); Padre João Álvares (1630); Jerônimo de Brito (1632 e 1633); Pedro Gonçalves Varejão (1633).

Procuradores: Bento de Barros (1605); João de Sousa (1629); Aleixo Jorge (1629, 1631 e 1632); João Maciel (1633); João Fernandes Madeira (1633); Amador Bueno (1636); Francisco Bicudo (1639); João Nogueira das Pazes (1643).

Escrivães: Sebastião Fernandes Camacho (1621); João Pedroso (1628); Rafael de Oliveira, o velho (1631 e 1632); Sebastião Fernandes Prêto (1633); Constantino Saavedra (1636); Antônio Lourenço (1643).

Tesoureiros: Domingos Luís (1609); Jerônimo de Brito (1615); Manoel Esteves (1620); Aleixo Jorge (1629, 1636 e 1638); Cláudio Furquim (1637); Estevão Fernandes Pôrto (1655); Pantaleão de Sousa Pereira (1639 e 1670).

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO:

Mordomos: Ascenso Ribeiro (1605); Diogo Moreira (1610); Sebastião de Freitas (1618).

Tesoureiro: Francisco Jorge (1633).

Escrivão: Rafael de Oliveira, o velho (1619).

CONFRARIA DE N. S. DO MONTE SERRATE:

Mordomo: Manuel Afonso (1633).

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA VILA DE SÃO VICENTE:

Mordomo: Paulo de Veres (1594).

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ITANHAÉM:

Mordomos: Garcia Rodrigues e Pero Figueiredo (1609).

CONFRARIA DE N. S. DA ASSUNÇÃO DA VILA DE SÃO VICENTE:

Mordomo: Antônio Afonso (1594).

CONFRARIA DE SANTO ANTÔNIO:

Mordomos: Sebastião Afonso (1594); Bento de Barros (1605); Ascenso Ribeiro (1609 e 1612); Aleixo Jorge (1612); André Lopes (1618); Paulo Silva (1619); Domingos Abreu (1621); Geraldo Correia (1640).

Escrivães: Pero Dias (1609); Salvador Lima (1633).

Tesoureiros: Vigário Manuel Nunes (1633); Domingos Lopes Pôrto (1670).

Juiz: Antônio Pinto (1615).

CONFRARIA DE SÃO SEBASTIÃO:

Mordomos: Domingos Maciel Valente (1615); Domingos Ribeiro (1616); João Nunes (1618); Jerônimo Bueno (1621).

Escrivão: João de Godói (1621).
Em 1619, Pedro de Oliveira recebeu em nome da confraria a esmola de dois mil réis feita por Martim Rodrigues.

Tesoureiro: Francisco da Costa (1670).

CONFRARIA DE SÃO BRÁS:

Mordomo: Antônio Teixeira (1621).

Escrivães: Matias Lopes (1615); Fernão Dias (1621).

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Mordomos: Manuel Gonçalves (1594); Pedro Morais Dantas (1599); Martim Lopes (1610); Matias de Oliveira e Francisco de Siqueira (1611); Pedro Vaz de Barros (1615); Amador Bueno e Fernão Dias (1617); Pascoal Delgado e Sebastião Fernandes Correia (1624); Domingos Cordeiro (1629); Domingos Cordeiro e Paulo Silva (1633).

Tesoureiro: João Martins do Prado (1672).
Em 1597, André Escudeiro recebia as esmolas feitas à confraria.

Procurador: Simão Rodrigues (1648).
Em 1633, Pedro de Oliveira, Francisco Jorge e Paulo Silva eram "oficiais" da confraria.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO:

Mordomos: Maurício de Castilho (1615); Manuel Gonçalves (1619).

CONFRARIA DE SÃO PAULO:

Mordomo: Gaspar Gomes (1617)

Escrivães: Antônio Rodrigues Miranda (1621); Sebastião Fernandes Prêto (1629).

CONFRARIA DE TODOS OS SANTOS:

Mordomo: Matias Lopes (1615)

CONFRARIA DE SÃO FRANCISCO:

Mordomo: Francisco João (1615).

Escrivão: Frei Simão de Cristo (1621).

CONFRARIA DE SANTANA DAS CRUZES:

Mordomo: Baltasar Correia (1629).

CONFRARIA DE SÃO MIGUEL:

Tesoureiro: Jorge de Sousa (1648).

CONFRARIA DE SANTA CATARINA DA MATRIZ DA VILA:

Mordomos: João de Santa Maria (1615); Pascoal Delgado (1621).

CONFRARIA DAS ALMAS:

Escrivão: Francisco Cubas (1622).

Tesoureiros: Jorge de Sousa (1648); Vigário Pedro Leme do Prado (1674).

CONFRARIA DE SANTA LUZIA:

Mordomos: Jerônimo de Brito (1615); Sebastião Fernandes Correia (1633).

Escrivão: Padre João Álvares (1621).

Tesoureiro: Francisco da Costa (1670).

CONFRARIA DO SENHOR:

Tesoureiro: Domingos Coutinho (1648).

CONFRARIA DE TODOS OS SANTOS:

Mordomo: Matias Lopes (1615).

CONFRARIA DE SÃO JOÃO:

Mordomos: Gonçalo Madeira (1615); Pero Leme (1617).

Escrivão: Frei Simão de Cristo (1621).

CONFRARIA DE SÃO JOSÉ:

Tesoureiro: Domingos Coutinho (1648).

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO CARMO:

Escrivão: Antônio de Santa Maria (1602).

Tesoureiro: Antônio Peres (1615).

CONFRARIA DOS FIÉIS DE DEUS:

Mordomo: Aleixo Jorge (1630).

CONFRARIA DE SANTO AMARO:

Mordomos: Calisto da Mota e João Peres (1617); Constantino Saavedra e Pero Domingues (1636).

Escrivão: Francisco Furtado (1636).

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE:

Tesoureiro: Francisco de Sousa (1670).

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE SANT'-ANA DE PARNAÍBA:
Mordomo: Tomé Fernandes da Costa (1640).
Escrivão: Tomé Fernandes da Costa (1640).

* * *

Em 1605, está assinalada a Confraria de Santo Amaro de Birapoeira da qual era mordomo Baltasar Gonçalves. Em 1615, João Burgos recebia as esmolas feitas à Confraria de Nossa Senhora da Apresentação. Em 1671, Francisco da Costa pelas cruzes das Confrarias de S. Sebastião e Santa Luzia, e Francisco Martins Batista pela de N. Sra. do Rosário dos Pretos. Nessa época, pagava-se invariàvelmente uma pataca pelo acompanhamento da cruz de cada uma das confrarias. Houve época em que José Martins do Prado recebeu pelas cruzes de Nossa Sra. do Rosário dos Pretos e Francisco de Sousa pelas da Confraria das Almas, de N. Sra. do Rosário, de S. José, de São Paulo, de São Benedito, de N. Sra. do Rosário dos Pretos, de N. Sra. da Boa Morte e de N. Sra. da Conceição. No ano de 1674, recebia Manuel Ferreira pelas cruzes das Confrarias de N. Sra. da Conceição, de N. Sra. do Rosário, das Almas e de Todos os Santos; João Vieira da Silva pela do Senhor, Manuel Simões pela de Santa Luzia, Frei José da Natividade pela de S. Bento, Bento Rodrigues Prêto pela de Santo Antônio e João Gonçalves Ribeiro pela de S. Miguel. Em 1648, quando fizera seu testamento, Rafael de Oliveira, o velho, declarava ser protetor da Confraria do Descendimento da Cruz à qual deixava "2$000 de esmola".

Os dados e a relação acima vêm, mais uma vez, provar a utilidade da publicação "Inventários e Testamentos" para o levantamento da História de São Paulo.

O Título "Cordeiro de Paiva" e as Pesquisas do Dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso em Portugal

As pesquisas do dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso, realizadas em Portugal, trouxeram-nos dados interessantíssimos que vêm completar e ampliar o Título "Cordeiro de Paiva", da "Genealogia Paulistana", de Silva Leme. Êsses novos dados dizem respeito, especialmente, a Gaspar Cordeiro, genitor de Valentim Cordeiro que foi o ponto inicial, no Planalto de Piratininga, de inúmeras famílias, não só paulistas mas também paranaenses. Gaspar Cordeiro casou-se em 1-9-1607 com Ana Matoso, viúva de Simão Luís.

Domingos Cordeiro (casado com Antónia de Paiva e tronco original do Título "Cordeiro de Paiva") e seu irmão Gaspar Cordeiro eram filhos de Domingos Fernandes e de sua mulher Maria Luís Cordeiro. Em um dos registros, encontrados pelo dr. Alfredo Matoso, vem assinalado Gaspar Cordeiro, das Pontes, aldeia onde deve ter vivido Gaspar, e pertencente à Freguesia de Santa Eufêmia de Penela, limítrofe de Espinhal. Na aldeia das Pontes viviam alguns Cordeiros, parentes de Gaspar e de Domingos. É certo, no entanto, terem Gaspar e seus irmãos nascido em Espinhal.

De Ana Matoso e Gaspar Cordeiro, nasceu Valentim Cordeiro, sobrinho, portanto, do bandeirante Domingos Cordeiro e que, como êste último, se localizou em São Paulo de Piratininga nos primórdios do século XVII. Valentim teve um irmão mais moço, Manuel Cordeiro, batizado aos 9-5-1625, na Igreja de São Sebastião, no Espinhal, distinguido com o Título de Moço da Câmara de Sua Majestade, pelo alvará de 7-4-1644, e que se dirigiu para as Índias.

As valiosas pesquisas do dr. Alfredo Matoso mostram ainda que Luís Cordeiro Matoso, sobrinho de Domingos Cordeiro, licenciou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, cidade onde exerceu a advocacia. Foi também o primeiro administrador da Capela de N. Senhora das Neves, na Igreja de São Sebastião, na vila do Espinhal, instituída pelo seu meio irmão Manuel Matoso Pestana. Um sobrinho neto de Domingos Cordeiro, de nome Luís Matoso Soares, formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra e exerceu os seguintes cargos: Juiz de Fora do Pôrto, Corregedor em Viseu, Corregedor nas Ilhas dos Açores, Corregedor do Civil na Côrte, Desembargador da Relação no Pôrto e da Casa da Suplicação. Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e segundo administrador da Capela de N. Senhora das Neves, na Igreja de S. Sebastião, na vila do Espinhal, instituiu o Morgado da Oliveirinha do qual foi primeiro administrador

seu irmão inteiro Bento de Almeida Cabral (também sobrinho neto do bandeirante Domingos Cordeiro), familiar do Santo Ofício, terceiro administrador da Capela de N. Senhora das Neves e primeiro do Morgado da Oliveirinha.

Dos estudos do dr. Alfredo Matoso, conclui-se ainda, que, na vila de Espinhal, do Conselho de Penela, Distrito e Bispado de Coimbra, houve intenso entrelaçamento entre as famílias Matoso, Cordeiro, Fernandes e Luís. A própria Ana Matoso, mãe de Valentim Cordeiro e cunhada de Domingos Cordeiro, teve um irmão, Manuel Luís Matoso, batizado aos 2-9-1582, no Espinhal, onde se casou aos 14-8--1609, com Isabel Cordeiro, filha de Domingos Fernandes e de sua mulher Maria Luís Cordeiro e portanto irmã do bandeirante Domingos Cordeiro e de Gaspar Cordeiro, segundo espôso de Ana Matoso cuja avó, Joana Matoso, se casara com João Luís, filho de Maria Luís, esta, com certeza parenta próxima de Maria Luís Cordeiro, mãe de Domingos Cordeiro.

Completando a "Genealogia Paulistana" de Silva Leme, graças às pesquisas do dr. Alfredo Matoso, podemos acrescentar como filhos de Domingos Fernandes e de sua mulher Maria Luís Cordeiro: —

1) Gaspar Cordeiro, casado com Ana Matoso, genitores de Valentim Cordeiro que se radicou em São Paulo.

2) Isabel Cordeiro, casada com Manuel Luís Matoso (irmão de Ana Matoso, mãe de Valentim Cordeiro).

3) Felipa Cordeiro, casada com Antônio Roiz, filho de Manuel Fernandes e sua mulher Felipa Dias, e nascido na Freguesia de S. Miguel, da Vila de Penela. Foram seus filhos: a) Padre Antônio Roiz, batizado no Espinhal em 13-1-1614. b) Padre Domingos Cordeiro, nascido no Espinhal.

4) Francisco Cordeiro, casado com Isabel Roiz, também filha de Manuel Fernandes e de Felipa Dias. Tiveram: a) Padre Miguel Cordeiro, batizado no Espinhal em 3-10-1624.

Do consórcio entre Ana Matoso e Gaspar Cordeiro, além de Valentim Cordeiro, nasceram: Gaspar Cordeiro, Luís Cordeiro Matoso, Francisco Cordeiro Matoso, João, Antônio, Manuel (nascido e falecido em 1618) e Manuel Cordeiro, batizado aos 9-5-1625. Do primeiro casamento de Ana Matoso (com Simão Luís), haviam nascido: Maria, Joana e Manuel Matoso Pestana, meios irmãos, portanto, de Valentim Cordeiro. Êsse Manuel Matoso Pestana, meio irmão de Valentim Cordeiro, instituiu a Capela de N. Senhora das Neves, na Igreja de S. Sebastião, na Vila do Espinhal, e da qual foi primeiro administrador o dr. Luís Cordeiro Matoso, irmão inteiro de Valentim Cordeiro.

O primeiro Matoso de que se tem notícia, no Espinhal, foi Luís Rodrigues Matoso a quem, em 1537, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra emprazou propriedades no Espinhal. Casou-se com Catarina ....

O casal teve os seguintes filhos:

F1) Manuel Matoso, solteiro em 1537, e sem mais notícias.

F2) Felipa Matoso, já casada em 1537 com Paulo Gonçalves, escrivão do Judicial e Almotaçaria da Câmara de Penela. O casal teve:

N1) Joana Matoso, falecida no Espinhal aos 30-1-1588 e casada com João Luís, filho de .... e de sua mulher Maria Luís.

O casal teve:

Bn1) Felipa Matoso, falecida no Espinhal a 2-2-1612, casada com Luís Fernandes Galgueiro, filho de Simão Fernandes Galgueiro (falecido no Espinhal aos 30-5-1576) e de sua mulher ....

Bn2) Simão Luís ou Simão Luís Matoso, casado com Maria Neto de Liz. Tiveram, entre outros: Maria de Liz, casada com o fidalgo Diogo Pedrosa Rabelo, já viúvo de d. Francisca Soutomaior e que era bisneto de Francisco Pedrosa, adail-mor do Reino, 3.o neto de Diogo Pedrosa, Mordomo-mor da Excelente Senhora, Rainha de Portugal.

Bn3) Manuel Luís Matoso, casado, no Espinhal, com Paula Antunes. Com geração.

De Felipa Matoso, casada com Luís Fernandes Galgueiro (Bn1), nasceram:

Tn1) Ana Matoso, casada duas vêzes, no Espinhal, a primeira com Simão Luís, aos 9-1-1594, filho de Manuel Fernandes e de sua mulher. O casal teve:

Qn1) Maria Luís ou Maria Matoso, casada, no Espinhal, a 2-8-1614 com Antônio Luís (parentes em 4.o grau). Sem mais notícias.

Qn2) Joana, sem notícias.

Qn3) Manuel Matoso Pestana que fêz parte da nobreza de Penela no século XVII. Casou-se com Potenciana do Rêgo e tiveram dois filhos falecidos ainda solteiros, durante a vida dos pais, e três filhas, tôdas freiras no Convento de Santa Clara de Figueiró dos Vinhos. Manuel instituiu a Capela de N. Senhora das Neves, na Igreja de São Sebastião do Espinhal, e da qual foi o primeiro admi-

nistrador o seu meio irmão dr. Luís Cordeiro Matoso, adiante indicado.

Ana Matoso (Tn1) casou-se pela segunda vez, aos 1-9-1607, com Gaspar Cordeiro, falecido no Espinhal, aos 22-4-1639, filho de Domingos Fernandes e de sua mulher Maria Luís Cordeiro e irmão inteiro do bandeirante Domingos Cordeiro. O casal teve:

Qn4) Gaspar Cordeiro, o moço, batizado no Espinhal, aos 4-6--1608 e casado com Isabel Fernandes, filha de Simão Fernandes que usava ainda o nome de Simão Esteves, e de sua mulher Isabel Cortês. Foram os terceiros avós do dr. José Joaquim da Costa Matoso Pestana, Juiz de Fora em Freixo de Espada à Cinta, durante o último quartel do século XVIII.

Qn5) Luís Cordeiro Matoso, batizado no Espinhal, aos 3-10--1610, licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado na mesma cidade, primeiro administrador da Capela de N. Senhora das Neves, instituída pelo seu meio irmão Manuel Matoso Pestana (Qn3). Luís casou-se no altar de S. Pedro, na Sé de Coimbra, aos 26-3-1634, com Antónia Soares, natural da mesma Freguesia da Sé, e filha de Antônio Lourenço Soares e de sua mulher Luísa Gomes.

O casal, entre outros, teve:

Pn1) D. Mariana de Almeida Soutomaior, casada, contra a vontade do pai, com o dr. Manuel Rodrigues do Vale, lente de Medicina da Universidade de Coimbra e familiar do Santo Ofício. Foram os oitavos avós do dr. Armando de Matos, autor do "Brasonário de Portugal" (V. Grande Enciclopédia Luso-Brasileira, Vol. XVI, pág. 594).

Pn2) Luís Matoso Soares, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, Corregedor em Vizeu e nas Ilhas dos Açores, Corregedor do Civil na Côrte, Desembargador da Relação no Pôrto e da Casa da Suplicação, Juiz de Fora no Pôrto, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, segundo administrador da Capela de N. Senhora das Neves, etc. Faleceu solteiro em Lisboa e foi sepultado na Igreja do Carmo. Teve um filho natural, perfilhado, que usava o mesmo nome e que morreu assassinado em Coimbra, quando estudante. Instituiu o Morgado da Oliveirinha, que teve, na falta daquele seu filho, como primeiro administrador, o seu irmão Bento de Almeida Cabral.

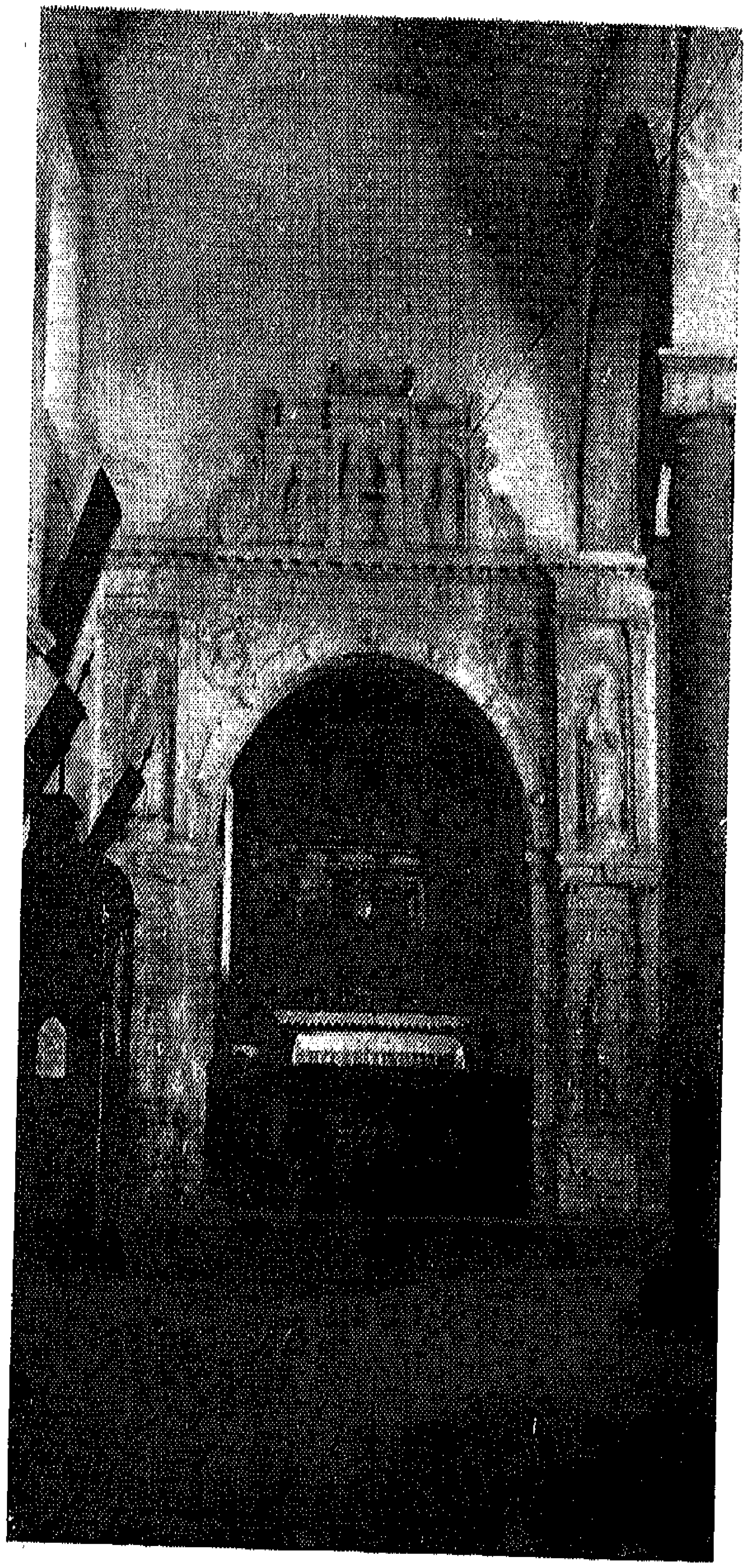
Pn3) Bento de Almeida Cabral, familiar do Santo Ofício, terceiro administrador da Capela de N. Senhora das Neves e primeiro do Morgado de Oliveirinha. Casou-se pela primeira vez com Isabel da Silva Tenreiro. Sem geração. Convolou para segundas núpcias com Joana da Cunha da Silveira que também usava o nome de Joa-



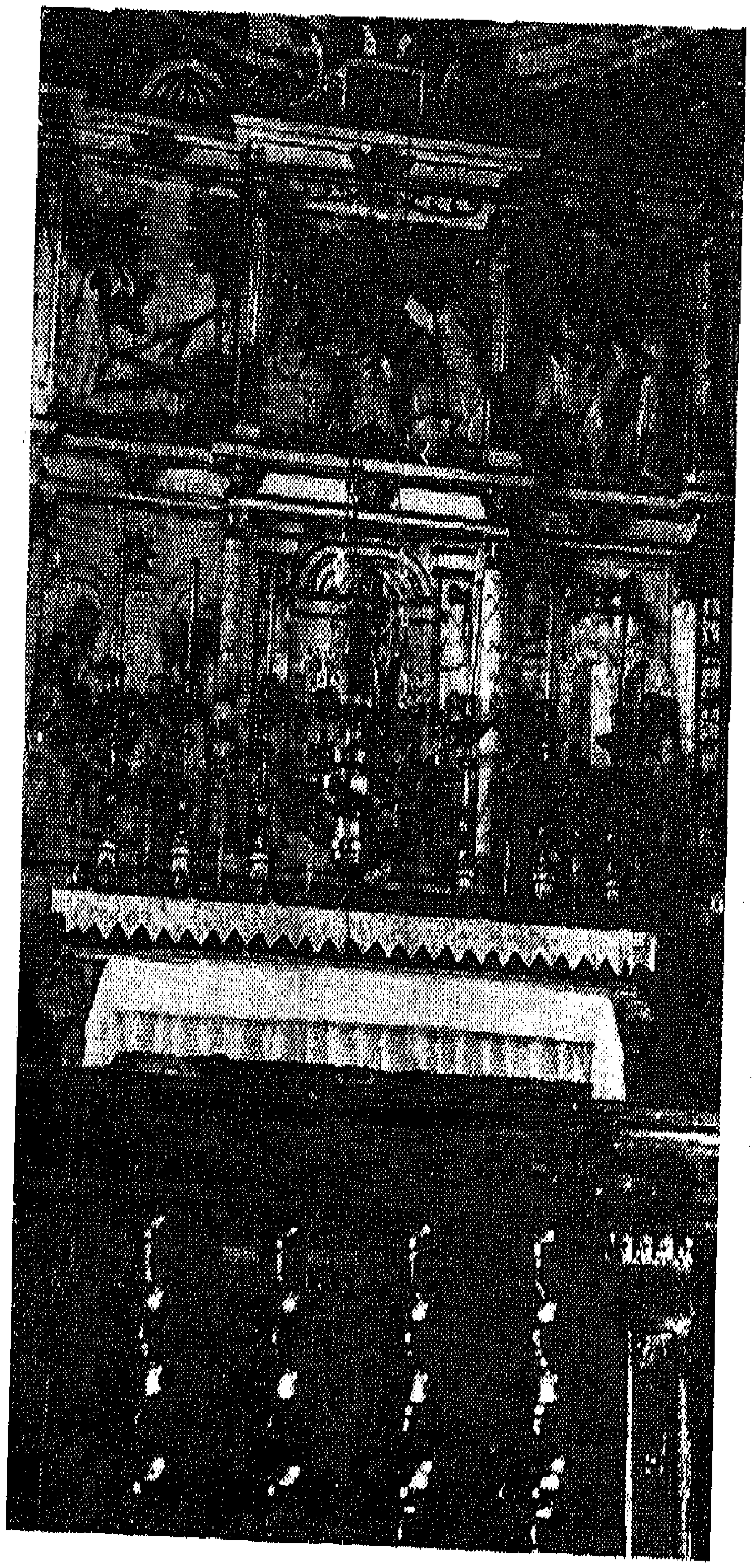
Igreja de S. Sebastião, matriz da Vila de Espinhal.



Altar-mór da Igreja de S. Sebastião, matriz da Vila de Espinhal



Capela de N. Sra. das Neves, na Igreja matriz da Vila de Espinhal. Os ornamentos que a circundam são em pedra lavrada bem como as estátuas dos santos. Em cima, na parte superior, está representada a visitação à Santíssima Virgem



Altar da Capela de N. Sra. das Neves, na Igreja matriz da Vila de Espinhal. A imagem é em terracota. No retábulo estão representadas cinco fases da vida da Virgem: Anunciação, Nascimento de Jesus, Aviso do Anjo a S. José, Fuga para o Egito e Coroação de Nossa Senhora

na de Almeida e Figueiredo. Com descendência em "Filgueiras Gaio", Tomo 4.o do Costado, Costados 178 verso e 134 verso. Foram os quartos avós dos conselheiros Francisco de Castro Matoso da Silva Côrte-Real, José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real, presidente do Conselho, ministro do Reino, ministro da Justiça, chefe do Partido Progressista na monarquia; Augusto Maria de Castro Matoso Côrte-Real, pai do dr. Augusto de Castro, ministro de Portugal em Paris em 1946, antigo e atual Diretor do "Diário de Notícias", membro da Academia das Ciências de Lisboa, e provável representante dos Matosos de Oliveirinha. São, entre outros, também descendentes de Bento de Almeida Cabral e de d. Joana da Cunha da Silveira: o dr. Antônio Avelino Joice, antigo diretor do Orfeão Acadêmico da Universidade de Coimbra, antigo governador civil de Bragança, e secretário geral do Govêrno Civil de Lisboa, em 1946; o dr. Artur de Araújo Ribeiro de Castro Côrte-Real, Juiz de Direito e diretor dos Serviços Jurídicos e Culturais da Câmara Municipal do Pôrto; d. Maria Luísa Clementina de Almada Saldanha e Quadros, atual representante dos barões e condes de Tavarede, casada com o Capitão-Tenente da Marinha José Rodrigues dos Santos.

Pn4) João Matoso Soares
Pn5) Antônio de Almeida Cabral — Um dêstes foi cônego do Mosteiro de Santa Cruz com o nome de Dom Clemente.

Eram ainda irmãos inteiros de Gaspar Cordeiro (Qn4) e de Luís Cordeiro Matoso (Qn5), filhos do segundo matrimônio de Ana Matoso (o realizado com Gaspar Cordeiro, irmão inteiro do bandeirante Domingos Cordeiro):

Qn6) Francisco Cordeiro Matoso, batizado no Espinhal aos 6-2-1613. Na opinião do dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso, talvez tenha também vindo para a Capitania de São Vicente e talvez seja o mesmo que assinalamos à página 23 de nosso trabalho intitulado: "O Bandeirante Domingos Cordeiro". Judiciosamente, porém, comenta o dr. Alfredo Matoso que os filhos de Gaspar Cordeiro e de Ana Matoso só assinaram Cordeiro ou Cordeiro Matoso e não simplesmente Matoso. Desejamos apenas lembrar que é muito plausível ter êle vindo para São Paulo com o seu irmão Valentim, embora exista um terceiro Francisco Matoso que se possa apontar como o signatário do testamento de Sebastião Gonçalves, em companhia de Domingos Cordeiro e Valentim Cordeiro (ver página 23 de "O Bandeirante Domingos Cordeiro", J. P. Leite Cordeiro, São Paulo, 1946). Trata-se do irmão de Ana Matoso, batizado no Es-

pinhal em 1585 e, portanto, tio materno de Valentim Cordeiro, e que também poderia ter vindo para o Brasil.

Qn 7) João, batizado no Espinhal aos 26-4-1615.

Qn 8) Antônio, batizado no Espinhal aos 21-2-1617.

Qn 9) Manuel, batizado no Espinhal, aos 9-1-1618, falecido menino.

Qn 10) Valentim Cordeiro, que veio para o Brasil e aqui se casou. Com geração.

Qn 11) Manuel Cordeiro, moço da Câmara de Sua Majestade pelo alvará de 7-4-1644. Batizado aos 9-5-1625. Foi para as Indias.

De Ana Matoso (Tn1), foram irmãos, e, portanto, filhos também de d. Felipa Matoso e de Luís Fernandes Galgueiro:

Tn 2) Manuel Luís Matoso, batizado aos 2-9-1582 no Espinhal onde se casou aos 14-8-1609, com Isabel Cordeiro, filha de Domingos Fernandes e sua mulher Maria Luís Cordeiro. O casal teve um filho, o padre João Cordeiro Matoso, e uma filha com o nome de Maria.

Tn 3) Francisco Matoso, batizado no Espinhal a 10-3-1585, e que, como já assinalamos, poderia ser o mesmo Francisco Matoso indicado à pág. 23 de "O Bandeirante Domingos Cordeiro".

Tn 4) João Rodrigues Matoso, batizado no Espinhal aos 24-3-1588, ali falecido aos 5-3-1640 e sepultado diante do altar do Santíssimo Sacramento, na Igreja de S. Sebastião, no Espinhal. Casou-se na mesma vila, aos 26-4-1603, com Maria de Eiró, natural do Espinhal, filha de Manuel de Eiró (irmão inteiro de Simão de Eiró, procurador da Câmara de Penela em 1590) e de sua mulher Isabel Fernandes, neta paterna de Simão Fernandes e de sua mulher Grácia de Eiró, todos do Espinhal. João Rodrigues Matoso e Maria de Eiró foram sextos avós do ilustre genealogista português dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso. Consta descendência em "Filgueiras Gaio", Tomo 4.º dos Costados, Costados 202 e 211, Tomo 2.º dos Costados, Costado 212 verso e Tomo 28.º — Título Vasconcelos, § 205, fls. 171, e na "Descendência Portuguêsa d'El-Rei D. João II", de Silva Canedo, volume 2.º Título IV, § 7.º alínea C —Mancelos Matoso, pág. 67 e nota IV do mesmo volume e págs. 400 e 401.

* * *

Domingos Cordeiro e Valentim Cordeiro estão, pois, ligados aos Matosos de Oliveirinha. A respeito da ascendência dos irmãos Gaspar Cordeiro, Domingos Cordeiro, Isabel Cordeiro e Felipa Cordeiro,

apesar de atilado pesquisador, o dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso nada pôde apurar além dos genitores (Domingos Fernandes e Maria Luís Cordeiro), porque em 1574, na vila do Espinhal, cessam os registros paroquiais. Acredita, porém, o ilustre genealogista português que João Luís, casado com Joana Matoso, talvez fôsse primo de Maria Luís Cordeiro, mãe de Domingos, de Gaspar, de Isabel e de Felipa.

O dr. Alfredo Matoso não pôde também apurar de quem foi filho Luís Rodrigues Matoso, mas, em razão dêste último ter pôsto o nome de Felipa a uma filha, o supõe filho de d. Felipa Matoso, filha bastarda de Gil Matoso, cavaleiro d'El-Rei D. João II (êste Gil Matoso ou um sobrinho de mesmo nome comandou uma nau de Vasco da Gama, na segunda expedição às Índias) e de Isabel Gonçalves, mulher solteira legitimada no ano de 1490 por El-Rei D. João II.

Gil Matoso, filho natural de Pedro Goncalves Matoso, cônego de Silves e arcediago de Lagos, e de Teresa Álvares, mulher solteira, foi legitimado por D. João II. Era neto paterno de Gonçalo Pires. O arcediago de Lagos e seu irmão Álvaro Gonçalves Matoso, segundo Manso de Lima, foram, ao que parece, os primeiros a usar o apelido Matoso, tendo ambos estado com o Infante D. Henrique na tomada de Ceuta.

Além de Gil Matoso, teve o cônego Pedro Gonçalves Matoso, da mesma mulher (Teresa Álvares), os seguintes filhos: Pedro Matoso, Gonçalo Matoso e João Matoso.

De Gil Matoso — sobrinho ou tio — descendem os condes de Bobadela, os condes de Camaride, o general Gomes Freire de Andrade e outros portuguêses e brasileiros ilustres. De Gonçalo Matoso (irmão de Gil Matoso, de Pedro e de João), descendem os condes de Pombeiro.

Além de Gil, há dois outros Matosos que se distinguiram como navegadores: 1) Brás Matoso, segundo Gaspar Correia, um dos capitães de Pedro Álvares Cabral na descoberta do Brasil. 2) Amador Matoso, navegador do século XVI, que atingiu as Molucas.

Existe no Brasil outro ramo dos Matosos, originário do Alemtejo. O primeiro a vir para a colônia foi Luís de Freitas Matoso, natural de Beringel, filho de Ascenso Gonçalves Matoso e de sua mulher Ana Fróis de Abreu que também usava o nome de Ana Fróis de Brito. Foi cavaleiro da Ordem de S. Tiago (3-7-1646) pelos serviços prestados em São Vicente e no Rio de Janeiro, sargento-mor do Rio de Janeiro e capitão-mor da Capitania de São Vicente, nomeado pelo Governador D. Luís de Sousa por volta de

1612, ouvidor da mesma Capitania por Provisão de Martim Correia de Sá, renovada pelo ouvidor geral Amâncio Rabelo Coelho, aos 20-3-1621. Casou-se no Rio de Janeiro com Inês da Costa Albernãns, natural do Rio de Janeiro e filha de Aleixo Manuel, também do Rio de Janeiro, e de sua mulher Francisca da Costa Albernãns. No processo de Ascenso (filho do casal) para cavaleiro de S. Bento de Aviz, consta existirem rumores de ascendência judaica na familia de sua mãe. Faleceu idoso no Rio de Janeiro.

O casal teve: Ascenso Gonçalves Matoso, cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, aos 12-7-1647, pelos serviços prestados no Rio de Janeiro e no Reino, capitão da Fortaleza de S. João da Barra, no Rio de Janeiro. Depois de ter prestado serviços no Reino, de 1645 a 1646, foi promovido a capitão em 1647, embarcando de novo para o Rio de Janeiro em companhia de Gonçalo Correia de Sá e Benevides e ali falecendo.

Diante dessas tão preciosas e esclarecedoras pesquisas do dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso, patenteia-se, mais uma vez, a necessidade do entrosamento entre os pesquisadores portuguêses e brasileiros, cujo intercâmbio só tem podido e poderá sempre esclarecer e completar a História do Brasil e de Portugal.

Foi em boa hora que recorremos ao auxílio daquele grande conhecedor dos arquivos lusitanos de onde, em solícita gentileza, retirou êle os dados por nós aqui transcritos e que vieram satisfatòriamente completar a "Genealogia Paulistana", de Silva Leme, no que diz respeito ao Título "Cordeiro de Paiva". Ao dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso, deixamos, portanto, nestas linhas, os nossos profundos agradecimentos.

Denominações a Grupos Escolares

Levado pelo seu alto espírito público e, sobretudo, conhecendo o valor educativo e exemplificador da História, tão bem fixado na magistral frase de Cícero: "A História é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, *a Mestra da Vida*", houve por bem o Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, quando Interventor Federal em São Paulo, solicitar-nos a elaboração de justificações para que fôsse denominada, de acôrdo com as glórias passadas e os vultos históricos das localidades em que se encontrava, mais de uma centena de grupos escolares do Estado de São Paulo.

Demos cumprimento ao mandato, na medida de nossas fôrças, elaborando as justificações que serviram para as denominações dadas a estabelecimentos de ensino, no Estado bandeirante, através dos decretos n.ºs 16.720, de 15 de janeiro de 1947, n.º 16725 e n.º 16726, ambos de 16 de janeiro de 1947, n.º 16.773, de 23 de janeiro de 1947, n.º 16.805 de 28 de janeiro de 1947, n.ºs 17.078 e 17.102, ambos de 18 de março de 1947.

Compreendendo o alcance da medida, o historiador patrício Professor Tito Lívio Ferreira, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, aos 5 de fevereiro de 1947, pronunciou-se a respeito do sábio ato governamental.

Transcrevemos abaixo, em primeiro lugar, os referidos decretos e, logo em seguida, as palavras do Professor Tito Lívio Ferreira.

DECRETO N. 16720, DE 15 DE JANEIRO DE 1947

Dá denominações a estabelecimentos de ensino

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que a lei lhe confere

Decreta:

Artigo 1º. — Passam a ter as denominações adiante mencionadas, os seguintes estabelecimentos de ensino:

Grupo Escolar de Campos do Jordão — GRUPO ESCOLAR "DR. DOMINGOS JAGUARIBE".

"Entre os pioneiros de Campos do Jordão, salienta-se o dr. Domingos Jaguaribe, ilustre médico, cientista e historiador, que

prestou relevantes serviços ao Brasil, representando-o em vários Congressos Internacionais entre os quais foi notável o de Hipnotismo, realizado em Paris no ano de 1900.

"Por duas vêzes ocupou a cadeira de deputado na Assembléia Legislativa, representando o Ceará e São Paulo. Dedicou-se a Campos do Jordão, onde fundou a vila que recebeu o seu nome, e de cujo desenvolvimento inicial foi um dos mais eficientes realizadores".

Grupo Escolar de Tremembé — GRUPO ESCOLAR "MANUEL CABRAL".

"O nome de Manuel Cabral avulta no passado de Tremembé como o seu fundador em princípios do século XVII. Descendente de Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil, Manuel Cabral enfrentou os perigos da selva e a agressividade dos índios que habitavam a região, fazendo surgir o núcleo originário do atual Município de Tremembé. Justo é, portanto, que se homenageiem os seus esforços e a sua coragem, graças aos quais o Brasil do século XVII viu bruxolearem os primeiros fogos em Tremembé".

Grupo Escolar da Vila de São Geraldo, em Taubaté — GRUPO ESCOLAR "AMADOR BUENO DA VEIGA".

"A indicação do nome de Amador Bueno da Veiga para o Grupo Escolar da Vila de São Geraldo, justifica-se por si mesma. Naquela heróica plêiade constituida pelos moradores de Piratininga, o seu nome foi uma verdadeira bandeira sob cuja sombra reuniram-se os contingentes paulistas que destemerosamente revidaram às ofensas e à ignominiosa conduta dos Emboabas no Capão da Traição.

"O já então famoso caminho do Vale do Paraíba tornou-se mais célebre quando Amador Bueno da Veiga, o "Cabo Maior e Defensor da Pátria", palmilhou-o à frente das hostes paulistas. Com tôda certeza a Vila de São Geraldo sentir-se-á orgulhosa ao inscrever no frontispício do seu Grupo Escolar o nome do heróico e valoroso chefe".

Grupo Escolar Rural de Coruputuba, em Pindamonhangaba — GRUPO ESCOLAR RURAL "ANTÔNIO BICUDO LEME".

"Pindamonhangaba foi fundada por volta de 1690, pelo Capitão Antônio Bicudo Leme, cujo espírito realizador reuniu em tôrno de si o irmão Brás Esteves Leme e seus genros João Correia de Magalhães e Pedro de Magalhães, além de um filho, Manuel da Costa Leme.

"Assinala Pedro Taques, na Nobiliarquia Paulistana, que, graças aos esforços do Capitão Antônio Bicudo Leme e de sua família, El-Rei D. João V concedeu a Bom Sucesso de Pindamonhangaba o título de Vila. Era um dos primeiros serviços prestados à

Pindamonhangaba, justo pois que um de seus grupos escolares ostente o nome do Capitão Antônio Bicudo Leme".

Grupo Escolar de Natividade da Serra — GRUPO ESCOLAR "FIGUEIRA DE TOLEDO".

"Em meados do século XIX, José Lopes Figueira de Toledo viu seus esforços coroados pela elevação da antiga Capela do Rio do Peixe à categoria de Freguesia, graças à lei provincial n. 33, de 24 de abril de 1858.

"Não eram ainda decorridos dez anos, quando a 18 de abril de 1863, Natividade ganhou o título de Vila, desmembrando-se de Paraibuna.

"Na história primitiva de Natividade da Serra, surge Figueira de Toledo como um pioneiro trabalhador e batalhador. Justo é pois que o seu nome impregne de tradição o grupo escolar de Natividade da Serra".

Grupo Escolar de Cesário Lange, em Tatuí — GRUPO ESCOLAR "CESÁRIO LANGE".

"O nome de Cesário Lange já lembrava o seu valor e as suas realizações, porém, agora ele passará definitivamente a expressar a justa homenagem de que é merecedora a figura ilustre e singular cuja personalidade encheu de vida, de atividades e de operosidade a cidade de Tatuí".

Grupo Escolar de Brigadeiro Tobias, em Sorocaba — GRUPO ESCOLAR "BRIGADEIRO TOBIAS".

"Nada mais justo do que confirmar o nome do Brigadeiro Tobias neste Grupo Escolar de Sorocaba, cenário agitado da revolução de 1842, em cujos acontecimentos o valoroso militar e digno homem público desempenhou papel ativo e saliente".

Grupo Escolar de Santa Rosália, em Sorocaba — GRUPO ESCOLAR "SANTA ROSÁLIA".

"Confirmando em Santa Rosália, o nome do seu grupo escolar, firma-se mais uma vez o objetivo inicial da sua denominação: — gravar perenemente o nome da Patrona de Palermo, a milagrosa solitária do Monte Pelegrino, cujas relíquias são veneradas em todo o mundo".

Grupo Escolar Rural da Estação de Rodovalho, em São Roque — GRUPO ESCOLAR RURAL "COMENDADOR RODOVALHO".

"O nome do Comendador Rodovalho, inscrito neste grupo escolar, relembrará os benefícios que prestou a esta região com o seu gênio empreendedor e com a realização de suas dinâmicas atividades. Na Estrada de Ferro Sorocabana, uma estação já osten-

ta o seu nome e agora êste grupo escolar transmitirá aos alunos que por lá passarem a história dos seus méritos e do seu valor".

Grupo Escolar Rural de Varnhagen, em Araçoiaba da Serra — GRUPO ESCOLAR RURAL "ADOLFO DE VARNHAGEN".

"Denominando Grupo Escolar Adolfo de Varnhagen, o Grupo Escolar Rural de Varnhagen, em Araçoiaba da Serra, o Estado de São Paulo vem, mais uma vez, homenagear o admirável autor da "História Geral do Brasil", que, através de uma vida inteiramente dedicada à Pátria, erigiu um dos maiores monumentos da nossa literatura e da nossa historiografia, elucidando inúmeros pontos de nosso passado, até sua época ainda obscuros e cheios de dúvidas.

"Mais do que justo, é necessário e imprescindível que o seu nome lembre, em um grupo escolar, a nossa gratidão pela sua magnífica obra".

Grupo Escolar de Tapiraí, em Piedade — GRUPO ESCOLAR "VICENTE GARCIA".

"Dando a seu estabelecimento de ensino primário o nome de Grupo Escolar Vicente Garcia, Piedade renderá homenagem ao magnânimo vulto de seu passado que, concedendo terreno para o patrimônio da primitiva Capela, elevada sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, consolidou a situação insegura daquela povoação incipiente. Outros nomes enfileiram-se aos de Vicente Garcia, mas, entre todos, é êste o mais preponderante e, portanto, o mais indicado para que Piedade renda um tributo de gratidão aos seus fundadores".

Grupo Escolar de Boituva — GRUPO ESCOLAR "CORONEL JOSÉ CAMPOS DE ARRUDA BOTELHO".

"Ao Coronel José Campos de Arruda Botelho, deve Boituva sua ereção à Vila, em 1906, além de inúmeros outros benefícios como a doação de terras para o levantamento de utilidades públicas que até hoje servem aos seus moradores e aos habitantes da vizinhança. Justo, pois, que o seu nome ornamente o grupo escolar de Boituva, a cuja administração e progresso dedicou-se carinhosamente".

Grupo Escolar de Jurumirim, em Tietê — GRUPO ESCOLAR "HÉRCULES FLORENCE".

"Inscrevendo o nome de Hércules Florence no Grupo Escolar de Jurumirim será prestado um tributo a quem realmente o merece. Em princípios do século passado, repetindo a proeza dos bandeirantes, Hércules Florence partiu, em monção, Tietê abaixo, em direção a Mato Grosso, e, graças aos seus dotes artísticos, pôde fixar em magníficas pinceladas vários aspectos de nosso interior: mata-virgem, campos, portos fluviais, pousos à beira das estradas, plantas, animais, etc., legando-nos precioso material iconográfico.

"Deixou, além disso, o admirável livro "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825-1829", que mereceu uma tradução e um prefácio do Visconde de Taunay, e que ainda recentemente foi de novo editado para que não perdêssemos tão preciosa documentação sôbre o Brasil.

"Justíssimo, pois, que o seu nome seja inscrito em um grupo escolar de Tietê, a tradicional passagem dos bandeirantes, também cruzada em princípios do século XIX por Hércules Florence".

Grupo Escolar de Macaubal, em Monte Aprazível — GRUPO ESCOLAR "PORFÍRIO PIMENTEL".

"No passado de Monte Aprazível, antiga povoação de Água Limpa, avulta o nome de seu fundador, o Capitão Porfírio Pimentel, que, radicado na região, ali desenvolveu suas atividades, impregnando-a com as características de um progresso baseado sempre em trabalho honesto e construtivo.

"Merece, portanto, o seu nome ser inscrito no portal do Grupo Escolar por onde passam os futuros cidadãos de Monte Aprazível".

Grupo Escolar de General Salgado — GRUPO ESCOLAR "GENERAL SALGADO".

"O nome do General Salgado está profundamente gravado no coração dos paulistas e de todos os brasileiros que, em 1932, acompanharam o desenrolar da Revolução Constitucionalista, desabafo incontido daqueles que desejavam para o Brasil a segurança dos princípios democráticos e o bem-estar de um regime político onde imperassem os ideais de um povo livre, governado por seus eleitos, escolhidos também livremente.

"Na pessoa do General Salgado, juntavam-se os atributos de patriota, de idealista e de militar, que sacrificou a vida pelo bem da Pátria. Nada mais justo que seu nome lembre, nesse Grupo Escolar, aquêle destino glorioso, dignificante exemplo para quem por ali passar".

3º Grupo Escolar de São José dos Campos — GRUPO ESCOLAR "ÂNGELO DE SIQUEIRA AFONSO".

Grupo Escolar de Sant'Ana do Paraíba, em São José dos Campos — GRUPO ESCOLAR "FRANCISCO JOÃO LEME".

"Iniciada no século XVI por um aldeamento de índios Guaianases, emigrados de Piratininga e congregados pelo Padre José de Anchieta nas margens do Rio Paraíba, a chamada Vila Velha pouco tempo existiu. Em meados do século seguinte, Ângelo de Siqueira Afonso e Francisco João Leme solicitaram sesmarias naquele local, levantando ali a primeira matriz. Seus esforços frutificaram

e, dentro de poucos anos, a pequena povoação já apresentava um aspecto de progresso, reunindo vários fogos e muitas propriedades rurais.

"Os nomes dos fundadores da atual São José dos Campos irão com justiça perpetuar o primeiro capítulo da sua história nos frontispícios dos grupos escolares de São José dos Campos e de Sant' Ana do Paraíba".

Grupo Escolar de Santa Branca — GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE SANTA BRANCA".

"Francisco Lopes Chaves, Barão de Santa Branca, está intimamente ligado ao passado da cidade de Santa Branca cujo nome ornamentou-lhe o título nobiliárquico, concedido por D. Pedro II. Dotado de grandes virtudes cívicas, chefiou o Partido Conservador naquela região, militando na política do País, através da qual teve oportunidade de prestar ótimos serviços ao Brasil. Foi um abolicionista incondicional e seu magnânimo coração beneficiou largamente os moradores de Santa Branca, onde até hoje sua memória é venerada e abençoada. A denominação Grupo Escolar Barão de Santa Branca vem homenagear e, mais uma vez, reverenciar o brilhantismo da sua vida útil e eficiente".

Grupo Escolar do Bairro de São João, em Jacareí — GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE JACAREÍ".

"Bento Lúcio Machado, primeiro Barão de Jacareí, distinguiu-se pelas suas obras de caridade e pelos empreendimentos que impulsionaram a já próspera região vizinha de Jacareí. Ali faleceu em 8 de novembro de 1857, dignificado pela Coroa de Barão com grandeza, concedida pelo Imperador D. Pedro II, em virtude de seus méritos e de seu valor.

"Justifica-se, pois, amplamente que o seu título — Barão de Jacareí — seja a nova denominação do Grupo Escolar do Bairro de São João, na cidade de Jacareí, para cujo progresso tanto contribuiu".

Grupo Escolar do Preventório de Jacareí — GRUPO ESCOLAR "LAMARTINE DELAMARE".

"O nome de Lamartine Delamare Nogueira da Gama impõe-se na escolha para designação do Grupo Escolar do Preventório de Jacareí, graças aos seus méritos e qualidades de educador, alta e sacrossanta missão à qual se dedicou carinhosamente naquela cidade cujos moradores sentir-se-ão honrados e desvanecidos ao terem o nome de Lamartine Delamare lembrando, naquele grupo, um grande amor e uma profunda dedicação pela juventude de Jacareí".

Grupo Escolar de Vila Prado, em São Carlos — GRUPO ESCOLAR "BISPO DOM GASTÃO".

"As virtudes de Dom Gastão Liberal Pinto, o ilustre prelado que, na Diocese de São Carlos, durante todo o seu episcopado, tão bem soube espalhar benefícios espirituais, físicos e morais entre as ovelhas apascentadas pelo seu báculo de bom pastor, é uma das muitas justificativas para que seu nome, nimbado de uma piedosa auréola e revestido com a santidade de um sacerdócio inteiramente dedicado a uma divina missão, perpetue, neste Grupo Escolar, um pouco da imensa gratidão do povo de São Carlos pelo seu nobre antístite".

Grupo Escolar de São Vicente — GRUPO ESCOLAR "CAPITÃO-MOR GONÇALO MONTEIRO".

"Ocupando a suprema direção da Capitania de São Vicente entre 1533 e 1538, como seu primeiro Capitão-mor, Gonçalo Monteiro iniciou a série valorosa dos administradores coloniais da célebre região cujos habitantes fariam, durante os séculos XVI e XVII, a grandeza territorial do Brasil.

"Governando a nova terra, concedendo sesmarias, provendo ofícios e encargos, harmonizando as querelas e pendências iniciais, interferindo no apaziguamento das tribos vizinhas, muitas vêzes ferozes pela sua belicosidade, Gonçalo Monteiro começou a administração e deu orientação segura à Capitania que, no século XX, veio a constituir o nosso progressista Estado. Justa homenagem é possuir São Vicente, a primeira Vila do Brasil, o nome do Capitão-mor Gonçalo Monteiro gravado em seu Grupo Escolar".

Grupo Escolar de Itariri, em Itanhaém — GRUPO ESCOLAR "PADRE LEONARDO NUNES".

"Para justificar a denominação do Grupo Escolar de Itariri como Grupo Escolar Padre Leonardo Nunes, é suficiente transcrevermos as palavras do Padre José de Anchieta: — "Com as pregações e vida exemplar do padre Leonardo Nunes, começou Deus a mover e trazer à confissão de seus pecados os moradores daquela Capitania (São Vicente), que os mais dêles trabalhavam por se apartar de seus vícios, uns casando-se com índias que tinham por mancebas, outros afastando-se delas, buscando-lhes maridos; outros vivendo bem em seu estado matrimonial e todos com grande espanto de si, conhecendo a cegueira em que tinham vivido".

"Conhecido também pelo nome de Abarabêbe — Padre voador — Leonardo Nunes exerceu benéfica ação, principalmente no litoral e na região de Itanhaém".

Grupo Escolar de Pompéia, em Santos — GRUPO ESCOLAR "MARQUÊS DE SÃO VICENTE".

"A denominação Grupo Escolar Marquês de São Vicente impõe-se na cidade de Santos, não só por ser o ilustre homem públi-

co, dr. José Antônio de Pimenta Bueno, dela originário, mas também porque prestou inestimáveis serviços ao nosso País.

"Formado em direito pela Academia de São Paulo, exerceu, em Santos, os cargos de Juiz de Fora e Juiz da Alfândega. Logo depois desempenhou o cargo de Juiz de Direito na Comarca de São Paulo.

"Desembargador da Relação no Maranhão, em 1844, e na Côrte, em 1847, aposentou-se com as honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

"Foi presidente da Província do Rio Grande do Sul, e também da de Mato Grosso. Deputado Geral em 1845, exerceu em 1853 a Senatoria. Ministro dos Estrangeiros e Ministro interino da Justiça em 1847, desempenhou ainda os cargos de Presidente do Conselho e de Ministro Plenipotenciário, êste no Paraguai onde prestou valiosos serviços ao Brasil.

"Suas realizações foram notáveis no campo da política, da administração, da economia e em vários outros setores e sempre as fez de maneira brilhante graças a raras qualidades de inteligência e de cultura. Como patrono de um dos seus grupos escolares, Santos homenageará assim a um dos seus mais dignos filhos".

Grupo Escolar de Cubatão, em Santos — GRUPO ESCOLAR "JULIO CONCEIÇÃO".

"Dando ao Grupo Escolar de Cubatão o nome de Júlio Conceição, a cidade de Santos renderá tributo ao gênio empreendedor do ilustre varão dedicado ao bem público e cujas obras de caridade até hoje são lembradas pelos santistas. Suas realizações no campo da assistência social ainda refletem benefícios através do Instituto Escolástica Rosa e de outras instituições da cidade litorânea, que têm por objetivo mitigar as penas e os sofrimentos alheios. Justo, pois, que o seu nome seja dado ao atual grupo escolar de Cubatão'.

4.o Grupo Escolar de Rio Claro — GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE PIRACICABA".

"Antônio Pais de Barros, primeiro Barão de Piracicaba, foi um dos pioneiros da cultura do café no Estado de São Paulo, em sua fazenda São João do Rio Claro, tendo ainda prestado ótimos serviços como Deputado às Côrtes Portuguêsas (1821-1822) e na Assembléia Geral (2.a Legislatura — 1830-1833).

"Deputado à Assembléia Provincial na 1.a, 4.a e 6.a Legislaturas, apresentou o projeto de uma estrada de ferro ligando São Paulo a Santos. Tais méritos possuía que D. Pedro II o agraciou com o título de Barão de Piracicaba. Nada mais justo que seu nome seja dado ao 4.o Grupo Escolar de Rio Claro".

Grupo Escolar de Ipeúna, em Rio Claro — GRUPO ESCOLAR "DESEMBARGADOR MANUEL JORGE RODRIGUES".

"Entre os muitos títulos que credenciam o nome de Manuel Jorge Rodrigues para patrono dêste Grupo Escolar, enumeramos apenas os seguintes: Desembargador, Diretor da tradicional Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, membro do Conselho de Instrução Pública e Juiz de Direito de Rio Claro onde teve a oportunidade, através de seus conhecimentos jurídicos, de executar com grande serenidade a difícil missão de ajudar a Justiça".

Grupo Escolar de Brotas — GRUPO ESCOLAR "D. FRANCISCA RIBEIRO DOS REIS".

"Dona Francisca Ribeiro dos Reis foi, em 1840, a fundadora de Brotas. Dotada de um íntimo piedoso, fez erigir uma Capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, em terreno de sua propriedade, parte integrante da chamada Fazenda Velha. Em redor do pequeno templo, juntaram-se os moradores da região, dando início a pequeno núcleo de povoamento, origem da atual cidade. Justo, pois, que Brotas tenha o nome da sua fundadora, d. Francisca Ribeiro dos Reis, em um dos seus grupos escolares".

Grupo Escolar de Itapuí — GRUPO ESCOLAR "MANUEL RODRIGUES FERREIRA".

"Manuel Rodrigues Ferreira em companhia de sua espôsa, d. Avelina Augusta Ferreira do Amaral, constituiram dois lídimos paradigmas dos heróicos bandeirantes de São Paulo, pois foram êles que, em fins do século passado, chegaram à região onde hoje se levanta Itapuí e, desbastando o sertão rude e agreste e derrubando as matas, ali formaram a primeira fazenda de café e construiram a primeira casa de tijolos, quando, graças aos seus esforços e aos de sua família, se constituiu o núcleo originário da cidade. Justo, pois, que Manuel Rodrigues Ferreira, cuja ação honesta, operosa e realizadora até hoje fecunda, através do trabalho de seus descendentes, a boa terra de Itapuí, seja indicado para êste grupo escolar".

Grupo Escolar da Fazenda Ermida, em Jundiaí — GRUPO ESCOLAR "RAFAEL DE OLIVEIRA".

"O nome de Rafael de Oliveira salienta-se no passado de Jundiaí como fundador da povoação seiscentista, da qual se originou um dos mais prósperos centros industriais no atual Estado de São Paulo. Bandeirante cheio de glórias, Rafael de Oliveira muitas vêzes se internou pelo sertão, contribuindo para a conquista do imenso território que o Brasil de hoje ostenta orgulhoso do seu passado.

"Como administrador, Rafael de Oliveira, durante o século XVII, desempenhou quase todos os cargos de relevância na Câmara da Vila de São Paulo: Almotacel, Vereador e Procurador do Conselho.

"Tronco originário de inúmeros paulistas e aureolado com uma vida útil e inteiramente votada ao bem público, é justo que seu nome lembre aos jundiaienses um pouco de seu passado e da gloriosa história de São Paulo".

Grupo Escolar da Ponte São João, em Jundiaí — GRUPO ESCOLAR "PEDRO DE OLIVEIRA".

"Pedro de Oliveira manteve a tradição de sua família em bem servir ao Brasil. Bandeirante do século XVII, seu nome prende-se intimamente à história de Jundiaí nos seus primórdios. Radicado na antiga povoação dedicada a Nossa Senhora do Destêrro, tanto êle como seus descendentes muito fizeram pelo desenvolvimento e pelo progresso daquela região. Como bom paulista, internou-se várias vêzes no sertão, vindo a falecer numa dessas penetrações, graças às quais os celebérrimos "Gigantes de botas" fizeram recuar o não menos afamado Meridiano das Tordesilhas.

"Com seu nome em um dos grupos escolares, Jundiaí renderá homenagem à sua tão bela quão heróica história".

Grupo Escolar de Jarinu, em Atibaia — GRUPO ESCOLAR "JERÔNIMO DE CAMARGO".

"Fundando Atibaia na segunda metade do século XVII, o paulista Jerônimo de Camargo, cujas atividades políticas e administrativas ficaram bem marcadas na Câmara da Vila de São Paulo, onde exerceu vários cargos de relevância, bem merece seja dado seu nome ao Grupo Escolar de Atibaia, cidade que a êle deve o seu próprio nascimento".

Grupo Escolar de Murungaba, em Itatiba — GRUPO ESCOLAR "ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA".

"Salienta-se, na história de Itatiba, o nome de Antônio Rodrigues da Silva, primitivo habitante da região. Graças aos seus esforços, elevou-se por volta de 1814 uma capela na margem do Ribeirão Cachoeira, tendo como patrona Nossa Senhora do Belém. Todos os domingos e dias santos, a missa atraía para o pequeno templo os moradores da vizinhança e, dentro em pouco, ali surgia um pequeno centro donde se irradiou a atual Itatiba. Justo, pois, que o nome de Antônio Rodrigues da Silva lembre aos itatibenses os primórdios do seu passado".

Grupo Escolar de Santa Rita, em Guaratinguetá — GRUPO ESCOLAR "EMBAIXADOR RODRIGUES ALVES".

"Ainda está bem viva na memória de Guaratinguetá, de São Paulo e do Brasil, a perda irreparável do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves que, continuando a tradição de sua família em ser útil ao Brasil, desempenhou-se admiràvelmente, no estrangeiro, das várias missões a êle confiadas pelo nosso Govêrno.

"Representando sua pátria em outras nações, sempre elevou o nosso País com a sua conduta de homem culto, inteligente e de acendrado patriota. Justo, pois, que Guaratinguetá, sua cidade natal, lhe homenageie a memória, dando ao grupo escolar de Santa Rita o nome de Grupo Escolar Embaixador Rodrigues Alves".

Grupo Escolar de Itagaçaba, em Cruzeiro — GRUPO ESCOLAR "SARGENTO-MOR ANTÔNIO LOPES DO LAVRE".

"Nada mais justo prestar Cruzeiro esta homenagem ao seu fundador, o Sargento-Mor Antônio Lopes do Lavre, que em 1781 elevou uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, núcleo da atual cidade de Cruzeiro. Não fôsse o espírito tão piedoso quão empreendedor de Lopes do Lavre, não veria talvez o século XVIII surgir mais uma povoação brasileira, nascedouro do atual município de Cruzeiro. Bem cabe, pois, o seu nome neste grupo escolar".

2.o Grupo Escolar de Presidente Prudente — GRUPO ESCOLAR "CORONEL JOSÉ SOARES MARCONDES".

Grupo Escolar de Anhumas, em Presidente Prudente — GRUPO ESCOLAR "CORONEL FRANCISCO WHITACKER".

"Na ainda recente fundação de Presidente Prudente, que data de 1917, avultam os nomes do Coronel Francisco Whitacker e do Coronel José Soares Marcondes.

"Enquanto o Cel. Francisco de Paula Goulart iniciava o desbravamento das matas, quando os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana atingiam apenas a cidade de Indiana, cuidaram intensamente o Cel. José Soares Marcondes e o Cel. Francisco Whitacker da colonização para a qual levaram auxílio, contribuindo de modo acentuado para o progreso daquela que, futuramente, seria considerada a Capital da Alta Sorocabana. Justo, pois, que seus nomes sejam inscritos nos grupos escolares da cidade".

Grupo Escolar de Álvares Machado — GRUPO ESCOLAR "ÁLVARES MACHADO".

"Justifica-se plenamente a designação Grupo Escolar Álvares Machado para o atual grupo escolar da cidade de Álvares Machado, porque o nome do ilustre parlamentar da época do Império inscreve-se nas páginas da história do Brasil e também nas páginas da história de São Paulo, através de uma vida inteiramente dedicada ao bem público.

"Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, além de médico generoso e caritativo, ocupou altos cargos administrativos, como a presidência da Província do Rio Grande do Sul, onde pôde desenvolver influência benéfica e salutar para o apaziguamento da luta fratricida que assolava o solo gaúcho. Batalhando pela proclamação da maioridade de D. Pedro II, prestou também valioso serviço ao Brasil.

"Justo, pois, que seu nome seja inscrito no Grupo Escolar de Álvares Machado, município que já muito se orgulha de ser assim denominado".

Grupo Escolar Rural da Usina Bellodi (Bairro do Côco), em Jaboticabal — GRUPO ESCOLAR RURAL "SABINO SOARES DE CAMARGO".

"O nome de Sabino Soares de Camargo prende-se intimamente ao histórico de Monte Alto, pois foi em sua residência, à rua do Comércio esquina da rua Herculano Livramento, onde funcionou a primeira Câmara Municipal da cidade.

"Nada mais justo, pois, que seu nome seja inscrito em um dos grupos escolares de Monte Alto".

Grupo Escolar do Bairrinho, em Piracicaba — GRUPO ESCOLAR "CAPITÃO ANTÔNIO CORREIA BARBOSA".

Grupo Escolar de Campestre, em Piracicaba — GRUPO ESCOLAR "PADRE JOÃO MANUEL DA SILVA".

Grupo Escolar de Divisa, em Piracicaba — GRUPO ESCOLAR "FELIPE CARDOSO".

Grupo Escolar Rural de Dois Córregos, em Piracicaba — GRUPO ESCOLAR RURAL "PEDRO MORAIS CAVALCANTI".

"A história de Piracicaba permite que se busquem em seu brilhante passado nomes de patronos para seus vários grupos escolares.

"Foi o Capitão Antônio Correia Barbosa, apelidado o Povoador, quem doou e demarcou o pátio primitivo, onde se ergueram a capela e as primeiras construções do povoado. Sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, teve a capela como seu primeiro pároco o padre João Manuel da Silva e, dentre os contemplados com as primeiras sesmarias, estavam Pedro Morais Cavalcanti e Felipe Cardoso, tendo sido êste último quem abriu a estrada entre Itu e a própria Piracicaba.

"Justo, pois, que seus nomes sejam dados aos seus grupos escolares".

Grupo Escolar de Mombuca, em Capivari — GRUPO ESCOLAR "BISPO DOM MATEUS".

"Não bastassem as beneméritas atividades e as santas virtudes de Dom Mateus de Abreu Pereira, 4.o Bispo de São Paulo, que se refletiram não só em seu cargo eclesiástico, mas também quando ocupou o Govêrno Civil de São Paulo, como Governador Interino em 1808, e quando integrou o Govêrno Provisório, logo após a Proclamação da Independência — para a qual acentuadamente concorreu — argumentar-se-ia ter sido êle o criador da Capela de São João Batista, em Capivari, pelo ato de 5 de julho de 1820, benemerência suficiente para justificar a indicação de seu nome para o grupo escolar de Mombuca, em Capivari".

Grupo Escolar da Vila de Ribeirão dos Pintos, em Salto Grande — GRUPO ESCOLAR "CORONEL PEDRO SÍLVIO".

"Homenageando o Coronel Pedro Sílvio Pocai, com a escolha de seu nome para o grupo escolar da Vila de Ribeirão dos Pintos, a cidade de Salto Grande renderá tributo à memória de seu fundador, falecido em 1913 após laboriosa e fecunda existência, devotada ao bem e progresso da região. Justo, pois, a nova denominação do Grupo Escolar da Vila de Ribeirão dos Pintos ou seja Grupo Escolar "Coronel Pedro Sílvio".

Grupo Escolar de São Pedro do Turvo — GRUPO ESCOLAR "JOSÉ TEODORO DE SOUSA".

"Adotando o nome do sertanista José Teodoro de Sousa para seu grupo escolar, São Pedro do Turvo recordará a ação do intrépido bandeirante do século XIX que, por volta de 1856, levantou um arraial naquela região, fazendo erigir uma capela, na qual os devotos levantavam preces a São Pedro e a São João. Prevaleceu, porém, o nome do primeiro, que se estendeu à povoação, aumentada em pouco tempo com novos moradores.

"É bem justo que José Teodoro de Sousa tenha o seu nome no Grupo Escolar da cidade que fundou".

Grupo Escolar de Sapecado, em São José do Rio Pardo — GRUPO ESCOLAR "EUCLIDES DA CUNHA".

"Não é necessária uma justificativa para que São José do Rio Pardo ostente, no atual grupo escolar de Sapecado, o nome de Euclides da Cunha, pois ela se impõe por si mesma, cheia de autoridade, de razão e de justiça. Homenagear o ilustre homem de letras, autor laureado de "Os Sertões" e cuja vida prendeu-se tão intimamente a São José do Rio Pardo, é dever de todos os que por ali passarem".

Grupo Escolar de Itajobi — GRUPO ESCOLAR "INÁCIO DA COSTA".

"Foi em 1884 que Inácio Nantes da Costa e sua espôsa D. Carlota Luísa de Jesus doaram à Nossa Senhora da Aparecida um quarto de légua da Fazenda Campo Alegre. Já existia um certo desenvolvimento do povoado, conhecido com o nome de Campo Alegre para uns e de Campo Triste para outros. A concessão de Inácio Nantes da Costa possibilitou-lhe, porém, maior impulso até que, em 1906, foi elevado a Distrito de Paz, recebendo a denominação de Itajobi. Justo é, portanto, que Itajobi possua um grupo escolar com o seu nome: — Grupo Escolar Inácio da Costa".

Grupo Escolar de Novo Horizonte — GRUPO ESCOLAR "PEDRO TEIXEIRA DE QUEIRÓS".

"Nascido em Capão Bonito de Paranapanema, formado na Escola Modêlo Complementar de Itapetininga, em 30 de novembro de 1903, o Prof. Pedro Teixeira de Queirós lecionou em Ibitinga e Jaú inicialmente, mudando-se para Novo Horizonte em dezembro de 1910 e ali permaneceu no magistério até 1935, quando se aposentou, vindo a falecer no ano seguinte. Permaneceu, portanto, 25 anos naquela cidade, derramando benefícios através dos predicados de uma grande alma e de um bondoso coração. Afável, modesto, simples, patriota, inteiramente dedicado ao mister sublime de preparar as gerações brasileiras, sua memória é venerada em Novo Horizonte que, dando ao seu grupo escolar o nome de Pedro Teixeira de Queirós, nada mais fará do que pagar uma dívida de gratidão".

Grupo Escolar de Santa Adélia — GRUPO ESCOLAR "DOUTOR LUÍS DUMONT".

"Foi justamente o engenheiro Luís Dumont quem doou o patrimônio para Santa Adélia, tendo sido um dos primeiros agricultores da zona que, graças aos seus esforços, muito progrediu. Era proprietário da grande Fazenda Agrícola Santa Sofia, tendo o seu vulto se projetado no passado da cidade e de tal modo impressionado à sua época que a própria cidade tomou, como era seu desejo, a denominação de Santa Adélia, em homenagem a uma de suas filhas. Tendo dedicado grande amor a essa terra e muito contribuído para o seu desenvolvimento, justo é que o nome do Dr. Luís Dumont seja inscrito no frontispício do seu grupo escolar".

Grupo Escolar de Orlândia — GRUPO ESCOLAR "CORONEL FRANCISCO ORLANDO".

"No histórico de Orlândia, salienta-se a figura inconfundível do Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, pioneiro, naquela zona, do plantio do café e proprietário de muitas terras que bem soube aproveitar com a agricultura, contribuindo assim para o desenvolvimento não só da região próxima de Ribeirão Prêto, como também do próprio Estado de São Paulo e do Brasil. E' justo, pois, que o seu nome, em homenagem aos préstimos de que lhe é grande devedora a cidade de Orlândia, seja inscrito no frontispício de um de seus grupos escolares".

Grupo Escolar de Duartina — GRUPO ESCOLAR "BISPO DOM DUARTE DA COSTA".

Grupo Escolar de Gália — GRUPO ESCOLAR "CORONEL EDUARDO DE SOUSA PÔRTO".

"Confirmando a homenagem prestada pela Cia. Paulista de Estrada de Ferro ao ilustre Prelado Dom Carlos Duarte da Costa, dando àquela estação férrea o nome de Duartina, quando aquêle benemérito e insigne antístite presidiu à instalação da Paróquia de

Santa Luzia, nada mais acertado, agora, do que o grupo escolar de Duartina tomar o seu nome: — Grupo Escolar Bispo Dom Duarte da Costa, primeiro alto dignitário da Igreja a visitar e abençoar a cidade.

"Completando, justo é também possuir Gália, em um de seus grupos escolares, o nome do Cel. Eduardo de Sousa Pôrto, um dos "Bandeirantes do progresso desta próspera região", no dizer acertado de Pedro E. Valim".

Grupo Escolar de Álvaro de Carvalho, em Garça — GRUPO ESCOLAR "ÁLVARO DE CARVALHO".

"Nada mais justo que a homenagem, já prestada à figura ilustre e benemérita de Álvaro de Carvalho, se estenda também ao grupo escolar desta localidade, consagrada à sua memória, dando-se pois a mesma designação para o Grupo Escolar de Álvaro de Carvalho.

"O esclarecido estadista e prestigioso político, que honrou o Senado da República, ocupando uma das cadeiras do Estado de São Paulo, é um dos melhores modelos de homem público pelas suas qualidades intelectuais e morais e pelo seu alevantado patriotismo".

Grupo Escolar de Presidente Alves — GRUPO ESCOLAR "CORONEL JOSÉ GARCIA".

"Para o Grupo Escolar de Presidente Alves, impõe-se o nome do Coronel José Garcia, pioneiro da zona e desbravador das chamadas terras de Jacutinga, cerca de 3.000 alqueires que constituíam seu vasto patrimônio. Ainda nos fins do século passado, muito antes portanto que lá tivessem chegado os trilhos da Sorocabana, José Garcia já fazia brilhar a primeira luz civilizadora no sertão de Jacutinga, fato que justifica de sobra a indicação de seu nome para patrono dêste grupo escolar".

Grupo Escolar de Serra Negra — GRUPO ESCOLAR "LOURENÇO FRANCO DE OLIVEIRA".

"Foi em meados do século XIX que Lourenço Franco de Oliveira fundou a Fazenda das Três Barras, desbravando as matas ínvias e desconhecidas da região. Juntou-se aos moradores da redondeza e, por êles auxiliado, fez ali elevar uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Em frente à capela, erigiu uma casa que, junto a outras, logo depois construídas, constituiu o núcleo originário da atual Serra Negra. Justo, pois, que o seu nome seja inscrito no atual Grupo Escolar de Serra Negra.

Grupo Escolar Rural de Santo Antônio do Jardim, em Pinhal — GRUPO ESCOLAR RURAL "ROMUALDO DE SOUSA BRITO".

"As terras onde Romualdo de Souza Brito, sua espôsa e outros membros de sua família, abriram uma fazenda no início do século

passado, constituiram o núcleo primordial do atual Município de Pinhal. Aos 27 de dezembro de 1849, em escritura pública, Romualdo doou um patrimônio para uma capela erecta sob a invocação do Divino Espírito Santo. Eram cêrca de 40 alqueires, pertencentes à chamada Fazenda Pinhal e daí se originou a progressista cidade do século XX. Justo, pois, que Pinhal tenha, em seu grupo escolar, o nome de Romualdo de Sousa Brito".

Grupo Escolar de Pedreira — GRUPO ESCOLAR "CORONEL JOÃO PEDRO DE GODÓI MOREIRA".

"O nome do Coronel João Pedro de Godói Moreira impõe-se na história de Pedreira, não só como seu fundador, mas também como seu grande benemérito. Fazendeiro na região, desbravador de matas e de selvas ainda virgens, João Pedro de Godói Moreira, descendente daquele valoroso Baltasar de Godói, cujo nome se prende intimamente à história quinhentista de Piratininga, seguiu o exemplo do ancestral, fazendo surgir, em pleno sertão, o povoado e depois a Vila de Pedreira, hoje famosa cidade pelo seu passado e pela sua produção cafeeira de decênios atrás. Justo, pois, que o seu nome lembre aos moradores de Pedreira a sua vida honrada e inteiramente dedicada àquela cidade".

Grupo Escolar Rural de Joaquim Egídio, em Campinas — GRUPO ESCOLAR RURAL "FRANCISCO BARRETO LEME".

"Impõe-se a Campinas homenagear e reverenciar a figura austera e veneranda de seu fundador, Francisco Barreto Leme, destemeroso iniciador da povoação localizada na chamada Campinas Velha. Seus esforços, seu espírito pioneiro e outras qualidades ornamentais de sua personalidade, credenciaram-no como pioneiro, destemido e valoroso, verdadeiro bandeirante do século XVIII, possibilitando o aparecimento do núcleo originário da Princesa do Oeste. É com tôda justiça que o seu nome será inscrito no Grupo Escolar de Joaquim Egídio, o qual passará a ser denominado Grupo Escolar Francisco Barreto Leme, para gáudio e orgulho de todos os campineiros".

Grupo Escolar de Sousas, em Campinas — GRUPO ESCOLAR "DR. TOMÁS ALVES".

"A figura do dr. Tomás Alves avultou na vida campineira como facultativo carinhoso e dedicado, inteiramente integrado no divino afã de curar. Fez jus ao aforismo hipocrático: "Divinum opus sedare dolorem" e sua memória até hoje é abençoada pelos velhos campineiros que ainda se recordam dos benefícios espalhados pelo seu grande saber na ciência médica e pela imensa bondade de um grande coração. Foi o amigo dos pobres, dos desamparados e dos sofredores, a todos consolando e mitigando dores. Justo, pois, que seu nome se inscreva em um dos grupos escolares de Campinas".

Grupo Escolar de Paulínia, em Campinas — GRUPO ESCOLAR "DR. FRANCISCO DE ARAÚJO MASCARENHAS".

"Pesa ainda tristemente sôbre a cidade de Campinas, a perda irreparável do dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, médico ilustre, magnânimo e bondoso, que, graças às suas virtudes e qualidades, conquistou todos os corações campineiros. Sua obra permanece até hoje bem viva nos fastos da cidade.

"Na época da terrível epidemia de febre amarela que assolou Campinas, em princípios dêste século, a dedicação e a coragem de Francisco de Araújo Mascarenhas salvaram muitas vidas e mitigaram muitos sofrimentos não só físicos, mas também morais. Tôda Campinas, emocionada e entristecida, rendeu-lhe homenagem quando de sua morte, e, agora, sentir-se-á desvanecida e satisfeita em possuir o seu nome no frontispício de um de seus grupos escolares".

Grupo Escolar de Coqueiros, em Amparo — GRUPO ESCOLAR "FRANCISCO DA SILVEIRA FRANCO".

"O nome de Francisco da Silveira Franco destaca-se, na história de Amparo, como organizador, administrador e benemérito.

"Graças aos seus esforços, obteve Amparo uma capela curada em 1829, sendo, 10 anos mais tarde, elevada a freguesia. Suas atividades cunharam de progresso a povoação que, em breve, passou a influenciar vasta zona circunvizinha. Os membros da sua família prestaram e seus descendentes até hoje prestam serviços a Amparo. Justo, pois, ser o nome de Francisco da Silveira Franco indicado para um grupo escolar daquela cidade que tanto lhe deve".

Grupo Escolar da Estação, em Franca — GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE FRANCA".

"Tão intimamente se prende o nome de José Garcia Duarte, Barão de Franca, à cidade do mesmo nome, que não seria justo deixar êste município de ornamentar um de seus grupos escolares com seu nome. Os empreendimentos e realizações do Barão de Franca se fizeram sentir intensamente na vida e no desenvolvimento daquela região, à qual dedicou grande parte de sua profícua existência. Justo, pois, que o Grupo Escolar da Estação passe a ser denominado Grupo Escolar "Barão de Franca"".

Grupo Escolar de Ituverava — GRUPO ESCOLAR "FABIANO ALVES DE FREITAS".

"Foi Fabiano Alves de Freitas quem, em 1815, levantou em suas terras uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo. Daí surgiu o núcleo inicial do povoado, elevado a freguesia em 1847 e a município em 1855.

"Não fôsse o gesto inspirado de Fabiano Alves de Freitas, o século XIX não teria visto surgir aquêle pequeno povoado, hoje a bela

cidade de Ituverava que justamente se orgulhará de possuir o nome de seu fundador no grupo escolar".

Grupo Escolar Rural de Batatais — GRUPO ESCOLAR "ANTÔNIO AUGUSTO LOPES DE OLIVEIRA (JÚNIOR)".

"Descendente de tradicional família da alta Mogiana, em São Paulo, com ramificações nos Estados de Minas Gerais e Goiás, foi Antônio Augusto Lopes de Oliveira (Júnior) um dedicado servidor de sua terra natal — Batatais — patrocinando e participando sempre de tôdas as iniciativas que importaram no seu progresso, sem pretender, entretanto, postos na sua administração. Trabalhou, incessantemente, pelo bem de seus conterrâneos, sobretudo na assistência aos desprovidos de recursos e na sua instrução. Interessou-se, por isso, de forma decisiva pela instalação do primeiro grupo escolar, em 1911. Homem de costumes severos, porém de sentimentos generosos, de inatacável probidade, amigo sincero e leal, foi exemplo de dignidade na vida pública e particular e, pelas suas qualidades, era estimado e respeitado, não só em sua terra como nos municípios vizinhos, por tôdas as classes sociais. Justa, pois, é a homenagem que se lhe presta, ao se inscrever o seu nome no grupo escolar rural de Batatais".

1.º Grupo Escolar de Taquaritinga — GRUPO ESCOLAR "DOMINGUES DA SILVA".

"Na fundação de Taquaritinga, entre outras, salientam-se as figuras de Sebastião, Andrelino e José Domingues da Silva, valorosos pioneiros cujos esforços redundaram na fundação da cidade. Sua colaboração unida ao trabalho de outros povoadores e moradores da região, deu impulso ao povoado, hoje próspero município do Estado de São Paulo.

"O nome de Domingues da Silva em um dos grupos escolares de Taquaritinga, assinalará a gratidão de seus habitantes para com seus fundadores".

Grupo Escolar da Fazenda Itaquerê, em Tabatinga — GRUPO ESCOLAR "NHONHÔ MAGALHÃES".

"Fundador da afamada Fazenda Itaquerê, indiscutìvelmente o nome de Nhonhô Magalhães impõe-se para patrono de seu grupo escolar. Não bastasse o valioso serviço de tê-la fundado, contribuiu poderosamente para o progresso da região exercendo sôbre ela uma atividade benéfica e realizadora. Verdadeiro bandeirante do século XX, espalhou imenso mar verde de café, em local onde abundavam a mata e a selva virgens. Sua grande realização foi a fazenda Itaquerê, um dos marcos da civilização do café em São Paulo, e um padrão sociológico digno de ser visto, estudado e também incluído na História de São Paulo. Nada mais justo, pois, que o seu nome seja inscrito no frontispício do grupo escolar da Fazenda Itaquerê."

Grupo Escolar de Matão — GRUPO ESCOLAR "JOSÉ INOCÊNCIO DA COSTA".

Grupo Escolar de Dobrada, em Matão — GRUPO ESCOLAR "BENEDITO RAPOSO".

Grupo Escolar da Fazenda Boa Vista, em Matão — GRUPO ESCOLAR "DR. LEOPOLDINO MEIRA DE ANDRADE".

"Nos arquivos da Municipalidade de Matão, consta terem sido seus fundadores e seus primeiros habitantes José Inocêncio da Costa e Benedito Raposo, desbravadores da mata espêssa e exuberante naquela região. Inicialmente conhecida como Bom Jesus das Palmeiras, foi designada mais tarde Matão em virtude das grandes matas ali existentes.

"Os nomes de seus dois primeiros moradores estão, portanto, bem indicados, respectivamente, para os Grupos Escolares de Matão e de Dobrada.

"Elevada a Município em agôsto de 1895, Matão teve, como 1.º Presidente de sua Câmara Municipal, o ilustre varão dr. Leopoldino Meira de Andrade, nome indicado para um de seus outros grupos escolares, o da Fazenda Boa Vista".

Grupo Escolar de Nova América, em Itápolis — GRUPO ESCOLAR "ALFERES PEDRO ALVES DE OLIVEIRA".

Grupo Escolar de Tapinas, em Itápolis — GRUPO ESCOLAR "ANTÔNIO AZEVEDO SILVA".

"O Alferes Pedro Alves de Oliveira foi o fundador de Itápolis por volta de 1862, quando magnânimamente doou mais de 100 alqueires de terra para o patrimônio do Espírito Santo. Levantada a capela nestas terras, dentro em breve se formou um núcleo de povoamento que, decorridos alguns anos, se transformou em próspera vila. Justo, pois, que o nome do Alferes Pedro Alves de Oliveira seja lembrado para o Grupo Escolar de Nova América.

"Designado, inicialmente, Boa Vista das Pedras, teve Itápolis o seu definitivo nome consagrado pelo Congresso Estadual em 1910, graças aos esforços e trabalhos do então presidente de sua Câmara, dr. Antônio Azevedo Silva, cujo nome é justamente merecedor de ser inscrito no Grupo Escolar de Tapinas".

Grupo Escolar de Fernando Prestes — GRUPO ESCOLAR "FRANCISCO SALES DE ALMEIDA LEITE".

"Entre os primeiros habitantes de Fernando Prestes, salienta-se o nome de Francisco Sales de Almeida Leite que ali plantou a primeira lavoura de café, exercendo várias atividades construtivas e ocupando vários cargos públicos do então incipiente distrito sertanejo, cujo progresso inicial se fez, em grande parte, graças à sua

operosidade. Nada mais justo, pois, que o nome de Francisco Sales de Almeida Leite se inscreva no portal do Grupo Escolar desta cidade".

Grupo Escolar do Bairro das Cruzes, em Araraquara — GRUPO ESCOLAR "JOÃO MANUEL DO AMARAL".

Grupo Escolar da Fazenda Jacaré, em Araraquara — GRUPO ESCOLAR "CAPITÃO DOMINGOS SOARES DE BARROS".

Grupo Escolar de Rincão, em Araraquara — GRUPO ESCOLAR "CAPITÃO JOAQUIM DE MORAIS LEME".

"Na história de Araraquara, encontram-se fortemente assinalados e perfeitamente individualizados os nomes de João Manuel do Amaral e dos Capitães Domingos Soares de Barros e Joaquim de Morais Leme, que, nos primórdios do século XIX, obtiveram sesmarias naquela região, enfrentando os perigos das matas circunjacentes e fazendo, graças à sua coragem, suas aptidões pioneiras e seus esforços, surgirem os primeiros núcleos, bases donde nasceu a atual cidade de Araraquara.

"Justo, pois, que ela, voltando os olhos para sua bela história, homenageie, em seus grupos escolares, aquêles aos quais deve o seu nascimento".

Grupo Escolar de Maracaí — GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GONÇALVES DE MENDONÇA".

Grupo Escolar de Cruzália, em Maracaí — GRUPO ESCOLAR "JOAQUIM GONÇALVES DE OLIVEIRA".

"Dando a seus grupos escolares — de Maracaí e de Cruzália — os nomes de seus fundadores, José Gonçalves de Mendonça e Joaquim Gonçalves de Oliveira, a cidade de Maracaí nada mais faz do que retribuir os serviços prestados pelos dois insignes pioneiros que fundamentaram, em fins do século XIX, os alicerces do hoje tão próspero município. Dedicando-lhes êste tributo, os moradores de Maracaí sentir-se-ão satisfeitos de poder assim homenagear dois grandes vultos do passado".

1.o Grupo Escolar de Araçatuba — GRUPO ESCOLAR "CRISTIANO OLSEN".

2.o Grupo Escolar de Araçatuba — GRUPO ESCOLAR "JOSÉ CÂNDIDO".

"Na história ainda recente de Araçatuba, surgem dois nomes merecedores da gratidão, da simpatia e da admiração de todos os moradores da cidade. Graças aos seus esforços e à sua dedicação, Araçatuba venceu galhardamente as dificuldades de seu povoamento inicial, que os silvícolas da redondeza tentaram muitas vêzes impedir, ocasionando não só pânico mas também a morte de muitas pessoas. O engenheiro Cristiano Olsen, chefiando uma turma de desbravadores, foi massacrado juntamente com muitos de seus comandados e, sòmente graças aos bons ofícios do engenheiro José Cândido, chegado ao local pouco tempo depois, foram os índios apaziguados e conseguiu a civilização penetrar definitivamente naquela zona.

"Justo, pois, que seus nomes sejam inscritos respectivamente no 1.o e no 2.o grupos escolares de Araçatuba".

Grupo Escolar de Santa Cruz da Conceição, em Pirassununga — GRUPO ESCOLAR "DR. LUÍS NARCISO GOMES".

"Médico e grande filantropo, cirurgião emérito e clínico dedicado, o Dr. Luís Narciso Gomes bem merece ter seu nome inscrito no grupo escolar de Santa Cruz da Conceição, um dos muitos lugares até onde chegaram os benefícios do seu bisturi, do seu alto senso diagnóstico e do seu grande coração. Generosamente atendia a todos os que o procuravam, sempre tendo como objetivo, aliviar as dores e os sofrimentos alheios. Foi, indiscutìvelmente, um grande e dignificante exemplo para a nossa geração, não só porque soube cumprir fielmente a sua sacrossanta missão de médico, mas também porque a limpidez do seu caráter até hoje é reverenciada por todos que o conheceram. Nada mais justo que o seu nome seja inscrito no frontispício dêste grupo escolar".

Grupo Escolar da Reprêsa (Santo Amaro), na Capital — GRUPO ESCOLAR "DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA".

"A figura singular e venerável de Dom Duarte Leopoldo e Silva felicitou durante muitos anos a cidade de São Paulo com sua benéfica presença na Diocese inicialmente, e depois na Arquidiocese, donde largamente espalhou benemerências e favores morais e materiais por entre as ovelhas do seu rebanho espiritual.

"Coração generosíssimo, inteligência viva, deixou também inúmeros trabalhos históricos, e suas pastorais honram a intelectualidade paulista e a gloriosa tradição da Diocese de São Paulo, criada no século XVIII".

Grupo Escolar de Vila Olímpia, na Capital — GRUPO ESCOLAR "MARTIM FRANCISCO".

"Um dos integrantes daquela tríade conhecida em todo o Brasil como "Os Andradas", Martim Francisco Ribeiro de Andrada, originário de Santos, ali fez seus primeiros estudos, completados em São Paulo e finalizados na Universidade de Coimbra, onde se diplomou em Matemáticas. Deixou inúmeros trabalhos sôbre Mineralogia, como a "Viagem Mineralógica na Província de São Paulo", em colaboração com o irmão José Bonifácio, o "Manual de Mineralogia" e o "Tratado sôbre o Cânhamo".

"Foi secretário do Govêrno Provisório de São Paulo, em 1821, e Ministro da Fazenda após a Proclamação da Independência para a qual contribuiu eficazmente. Exerceu os cargos de Deputado à As-

sembléia Constituinte (1822) e Deputado por São Paulo (1838), Ministro da Fazenda novamente em 1840 após a maioridade da qual foi dos mais eficientes colaboradores. Em 1841, foi eleito Deputado Provincial e Geral.

"Caráter austero, orador eloquente, administrador honesto, patriota acendrado, grande brasileiro, seu nome honrará o Grupo Escolar de Vila Olímpia, na Capital do Estado de São Paulo".

Grupo Escolar Rural do Butantã, na Capital — GRUPO ESCOLAR "ALBERTO TÔRRES".

"Intelectual, filósofo e patriota, Alberto Tôrres focalizou, com sua pena e com sua inteligência e previsão fulgurantes, os problemas brasileiros no campo da economia, da sociologia e da administração. Suas obras ainda hoje servem de exemplo, de estímulo e de orientação para as gerações que o sucederam. Não é possível que São Paulo deixe de homenagear sua veneranda memória, dando a um de seus grupos escolares o nome de Alberto Tôrres".

Grupo Escolar de Vila Madalena, na Capital — GRUPO ESCOLAR "BRASÍLIO MACHADO".

"Poeta, orador emérito, advogado ilustre, abolicionista convicto, lider universitário e católico, Brasílio Machado sonhou com a Abolição e com a República, e "Por mais de 40 anos deslumbrou as escolas e os tribunais, servindo à verdade e criando a beleza", na expressão feliz de Afrânio Peixoto, ao receber, na Academia Brasileira de Letras, a Alcântara Machado.

"Na direção do ensino público, Brasílio Machado deu um cunho todo especial e benéfico, e por todos êsses méritos e muitos outros bem conhecidos de todos, merece ter seu nome como patrono de um dos grupos escolares da Capital paulista, em cuja história projetam-se em vários escalões do tempo, seu pai, o Brigadeiro Machado de Oliveira, êle mesmo, e por fim o filho José de Alcântara Machado, expressão da cultura paulista, educada e formada no lar espiritual de Brasílio Machado".

Grupo Escolar de Vila Anglo-Brasileira, na Capital — GRUPO ESCOLAR "CLOVIS BEVILAQUA".

"É desnecessário apresentarmos a justificativa para que o nome de Clovis Bevilaqua seja indicado como patrono de um grupo escolar, pois já se tornou um verdadeiro padrão de saber jurídico e de integridade moral. Mestre dos mais insignes, cujas opiniões e pareceres eram acatados não só dentro mas também fora do Brasil, sua fama tornou-se internacional. Sua vida foi um grande exemplo. Nada mais justo, pois, que o seu nome ornamente o frontispício do grupo escolar de Vila Anglo-Brasileira".

Grupo Escolar de Cajamar, em Santana do Parnaíba — GRUPO ESCOLAR "SUZANA DIAS".

"Natural de São Paulo e casada com Manuel Fernandes Ramos, foi Suzana Dias a feliz genitora de Baltasar Fernandes, fundador de Sorocaba, de André Fernandes, fundador de Parnaíba, de Domingos Fernandes, fundador de Itu, deixando ainda outros filhos e filhas, todos intimamente ligados ao glorioso passado de São Paulo.

"Em Parnaíba, possuía Suzana uma enorme fazenda ao lado do Rio Juqueri. Seus filhos Baltasar, André e Domingos, foram fundadores, como vimos, das Vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba, chantando assim os primeiros marcos do progresso e da civilização naquela região. Justo, pois, que o nome da famosa e veneranda matrona seja indicado para o grupo escolar de Parnaíba".

Grupo Escolar de Santana do Parnaíba — GRUPO ESCOLAR "TENENTE-GENERAL GASPAR DE GODÓI COLAÇO".

"Bem merece Santana do Parnaíba possuir um grupo escolar com o nome do Tenente-General Gaspar de Godói Colaço, vulto do seu passado seiscentista e cuja vida se liga intimamente à história de São Paulo e também à da valorosa Vila de Parnaíba centro onde nasceram e se radicaram muitos bandeirantes. Descendente de ilustre família piratiningana, que teve no seu tronco originário a figura singular de Baltasar de Godói, o Velho, desempenhou Gaspar de Godói Colaço, seu bisneto, várias missões importantes, delegadas pelo Governador Artur de Sá e Meneses, tendo mesmo recebido elogios em carta de El-Rei D. Pedro II, de Portugal.

"Desbravador e profundo conhecedor do chamado Sertão da Vacaria, situado ao Sul de Mato Grosso, lá passou a maior parte de sua vida, em combate aos índios e servindo de anteparo contra as incursões cobiçosas dos espanhóis do Paraguai. Até aos arredores de Assunção chegaram suas penetrações e, quase no fim da vida, foi incumbido, com o cargo de Tenente-General da Jornada à Vacaria, de pesquisar metais preciosos, sobretudo, a prata, missão que encobria um objetivo político e, graças à qual, os castelhanos do Paraguai não puderam invadir nem conquistar a zona Sul de Mato Grosso.

"Nada mais justo, pois, que o nome dêste bandeirante do século XVII, que prestou tão bons serviços ao Brasil, seja indicado para o grupo escolar da atual cidade de Parnaíba, antiga Vila onde viveu e morreu".

Grupo Escolar de Perus, na Capital — GRUPO ESCOLAR "MATIAS AIRES".

"Descendente de velho e primitivo tronco piratiningano, Matias Aires Ramos da Silva Eça foi uma inteligência paulista que brilhou no século XVIII, tornando-se respeitado e admirado até em Portugal. Constituiu realmente uma das maiores expressões literárias e filosóficas daquele século. Suas obras mais importantes são: "Re-

flexões sôbre a vaidade dos Homens ou Discursos Morais", "Problemas de Arquitetura Civil", além de várias outras. A cidade de São Paulo sentir-se-á honrada em tê-lo como patrono do grupo escolar de Perus".

Grupo Escolar de Vila Santa Maria, na Capital — GRUPO ESCOLAR "PAULO SETÚBAL".

"Uma das mais admiráveis expressões do sentimento caboclo, através de suas poesias reunidas sob o título "Alma Cabocla", e um dos mais operosos propagandistas da História do Brasil, através de seus romances históricos, cuja técnica, arte e exatidão foram perfeitas, Paulo Setúbal, contribuindo poderosamente para que os brasileiros de tôdas as idades tomassem um contacto mais íntimo com a história de nossa terra, bem merece ter o seu nome em um dos grupos escolares da Capital Paulista".

Grupo Escolar de Baquirivu, na Capital — GRUPO ESCOLAR "CARLOS GOMES".

"O Brasil e especialmente São Paulo têm procurado homenagear a memória do grande músico e compositor Carlos Gomes que soube elevar o nome de nossa Pátria no estrangeiro, através de seus dotes artísticos e de sua inspiração. Não temos, porém, ainda um grupo escolar com o seu nome. Justo, pois, que isto se faça na Capital do Estado de São Paulo, passando assim o Grupo Escolar de Baquirivu a ser denominado Grupo Escolar Carlos Gomes".

Grupo Escolar de Nitro-Química (Baquirivu), na Capital — GRUPO ESCOLAR "DR. DIOGO DE FARIA".

"O nome do dr. Diogo de Faria impõe-se para patrono de um grupo escolar da Capital, em virtude dos inestimáveis serviços prestados pelo ilustre médico, ornado não apenas com as luzes da ciência, da sabedoria e da medicina, mas dotado também de imensa bondade à qual se juntou o nobre sentimento da caridade. Durante a epidemia de gripe, em 1918, patenteou sua coragem, dedicando-se aos doentes com o risco da própria vida. Justo, portanto, que o seu nome seja indicado para um dos grupos escolares da Capital Paulista".

Grupo Escolar de Guaianases, na Capital — GRUPO ESCOLAR "PEDRO TAQUES".

"A obra histórica de Pedro Taques avulta na literatura brasileira e tem significado especial para São Paulo, pois, graças a ela, chegou até nós um manancial imenso de dados historiográficos, elucidadores de nosso passado. Grande parte da História das Bandeiras foi assim preservada, bem como os fatos e acontecimentos mais destacados na Capitania. Seus vários livros foram reeditados, merecendo todos a revisão e o prefácio do magistral Afonso d'E. Taunay que biografou também a figura de Pedro Taques. Justo, pois, ser o nome do linhagista e historiador inscrito no grupo escolar de Guaianases que pertence à cidade de São Paulo".

Grupo Escolar de Itaquera, na Capital — GRUPO ESCOLAR "ÁLVARES DE AZEVEDO".

"Poeta, cuja obra ocupa lugar saliente na literatura brasileira, Álvares de Azevedo bem merece ter o seu nome em um grupo escolar. Foi belo e emocionante tudo o que saiu de sua inspirada pena de poeta. Seus versos transbordam um sentimentalismo profundo, reflexo de sua vida e do tempo em que viveu. E tôda a nossa mocidade acadêmica, em especial a da Faculdade de Direito, não deixa de venerá-lo como uma das mais lídimas expressões e um dos melhores padrões de glória dos moços que passaram pelo tradicional casarão do Largo de São Francisco".

Grupo Escolar de Vila Saiago, na Capital — GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE SOUSA QUEIRÓS".

"Francisco Antônio de Sousa Queirós, graças aos seus dotes administrativos e intelectuais, avultou no São Paulo de seu tempo, deixando bem marcada a sua passagem em vários setores da atividade humana. Proprietário de vários estabelecimentos rurais, onde principalmente se cultivava o café, foi um dos fatores do progresso agrícola de São Paulo. Eleito vereador da Câmara Municipal, teve logo sufrágio para Deputado Provincial e Geral, na 6.ª legislatura de 1845 a 1847, e, mais tarde, em 1848, foi eleito Senador. Nestes cargos públicos, deu vasão ao seu tino político e administrativo colocado sempre em favor do bem do Brasil e de São Paulo. Seus dotes intelectuais foram consagrados pela sua entrada para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das mais honrosas e supremas investiduras dadas aos brasileiros cultos".

Grupo Escolar de Vila Santana, na Capital — GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE RAMALHO".

"O dr. Joaquim Inácio Ramalho, Barão de Ramalho, nascido em São Paulo aos 6 de janeiro de 1809, possui títulos de sobra que credenciam o seu nome para patrono de um grupo escolar. Senão vejamos: doutorou-se em ciências jurídicas e sociais pela Academia de São Paulo, em 1835, tornando-se, mais tarde, professor da mesma e Presidente do Instituto dos Advogados quando, em 1875, êste foi instalado em São Paulo. Exerceu também a presidência de Goiás em 1845, tendo pertencido ainda ao Conselho de Sua Majestade. Seu nome, pois, será, com tôda justiça, inscrito no grupo Escolar de Vila Santana, na Capital de São Paulo".

Grupo Escolar de Guarulhos — GRUPO ESCOLAR "CAPISTRANO DE ABREU".

"Dentre os historiadores do Brasil, destaca-se a figura inconfundivel de Capistrano de Abreu que, além de ter levado a efeito grande tarefa pesquisadora, soube também transmitir, com arte e maestria, os resultados e as descobertas de suas buscas, deixando preciosos volumes sôbre nosso passado. Dedicou-se também ao magistério, ensinando a mocidade brasileira e sobretudo fazendo-a muito amante da pátria querida cuja formação e história conhecia profundamente. Justo, pois, que o seu nome seja inscrito em um dos grupos escolares de São Paulo".

Grupo Escolar do Parque da Mooca, na Capital — GRUPO ESCOLAR "PANDIÁ CALÓGERAS".

"Pandiá Calógeras, cujo nome se tornou um verdadeiro padrão de caráter, de honestidade e de brasileiro devotado ao serviço da pátria, merece ter o seu nome em um grupo escolar. Deixou inúmeras obras, mais de uma centena, referentes a sérios e variados problemas brasileiros.

"Historiador, intelectual, administrador, homem culto, patriota valoroso, honrará o grupo escolar do Parque da Mooca, em cujo frontispício será inscrito o seu nome".

2.º Grupo Escolar de Vila Formosa, na Capital — GRUPO ESCOLAR "ORVILE DERBY".

"Orvile Derby, pesquisador incansável da História de São Paulo, elucidador de vários pontos obscuros de nosso passado, da história das bandeiras paulistas, merece ter o seu nome indicado para patrono de um grupo escolar da cidade de São Paulo.

"A sua obra histórica e historiográfica vem assinalada na já preciosa coleção de volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e em vários livros que deixou publicados. Os alunos que passarem pelo Grupo Escolar Orvile Derby, sentirão bem perto de si a influência benéfica de quem muito amou ao Brasil através de sua bela história".

Grupo Escolar de Silveiras — GRUPO ESCOLAR "EMÍLIO RIBAS".

"Médico sanitarista, Diretor da Escola de Farmácia, o dr. Emílio Ribas, na direção do Serviço Sanitário de São Paulo, prestou inestimáveis serviços à população paulistana no campo da Higiene, da Medicina e da Profilaxia, sendo, além disso, um facultativo dedicado e carinhoso, inteiramente devotado ao sublime sacerdócio da Medicina. Cientista ilustre e produtor de muitos e valiosos trabalhos, soube cumprir a sua missão científica e altamente humana, tendo sempre em vista o aforisma hipocrático: "Divinum opus sedare dolorem". Nascido em Guaratinguetá, justo, pois, que seu

nome seja inscrito em um dos grupos escolares pertencentes à Delegacia do Ensino de Guaratinguetá, sendo indicado justamente o de Silveiras, que muito se honrará em tê-lo como patrono de um de seus estabelecimentos de ensino".

Grupo Escolar de Areias — GRUPO ESCOLAR "BARÃO DA BOCAINA".

"Por todos os títulos que ostentava e especialmente pelo trabalho fecundo e realizador que desenvolveu em seu tempo, Francisco de Paula Vicente de Azevedo, Barão da Bocaina, merece ter o seu nome inscrito no Grupo Escolar de Areias. Nascido em Lorena, sua influência benéfica espalhou-se pelos arredores daquela cidade, alcançando a capital da Província e a própria côrte, onde recebeu seu título nobiliárquico. Descendia de linha fidalga, estando, entre seus tios maternos, o Conde de Moreira Lima e o Barão de Castro Lima. Não permaneceu, porém, Vicente de Azevedo arraigado às suas credenciais de nobre, pois foi um grande trabalhador: diretor da Estrada de Ferro São Paulo-Rio, exerceu a direção do antigo Banco Comercial de São Paulo, sendo um dos maiores valores da Junta Comercial do Rio de Janeiro. Em Lorena, exerceu o alto cargo de Coletor das Rendas Federais. Comendador da Ordem da Rosa, ilustre pelos títulos, credenciado pelos serviços prestados a São Paulo e ao Brasil, bem merece ter o seu nome no frontispício dêste grupo escolar".

Grupo Escolar de Mauá, em Santo André — GRUPO ESCOLAR "VISCONDE DE MAUÁ".

"Tendo já a Estrada de Ferro Inglêsa homenageado o Visconde de Mauá, ao dar o seu nome a uma das estações, nada mais justo que se complete agora a homenagem prestada ao grande vulto do Império denominando a êste grupo, Grupo Escolar Visconde de Mauá.

"Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde com grandeza, foi industrial e banqueiro, construtor em 1854 da primeira estrada de ferro na América do Sul, idealizador da instalação do cabo submarino transatlântico inaugurado em 22 de junho de 1874, realizador da navegação regular do Rio Amazonas em 1852 e da iluminação da cidade do Rio de Janeiro em 1851. Além disso, representou a sua província natal, Rio Grande do Sul, na Assembléia Geral, nas 9.ª, 10.ª, 11.ª, 12.ª, e 15.ª legislaturas de 1853 a 1875, e pertencia a inúmeras sociedades humanitarias, literárias e científicas, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

"Grande do Império, Comendador da Ordem de Cristo, Dignitário da Ordem da Rosa, merece por todos êsses títulos e pelos grandes e inestimáveis serviços prestados ao Brasil, que o seu nome seja dado a êste grupo escolar".

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 15 de janeiro de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Plínio Caiado de Castro

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Govêrno, aos 15 de janeiro de 1947.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

* * *

DECRETO N. 16.725, DE 16 DE JANEIRO DE 1947

Dá a denominação de "Frei Gaspar da Madre de Deus" ao Grupo Escolar de Presidente Altino, na Capital.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que a lei lhe confere,

Decreta:

Artigo 1.º — Passa a ter a denominação de "FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS" o Grupo Escolar de Presidente Altino, na Capital.

"São Paulo e o Brasil devem a Frei Gaspar da Madre de Deus o inestimável serviço de ter preservado para as gerações futuras, entre as quais se encontra a nossa, uma enorme soma de material histórico, hoje tão precioso para a reconstituição de nosso passado.

"No campo da historiografia brasileira, avultam, sem dúvida, entre as mais preciosas fontes informativas, as suas "Memórias Para a História da Capitania de São Vicente". Amando a História de nossa gente, Frei Gaspar gravou nesse marco da literatura histórica brasileira, dados e informes sem os quais certamente até hoje teriam permanecido nebulosos e confusos muitos pontos de nosso passado. Justo, pois, que São Paulo o homenageie, colocando o seu nome no frontispício do Grupo Escolar de Presidente Altino".

Artigo 2.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 16 de janeiro de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Plínio Caiado de Castro

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Govêrno aos 16 de janeiro de 1947.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

* * *

DECRETO N. 16.726, DE 16 DE JANEIRO DE 1947

Dá a denominação de "Afrânio Peixoto" ao Grupo Escolar de Vila Guilherme, na Capital.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que a lei lhe confere,

Decreta:

Artigo 1.º — O grupo escolar de Vila Guilherme, na Capital, passa a denominar-se Grupo Escolar "AFRÂNIO PEIXOTO".

"O Brasil acaba de perder uma de suas mais brilhantes e fecundas inteligências: — Afrânio Peixoto — o mestre insigne da medicina, o admirável artista da palavra tanto escrita como falada, o romancista de inúmeras edições esgotadas, o historiador profundo, o poeta suave, enfim perdeu a nossa terra uma das mais notáveis e cultas personalidades.

"Desde a infância salientavam-se em Afrânio Peixoto os dotes da inteligência. No Colégio Florêncio, em Salvador da Bahia, terminou os preparatórios como aluno laureado.

"Em 1892, aos 16 anos de idade, ingressava na Faculdade de Medicina da Bahia, onde terminou o curso médico em 1897, coroado pela brilhante defesa da tese: "Epilepsia e Crime", reeditada, onze anos mais tarde, com prefácios de Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Sua carreira, no magistério, foi rápida, cheia de méritos e de glórias: — por concurso, obteve, em 1900, o lugar de preparador da Cátedra de Medicina Legal e, no ano imediato, era convidado para reger a Cadeira de Medicina Pública da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Salvador. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, ocupou o posto de Inspetor Sanitário, e a direção do Hospício Nacional de Alienados na Praia Vermelha, onde permaneceu até 1905. Buscando, na Europa, completar seu tirocínio profissional e científico, logo que voltou ao Brasil, em 1906, inscreveu-se no concurso para professor substituto de Higiene e Medicina Legal. De 1907 a 1911, exerceu a Diretoria do Gabinete Médico Legal.

"Aos 7 de maio de 1910, recebia-o a Academia Brasileira de Letras, em substituição a Euclides da Cunha, tendo-se tornado célebre o seu discurso de ingresso na Casa de Machado de Assis. Recebeu, na Academia Brasileira de Letras, a Alcântara Machado, o paulista que, em seu discurso, causou viva impressão, tornando famosa a frase: — "Assim, nem por gracejo, se lembraria alguém de pôr em dúvida o meu brasileirismo. Paulista sou, há quatrocentos anos".

"Novamente percorreu países da Europa, tendo, anos antes, se impressionado com o Oriente que exerceria certa influência em sua formação.

"Diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915), professor catedrático de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1911), professor catedrático de Medicina Legal desta mesma Faculdade (1915), Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916), Deputado Federal pela Bahia, Lente de História da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932), Reitor da Universidade do Distrito Federal (1935), Afrânio Peixoto, em todos êstes cargos, prestou uma grande soma de serviços ao Brasil, não só no campo educacional, literário e científico, mas também contribuindo magnìficamente para a elevação da cultura brasileira.

"Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguêsa de História e de inúmeras outras entidades culturais, quer do Brasil, quer do estrangeiro, deixou Afrânio Peixoto prolífico manancial de obras literárias e científicas, alcançando as primeiras a alta cifra de noventa, e atingindo as segundas mais de quarenta trabalhos, todos êles baseados em um profundo espírito de observação e de crítica interpretativa na senda da Higiene, da Medicina Legal e da Psiquiatria.

"Nada mais justo que São Paulo ostente o nome de Afrânio Peixoto em um dos seus grupos escolares, homenageando assim a memória de uma das mais lídimas e brilhantes expressões da cultura e da inteligência brasileira".

Artigo 2.° — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 16 de janeiro de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Plínio Caiado de Castro.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Govêrno aos 16 de janeiro de 1947.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

* * *

DECRETO N.° 16.773, DE 23 DE JANEIRO DE 1947

Dá denominações a grupos escolares

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições,

Decreta:

Artigo 1.° — O grupo escolar de Vila Talarico, na Capital, passa a denominar-se "DOM BERNARDO RODRIGUES NOGUEIRA".

"Quando, em 1745, foi criada a Diocese de São Paulo, por Bula de Sua Santidade o Papa Benedito XIV e Decreto Real de Dom João V, rei de Portugal, veio para São Paulo, indicado como seu primeiro antístite, o virtuoso Dom Bernardo Rodrigues Nogueira que, em terras do Brasil, continuou a piedosa obra terrena já iniciada em Portugal. Extremamente caritativo, espalhou inúmeros benefícios entre os pobres, dando-lhes de comer e vestindo-os na medida das posses da Diocese. Organizou o tombo das paróquias, moralizou os costumes do clero e da população, e, embora passasse pouco tempo na suprema direção espiritual da Capitania de São Paulo, deixou bem marcada a sua personalidade com as realizações levadas a efeito ou apenas iniciadas. Seu nome, pois, com tôda justiça, figurará no frontispício do Grupo Escolar de Vila Talarico".

Artigo 2.° — O 2.° Grupo Escolar de São Caetano, em Santo André, passa a denominar-se "BARTOLOMEU BUENO DA SILVA".

"Famoso sertanista, descobridor venturoso das minas de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva celebrizou-se na história de São Paulo, constituindo, sem dúvida alguma, um dos mais legítimos representantes daquela admirável plêiade denominada por Saint-Hilaire: "Raça de Gigantes". Os serviços prestados ao Brasil pelo férreo temperamento que possuía, pela tenacidade inquebrantável de seu espírito, pela sua admirável constituição física, enfim pelas qualidades de paulista e piratiningano de fibra, as quais se orgulhava de ostentar, redundaram na conquista do sertão dos Goiases por onde fez penetrar a civilização e donde possibilitou a retirada de enorme soma de riquezas que, durante muito tempo, tornaram sólido e prestigioso, na Europa, o velho Portugal. Exemplo para as gerações atuais, credor de São Paulo e do Brasil porque foi um dos grandes vultos realizadores de nosso glorioso passado, bem merece Bartolomeu Bueno da Silva ter o seu nome inscrito no 2.° Grupo Escolar de São Caetano".

Artigo 3.° — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 23 de janeiro de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Plínio Caiado de Castro.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Govêrno, aos 23 de janeiro de 1947.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

* * *

DECRETO N.° 16.805, DE 28 DE JANEIRO DE 1947

Dá denominações a estabelecimentos de ensino.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que a lei lhe confere,

Decreta:

Artigo 1.° — O Grupo Escolar de Artur Nogueira, em Mogi-Mirim, passa a ter a denominação de Grupo Escolar "FRANCISCO CARDONA".

"Exemplo dignificante entre aquêles que vencem pelo esfôrço próprio, Francisco Cardona, desde a juventude, deu provas de ânimo forte e de grande fôrça de vontade. Obrigado a trabalhar para o próprio sustento, freqüentou as aulas noturnas da Biblioteca Pelotense (em Pelotas, sua cidade natal) onde adquiriu os rudimentos iniciais da cultura literária.

"Labutou na imprensa de Pelotas e, em 1888, fundou a "Revista Popular", semanário republicano. Passando para Santa Catarina, colaborou no "Jornal do Comércio", em "A Evolução" e no "Crepúsculo", semanário literário. Em 1890, encontrava-se em São Paulo, integrando o corpo de redatores do "Diário do Comércio". Em Campinas, deu brilho aos periódicos "A Cidade" e "A Gazeta de Campinas" e, entre outros benefícios prestados à gloriosa terra de Carlos Gomes e de Campos Sales, se encontram os esforços que dispendeu para a transladação dos restos mortais do admirável compositor brasileiro para sua cidade natal. Em Mogi-Mirim, geriu "A Imprensa", órgão do Partido Republicano, tendo fundado a conceituada "A Comarca", aos 5 de julho de 1900. Entre outros benefícios prestados a Mogi-Mirim, estão o seu trabalho e a sua luta para a criação dos grupos escolares de Posse de Ressaca, Jaguari e Artur Nogueira.

"O jornal que fundou, "A Comarca", aí está até hoje, já no seu 47.° aniversário, com a mesma orientação que por êle lhe foi transmitida: digna, culta e patriótica. Justo, pois, que o nome de Francisco Cardona figure no Grupo Escolar de Artur Nogueira, para cuja criação tanto colaborou e assim Mogi-Mirim prestará justa e merecida homenagem a um de seus filhos de adoção que mais fez crescer o seu prestígio no meio intelectual de São Paulo e na Imprensa do Brasil".

Artigo 2.° — Passa a denominar-se Grupo Escolar "ANTÔNIO CANDIDO DE CAMARGO", o Grupo Escolar de Vila Iracemápolis, em Limeira.

"São Paulo acaba de perder uma das figuras mais dignificantes e tradicionais. Desapareceu o Professor Antônio Cândido de Camargo, personalidade de escol, cirurgião emérito, mestre insigne da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

"Diplomado pela Universidade de Genebra, revalidou o seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, vindo exercer a atividade profissional em Limeira. Do que foi a sua prestativa e utilíssima existência, dão provas o amor e gratidão dos limeirenses, em cuja memória até hoje se alçam os benefícios prestados àquela cidade pelo ilustre médico.

"Transferindo-se para São Paulo, em princípios deste século, Antônio Candido de Camargo continuou o exercício de seu sublime sacerdócio, emprestando suas luzes à população paulistana e seu prestígio e valor professoral à Faculdade de Medicina, onde, durante vinte e um anos, ocupou, com grande brilho, uma das cátedras de Cirurgia.

"Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da Associação Paulista de Medicina, do Sindicato dos Médicos de São Paulo, fundador e primeiro Presidente da Liga de Combate ao Câncer, Antônio Cândido de Camargo prestou significativos e relevantes serviços à nossa sociedade. Nada mais justo, pois, que seu nome seja inscrito no frontispício do Grupo Escolar de Iracemápolis, em Limeira, cidade onde iniciou sua belíssima carreira e onde deixou memória imorredoura".

Artigo 3.° — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 28 de janeiro de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Plínio Caiado de Castro.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Govêrno aos 28 de janeiro de 1947.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

* * *

DECRETO N. 17.078, DE 8 DE MARÇO DE 1947

Dá denominação a grupos escolares.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que a lei lhe confere,

Decreta:

Artigo 1.° — O Grupo Escolar de Vila Barcelona em Santo André, passa a denominar-se Grupo Escolar "DOM BENEDITO PAULO ALVES DE SOUSA".

"O Grupo Escolar de Vila Barcelona, em Santo André, ostentará orgulhoso, em seu frontispício, o nome de Dom Benedito Paulo Alves de Sousa, o inesquecível Vigário-Geral da Arquidiocese de São Paulo, e ilustre prelado do Espírito Santo.

"Nascido em São Paulo e tendo suas origens radicadas nas mais tradicionais famílias da velha Piratininga, Dom Benedito sentiu

desde menino a vocação que o chamava para o serviço de Deus. Após freqüentar o Curso Anexo da Faculdade de Direito, realizou sua máxima aspiração: — ingressar no Seminário Episcopal.

"Secretário de Dom Joaquim Arcoverde — ao qual se ligou por dedicada e afetuosa amizade — mais tarde Sub-Diácono, Diácono, Lente de Liturgia e Cerimônias Sagradas, desenvolveu Dom Benedito brilhante carreira eclesiástica em São Paulo, continuada mais tarde em Roma, onde recebeu o presbiterato. Teve destacada atuação no Concílio Latino-Americano, exercendo, ali, a função de Notário. Em 1889, doutorou-se em Direito Canônico na Universidade Gregoriana.

"Exercia o cargo de Prefeito no Colégio Pio Latino, em Roma, quando voltou ao Brasil para mais uma vez servir junto a Dom Joaquim Arcoverde, de início na Diocese de São Paulo, e, posteriormente, na Arquidiocese do Rio de Janeiro.

"Após desempenhar-se piedosa e proficientemente de tôdas essas atividades, regressou à sua cidade natal, São Paulo, substituindo Dom Duarte Leopoldo e Silva na Paróquia de Santa Cecília, donde passou para a Secretaria Geral do Bispado de São Paulo.

"A Academia Paulista de Letras recebeu-o acolhedoramente, premiando seus dotes de inteligência e cultura.

"Em 1918, era sagrado, em São Paulo, na Igreja de Santa Cecília, Bispo do Espírito Santo e nesta Diocese, durante quinze anos, foi "O Pastor exemplar, operoso e boníssimo de suas ovelhas, tomando sempre a divisa "Pro Ovidus Meis", conforme palavras de um de seus biógrafos.

"Justa e merecida, portanto, a homenagem que se lhe presta hoje, colocando o seu santo nome a abençoar o Grupo Escolar de Vila Barcelona, em Santo André".

Artigo 2.º — Passa a ter a denominação de "RODRIGO OTÁVIO LANGAARD DE MENESES", o grupo escolar de Cosmópolis.

"O nome de Rodrigo Otávio Langaard de Meneses impõe-se indiscutìvelmente como patrono do Grupo Escolar de Cosmópolis, pertencente à Delegacia Regional do Ensino de Campinas, cidade natal do ilustre e operoso homem público. Diplomado pela veneranda e tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, quando contava vinte anos de idade, ingressou logo depois na magistratura, tendo exercido em seguida o cargo de Secretário da Presidência da República, durante o govêrno "Prudente de Morais". Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1929, desde 1911 exercia com raro brilho a função de Consultor Geral da República.

"No estrangeiro, Rodrigo Otávio, graças aos dotes de inteligência e cultura, elevou bem alto o nome de sua Pátria como Delegado Plenipotenciário do Brasil nas Conferências Internacionais de Haia (1910-1912), de Bruxelas (1909-1910-1912), de Washington (1916),

da Paz, em Paris (1919), quando assinou então o Tratado de Versalhes. Representou o Brasil, em 1920, na 1.ª Assembléia da Liga das Nações da qual foi um dos Vice-Presidentes.

"Membro da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos (1927), seu Presidente na Secção de Direito Internacional Privado, Membro da Comissão Permanente para Codificação do Direito Internacional, Rodrigo Otávio não se dedicou apenas a estas atividades altamente patrióticas mas foi ainda Professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, merecendo o título de Doutor "Honoris Causa" das Universidades do México, Buenos Aires, La Plata, Lima, Arequipa e Havana.

"Pertenceu também à Academia Brasileira de Letras, da qual foi Presidente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde ilustrava o título de membro honorário, e ao Instituto da Ordem dos Advogados o qual também presidiu. Deixou riquíssima produção literária, alcançando mais de centena e meia o número de seus trabalhos sôbre literatura, história, direito e política internacional.

"Ilustre e benemérito por todos os títulos, nada mais justo que seja o seu nome colocado no frontispício do Grupo Escolar de Cosmópolis, pertencente à Delegacia Regional do Ensino de Campinas, cidade já gloriosa, honrada e felicitada com possuir Rodrigo Otávio Langaard de Meneses entre seus filhos".

Artigo 3.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, em 8 de março de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Plínio Caiado de Castro.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Govêrno, aos 8 de março de 1947.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

* * *

DECRETO N.º 17.102, DE 8 DE MARÇO DE 1947

Dá a denominação de "Dr. Francisco Monlevade" ao Grupo Escolar da Estação de Campo Limpo, em Jundiaí.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que a lei lhe confere,

Decreta:

Artigo 1.º — O Grupo Escolar da Estação de Campo Limpo, em Jundiaí, passa a denominar-se "DR. FRANCISCO MONLEVADE".

"Inscreva-se, com tôda justiça, no frontispício do Grupo Escolar da Estação de Campo Limpo, o nome do Dr. Francisco Pais Leme Monlevade, personalidade das mais realizadoras no cenário paulista, durante o tempo em que viveu no Estado de São Paulo. Nascido no Rio de Janeiro, bacharelou-se no Colégio Pedro II, ingressando logo em seguida na Escola Politécnica da Capital, onde recebeu o diploma de engenheiro, após brilhante curso.

"Iniciou seus trabalhos profissionais na construção da Estrada de Ferro União Mineira, continuou-os na Companhia de Forjas e Estaleiros, onde teve oportunidade de revelar seus profundos conhecimentos sôbre metalurgia, vindo, posteriormente, a prestar relevantes serviços na Estrada de Ferro Central do Brasil, então denominada Estrada de Ferro Pedro II. No ano de 1897, ingressava na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para exercer o cargo de Chefe da Locomoção e depois, em 1907, o de Inspetor Geral. Foi o idealizador e realizador da eletrificação ferroviária naquela estrada, prestando serviço inestimavel à economia paulista e brasileira. Desempenhou preponderante papel nas iniciativas para a organização do seguro social e das instituições de previdência, fato que bem patenteia seu espírito altamente organizador e profundamente dedicado ao bem comum da sociedade. Em 1925, integrava o Conselho Nacional do Trabalho e, em 1930, como Secretário da Viação e Obras Públicas, fez parte do Govêrno Provisório do Estado de São Paulo. Dirigiu a Estrada de Ferro Sorocabana em 1931 e 1932, deixando bem marcados benefícios nessas duas administrações.

"Nada mais justo, pois, diante de tantos títulos de benemerências e atividades proficuas e realizadoras, que seu nome seja inscrito no frontispício do Grupo Escolar da Estação de Campo Limpo, pertencente à Delegacia do Ensino de Jundiaí, primeira cidade galardoada com os serviços da magnífica Estrada de Ferro Paulista e ponto inicial de sua eletrificação idealizada e levada a bom têrmo pelo Dr. Francisco Pais Leme Monlevade".

Artigo 2.º — Êste Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, em 8 de março de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Plínio Caiado de Castro.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Govêrno, em 8 de março de 1947.

Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

* * *

Discurso pronunciado pelo Professor Tito Lívio Ferreira, aos 5 de fevereiro de 1947, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Sr. Presidente, minhas senhoras, meus senhores.

Há dias a cidade viveu, sem o pressentir, mergulhada como sempre na insônia do interêsse imediato, o instante raro de rara beleza cívico-social, nos tempos diferentes em que estamos vivendo. Apenas uma escassa minoria compreendeu e sentiu, em tôda a sua plenitude, o alcance, o relêvo, a fôrça dêsse acontecimento de conseqüências diretas para o nosso povo, em cujas reservas eugênicas os mais variados elementos étnicos e culturais ora se caldeiam. E nessa minoria, se inclui, sem dúvida, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, esta Casa Bandeirante plantada na terra nobreguense, onde ressoam os ecos do passado e onde vibram as ocorrências do presente em marcha batida para o futuro.

Êsse fato, já o deveis saber, é a publicação do decreto n.º 16.720, de 15 de janeiro último, que dá "Denominações a estabelecimentos de ensino" estaduais e traz as assinaturas do sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Interventor Federal em São Paulo, nosso consócio e presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e do Secretário da Educação, dr. Plínio Caiado de Castro. Êsse ato de expressiva democracia do Govêrno Paulista assinala o objetivo de cultuar a memória de vultos nacionais e de homens cujas vidas estão ligadas à formação histórico-social de cidades paulistas, com mandar gravar-lhes os nomes nas frontarias de estabelecimentos de ensino, em localidades onde êsses pioneiros, fundadores e povoadores viveram, trabalharam, sofreram e morreram.

Assim, receberam nomes de tradição nacional, bandeirante ou local, cento e tantos grupos escolares. Para dar-vos uma idéia citarei uma dezena. Por exemplo: o Grupo Escolar de Campos de Jordão passou a denominar-se Grupo Escolar "Dr. Domingos Jaguaribe"; o de Tremembé, "Manuel Cabral"; o de Vila São Geraldo, em Taubaté, "Amador Bueno da Veiga"; o de Coruputuba, em Pindamonhangaba, "Antônio Bicudo Leme"; o de Natividade da Serra, "Figueira de Toledo"; o de Tapiraí, "Padre Leonardo Nunes"; o de Butantã, "Alberto Tôrres"; o de Guarulhos, "Capistrano de Abreu"; o de Vila Formosa, nesta Capital, "Orville Derby". E por essa forma foram denominados cento e tantos grupos escolares, apenas por um decreto.

No entanto, a justificativa aposta a cada nome de patrono, revela, na síntese biográfica, o historiador que as foi carinhosamente traçando. Assim ao propor para o Grupo Escolar de Brotas, o nome de Dona Francisca Ribeiro dos Reis, diz o historiógrafo: "Dona Francisca Ribeiro dos Reis foi em 1840 a fundadora de Brotas.

Dotada de espírito piedoso, fez erigir uma Capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, em terreno de sua propriedade, parte integrante da chamada Fazenda Velha. E ao redor do pequeno templo juntaram-se os moradores da região, dando início a pequeno núcleo de povoamento, origem da atual cidade. Justo é pois que Brotas tenha o nome de sua fundadora, Dona Francisca Ribeiro dos Reis, em um dos seus grupos escolares".

Ao justificar o nome de Suzana Dias, para o Grupo Escolar de Cajamar, em Parnaíba, assim se expressa o historiógrafo: "Natural de São Paulo e casada com Manuel Fernandes Ramos, foi Suzana Dias a feliz genitora de Baltasar Fernandes, fundador de Sorocaba, de André Fernandes, fundador de Parnaíba, de Domingos Fernandes, fundador de Itu, deixando ainda outros filhos e filhas, todos intimamente ligados ao glorioso passado de São Paulo. Em Parnaíba, possuía Suzana uma enorme fazenda ao lado do rio Juqueri. Seus filhos Baltasar, André e Domingos Fernandes, foram fundadores, como vimos, das vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba, chantando assim os primeiros marcos do progresso e da civilização naquela região. Justo pois que o nome da famosa e veneranda matrona seja indicado para o grupo escolar de Parnaíba".

Bem interessante a súmula biográfica de Hércules Florence, nome dado ao Grupo Escolar de Jurumirim, em Tietê. Ei-la: "Inscrevendo o nome de Hércules Florence no Grupo Escolar de Jurumirim, será prestado um tributo a quem realmente o merece. Em princípio do século passado, repetindo a proeza dos bandeirantes, Hércules Florence partiu, em monção, Tietê abaixo, em direção a Mato Grosso, e, graças aos seus dotes artísticos, pôde fixar em magníficas pinceladas vários aspectos de nosso interior: mata-virgem, campos, portos fluviais, pousos à beira das estradas, plantas, animais, etc., legando-nos precioso material iconográfico.

"Deixou, além disso, o admirável livro "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829" que mereceu uma tradução e um prefácio do Visconde de Taunay e que ainda recentemente foi de novo editado para que não perdêssemos tão preciosa documentação sôbre o Brasil.

"Justíssimo pois que o seu nome seja inscrito em um grupo escolar de Tietê, a tradicional passagem dos bandeirantes, também cruzada, em princípios do século XIX, por Hércules Florence".

Ao referir-se ao patrono escolhido para o Grupo Escolar de Santana do Parnaíba, assim fala o seu biógrafo: "Bem merece Santana do Parnaíba possuir um grupo escolar com o nome do Tenente-General Gaspar de Godói Colaço, vulto de seu passado seiscentista e cuja vida se liga intimamente à História de São Paulo e também à da valorosa Vila de Parnaíba centro onde nasceram e se radicaram muitos bandeirantes. Descendentes de ilustre família piratiningana, que teve no seu tronco originário a figura singular de Baltasar de Godói, o Velho, desempenhou Gaspar de Godói Colaço, seu neto, várias missões importantes, delegadas pelo Governador Artur de Sá e Meneses, tendo mesmo recebido elogios em carta d'El Rei D. Pedro II, de Portugal. Desbravador e profundo conhecedor do chamado Sertão da Vacaria, situado no Sul de Mato Grosso, lá passou a maior parte da vida, em combate aos índios e servindo de anteparo contra as incursões cobiçosas dos espanhóis do Paraguai. Até os arredores de Assunção chegaram suas penetrações e, quase no fim da vida, foi incumbido, com o cargo de Tenente-General da Jornada à Vacaria, de pesquisar metais preciosos, sobretudo prata, missão que encobria um objetivo político, e graças à qual os castelhanos do Paraguai não puderam invadir nem conquistar a zona Sul de Mato Grosso.

"Nada mais justo pois que o nome dêste bandeirante do século XVII, que prestou tão bons serviços ao Brasil, seja indicado para o Grupo Escolar da atual Parnaíba, antiga vila onde viveu e morreu".

Entre êsses cento e poucos nomes dados a estabelecimentos de ensino, foi para mim surprêsa e emoção deparar com o nome obscuro, modesto e simples de meu pai inscrito no Grupo Escolar de minha terra natal. Daí o historiador escrever: "Grupo Escolar de Itapuí — Grupo Escolar Manuel Rodrigues Ferreira". Manuel Rodrigues Ferreira em companhia de sua espôsa, Dona Avelina Augusta Ferreira do Amaral, constituiram dois lídimos paradigmas dos heróicos bandeirantes de São Paulo, pois foram êles que, em fins do século passado, chegaram à região onde hoje se levanta Itapuí, e, desbastando o sertão rude e agreste e derrubando as matas, formaram a primeira fazenda de café e construiram a primeira casa de tijolos, quando, graças aos seus esforços e aos de sua família, se constituiu o núcleo originário da cidade. Justo pois que Manuel Rodrigues Ferreira, cuja ação honesta, operosa e realizadora, até hoje fecunda através do trabalho de seus descendentes, a boa terra de Itapuí, seja indicado para este Grupo Escolar".

Assim o nome dêsse homem, cuja "Ação honesta, operosa e realizadora" constitui, para todos os seus descendentes, motivo de respeito, veneração e orgulho, viverá na memória dos itapuienses. E isso graças ao ato espontâneo do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, cujo nome declino com gratidão e simpatia.

Não praticarei, a esta altura, indiscreção alguma, ao revelar-vos o nome do historiador incumbido pelo Sr. Interventor Federal de traçar as sínteses biográficas dos patronos escolhidos. Desempenhou-se brilhantemente dêsse encargo o nosso prezado consócio Dr. José Pedro Leite Cordeiro, inteligência moça e arejada ao serviço da pesquisa histórica e um dos mais formosos espíritos dêste sodalício.

E se lhe pronuncio o nome nesta oportunidade é porque êle bem merece os nossos louvores e aplausos.

Eis, porque, dizia eu, ao iniciar estas palavras, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo bem compreendeu o sentido, o espírito e a beleza cívico-social dêsse ato do Govêrno Paulista. S. Excia. o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares demonstrou, de maneira cabal, de forma notável, embora voltado para a solução dos altos problemas administrativos de nossa terra, como está inteiramente identificado com o seu talento de historiador erudito. E assim o autor de "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial" e de "Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil" e de tantas outras obras de investigação histórica reacende a lareira de nossas tradições históricas, com reavivar-lhe as chamas do civismo, em nossos estabelecimentos de ensino.

Doravante as gerações que passarem por êsses grupos escolares hão de levar pelo tempo adiante o nome de seus patronos e hão de recordar-lhes as lutas, os sofrimentos, as amarguras e as alegrias, através de suas sínteses biográficas.

Nem sempre, é bem verdade, os contemporâneos compreendem os gestos dos homens de sua época. Deformam-lhes muitas vêzes as intenções, os intuitos e os próprios pensamentos, sob o impulso dos choques sociais e dos conflitos de interêsses. O tempo se encarrega de esfriar paixões, apagar ressentimentos e anular discórdias. E então cumpre à História rever os processos humanos para modificar os juízos apressados ou as sentenças interlocutórias.

Assim sendo, a meu ver, o nosso sodalício deve manifestar-se a respeito do acontecimento já exposto. Por isso mesmo apresento à consideração e julgamento da Casa, a seguinte indicação:

"Proponho que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo consigne na ata dos trabalhos desta noite um voto de aplausos e louvores a Sua Excia. o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, magnífico Interventor Federal em São Paulo, pela beleza cívica do decreto n.º 16.720, de 15 de janeiro de 1947, que dá denominações a mais de cem grupos escolares, levando em conta a história dos municípios em que estão localizados; rende tributo e homenagem aos fundadores e precursores, ou aos filhos ilustres de cidades nossas, levando os atuais moradores a se recordarem dêles; institui ou dá ocasião de instituir entre professores e alunos, o culto do passado, pois todos êles saberão ou procurarão saber quem foram os patronos dos respectivos estabelecimentos; ensina às crianças e aos adolescentes a nossa história e chama a atenção do povo para as nossas tradições, com exaltar o civismo de nossos maiores; focaliza os nomes de Dom Duarte, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, Orville Derby, Pedro Taques, Capistrano de Abreu, Pandiá Calógeras,

Diogo de Faria, Frei Gaspar da Madre de Deus, Bartolomeu Bueno da Silva, e, em decretos posteriores, os nomes de Francisco Cardona, para Mogi-Mirim, e Antônio Candido de Camargo, para Limeira, além de um decreto especial e com a mais longa justificação, salientar a personalidade marcante de Afrânio Peixoto; revela o espírito cívico de um govêrno a cuja frente se acha o Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estadista e homem de letras, historiógrafo e homem de govêrno, e, para orgulho nosso, membro integrante de nosso venerando sodalício; grava, nas frontarias dêsses estabelecimentos de ensino de nossa terra, nomes de cientistas, historiadores, professores, linhagistas, de projeção nacional e de bandeirantes, fundadores e povoadores de cidades paulistas, figuras evocativas cujas vidas estão vinculadas para o todo sempre a êsses lugares onde viveram, penaram, trabalharam e morreram, e, aprovada esta proposta, levar por ofício, ao conhecimento de Sua Excia., o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares a nossa resolução, extensiva a Sua Excia., o Sr. Dr. Plínio Caiado de Castro e ao Dr. José Pedro Leite Cordeiro, pela brilhante contribuição de ambos, ao recordar, reviver e reavivar êsses vultos do passado, projetados no presente e engrandecidos no futuro".

Augusto Forel, Professor de Medicina e Cientista

Em 1948, passou inteiramente despercebido, no Brasil, o centenário de nascimento de um vulto da medicina, cuja obra caracterizou-se essencialmente pelo amor à ciência e à verdade. Trata-se de Augusto Forel, conhecido, entre nós, graças à larga divulgação do livro intitulado "A Questão Sexual" e que, traduzido para dezoito idiomas, tornou-se clássico no panorama amplamente compreendido pela sexologia.

Há quem admita não existir, entre as atividades humanas, uma só que não esteja íntima ou pelo menos remotamente ligada ao sexo. Não chegamos a tal extremo, embora convictos das poderosas influências do sexo, tanto sôbre o homem quanto sôbre a mulher. Basta lançarmos as vistas sôbre a literatura, a arte, e a própria ciência, para que logo o percebamos. Na prosa ou na poesia, na música, na escultura e na pintura, na aplicação ao trabalho, no desenvolvimento e aperfeiçoamento da técnica, da cultura e da civilização, encontramos o reflexo da sexualidade. Se analisarmos as existências humanas, encontrâmo-las orientadas e muitas vêzes desviadas em função do amor. Do binômio homem-mulher, nasce a família, o clã, a tribo, a sociedade, a nação, a humanidade enfim. E no entrechocar de interêsses particulares e gerais que constituem grande parte da história universal, notamos a presença do sentimento misterioso e inconfundível que impele os dois sexos um para o outro, trazendo como consequência a proliferação e a perpetuidade do gênero humano.

Mau grado o realce do fator sexo e a importância que representa não só na vida particular de cada um, mas também na sociedade e no evoluir humano, pequena é a porcentagem de homens e mulheres que, passando a puberdade, conhecem as suas responsabilidades sexuais. Esta falta de conhecimento vem acarretando malefícios sentidos pelo indivíduo e pelo agrupamento por êle integrado.

Os caracteres humanos são polimorfos e mui diversos uns dos outros. A personalidade de tal modo se prende a múltiplos fatores que nunca podemos encontrar duas pessoas idênticas, quer espiritual quer corporalmente. Sôbre a essência e sôbre a forma atua todo o imenso ambiente cósmico em que vivemos. A formação da personalidade depende de muitas influências ainda hoje inteiramente desconhecidas. Daí a necessidade da educação, da boa orien-

tação da mocidade para a preservação, não diremos de todo o mal, o que seria utópico, mas de pelo menos parte dêsse mal pronto sempre a desgraçar.

Se grande é a importância do sexo, quer na vida particular quer na vida coletiva, faz-se necessário que a juventude seja alertada a respeito dos problemas sexuais. Felizmente, cada vez mais se acentuam nesse sentido as diretrizes das nações civilizadas. Surgem arautos de todos os pontos, devassando as profundezas da alma, os meandros do psíquico, as incógnitas da fisiologia e da patologia, explicando fatos, indicando terapêuticas, regrando medidas higiênicas, profiláticas e educacionais.

Da sexualidade sã e bem orientada dependem o bem estar individual e a felicidade dos povos. Quantos problemas não são a ela atinentes? A esterilidade, os males venéreos, a prostituição, a eugenia, se refletem sôbre a própria economia das nações.

Hoje, estão bem assentadas as bases da sexologia, graças aos esforços de homens de ciência e de coragem que, enfrentando a maledicência e a aversão de alguns a tudo o que se refere ao sexo, fazendo-o, criminosamente, um verdadeiro tabu, divulgaram o que há de científico e de verdadeiro a seu respeito. Provam a asserção os trabalhos de Havellock Ellis, Mantegazza, Gimenez de Assua, Ingenieros, Marañon, Victor Pauchet, Kraft-Ebbing, Moll, Franceschini, Charcot e Magnan, van den Velde, Lacassagne, Binet, Magnus Hirschfeld, e, entre nós, Viveiros de Castro, Leonídio Ribeiro e tantos outros. Ainda recentemente, nos Estados Unidos, país ao qual não podemos negar, nos dias atuais, o mais alto grau de adiantamento na ciência e arte hipocráticas, observações e estudos pacientemente colhidos durante dez anos sôbre o comportamento sexual do homem e da mulher, revelaram, através de inquéritos e estatísticas, os pontos fracos, as deficiências e os erros da educação sexual, apontando medidas a serem tomadas, para melhor orientação do povo americano do norte no que diz respeito ao sexo.

Entre êsses verdadeiros beneméritos da humanidade, enfileira-se Augusto Forel que, através das trinta e seis edições brasileiras de seu livro "A Questão Sexual", tornou-se credor de gratidão pelos benefícios espalhados entre a nossa mocidade, educando-a e tornando-a apta para bem se comportar dentro da esfera sexual.

Não foi sem razão que, ao prefaciar a segunda edição portuguêsa daquela obra, assim se manifestou o eminente Professor Flamínio Fávero: "As verdades sexuais precisam, certamente, ser conhecidas pelos moços e moças de hoje, porque o falso pudor que as vela, impele para o vício, para a corrupção, para a doença, para a desorganização da família e abalo da sociedade... As questões genésicas devem ser apresentadas em seu aspecto verdadeiro, sem

a indumentária perniciosa da hipocrisia e mentiras que tanto mal produz ao homem e à mulher, sobretudo a esta, peada, muitas vêzes, por uma ingenuidade apenas aparente, que falsos preconceitos exigem e acoroçoam".

Em sua obra, Forel exemplificou a consciência e o sentimento de responsabilidade que todo o médico deve ter para com a sociedade. O casamento é a base da organização social cristã e interfere profundamente nos fundamentos sôbre os quais se apoiará a humanidade do futuro, que se mostrará imperfeita e viciosa se não se constituir sob a observância das normas de saúde, não só física mas também moral.

Para nós, brasileiros, o problema sexual assume importância relevante, quer no sentido eugênico, desde que somos um povo em formação ainda a receber correntes imigratórias sem que se tenha completado o amálgama das raças já recebidas, quer pelo ardoroso temperamento latino, herdado do português e do espanhol, ativado recentemente pelo italiano, e constantemente marcado pela calidez própria das regiões tropicais, fatos que originaram a acertada frase de Viveiros de Castro: "Qualquer observador superficial nota logo que o caráter brasileiro é propenso à sexualidade e ao amor", observação confirmada pelos nossos poetas que, na generalidade de suas produções, cantam o amor. Diante dessas constatações, bem podemos avaliar a utilidade do livro de Forel, particularmente para nós, os brasileiros. Sábio de caráter imaculado, cientista abalizado, homem de rara pureza em suas atitudes ante a sexualidade, Augusto Forel tornou-se credor de nossa admiração e gratidão.

Filho de Victor Forel, agrônomo e agricultor, e de Paulina Morin, senhora culta e erudita, Augusto Forel nasceu no dia 1.º de setembro de 1848, em "La Gracieuse", casa de campo dos avós paternos, situada em Morges, na Suíça. Do pai, herdou uma "Penetrante faculdade de observação"; conforme suas próprias palavras. Da mãe, ficaram-lhe as influências da música e da literatura, o gôsto pelas letras e pelas artes.

Desde a meninice atraíam-no os insetos. A maior parte da infância e da juventude, bem como os lazeres da vida adulta, aplicou no colecionamento e no estudo de vespas, formigas, caracóis e borboletas, atividade que, pouco a pouco, o tornou conhecido por tôda a Europa. Aliás, esta tendência natural de Forel recebeu os estímulos e o apoio de um tio-avô, Alexis Forel, botânico e entomólogo de certa evidência nos meios científicos da época.

Tendo recebido da avó, como presente de aniversário, o conhecido livro de Pedro Huber sôbre os costumes das formigas indígenas, Augusto, conforme declarou em suas "Memórias", não o leu, mas de-

vorou-o, e, em chegando ao último capítulo, tão entusiasmado estava com o que aprendera que prometeu a si mesmo continuar os estudos de Huber. Realmente, cumpriu o voto, demonstrando acentuada perseverança e uma tenacidade característica na realização dos seus ideais.

Iniciados os primeiros estudos em Morges, continuou-os no colégio cantonal de Lausanne, não abandonando a intimidade com os insetos. Antes de ingressar na Faculdade de Medicina, já considerava a sua personalidade em um estádio de formação mais completa do que a dos colegas, pois junto aos insetos tivera oportunidade de experimentar e sobretudo de observar, desenvolvendo essas duas magnas qualidades do cientista e do estudante da ciência.

Para avaliarmos o espírito científico de Forel, basta lembrarmos que, chegando a uma conclusão errônea, nos estudos entomológicos, procurou a causa do êrro e, encontrando-a na própria conduta, assim se pronunciou: "Amaldiçoei minha sugestibilidade e tendência às idéias preconcebidas, jurando de futuro só confiar em meus olhos e inteligência, sempre me acautelando das opiniões preconcebidas". São freqüentes, no livro que intitulou "Memórias", outras passagens demonstrativas de sua formação: "Desesperado, resolvi proceder em linhas estritamente científicas, com ajuda da anatomia comparada".

Iniciado pelo pai no esporte de atirar com arco, ganhou um prêmio na festa anual de Lausanne, celebrada no bosque de Sawehelin, onde se encontravam reunidos exímios atiradores. Após o Colégio Cantonal, freqüentou o Ginásio Superior de Lausanne, sentindo-se atraído pela medicina porque, dizia, a relação entre esta e a "Ciência natural parecia prometer tantas soluções do enigma da vida".

Na Faculdade de Medicina de Zurich, ingressou guiado por verdadeira vocação. O enigma da vida preocupava-o, leu Cuvier e Darwin, filosofou, aplicou-se às disciplinas médicas, especialmente à fisiologia do sistema nervoso. Durante o período dos estudos médicos, aperfeiçoou-se em pesquisas anatômicas e fisiológicas, estudou várias línguas, aprofundou-se na botânica, na física, na química e mais acentuadamente na anatomia comparada que lhe merecia cuidados especiais. Durante as férias, vivia às voltas com formigas, aranhas e escaravelhos. O acurado espírito de observador possibilitou-lhe completar, modificar e corrigir as observações e conclusões de alguns dos mais célebres entomologistas. Nas montanhas do Jura e dos Alpes, nas imediações dos lagos suíços, colhia farto material para as pesquisas. Aos 21 anos, tornou-se membro da Sociedade Entomológica Suíça. Instigado pelo Professor Osvaldo Heer, preparou, durante dois anos, um estudo sôbre as formigas do país

natal, sendo galardoado com o prêmio Schláfi, concedido pela Sociedade Suiça de História Natural.

Voltemos, porém, ao curso médico de Forel. No último ano, ouviu as lições ministradas por Gudden, eminente alienista cujas experiências psiquiátricas interessavam-no sobremodo. A respeito dêsse período, declarou: "Senti que ali, onde percebia o contacto do cérebro e da alma, devia estar a chave do problema monístico psicológico, que me atraía". Pertencem às suas notas estas outras reflexões: "Se Darwin tem razão, se o homem descende de espécies animais, e portanto seu cérebro provém igualmente do cérebro de animais, e se, além disto, pensamos e sentimos com o cérebro, então o que chamamos de alma, no homem, descende (é um produto evolutivo) da alma animal, com a mesma estrutura fundamental e, como esta alma animal, inteiramente condicionada, em seu desenvolvimento mais simples ou mais elevado, pelo maior ou menor desenvolvimento do cérebro. Consequentemente, como o Professor Le Felice uma vez nos disse, numa lição extremamente interessante e atraente em Lausanne, a psicologia só pode ser, em última análise, uma espécie de fisiologia do cérebro. A coisa não é tão simples como esta síntese, mas naquele tempo me pareceu perfeitamente clara e evidente. Desde então, nunca mais perdi essa noção. Com o tempo, encontrei constantemente confirmações frescas para a mesma e desenvolvi-a ulteriormente".

Apesar de atraído pelos problemas da fisiologia que o conduziam aos elevados campos da filosofia, Forel, durante certo tempo, sofreu a influência das musas, escrevendo canções contra os aristocratas da cidade de Morges e versos satíricos a uma irmã que considerava demasiadamente aristocrata.

Após a formatura, estagiou em Paris, freqüentando os hospitais psiquiátricos. Na vida profissional, ocupou o cargo de assistente do Professor Gudden que, em Munich, regia a cátedra de Clínica Psiquiátrica. Ali, iniciou a profícua trajetória de médico alienista, tendo logo se apresentado à docência com uma tese na qual estudava a anatomia da região sub-talâmica. Uma de suas inúmeras vitórias registradas pela ciência foi a modificação na técnica dos cortes histológicos do cérebro, permitindo o estudo em preparações microscópicas finas. Constituiu um dos aperfeiçoamentos do instrumento conhecido pelo nome de micrótomo de Gudden.

Entre a enfermaria e o laboratório, passou os primeiros anos de médico, observando, experimentando, aperfeiçoando-se e melhorando a técnica dos estudos. Correspondia-se com Ramon y Cajal, e Charles Darwin, situando-se entre expoentes culturais, ambiente que a sua ilustração e valor bem mereciam. Decorrido pouco tempo, tornou-se professor auxiliar e passou a se dedicar à luta contra o alco-

olismo, no qual via um fator de ruína social, de agravamento e mesmo desencadeamento das doenças do sistema nervoso.

Desejoso de visitar a América, sugestionado pelas riquezas entomológicas do continente, veio até a Colômbia, acompanhado pelo amigo Steinhell que, infelizmente, mal desembarcado, foi acometido de intermação, vindo a falecer, acontecimento que obrigou a volta imediata de Forel para a Europa. Ao chegar, encontrou como seu substituto no serviço de Gudden, o dr. Emilio Kraepelin, em breve tempo, uma das mais poderosas envergaduras que até hoje tem ilustrado a psiquiatria.

Não decorreu muito tempo e Forel foi nomeado médico-assistente do Hospício de Burgholzli, onde, pelo espaço de dezenove anos, realizou notável obra de administrador e de organizador, imprimindo uma orientação mais racional no tratamento dos alienados, e fazendo com que se aplicassem métodos mais humanos, mais lógicos e mais científicos, seguidos até hoje pelas clínicas psiquiátricas. Não foi sem lutas, dissabores, esforços e pertinácia que conseguiu realizar êsse ideal no tratamento dos alienados. Deu novas bases ao regimen de vida no hospício e atuou benèficamente sôbre os costumes e a vida do distrito rural de Reisbach, no Lago de Zurich, onde se situava Burgholzli. No mesmo ano em que se tornava diretor do estabelecimento (1878), recebeu a nomeação para catedrático na Universidade de Zurich. De início, as aulas, com cunho essencialmente prático, eram ministradas no próprio hospício por êle provido de um laboratório para experiências de fisiologia cerebral.

Forel entreviu e mesmo delineou a teoria do contato dos prolongamentos protoplasmáticos das células nervosas. Partindo de ponto diferente e sem ter conhecimento das observações de Forel, o Professor Hiss, de Leipzig, externou, em periódico médico, as suas conclusões, análogas às deduções de Forel, embora estas não tivessem sido publicadas. A chamada "Teoria do neurônio" teve inteira aceitação, sendo, posteriormente, desenvolvida e confirmada pelos estudos de Ramon y Cajal, ao aperfeiçoar o método de coloração de Golgi.

Estando em voga o hipnotismo empregado por Charcot, a "Larga manu", em Paris, na Salpetriere, e que Bernheim cultivava em Nancy, por ele se interessou Forel que, após uma visita a Bernheim, transformou-se em hipnotista. Fundou uma revista sôbre o assunto e, mais tarde, elaborou um tratado intitulado "Hipnotismo e Psicoterapia", já em décima segunda edição no ano de 1923. Desde que se apaixonou pelo hipnotismo, incluiu-o no seu curso de psiquiatria.

Ia assim decorrendo, em ambiente de atividades e realizações, a vida de Augusto Forel. Não deixava, porém, os insetos. Buscava-os na Suécia, em Tunis, na Algéria, na Bulgária e em outros países,

durante as férias regulamentares. A vida tôda batalhou contra o alcoolismo, chegando a criar uma sociedade em favor da temperança e da melhoria da moralidade. Preocupavam-no também os problemas e mistérios da alma humana e daquilo que denominava alma animal, a fisiologia cerebral, a eugenia, a higiene social, a hereditariedade que várias vêzes discutiu com Weissmann, nome até hoje respeitosamente lembrado em genética, as relações forenses da psiquiatria a respeito das quais manteve correspondência com Lombroso que o visitou no verão de 1892, tomando então um contacto mais íntimo e útil com os trabalhos do sábio suíço. Os problemas raciais e pedagógicos, os do feminismo, os do sexo, especialmente a possibilidade de uma seleção sexual racional, constituíam equações em desenvolvimento constante no seu espírito.

Em 1896, já quasi na casa dos cincoenta anos, empreendeu outra viagem à Colômbia, deixando, em precioso relato, descrições da flora e da fauna, dos costumes, dos usos e da sociologia das tribos colombianas, sendo objeto de suas observações até as festividades carnavalescas.

Voltando à Suíça, discutiu com Lombroso e esclareceu-o, em agôsto de 1896, no Congresso Antropológico Internacional realizado em Genebra, comentando inúmeros pontos obscuros de assuntos abordados no certame. Dois anos mais tarde, aposentou-se, entregando ao Dr. Dellbruck a direção do Hospício de Burgholzli, ao qual impregnara fortes vincos de sua personalidade.

Os anos seguintes utilizou-os em viagens ao Canadá, à Rússia, à Itália, à Alemanha, à África Setentrional e aos Balcãs, fazendo conferências sôbre psicologia, defendendo a moral e a temperança. Nas constantes viagens dêsse período difundiu a organização de uma Sociedade para propagar a melhoria da moral, fundando, nos lugares por onde passava, lojas e sucursais com o objetivo de combater o alcoolismo e melhorar os costumes.

Para termos idéia do que foram essas atividades, basta lembrarmos algumas das conferências realizadas sob os auspícios da Ordem Internacional de Ética e de Cultura, nas cidades de Friburgo, Elberfeld, Dusseldorf, Duisburgo, Essen, Kassel, Francfort, Mannheim, Hamburgo, Bremen, Leipzig, Posen, Nuremberg, Munich, Praga, Viena e outras. Os temas desenvolvidos giravam em torno de Eugenia, Hereditariedade e Educação, Instinto e Inteligência, Moralidade nos Homens e nos Animais, Educação do Espírito Infantil, Homens e Formigas, Hereditariedade e Progresso na Vida Matrimonial e Sexual, abordando assuntos de palpitante importância e interêsse coletivo.

Por essa época, as idéias de Freud, intimamente relacionadas com o sexo, começavam a ser divulgadas. Forel criticou-as, afirman-

do serem exageradas as concepções freudianas relativas à sexualidade infantil e à interpretação dos sonhos. Em vários casos rumorosos que exigiam inquéritos e medidas policiais, muitas vêzes Forel foi requisitado como perito ou simplesmente consultado para opinar tal a fama do seu critério, honestidade e largo saber.

Apesar da idade, continuava apaixonado entomologista. Em 1911, organizou e classificou uma vasta coleção de formigas das Américas Central e do Sul. Suas observações sôbre êsses insetos foram explanadas em seis tomos das "Memórias da Sociedade Belga de Entomologia".

No ano imediato, porém, no mês de maio, sofreu um ictus cerebral. Paralisado o lado direito do corpo, aprendeu a escrever com a mão esquerda, demonstrando admirável fortaleza de ânimo já exemplificada pela tenacidade do caráter. As lesões não o impediram de publicar esplêndida e instrutiva monografia sobre a afecção que o assaltara.

Preocupava-o não poder levar a têrmo uma edição da "Questão Sexual", mas pouco a pouco aquêle cérebro privilegiado voltou a funcionar e Forel não só levou a cabo o empreendimento como também elaborou as "Memórias", alentado volume de que em grande parte nos utilizamos para organizar êste ligeiro escôrço biográfico. Augusto Forel viveria ainda dezenove anos cheios de fecundidade intelectual e moral. Voltou à faina com os insetos, a algum trabalho com limitado número de clientes, a espaçadas e curtas viagens pela Suíça e pelos países vizinhos, às conferências e aos congressos. Assistiu ao desenrolar da 1.a Grande Guerra e, com Haeckel, travou polêmica a respeito da atitude dos alemães, especialmente das universidades alemãs durante o conflito. Interessou-se pela criação da Sociedade Permanente da Paz e da Sociedade dos Estados Unidos do Mundo, a cujo respeito escreveu um livro. Gradativamente, porém, o tempo assenhoreou-se do seu organismo. Enquanto surgiam os padecimentos de um glaucoma, homenagens excepcionais lhe eram prestadas no septuagésimo aniversário. Dedicou-se mais intensamente à classificação de sua coleção de insetos e passou a distrair-se com a jardinagem e com a colaboração em periódicos, apesar da enfermidade ocular. Em 1917, visitaram-no Romain Rolland, o festejado autor de Jean Cristophe, Lunatcharski, Ministro da Educação no govêrno russo de Lenine, Magnus Hirschfeld, criador do Instituto de Sexologia, em Berlim, e a princesa Teresa da Baviera, para citarmos apenas algumas das personalidades ilustres que se sentiram atraídas pela sugestiva figura do sábio.

Os últimos esforços dêsse notável suíço orientaram-se em prol da paz. O seu nome enfileira-se entre os maiores pacifistas, quer como ativo realizador quer como idealista. Para Forel, "O socialismo

tem de ser moral, ou não será socialismo". Na pureza e na elevação dos seus sentimentos, afirmava: "Social e ético são concepções fundamentalmente equivalentes. Consiste a ética em praticar o mais elevado altruísmo, em sacrificar-se pelos outros, e, na mais alta acepção, pela humanidade — isto é pelo bem estar social de todos". Pròfèticamente, interrogava e asseverava: "Que nos trará o ano de 1920? Bolchevismo ou reação? Somos espectadores desamparados da tormenta que levará tôda a Europa e tôda a Humanidade à beira da ruína; mas, então, ouso esperá-lo, apesar das reações mesquinhas, estúpidas e incoerentes, virá a reconstrução social."

Utópico mas idealista, clamava: "A moderna técnica de intercâmbio, quase desconhecida há um século, tornou, hoje, não somente possível, mas inevitável, a Federação Mundial dos Povos. Mas esta abolirá de modo inteiramente automático as guerras entre Estados". Êste vaticínio infelizmente ainda não se realizou, mau grado se tenha aperfeiçoado tanto a técnica de intercâmbio e de aproximação entre os povos. São exemplos dessa infactibilidade, os horrores, as destruições e as devastações da 2.a Grande Guerra. A experiência comunista dos russos não provou bem, ou antes provou a inexeqüibilidade da realização de um estado universal sem as bases da democracia bitolada no sentido de um socialismo prudente e bem orientado dentro de normas éticas e morais, das quais o melhor exemplo foi o dado por Jesus Cristo ao pregar na terra o amor e a compreensão entre os homens.

Não vou insistir na admirável obra legada à humanidade pelo sábio Augusto Forel. Em tôda ela, nota-se a presença da verdade e da sinceridade. "Falar a verdade quando deva ser falada e não ferir, no entanto, os sentimentos de alguém, é arte superior à minha capacidade e não posso mudar o meu modo de pensar e nem siquer o desejo". Êste princípio sempre norteou a obra de Forel. Romain Rolland considerava-o um dos fundadores de um novo mundo a se refazer das ruínas de um velho mundo fracassado pela decomposição da moral e dos costumes, ateada pelo fogo corrupto das ideologias materialistas e do industrialismo que avassalou a terra.

Das páginas mais belas, saídas da pena de Forel, avulta o seu testamento, uma positiva, sincera e elevada afirmação de fé e convicção. Apenas um trecho dá-nos idéia do que êle representa: "Agora que minha vida se aproxima do fim, devo lastimar-me e execrá-la? Não, certamente não! Dela me retiro em paz, sem dor, sem amargura, sem mêdo, e na firme esperança de uma vida melhor, não para mim, mas para os meus sucessores. Fiz o máximo possível, com meu trabalho e meus filhos, para trazer minha pedra ao nosso edifício social, e minha única mágoa é não ter podido fazer mais e melhor. Realizei minha obra como um simples e honrado artesão ou um trabalhador dos campos. Cabe a vocês, meus caros filhos, prosseguir-me

a vida. Trabalhem em paz com os outros homens, seus irmãos. Morro em paz, nada desejando para minhas cinzas melhor que o eterno repouso, o "nirvana", que as espera. Se um morto fôsse capaz de lamentar o que perdeu, então meu coração sangraria pelo fato de se ter para sempre afastado daqueles a quem amei. Mas minhas cinzas dormem o sono da morte. Lembrem-se disso e só pensem em mim com o espírito calmo e alegre, como penso em minhas formigas, em meus livros e nas nogueiras do jardim".

"Meu último desejo é saber que se sentem todos felizes, imbuídos de um sagrado entusiasmo por um ideal sempre mais alto da humanidade, pelo qual estarão lutando".

Aos 27 de julho de 1931, com oitenta e três anos, Augusto Forel desapareceu do mundo dos vivos. Ficaram a sua obra, os benefícios da sua vida, a inspiração do seu idealismo, o exemplo do seu trabalho, a esperança de que a humanidade — donde surgiu um valor como êle — poderá ainda encontrar melhores dias e melhor destino.

Jerônimo Fracastório e uma das primeiras Descrições da Chegada de Cristóvão Colombo à América

Tradução do texto em inglês pelo Dr. Mário Brás.

No final da décima quinta centúria, nascia em Verona, Jerônimo Fracastório, filho de Paulo Filipe e Camila de Mascareli. Integrado em nobre linhagem italiana, Jerônimo possuía, na ascendência próxima e remota, ilustres facultativos que ostentavam, nos portais de suas residências, brazões da mais pura nobreza. Um dêles, Paulo Filipe, integrou a delegação formada pelos homens de prol que, em 1403, entregaram as chaves da cidade de Verona ao Doge de Veneza.

Poucos são os dados sobre a infância de Fracastório. Dizia-se ter nascido com uma bôca tão pequena que se fez necessária uma operação para corrigi-la. Referem seus biógrafos que, criança débil, o pai fê-lo passar a infância na mansão de Caffi onde, posteriormente, viveu grande parte da existência, ali elaborando o maior contingente da produção literário-científica.

Atingida a adolescência, dirigiu-se para Pádua, permanecendo sob os cuidados e orientação do Professor de Medicina, Gerolamo de La Torre, de cujos filhos tornou-se amigo íntimo. Os De La Torre celebrizar-se-iam no futuro, grangeando outras glórias para o nome já ilustrado pelo pai: — Marco Antônio como anatomista, João Batista como astrônomo e Raimundo como literato.

Na época em que Fracastório tomou contacto com o mundo intelectual de Pádua, processava-se francamente o Renascimento italiano, do qual êle é considerado uma das mais expressivas figuras. O ambiente espiritual da cidade florescia graças à cultura dos mestres que pontificavam na sua afamada Universidade. A filosofia aristotélica era interpretada por Antònio Turbetta e Leonico Nicolau Tomeo. Nas ciências jurídicas, salientavam-se Bartolomeu d'Urbino e Antônio Porcellini. Entre os historiadores, apontavam-se Richerio e Beichene. O campo da medicina ampliava-se surpreendentemente com as pesquisas anatômicas de Aquilini, Trapolini, Benedeti, e Fabrício de Acquapendente.

A inteligência viva e o espírito apaixonado pela ciência, aliados à sólida cultura argamassada em fecunda constância ao estudo, permitiram a Fracastório, com pouco mais de vinte anos de idade, gozar a distinção de professar lógica no Ateneo de Pádua.

Jerônimo, periòdicamente, visitava a cidade natal, onde exercia a medicina. Data de 18 de setembro de 1505, o seu registro no "Physicorum Veronal", espécie de colégio médico. Em 1509, cessaram, porém, as suas atividades, pois a guerra assolou Pádua e atingiu Ve-

rona. Pouco depois, falecido o genitor, Fracastório recolheu-se à mansão que a família possuía em Caffi e nela passou o resto da vida. Dedicava um carinho todo especial à Vila de Caffi, cenário por demais querido, onde passara a infância de menino débil, ansioso de saúde, aquela mesma saúde que recebia seus devotados cuidados quando no exercício da medicina. Localizada entre dois rios, nas proximidades do Monte Baldo, e tendo em frente a placidez das águas azuis de um lago, a Vila de Caffi constituiu-se em acolhedor refúgio para o espírito de Fracastório, desejoso da tranqüilidade necessária para a elaboração de sua admirável obra. Pôde assim dedicar-se exclusivamente ao cultivo de suas terras, à caça, aos estudos e pesquisas, e à família constituída pela espôsa de nome Elena, única informação que dela temos, e quatro filhos, dois dos quais desapareceram ainda em vida de Jerônimo.

Gozando vigor físico na vida adulta e na velhice, contrastando com o menino débil que fôra, Fracastório, aos setenta anos, caminhava dezenas de quilômetros num mesmo dia. Naquela idade, ditou os "Diálogos Filosóficos" e escreveu cartas cheias de erudição. Aos setenta e cinco anos, faleceu, ao que parece, vitimado por um ictus cerebral, logo após o jantar, não se sabendo ao certo se em Caffi ou em Verona por êle freqüentemente visitada. Sepultado na Igreja de Santa Eufêmia, em Verona, os contemporâneos prestaram-lhe justo culto, continuado através das gerações veronesas, até a atualidade.

Mau grado não se tenha devotado inteiramente à medicina, sendo acusado de cuidar mais da poesia e da filosofia, tendo-se recusado várias vêzes a atender chamados profissionais, especialmente nas epidemias comuns durante a Idade Média, Fracastório tratou de cardeais, de papas, de príncipes e atendeu Catarina de Médicis, rainha de França, recebendo convite para médico da côrte gaulesa, feito por Margarida de Navarra, espôsa de Henrique IV, soberano francês. Outra distinção que prova as altas virtudes da sua medicina, foi a nomeação, em companhia de Balduino Balduini, feita pelo Sumo Pontífice Paulo VII, para exercer a função de médico junto ao Concílio de Trento.

Não é nosso intento biografar alentadamente a sugestiva personalidade de Fracastório nem tampouco analisar detidamente a sua copiosa produção, da qual desejamos apenas apontar a descrição da viagem de Cristóvão Colombo e da descoberta da América, um dos primeiros relatos sôbre a expedição naval, e que, entre nós, reputamos pouco divulgado. Assim, deixaremos de lado os estudos sobre a conservação do vinho, os conhecimentos de farmacologia, de botânica, de zoologia e de paleontologia, o convívio intenso com os clássicos gregos e latinos, a interpretação das referências astronômicas de Dante, na Divina Comédia, as idéias sôbre as doenças contagiosas que dêle fizeram um verdadeiro precursor de Koch e de Pasteur. Deixaremos também sem comentários, o livro "De Stellis" que, revisto mais tarde, deu origem ao "Homocêntrica sive de stellis", dedicado ao astrônomo Raimundo de La Torre, e que constitui um dos mais completos repositórios sôbre as idéias cosmográficas da época, o livro "De Anima" em que discutia a imortalidade da alma, o "De Intellectione", bem como a obra sôbre o Apocalipse, trabalhos onde externou profundos conceitos filosóficos. Não cuidaremos da sua arte e inspiração poéticas extravasadas em vários poemas, dos quais salientam-se os dedicados ao Cardeal Farnesio, a Margarida de Navarra, ao Papa Júlio III, a cada um dos irmãos La Torre, e que foram reunidos no magnífico volume "De Poetica", editado em 1549.

O papel desempenhado pelas idéias de Fracastório na renovação científica processada durante a Renascença, merece análise especial que, infelizmente, não podemos fazer aqui. Combateu a explicação dos fenômenos naturais pelas causas ocultas, insurgiu-se contra a atribuição das doenças às influências astrais, defendendo o princípio da "Seminária morbi", isto é, da transmissibilidade de agentes vitais que, pelo contágio, transferiam-se de pessoa a pessoa. A escabiose e a lepra, as febres epidêmicas e a tuberculose, a oftalmia e a varíola, na sua opinião, transmitiam-se não só por contacto direto, mas também através dos objetos. Determinou o período de incubação de várias doenças infecciosas, divisou a imunidade, positivou a contagiosidade do tuberculoso e a sobrevivência do agente produtor da tuberculose, nas vestes, no leito e nos móveis utilizados pelo doente, perigo que calculava durar até dois anos após a morte ou o afastamento do portador do mal. Não foi sem razão que o denominaram *Pai da moderna patologia.*

Fracastório andejou pela geografia, pela cosmografia, pela história, pela geologia, pela astronomia, pela filosofia, pela matemática, pela medicina e também pela poesia.

Mais divulgado e conhecido como poeta, alcançou renome universal e perene com o poema "Syphillis sive morbus gallicus" dedicado ao Cardeal Bembo e publicado em agôsto de 1530, na cidade de Verona. Tal o sucesso da obra que, no ano imediato, foi reeditada em Paris, e, em 1536, em Basiléia. No ano de 1539, duas novas edições surgiram em Paris. Em 1547, apareceu outra na cidade de Antuérpia, onde, em 1562, era a obra reeditada. Durante o século XVIII, tocaram a Pádua, e, durante o século XIX, a Milão, novas edições. Montam a mais de doze as traduções para a língua italiana. Em francês, existe a tradução de Macquer e La Combe, datada de 1796, e, em alemão, a de Lenz, feita em 1881. A respeito do poema, considerado um padrão na poesia latina clássica, afirmou o Cardeal Bembo: "Nada mais perfeito poderia ter sido desejado por Virgílio".

De sumo interêsse para a história da medicina, e também para a História da América, o poema apresenta-nos pontos interessantíssimos como seja a discussão sôbre a origem da sífilis, na opinião de uns levada ao continente europeu pelos marinheiros de Colombo, e, na de outros, já existente na Europa. Fracastório colocou-se entre os últimos, tendo, porém, mais tarde, no "De contagione", externado algumas dúvidas sôbre a origem européia da moléstia.

Entre outros, dois grandes méritos possui o poema: descrever um tipo de lesão sifilítica e fixar o nome da doença que teve tantas denominações quantas as regiões em que apareceu. Nêle, também se encontra a primeira referência às armas de fogo, feita em poesia. Eram os arcabuzes utilizados pelos homens de Colombo para defesa e ataque e para derrubar as aves de atraente colorido que encontraram na América.

Outras passagens chamam a atenção dos estudiosos da história da medicina: — a descrição das lesões e dos sintomas da sífilis, as causas da sua propagação, na quase totalidade, o contacto sexual. Fracastório não se limitou apenas à descrição da sintomatologia. Ditou as normas terapêuticas, a conduta higiênica e profilática, a alimentação mais favorável, e apregoou as virtudes do mercúrio e do guaiaco, êste o tão cantado remédio americano que, apesar de apenas possuir propriedades diaforéticas, contou com numerosos entusiastas até a décima sétima centúria, tendo mesmo, durante o quinhentismo, enriquecido os que vinham buscá-lo na América e os que o mercadejavam na Europa.

Nas descrições poéticas de Fracastório sôbre a sífilis e sôbre a viagem de Colombo à América, encontram-se fantasias, divagações mitológicas às quais devemos fazer a crítica, embora fôsse um poeta a se manifestar sob a influência dos clássicos, de Homero, de Virgílio e de Ovídio, cujas produções literárias lhe eram familiares, e vivendo na Idade Média, época cheia de crendices, de abusões, de lendas e de mitos, acirradamente combatidos por êle próprio em todos os seus trabalhos científicos. O renome de Fracastório como cientista em absoluto não se empana com as liberdades que se permitiu nas descrições poéticas.

A imaginação fértil de bardo inspirado, fê-lo atribuir às iras de Saturno o aparecimento da sífilis, cujos sintomas descreveu após invocar o auxílio das Musas e de Apolo. Colocou em cena, a deusa Calliro, o pastor Ilceo, Diana, Febo, e por fim Colombo, de cuja descoberta exaltou os méritos e a importância. Surgem os marinheiros espanhóis, os pássaros de plumagem colorida, os ritos selvagens dos ameríndios, o encontro do navegador genovês com o chefe indígena e, finalmente, a lenda de Sifilos, pastor do Rei Alcito, e o castigo dos deuses, representado pela sífilis. Tecendo um hino de

louvor à ação terapêutica do guaiaco, finaliza Fracastório o "Syphilis sive morbus gallicus".

* * *

A descrição quinhentista da viagem de Colombo, primeira que se conhece poetizada, foi traduzida para o português pelo ilustrado médico patrício Dr. Mario Brás, que se serviu da publicação em inglês, apresentada em prosa e não em verso pelo Professor Mario Truffi, Diretor da Clínica Dermatosifilopática da Real Universidade de Pádua além de entusiasta conhecedor de Fracastório, cuja magnífica biografia, por êle também elaborada, guiou-nos neste estudo.

Vejamos, na tradução do Dr. Mario Brás, o que disse Fracastório sôbre a viagem de Colombo:

"Além das colunas de Hércules, um novo mundo invoca-te, ó musa! Ouve essas ondas murmurantes que te chamam a praias distantes. Vai, toma impulso e celebra em versos a árvore estrangeira que mitiga nossas dores e põe um limite à nossa aflição. E tu, celeste Urânia, veste a tua púrpura médica, mostra aos povos da Itália a tua fronte coroada pelos augustos ramos do guaiaco e relata os maravilhosos prodígios de que é testemunha o nosso século.

"Ah! heróico século, possa algum dia um poeta ilustre consagrar-te os acentos desta lira. Deixai-o, então, narrar — êsse inspirado cantor de heróis e de glória — como nossas intrépidas esquadras saíram a conquistar um outro continente, além dos mares desconhecidos! Deixai-o cantar êsses novos mundos recentemente descobertos, suas cidades, seus rios, seus diferentes povos, seus costumes estranhos, seus céus prateados de fulgurantes plêiades! Deixai-o narrar os combates, as memoráveis batalhas que sujeitaram às nossas leis um continente até então desconhecido! Deixai-o, principalmente, anotar para a admiração dos séculos futuros aquela frágil embarcação que, sòzinha, sulca com sua proa audaz a imensidão dos mares! Feliz o favorito de Apolo que seja capaz de descrever tais maravilhas à altura! Minha musa não ousaria aspirar a tão brilhante tarefa; mais modesta, ela aqui nada mais fará do que celebrar uma árvore sagrada; recitará suas virtudes, relatará como foi ela descoberta e como, de uma praia longínqua, foi até nós trazida.

"Sob as ardentes chamas de Cancer, no seio de um imenso mar no qual a carruagem de Febo mergulha ao findar o dia, estende-se uma ilha estreita e longa, onde os espanhóis foram os primeiros a desembarcar e à qual, em memória da Pátria, denominaram Hispaníola. Esta terra é semeada de ouro, porém, mais do que o ouro, o que a faz ainda mais rica é a árvore preciosa a que os nativos deram o nome de guaiaco.

"O guaiaco possui um caule delgado e cilíndrico. Seus ramos, amplamente espalhados, carregam-se de espêssa folhagem sempre verde, seu fruto consiste em pequenas cerejas adstringentes ao paladar.

"Sua madeira tem a dureza do ferro; ao calor exsuda uma resina pegajosa; cortada, é agradàvelmente colorida; verde e brilhante como o louro abaixo da casca, um pouco mais ao fundo tem a côr pálida do buxo, tornando-se mais escura, até ao prêto, junto às suas partes centrais, de tal maneira a lembrar as tintas tanto do ébano como da nogueira. Imagine que a estas côres diferentes o vermelho seja adicionado; matizes mais ricos não possuiria o manto de Iris.

"Os nativos dedicam grande cuidado à cultura desta árvore. Esforçam-se em multiplicá-la; com ela cobrem seus vales e colinas. Prezam-na como o equivalente de um Deus salvador. E não sem motivo, pois só ela fornece o remédio contra o implacável flagelo que a ira celeste permanentemente mantém entre êles.

"Tal remédio é assim preparado: um ramo forte é separado da árvore, liberto da casca, esmagado e ralado; os fragmentos assim obtidos são inicialmente postos em água durante um dia e uma noite, para digerir e, então, sujeitos à ação do fogo. Toma-se cuidado para obter com economia o cosimento da mistura, de tal forma a evitar a ebulição violenta e não se perder parte alguma da escória, um tópico que pode ser usado com utilidade nas úlceras e abcessos. Desta maneira, o líquido é evaporado até que esteja reduzido à metade e, depois, cuidadosamente recolhido. O resíduo sólido é novamente misturado com água, agitado com mel e outra vez cosido com cuidados totalmente iguais.

"Destas duas decocções sucessivamente feitas, a primeira é dada como remédio na dose de dois copos ao dia, um dos quais para ser tomado ao levantar da Aurora e o outro ao tempo em que o crepúsculo principia a espalhar suas sombras no Olimpo. A segunda compreende a única bebiba que o rito nacional e a lei religiosa do país permitem ao paciente usar às refeições. O uso tanto de uma como de outra deve igualar em duração o espaço de tempo que leva uma estrêla em ir através do seu curso juntar-se à carruagem do Sol.

"Durante todo o transcurso dêste tratamento, os pacientes são reclusos a um aposento hermèticamente fechado, abrigado do frio, do ar e das correntes inimigas dos ventos. Limitam-se à mais austera dieta, ao mais rígido jejum, não tomando alimentos, exceto uma quantidade indispensável para manter as funções e preservar a vida. No entanto, fàcilmente êles suportam esta dieta, graças às bebidas sagradas que, como a ambrósia celeste, igualmente os sustenta e fornece aos seus corpos esfaimados os princípios ocultos da resistência e da nutrição. Depois de cada dose de remédio, tomam o cuidado de ficar deitados por duas horas, no intuito de permitir ao néctar divino penetrar em seus órgãos e purificá-los por meio de suadouros salutares.

"E, ó prodígio! Diana ainda não completou seu curso e a ação do remédio já se revela. É um ato demoníaco! As pústulas secam,

as úlceras cicatrizam, as dores desaparecem e a flor da juventude nasce novamente com a volta da saúde.

"Contarei como u'a mão divina apontou êste remédio aos nativos do novo mundo e como os destinos o trouxeram até nós.

"Partida das costas de Espanha em busca de um outro mundo, uma intrépida flotilha navegou os mares longínquos que estão presentes ao pôr do sol. Incerta do caminho, prosseguiu ao acaso, por ondas desconhecidas. À sua volta aglomeravam-se inúmeras nereidas. Todas as ninfas daqueles mares inexplorados haviam deixado seus úmidos lares para verem as naus aladas que, velas ao vento, pareciam voar sôbre as profundezas.

"Era noite. Da abóbada serena do firmamento, a luz espalhava seus raios puros pela superfície ondulada dos mares. Levantando o olhar suplicante àquela estrêla, o heroi que comandava a armada — êle, a quem os destinos haviam escolhido para a grande tarefa que se prepara — implorou à filha de Latona nestes têrmos: "O' Febe, rainha da noite e soberana das ondas! Já por duas vêzes voltaste teu crescente prateado para nós, por duas vêzes completaste teu curso e nada se nos oferece à vista a não ser a imensidão das vagas. A terra voa à nossa frente. Por nossa graça, fazei com que uma costa surja no horizonte e dirigi-nos, ó deusa! a êsses mundos que há tanto tempo procuramos!"

"Diana ouviu a prece; desceu imediatamente dos céus, tomou as feições das nereidas Chinotos e Cloto e, juntando-se ao grupo de ninfas que circundava a armada, respondeu ao herói nas seguintes palavras: "Coragem, querido filho, coragem! Os dias que hão de brilhar não chegarão a seu têrmo sem que terra apareça aos teus olhos, sem que surja um pôrto para abrigares teus barcos. Mas não pára na primeira costa que encontrares. O destino chama-te mais longe. Mais além os mares encerram uma ilha de nome Ofir; só ali deverás limitar teu curso e fundar a capital do teu império!"

"Falou e com a mão tocou a nau que, empurrada por ventos favoráveis, singrou célere sôbre o azul das ondas.

"Mal havia surgido das ondas a carruagem de Febo quando uma ponta enevoada surgiu no horizonte; era terra! De fato, logo chegou o esquadrão às vistas de uma costa há tanto tempo desejada. Desembarcam, saudam êste solo hospitaleiro e votam aos céus um justo tributo de ação de graças. E a tripulação procura no repouso nova fôrça para as fadigas que estão por vir.

"Assim se passam quatro dias. Uma brisa leve levanta-se e enfuna as velas. O esquadrão faz-se ao mar imediatamente, com entusiasmo. Deixou atrás a ilha de Antilia que bóia ao sabor das ondas. Hagie, Amerie, a terra maldita dos canibais e Giana com suas verdes costas e, então, um arquipélago que se delineia por cima dos picos escarpados das águas. Das inúmeras ilhas que o compõem, exis-

te uma que é coroada por luxuriantes florestas e que derrama no mar um grande rio, cujo leito é coberto de ouro. Cruzam-na regatos puros e sombras frescas tornam a estadia encantadora. A armada ali pára, seduzida por tantas atrações. Os marinheiros desembarcam nesta praia encantadora com transportes de alegria. Seu primeiro cuidado foi oferecer um sacrifício aos deuses destas plagas, bem como ao gênio do rio que enriquece o oceano com a opulência das suas ondas. Em seguida preparam a mesa no tapête de relva e, taça na mão, celebram êsse dia feliz. A seguir, alguns vão à procura de descobertas, impacientes por saber se esta ilha era habitada; outros foram contemplar o rio de águas cintilantes e apanhar as escamas de ouro que semeiam seu leito.

"Pássaros de bico vermelho e plumagem azul, inocentes hóspedes dêste país, voaram nesse momento pelas densas sombras que emolduravam as encostas. Os marinheiros perceberam essa assembléia de asas; imediatamente apanharam os arcabuzes, armas rivais do trovão, terríveis armas cujo segrêdo Vulcão revelou aos Teutões no dia em que lhe aprouve dar aos mortais os dardos de Júpiter. Cada um escolheu a sua vítima. Isto feito, os pavios acesos inflamam a pólvora, uma mistura assassina de enxôfre, salitre e carvão; o relâmpago fuzila, dá-se o tiro, as balas assoviam no ar e o solo está coberto de corpos mortos! Nesse instante o céu ilumina-se por milhares de fogos, relâmpagos sulcam as nuvens e sacodem a praia com seus golpes raivosos, sacudindo também a floresta e até mesmo as cavernas profundas dos mares. Aterrados, os pássaros que haviam escapado à carnificina refugiam-se nas mais escuras cavernas. Mas um dêles — ó prodígio! — pousa sôbre um pico ponteagudo e oferece estas profecias sinistras: "Vossas mãos sacrílegas feriram os pássaros do Sol, malditos forasteiros. Que a desgraça caia sôbre vós! Ouvi de mim o castigo com que Apolo punirá vosso crime. Se ventos favoráveis vos trouxeram às costas de Ofir, terra que por tanto tempo procurastes, sòmente ao preço de milhares de desastres e milhares de moléstias vos será dado atingir êsse outro mundo do qual pretendeis roubar a antiga liberdade. Todos os flagelos da terra e das águas serão derramados sôbre vossas cabeças. A guerra vos dizimará; estas ondas tragarão vossos esquadrões; estas praias cobrir-se-ão dos vossos restos e poucos entre vós verão o céu da terra natal! A Europa vos recusará todo auxílio e, ao mesmo tempo que a discórdia voltar contra vós os vossos próprios braços, esta terra contribuirá com gigantes para vos esmagar. Por fim, uma pestilência desconhecida espalhará sôbre vós as suas marcas daninhas e infectas até ao dia em que, suplicantes, vireis até cá implorar perdão pelo vosso sacrilégio e pedir desta floresta um remédio para os vossos sofrimentos!" E tendo falado, soltou um terrível assovio, desaparecendo nas profundezas dos bosques.

"Ouvindo esta profecia fatal, os espanhóis empalideceram de terror e arrepiaram-se de mêdo. Para apaziguar a ira celeste, apressaram-se em oferecer sacrifícios expiatórios ao sol, aos pássaros sagrados e às ninfas da floresta. Imploraram perdão; experimentaram todos os meios para dobrar pelas preces os deuses de Ofir e o gênio do rio sagrado.

"Mesmo assim, homens de uma raça desconhecida sùbitamente surgiram dos bosques adjacentes. Seus corpos eram tão negros quanto seus cabelos; seus peitos nus; as testas, em sinal de paz, cobertas de folhagem. Avançaram em direção do mar; observaram estupefactos os gigantescos lados dos navios, as roupas e as armas dos soldados; pareciam não satisfazer os olhos com o espetáculo de tantas maravilhas. Humildemente prostraram-se ante os espanhóis, aos quais tomaram por deuses ou mensageiros dos céus, apresentando ao seu chefe, como oferenda, ouro, trigo, mel e frutas, recebendo em troca roupas, vinho e presentes vários. O vinho, principalmente, pareceu surpreendê-los e agradá-los ao ponto do êxtase, de idêntico modo como o faria a ambrósia a um mortal admitido à mesa dos deuses.

"Trocaram-se presentes de paz e uma confiança recíproca não tardou em se estabelecer. Os chefes das duas nações avançaram então ao encontro um do outro, nas margens do rio. O rei dos indígenas leva ao cinto um véu diáfano cravejado de esmeraldas com reflexos verdes; sua mão direita está armada com uma lança afiada e a esquerda com a pele ameaçadora de um dragão. O almirante veste-se com uma túnica de tecido de ouro sôbre a qual brilham fulgurantes brazões; a cabeça está coberta por um capacete encimado por uma pluma brilhante; brilha sôbre os ombros um colar de ouro; uma espada de Toledo pende-lhe do flanco. Um e outro, em sinal de paz, trocam abraços fraternais. A união entre os dois povos, então completa, logo é cimentada por uma hospitalidade recíproca, e, seja a bordo dos navios espanhóis, seja em terra, nas cabanas dos indígenas, festas e alegres banquetes consagram a feliz aliança.

"Era a época em que os habitantes das praias longínquas ofertavam sacrifícios anuais ao sol vingativo. Tôda a população de Ofir, à qual se juntaram os espanhóis, reuniu-se para a solenidade no vale escuro, sombreado por densa coroa de folhagem e atravessado por verdes arroios. Ali, no centro da assembléia, havia um grupo numeroso, variegadamente composto de homens de tôdas as idades e classes, mulheres, crianças, e velhos. Horrível espetáculo! Todos os infelizes que compõem êste grupo carregam sôbre o semblante a marca do sofrimento; uma lepra horrível conspurca-lhes os corpos; suas carnes estão roídas por úlceras hediondas!

"Mesmo assim, um sacerdote todo vestido de branco avança em direção das pobres vítimas. Sacode-lhes sôbre as cabeças um ramo de guaiaco do qual escorre um líquido claro, e, com suas próprias mãos,

sacrifica um novilho níveo de pêlo; recolhe o sangue numa salva sagrada e verte-o sôbre um pastor ajoelhado diante do altar. Dirige um solene hino ao sol e toda a assembléia responde às palavras sagradas. Imolam-se varrões e ovelhas, cujas entranhas, depois de assadas, são distribuidas aos presentes.

"Com assombro, os espanhóis olharam as estranhas cerimônias; tremeram à vista dos hediondos estragos de uma doença para êles completamente desconhecida. Seu chefe permaneceu silencioso por longo tempo, como se sonhasse, gritando depois: "Ei-lo! Sem dúvida é êste o flagelo com que o pássaro de Apolo nos ameaçou. O' deuses eternos, tende piedade de nós!" Depois, dirigindo-se ao rei dos indígenas (porque os dois povos já haviam aprendido a se entenderem mùtuamente): — "O que são êsses ritos religiosos? Quem são êsses infortunados aqui reunidos? Quem é o pastor sôbre quem vosso sacrificador derramou o sangue da vítima?"

"Valente forasteiro" respondeu o rei. "Testemunhastes nossos sacrifícios anuais em honra do sol. Sua origem é muito antiga. E, desde que perguntastes, satisfarei a vossa vontade; contar-vos-ei que série de infortúnios nos atingiu e como êste flagelo, que agora nos desola, nasceu entre nós".

"Descendente de Atlas, de Atlas nosso pai, cujo nome por certo não é desconhecido de vós, nossa nação viveu durante muito tempo feliz e querida dos céus, enquanto honrou os deuses e conservou-se fiel ao seu culto".

"Mas chegou o tempo em que a corrupção e a impiedade se insinuaram entre nós, no qual os altares sagrados de nossos pais foram relegados ao desprêzo. A punição para tal crime não demorou a vir, pois, dessa época em diante, data uma série de infortúnios que eu seria incapaz de contar. Foi primeiro àquela ilha famosa à qual Atlas havia dado o nome, àquele rei dos mares — o Atlântico — que um terrível cataclisma sacudiu até aos próprios alicerces, e que se atirou no seio dessas ondas antes sujeitas ao seu império. Então a ira dos céus voltou-se contra nossos rebanhos e nós vimos desaparecer a última cria dêsse gigantesco animal do qual nada mais resta a não ser a sua lembrança. Como resultado, nada mais temos para oferecer aos deuses a não ser o sangue de vítimas de outras terras, nascidas sob um céu que não é o nosso. Mais tarde ainda, a ira dos deuses e a vingança de Apolo descarregaram sôbre nós o terrível flagelo que acabastes de ver. Esta moléstia espalhou-se por tôdas as nossas cidades e poucos entre nós escapam ao seu cruel ataque. Com intenção de conjurá-lo nossos pais estabeleceram êstes sacrifícios expiatórios, cuja origem resta-me contar."

"De acôrdo com uma velha tradição, aqui mesmo, nas margens dêste rio, um pastor de nome Sifilos guardava os inúmeros rebanhos do rei Alcito. Estava-se no solstício e Sirius lançava o fogo de seus raios sôbre êstes campos. Um calor tórrido queimava a terra; as florestas não tinham sombra, a brisa não mais era fresca. Sifilos viu seus animais morrendo. Tomado de indignação, exasperado pelos próprios sofrimentos, lançou contra Sirius um olhar ameaçador e assim se dirigiu ao Deus: "Então?! Nós te honramos como pai e criador de tôdas as cousas, erigimos para ti altares, oferecemos-te nosso incenso, a ti sacrificamos inúmeras vítimas e esta é a nossa recompensa, êste é o cuidado que tomas com os rebanhos do meu Rei?! Ah! é a inveja que, com certeza, te devora! Tu que, segundo se diz, tens nos céus apenas um touro, um só carneiro, com um cão tísico a guardar tão grande manada, tu não suportas contemplar sem inveja nossos milhares de cabeças, nossos milhares de carneiros de velo alvo. Tolo que sou! Não a ti, mas sim a Alcito deveria eu render honras divinas. Se aquêle rei comanda tantos povos, se tantos mares obedecem às suas leis é porque, com tôda a certeza, seu poder é maior que o teu e de todos os outros deuses. Êle, ao menos, saberá como proteger nossos rebanhos, dar-lhes abrigo fresco e proporcionar-lhes verdes sombras".

"Falou e, sem demora, erigiu um altar na montanha próxima, prestando homenagens a Alcito. Pastores e lavradores logo se uniram a êsse exemplo impiedoso; e o incenso logo fumegou, o sangue das vítimas logo brotou em honra do novo Deus".

"Alcito recebeu estas homenagens com embriaguez. Do alto do trono, diante dos povos reunidos, proclamou-se o soberano do mundo; decretou que, daí por diante, só a êle as honras divinas seriam prestadas, dizendo: "Deixai os deuses dividirem entre si os céus; das cousas cá de baixo, êles nada têm por que velar!"

"Mas Sirius a quem nada escapa, Sirius, que com um olhar envolve o universo, não viu tais sacrilégios sem indignação. Na sua ira, carregou seus raios com venenos pestilentos e miasmas virulentos que, simultâneamente, infectam o ar, a terra e as águas. Sùbitamente, surge sôbre esta terra criminosa uma praga desconhecida. Sifilos foi o primeiro a ser atacado por ela por ter sido o primeiro a profanar os altares sagrados. Uma asquerosa lepra cobre-lhe o corpo; dores pavorosas torturam-lhe os membros e banem o sono dos seus olhos. Em pouco tempo essa moléstia — conhecida entre nós desde então pelo nome de sífilis — se espalhou por tôda a nação, não poupando nem o próprio Rei".

"Nossos pais, alarmados, correram a perguntar à ninfa América que dita os oráculos sagrados nos bosques de Cartese. Perguntaram-lhe qual a causa da moléstia que os afligia; imploraram por um remédio para seus sofrimentos".

"Impiedosos mortais" responde a ninfa. "Tivestes a presunção de vos igualar aos deuses e hoje sofreis a punição do vosso crime. Ide, ide sem perda de tempo implorar o perdão do Deus que ofen-

destes; reconstruí os altares e oferecei a êle os sacrifícios que lhe são devidos. Talvez possais, desta maneira, aplacar-lhe a cólera. Mas não espereis por ver o fim do flagelo que vos aflige. Esta moléstia será eterna e todo aquêle que nascer nesta terra sofrerá os seus ataques; Apolo assim jurou pelo Stix e pelo destino imutável. Aqui está, no entanto, a maneira pela qual podereis obter minoração para os vossos sofrimentos. Escolhei entre os vossos rebanhos uma bezerra branca e uma preta; sacrificai a primeira a Juno e a segunda a Cibele. Juno espalhará pelo ar gérmens propícios que, recebidos e fecundados no seio de Cibele, produzirão uma árvore de ramos verdes. Essa árvore é a vossa salvadora".

"Assim falou a ninfa, cuja voz sacudiu a caverna e o bosque vizinho. Sentiu-se um calafrio de terror no momento da sinistra profecia. No entanto, foram obedecidas as ordens da ninfa, os altares reconstruídos, duas bezerras sacrificadas, a branca e a preta, em honra de Juno e de Cibele".

"Então, ó inaudito e verdadeiro prodígio (dou em testemunho os deuses e o nome de nossos pais), uma árvore desconhecida levantou-se do seio da terra, espalhou seus ramos e desenvolveu sua luxuriante coroa de folhagem. E do seu tronco frutífero nasceu a floresta vizinha".

"Nosso sumo sacerdote ordenou imediatamente novos sacrifícios em honra de Apolo. Insistiu numa vítima expiatória e o destino escolheu Sifilos para pagar com a vida o crime da nação".

"O sacrifício estava preparado. As fitas e os bolos sagrados já estavam depositados no altar; o ferro já ameaçava o peito da vítima, quando, de súbito, Juno e Sirius, cuja ira já se aplacara, substituíram o pastor Sifilos por um novilho que recebeu o golpe fatal e pagou sòzinho, com o preço de seu sangue, o ultraje aos deuses".

"É para preservar a memória dêsses memoráveis acontecimentos que nossos pais instituiram os ritos religiosos que presenciastes neste momento e que são renovados todos os anos entre nós. Uma vítima fictícia, êste pastor que vêdes ao pé do altar, relembra-nos o sacrilégio de Sifilos. Êstes infelizes são aquêles a quem, entre o nosso povo, a ira dos deuses atingiu e que, cruelmente, expiam os pecados de nossos pais. Nosso sumo sacerdote tenta chamar sôbre êles a piedade do céu e aplacar a ira de Apolo com as suas preces. Purificadas por êstes piedosos sacrifícios, êles em breve retornarão ao lar, carregando os ramos sagrados que os livrarão da horrível moléstia".

"Desta maneira, as relações mútuas se completaram, cimentando a união dos dois povos antes estranhos um ao outro. Sùbitamente, espalhou-se um rumor trazido pelos navios da esquadra que voltavam ao velho mundo após, por duas vêzes, terem cruzado a imensidão dos mares. Ó dor, ó cruel e impenetrável destino! O flagelo que desola Ofir irrompeu, segundo se diz, na Europa.

"Ali êle destrói com fúria, semeando mêdo em todos os lugares e nenhum remédio pode impedir-lhe a destruição. E não é só! Do lado de cá, em seguida, a mesma moléstia se desenvolveu a bordo da esquadra. Numerosos marinheiros são por ela atacados e vêem seus corpos cobertos por chagas asquerosas.

"Na sua aflição, os espanhóis, sem mais hesitação, ofereceram um sacrifício ao sol e às ninfas daquela terra, lembrando o mal-agourado oráculo do pássaro de Apolo, predizendo que viria o dia em que êles, para sua segurança, implorariam perdão à floresta ensangüentada pelas suas próprias armas. Foram então colhêr ramos da madeira sagrada e prepararam, de acôrdo com o ritual nativo, a beberagem salutar que os purificaria. Pensando nos padecimentos dos companheiros, carregaram os navios com ramos semelhantes, na esperança de que o precioso remédio conservasse as qualidades sob o céu estrangeiro. Finalmente partiram. Ventos propícios enfunaram-lhes as velas; Apolo em pessoa dirigiu-lhes a rota.

"Guaiaco divino! Foi a Espanha que teve a felicidade de primeiro receber no nosso continente e primeiro conhecer as tuas maravilhosas virtudes. Mais tarde os gauleses e os germanos, a Citia e o Latium imploraram teu auxílio. Saudações a ti, árvore salvadora, de tronco luxuriante e generoso humor! Nós te saudamos, orgulho do novo mundo! Ah! Qual não seria a tua glória se destinos propícios te houvessem feito nascer nesta terra, lugar natural dos poetas e dos deuses! Estranha entre nós, possas tu, ao menos, dever parte das tuas honras a êstes versos, como honras que a ti são devidas! Sem dúvida, a minha musa não aspira espalhar o rumor das tuas maravilhas desde os confins da Bactria até as geleiras do pólo ou às areias escaldantes da Etiópia mas ela trará a público, pelo menos, as tuas sublimes virtudes, cantando-as entre os povos do Latium, nos campos de Adigos e nas margens floridas do Benacus; talvez ela carregue teu nome até aos ouvidos de Bembo, às margens do Tibre e esta será para ela a mais valiosa recompensa pelos seus trabalhos."

* * *

Terminam assim as descrições da chegada de Cristóvão Colombo à América, do uso e difusão do guaiaco na Europa, da origem americana da sífilis, tôdas inseridas no mais famoso legado de Jerônimo Fracastório cuja "Obra e personalidade ocupam", na erudita e acertada afirmação do Professor Mário Truffi, "Uma posição privilegiada na História da Medicina".

Quem Fundou São Paulo?

Conferência pronunciada aos 25 de janeiro de 1950, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Exmas. Sras!

Meus Srs!

Prezados Consócios!

Na gloriosa data aniversária de São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico vem cumprir a mais sentimental de tôdas as suas disposições estatutárias: — a evocação singela mas profundamente significativa que encerra o momento histórico da fundação, a perene e amada lembrança dos que insuflaram o primeiro sôpro de vida à atual metrópole, ufania do Brasil, padrão de desenvolvimento técnico e aperfeiçoamento intelectual em terras americanas do sul, paradigma de civilização e de progresso do qual o mundo todo se espanta e ao qual reverencia e admira.

Neste 25 de janeiro de 1950, predecessor daquele já tão próximo 25 de janeiro de 1954, quando a urbe se engalanará com as glórias do seu heróico passado, com a fecunda realidade do seu presente e com a certeza esplendorosa do seu porvir, nada mais justo não só cuidarmos desde já das festividades merecidas por tão engrandecedor e munificente quadricentenário, mas também, no exercício de uma das precípuas funções desta Casa, esclarecermos os pontos controversos, obscuros ou simplesmente pouco divulgados de nossa história.

Houve por bem o prezado consócio Prof. Tito Lívio Ferreira iniciar e levar adiante uma série de entrevistas com os nossos historiadores para que opinassem a respeito de um dos pontos da História Paulista, já perfeitamente elucidado na esfera dos que se dedicam às pesquisas do nosso passado, mas ainda pouco divulgado entre os que, apesar de sua cultura, não se dedicam ou não se interessam pela seara de Heródoto. Freqüentemente, homens cultos, advogados, médicos, engenheiros, administradores, parlamentares e até professores, emitem conceitos e opiniões que provam um desconhecimento quase total da primeva história piratiningana.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, solicitado pelo nosso ilustrado consócio Ciro Tassara de Pádua, já se manifestou em 1942, a respeito da fundação de S. Paulo, através do abalizado parecer de sua Comissão de História integrada então por Mestre Afonso de Taunay, Omar Simões Magro e Antônio Picarolo. Os pareceres de Afonso de Taunay e de Omar Simões Magro mostraram-se favo-

ráveis a Manuel da Nóbrega desde que se observasse o fundador no prisma isolado do seu ideal e da sua determinação. O Professor Picarolo colocou o problema no mesmo plano, divisando um fundador material e um fundador moral, pois, dizia êle, tôdas as cidades encerram dois atributos na sua gênese, o material e o moral que caracterizam, um a urbs, outro a civitas.

Vêm, ao depois, a publicação das Cartas Jesuíticas reunidas em três volumes pela Academia Brasileira de Letras, sob a orientação benemérita de Afrânio Peixoto, a biografia de Manuel da Nóbrega levada a efeito por Mariz de Morais, e a admirável obra do Padre Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", cujo nono volume acaba de ser editado. Ganha difusão o elevado atuar histórico de Nóbrega, e horizontes mais largos se abrem aos investigadores de nosso passado que, cada vez mais, após o estudo, a crítica e a interpretação, colocam em seu devido lugar a obra realmente prodigiosa daquele discípulo de Santo Inácio.

Vêm em seguida Tito Lívio Ferreira a estudar, em comunicação ao sodalício e em artigo inserto no "Estado de São Paulo", não só as minúcias históricas da fundação mas ainda as opiniões de Capistrano, Southey, Varnhagen, Rio Branco, Padre Galanti, Pedro Calmon, e por fim a mais abalizada e especializada porque, mais do que as outras, aprofundou a questão: — a do Padre Serafim Leite que, além de jesuíta e historiador, dedicou-se anos seguidos ao estudo e às pesquisas dos fastos inacinos em nosso país, tendo-nos brindado com os monumentais volumes da "História da Companhia de Jesus no Brasil".

A benéfica revisão histórica mostrou-se favorável ao Padre Manuel da Nóbrega. Indiscutìvelmente a glória da fundação de São Paulo cabe a êle, um espírito de larga visão que nos impressiona profundamente quando estudamos a sua vida exemplar, ativa e tão efetivadora. Podemos considerá-lo o maior estadista do Brasil-Colônia durante o século XVI, devendo-lhe, entre outras realizações, a fundação de São Paulo e o Armistício de Iperoig onde se viu secundado pelo admirável José de Anchieta, e, se não fôsse a sua decisiva atuação junto a Estácio de Sá, o Rio de Janeiro não teria sido fundado na ocasião em que o foi.

Tal a projeção do extraordinário jesuíta no cenário histórico do quinhentismo que Mem de Sá, ao enviar o sobrinho, Estácio de Sá, para expulsar da Guanabara os calvinistas, advertiu-o: — "Podendo tomar conselho com o Padre Nóbrega, não obrasse coisa de importância sem êle". E quando o valoroso Estácio, encontrando-se no sul da Colônia, sentiu, diante de sérias dificuldades, uma certa descrença na possibilidade de cumprir a missão de que fôra incumbido,

Nóbrega sustentou-lhe o ânimo. Ao soldado de Cristo perguntou o soldado do rei: — "Padre, que contas darei a Deus e a El-Rei se deitar a perder esta Armada?" Ao que Manuel da Nóbrega respondeu: "Senhor, eu darei contas a Deus de tudo e, se fôr necessário, irei à presença do Rei e responderei aí por vós". Amparado, moral e espiritualmente, por Nóbrega que não mediu esforços para completar na Capitania de São Vicente os recursos materiais de que necessitava a Armada de Estácio de Sá, partiu êste em direção ao Rio de Janeiro, conseguindo levar a cabo sua missão: expulsar os franceses da baía da Guanabara e fundar a cidade de São Sebastião. Diante de um acervo tão inestimável de serviços prestados ao Brasil, o Padre Manuel da Nóbrega não havia recebido, até há bem pouco tempo, os galardões que bem merece.

Não fujamos, porém, ao assunto proposto: A Fundação de São Paulo. O primeiro inacino a conhecer o Planalto de Piratininga foi Leonardo Nunes, o famoso padre voador, Abarabêbe na linguagem indígena. Viera à Capitania de São Vicente em missão de catequese por mandado de Nóbrega. Chegado a São Vicente, desenvolveu atividades e galgou a Serra do Mar, perlustrando o Altiplano, onde já existia o núcleo de Santo André da Borda do Campo. Desaveio-se, porém, com João Ramalho, e, quando Manuel da Nóbrega, em companhia de Tomé de Sousa, 1.o Governador Geral do Brasil, visitou o sul da colônia, encontrou em desavença o Patriarca do Campo e o já célebre Abarabêbe.

Analisemos o que então se passou, baseados em duas conferências que pronunciamos nesta mesma tribuna, uma sôbre a fundação de São Paulo e a outra sôbre Manuel da Nóbrega. Padre Leonardo Nunes queixou-se ao chefe dos jesuítas não só de João Ramalho mas também daqueles que viviam sob a sua influência e orientação. Nóbrega ouviu-o atentamente, serenou os ânimos exaltados, sufocou rancores e harmonizou desentendimentos, preparando o caminho para a definitiva instalação da Companhia de Jesus no sul do Brasil. Após o regresso de Tomé de Sousa para a Bahia, Manuel da Nóbrega inaugurou oficialmente, aos 2 de fevereiro de 1553, o Colégio dos Meninos de Jesus na Vila de São Vicente, já iniciado por Leonardo Nunes quando ali aportara três anos antes. Decorridos cinco meses, chegava a Salvador da Bahia o 2.o Governador Geral, Duarte da Costa, e os Padres Luís da Gram, Brás Lourenço e Antônio Pires, além dos irmãos João Gonçalves, Gregório Serrão, Antônio Blasques e José de Anchieta. A mesma armada trazia a notícia da criação da Província Jesuítica do Brasil e da nomeação de Manuel da Nóbrega para Provincial.

Uma das primeiras determinações do futuro fundador de São Paulo, foi enviar Leonardo Nunes para a Bahia, a fim de acompa-

nhar alguns missionários ao Sul da Colônia, onde chegariam, na véspera do Natal, José de Anchieta, Gregório Serrão, Afonso Brás e Vicente Rodrigues. A viagem de Leonardo Nunes devia encerrar outro objetivo: afastá-lo do cenário em que permanecia João Ramalho, para que serenos continuassem os ânimos.

No espaço de tempo que durou a viagem de ida e de volta de Leonardo Nunes, Manuel da Nóbrega, acompanhado pelo irmão Pero Correia e por um dos filhos de João Ramalho, visitou o Altiplano da Serra do Mar, conhecendo de perto os domínios de Tibiriçá onde não deixou de perscrutar o horizonte longínquo em busca do Paraguai, de outras terras, de outras nações gentílicas a conquistar para a sua fé e para a sua religião. Certificou-se da uberdade do solo e da amenidade do clima, e, na colina estratégica entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, divisou o local propício para a fundação. Seduzia-o a região futuramente descrita por José de Anchieta como "Grandes campos fertilíssima de muitos pastos e gados, de bois, porcos e cavalos... e abastada de muitos mantimentos".

Até então, os columins de Piratininga vinham recebendo ensinamento em São Vicente, mas a seus pais muito facilitaria uma escola no Altiplano. Além disso, os moradores do núcleo ramalhense da borda do campo, alguns dos quais estavam desencaminhados de Deus, necessitavam assistência espiritual mais constante. A habilidade de Nóbrega fizera-o amigo de João Ramalho e com êstes vieram os guaianases, tendo à frente o cacique Tibiriçá. Ia tudo às maravilhas. Por ordem do provincial, uma nova Casa Jesuítica elevar-se-ia em breve no solo brasileiro, a casa planaltina, constituída na sua essência por uma escola e por uma igreja, embriões da futura vila de São Paulo; aliás, referindo-se aos meninos, Nóbrega recordaria mais tarde a gênese da fundação: "Os coloquei em casa de seus pais em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente fiz aquela Casa".

José de Anchieta assim descreveu a fundação: — "Mudou o Padre Manuel da Nóbrega os filhos dos índios do campo a uma povoação nova chamada Piratininga, o que os índios faziam por ordem do mesmo padre para receberem a fé". Vemos assim que é o próprio José de Anchieta — errôneamente apontado por muitos como o fundador de São Paulo — quem declara ter sido Padre Manuel da Nóbrega o fundador do Colégio de Piratininga, pois se era êle o Provincial sòmente êle poderia determinar o local onde deveria ser erigido um novo colégio.

Bem estudadas as condições geográficas do Planalto Piratiningano, bem refletido e amadurecido o seu plano, voltou Nóbrega para o litoral onde recebeu os novos missionários trazidos por Leonardo Nunes, bem como a notícia da sua nomeação para Provincial no Brasil. Passaram-se as festas do Natal e raiou finalmente a madrugada de um dia soberbamente festivo para todos nós, 25 de janeiro de 1554, quando, treze soldados de Cristo alicerçaram os fundamentos desta cidade. O primeiro ato dos missionários foi a homenagem a Deus, através do seu culto, a celebração do santo sacrifício da Missa. A bênção do Altíssimo caiu sôbre o campo de Piratininga, fecundou-o, fertilizou-o e transformou-o na Metrópole atual, êste nosso tão glorioso, tão heróico, tão querido e tão pujante São Paulo.

Nas elucubrações do Provincial, a ereção da Casa Piratiningana obedecia a um plano ou de ataque ou de defesa. Ela seria a reserva de lusitanidade, o baluarte das realizações jesuíticas no Sul do Brasil. Se os franceses tomassem pé no litoral guanabarino, como sucedeu no ano seguinte, Ramalho, Tibiriçá e os inacinos resistiriam vantajosamente no Planalto. Nas pontas das flechas guaianases, nas páginas do Evangelho e no fio cortante das espadas lusitanas, esbarrariam as hostes calvinistas, dando tempo e alento aos portuguêses para defenderem o seu direito de posse.

Se o inverso acontecesse, se os Calvinistas nada tentassem, São Paulo constituiria um dos baluartes da conquista portuguêsa, o ponto de partida para o Paraguai, para as montanhas andinas, para o interior, como os bandeirantes realmente viriam a fazer no século imediato. A clarividência de Nóbrega sempre defendeu êsse plano estratégico, digno de um arguto chefe militar e de um hábil político. Tendo transferido para serra-acima parte da escola vicentina iniciada por Leonardo Nunes, dando assim o primeiro alento a São Paulo, bateu-se pela sua manutenção no Altiplano, e, quando em 1561 parte do Colégio de Piratininga foi mudado para São Vicente, protestou enèrgicamente, o que valeu ter permanecido no Planalto a maioria dos Padres sob a chefia do Superior Vicente Rodrigues, processando-se então um simples desdobramento e não uma transferência, o que garantiu a tão necessária permanência portuguêsa nas margens do Tamanduateí, haja vista a vitória de 1562, obtida na verdade pelas hostes de Tibiriçá e de Ramalho, fator material decisivo no resultado da luta, mas, em tôdas as lutas e em todos os combates, há sempre um ideal, um objetivo que impulsiona os antagonistas uns contra os outros. Naquela ocasião, antepunham-se dois ideais, dois objetivos: — um, barbaresco, vinha envolto nos instintos selvagens de destruição; o outro, nobre e elevado, concretizava-se na construção de uma pátria, na criação de um povo com elementos aptos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura e da civilização. Ao lado dêste, encontravam-se os Jesuítas e com êles Deus. Foi por isso que vingaram os esforços de Tibiriçá, foi por isso que a vitória lhes sorriu, aureolando a obra jesuítica em Piratininga e premiando a expansão lusitana, que trazia como bandeira a cruz, emblema do Filho de Deus vindo ao mundo para salvar os homens.

Da visão genial de Nóbrega, das suas determinações como Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, surgiu São Paulo, por êle sempre carinhosamente defendido e cuidado, engrandecido e fortalecido, pois a própria transferência de Santo André para São Paulo, o que tornou mais forte o reduto português no Planalto de Piratininga, também foi obra sua.

Desta mesma tribuna, Padre Serafim Leite, autor da "História da Companhia de Jesus no Brasil", revelou-nos, em 5 de julho de 1934, uma carta inédita, datada da Bahia e endereçada ao Provincial da Companhia de Jesus em Portugal. Nela, Nóbrega mostrava a importância da localização geográfica de São Paulo e a imperativa necessidade de sua sobrevivência, garantida e assegurada pela união dos dois núcleos lusitanos. Assim, afirmava êle: "Também me parece que se devia dizer a Martim Afonso e a Sua Alteza que, se quer que aquela Capitania se não despovoe de todo, que dêem liberdade aos homens para que os do campo se ajuntem todos juntos no rio de Piratininga onde êles escolheram e os do mar se ajuntem também todos juntos onde melhor fôr por estarem mais fortes, porque a causa de despovoarem é fazerem-nos viver na Vila de Santo André da Borda do Campo onde não têm mais que farinha e não se podem ajudar do peixe do rio porque está a três léguas daí nem viverem em parte conveniente para as suas criações e se os deixassem chegar ao rio tinham tudo e sossegariam".

Manuel da Nóbrega, além de fundar São Paulo, nunca o perdeu de vista, sempre o amparou, sempre o vigiou, sempre o defendeu nas suas atividades de maior estadista no Brasil do século XVI. Êste foi o seu papel não só na fundação mas também na conservação de São Paulo de Piratininga. A êle cabem as glórias da idealização e da efetivação. Teve, porém, os seus colaboradores e seria impossível deixar de tê-los. Treze jesuítas assistiram, na manhã de 25 de janeiro de 1554, ao ato inaugural. O ambiente em que se lançaram as primeiras pedras de São Paulo, a cidade brasileira eminentemente jesuítica, estava todo dominado pela unção espiritual. Manuel de Paiva celebrou a primeira missa abençoando ares e terras piratininganas. Alcandorado no tôpo da colina, o pequeno templo de ensino e de oração revelava a estratégia previdente de Nóbrega. Dominava as vizinhanças, era propício à defesa, possuía requisitos de segurança contra as possíveis arremetidas inimigas, dificultadas pelas escarpas que o circundavam, atributos de uma praça guerreira, garantidores da própria temeridade da emprêsa, influenciadores da grei destemida e audaz dos futuros bandeirantes.

Na epopéia da fundação, embora o papel principal caiba a Manuel da Nóbrega, vêm se confundir outros nomes, outros esforços e outros valores. A Leonardo Nunes e a Pero Correia, cabem o primitivo devassamento e o primeiro conhecimento da região. A Manuel de Paiva, devemos a celebração da primeira missa e a direção da Casa. A José de Anchieta, a consolidação inicial e o desenvolvimento da missão. E, por fim, a Afonso Brás, o magnífico padre artífice, pertencem as primícias rudimentares de um confôrto quase inexistente e da relativa segurança das construções: "Trazendo cestos de terra às costas, a água da fonte e o mais necessário", fazendo petipés, alçando paredes, lavrando madeira "Com sua enxó na mão", obreiro efetivo como os outros no levantamento de São Paulo para o qual todos colaboraram e no qual todos trabalharam.

Em Anchieta, cumpriu-se a tríade incitante do Apostolado Católico, encerrada na frase dirigida pelo Nazareno aos seus Apóstolos: "Ide! ensinai a tôdas as gentes, batizando-as em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo", porém, o extraordinário canarino, observado sob o olhar agradecido da Pátria, fez mais, ampliou as benemerências do seu piedoso trabalho, consolidou a fundação de São Paulo, amparou-o nos primeiros passos, ajudando também a criar o Brasil.

Missionário e educador, trazendo na alma e no corpo a imaculada pureza da graça, deixou o seu nome ligado para sempre a tôdas as boas aspirações desta cidade, inspiradas no valor de seus atos, na fôrça plasmadora do seu sacrifício e por certo até hoje rescendentes daquele suave perfume que emanou do seu rico apostolado. Expandindo as potencialidades quase insondáveis do ego, amalgamou com elas, no cadinho mágico de um corpo frágil e "De diminutas carnes", o poder incoercível e insopitável que deu vida, fez crescer, transmutando na realidade paulista o sonho de Manuel da Nóbrega, que, sem o carinho e o devotamento anchietanos, bem poderia ter-se esfumaçado de mistura com as névoas frias do planalto.

Se Nóbrega idealizou e iniciou, Anchieta consolidou e civilizou. Êles se completaram. O primeiro sonhou, projetou e determinou, indicando e possibilitando o real assentamento das diretrizes. O outro tomou por motivo de suas meditações aquêle sonho e aquela determinação, cruzou veredas e caminhos planaltinos, maltratou o corpo em cardos, em espinhos, e em jejuns, animou desfalecidos, consolou moribundos, curou doentes, purificou almas, ensinou ignorantes, transformou ímpios em cristãos, imolou-se nas alvadias praias de Iperoig, onde teve que suplicar proteção da Virgem do Céu para a sua pureza, periclitante ante as virgens tentadoras da terra, onde implorou e alcançou os favores do Senhor para que a paz reinasse no povo que fizera seu, naquela porção da futura pátria que êle mesmo se dispusera a moldar na forja miraculosa da vontade e da pertinácia, da sua ambição de glórias para a Companhia de Jesus, glórias, porém, ofertadas a Deus, na áspera mas bendita missão de lhe propagar o Santo Nome.

Vêmo-lo assim passar dentro das madrugadas brumosas da Serra, naqueles estupendos instantes da formação nacional, trazendo na mão direita o bordão, na esquerda o rosário, tendo a palpitar por baixo da sotaina paupérrima, tingida de prêto e feita de restos de velas náuticas, o coração do Brasil nascente mas já possante de vida, rico de seiva, a fremir sob o influxo da predestinação que lhe tinha trazido a cruz tecida nas velas das naus lusitanas, enfunadas pelos ventos de todos os mares.

Traçando assim, em rápidas frases, o atuar decisivo dos jesuítas na fundação de São Paulo, não podemos afastar do desenvolvimento e da formação da vila piratiningana, a existência de outros homens também fortes, decididos e valorosos. Em 1560, a edilidade de Santo André foi transferida para São Paulo. Casas já haviam sido levantadas. Tinham-se formado vielas tortuosas pelas irregularidades do terreno. Organizaram-se e multiplicaram-se as famílias. Cresceu a sociedade que teve necessidade de legislar, de administrar bens em comum, de estandardizar costumes. Aumentou o agregado humano. Instalou-se a Edilidade. Elevou-se o pelourinho. Respeitaram-se Juízes Ordinários e Vereadores. Intensificaram-se as trocas e o comércio, criaram-se indústrias rudimentares e incipientes. Agitou-se, em várias ocasiões, aquêle agrupamento levado por impulsos de liberdade, de independência, de revolta, de conquista, de ânsia pela melhoria das condições materiais e econômicas da vida. Influenciados pelo meio, pelo ambiente rude e agreste mas retribuidor, pelas fôrças, pelas qualidades e pelos defeitos inerentes à sua própria natureza humana, escreveram, também, é certo, os homens e as mulheres do Altiplano, a primitiva história de São Paulo. Pairava sôbre eles, porém, a ação do Colégio Jesuítico que os precedera na conquista efetiva da penetração, que lhes consolidara a aliança com Tibiriçá iniciada e propiciada no amplexo amoroso de Bartira e de João Ramalho.

A ação conjunta do índio e do branco pronunciou-se não de maneira imponderável mas sim material e efetivamente, bastando para tanto lembrarmos o trágico mês de julho de 1562. Não eram decorridos dois lustros desde a fundação e o altaneiro baluarte perigava ante a investida dos tamoios. A influência espiritual da igreja dos jesuítas tornou inabalável o centro da resistência formando um reduto inexpugnável, contra o qual se abateram os ataques inimigos desfeitos pelas flechas dos índios amigos e pelos arcabuzes dos brancos. Nem poderia ser de outro modo. Ali se acrisolara, defendida pelos braços da cruz, aquela mesma fé sob cujo signo Piratininga nascera havia oito anos. O Deus de Nóbrega e de Anchieta não a desamparou, dando alento aos arcos do Cacique Tibiriçá, merecedor, após o término da luta, das homenagens rendidas a um libertador, de cujas decisões, lealdade e valor guerreiro, de-

pendeu, naquele momento histórico, a sorte da civilização cristã no Altiplano da Serra do Mar.

Certamente, quando Tibiriçá deu a ordem de luta ou quando no fragor do combate girava no ar o mortífero tacape, surgiu-lhe na mente, a encorajá-lo, a figura amiga do guerreiro branco Martim Afonso de quem tomara o nome e que, se ali estivesse, postar-se-ia ao seu lado para que ambos defendessem a fé no mesmo Deus, a lei de um mesmo rei, os mesmos anseios de duas raças unidas num mesmo ideal. Caracterizou-o Anchieta quando o descreveu: — "O nosso principal grande amigo e protetor... não só benfeitor mas ainda fundador e conservador da Casa de Piratininga e de nossas vidas".

Nesta nossa evocação, não podemos esquecer o invulgar relêvo do Patriarca do Campo, espôso de Bartira, daquele a quem Martim Afonso de Sousa dera o título de Guarda-Mor do Campo, guindado a Alcaide-Mor do Campo por Tomé de Sousa, quando elevou o povoado de Santo André à categoria de vila, e que, mais tarde, sob o honroso título de primeiro Capitão de Guerra de São Paulo, a êle concedido "Por vozes e eleição", ajudou Tibiriçá na defesa do berço onde nasceu a nossa Metrópole. Já sabeis que vos falo de João Ramalho, origem máscula da ciclópica, audaciosa e impetuosa grei cuja formação êle começou juntamente com Bartira e que se continuou, através dos anos, em outras uniões sadias e prolíficas de índias e de brancos, de virgens americanas e de portuguêses varonis, caldeadores da prole avassalante dos calções de couro que dilatou na América a conquista portuguêsa, que traçou no mapa mundi as fronteiras da pátria, dando a São Paulo o apanágio de ter sido o primeiro guardião dos limites do país, a espiar, nos longínquos portais da demarcação, os picos nevados dos Andes, as florestas verdejantes do Amazonas ou as coxilhas sulinas a se espraiarem nas margens do rio da Prata.

Eis, senhoras e senhores, como teve comêço a imponente cidade onde vivemos, como se organizou o marco inicial desse belo acervo histórico a nós legado e que, mercê de Deus, é a nossa inspiração, a constante exortação para a nossa existência, para as nossas lutas, o exemplo para o nosso trabalho, o paradigma da vida paulista que transmitiremos aos nossos filhos, certos e orgulhosos de que eles saberão transmiti-los aos seus pósteros.

Finalizando, afirmamos: Nóbrega idealizou e fundou o Colégio de Piratininga, José de Anchieta consolidou aquêle ideal e aquela fundação secundado pelos doze jesuítas que assistiram à primeira missa, pela fidelidade dos índios de Tibiriçá e pelo auxílio

efetivo de João Ramalho. Em resumo, sem nos esquecermos de Manuel de Paiva, o primeiro celebrante, dos jesuítas que o acompanhavam, de Ramalho e de Tibiriçá, podemos dizer a respeito da fundação de São Paulo, disputada entre Nóbrega e Anchieta, que o primeiro foi o fundador e o segundo o consolidador.

Onde Pairam os Restos Mortais de Nóbrega, Anchieta e Manuel de Paiva?

Conferência realizada aos 25 de janeiro de 1951, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Exmas. Sras!

Meus Srs!

Prezados Confrades!

A glória da fundação de São Paulo cabe ao Padre Manuel da Nóbrega. Secundaram-no José de Anchieta, João Ramalho, o cacique Tibiriçá, e o padre Manuel de Paiva, além dos jesuítas que assistiram à missa celebrada no altiplano, em 25 de janeiro de 1554.

Em trabalho apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo aos 25 de janeiro de 1950, publicado no suplemento literário do "Jornal de São Paulo" de 5 de fevereiro e distribuído em sessão de 7 de fevereiro aos membros da douta Comissão dos Festejos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, respondendo a uma "Enquete" organizada pelo referido periódico, tivemos a oportunidade de assim nos manifestarmos sôbre a fundação cujos méritos eram disputados entre Nóbrega e Anchieta: — "Nóbrega idealizou e fundou o Colégio de Piratininga, José de Anchieta consolidou aquêle ideal e aquela fundação, secundado pelos doze jesuítas que assistiram à primeira missa, pela fidelidade dos índios de Tibiriçá e pelo auxílio efetivo de João Ramalho. Em resumo, sem nos esquecermos de Manuel de Paiva, o primeiro celebrante, dos jesuítas que o acompanhavam, de Ramalho e de Tibiriçá, podemos dizer, a respeito da fundação de São Paulo, que Nóbrega foi o Fundador e Anchieta o Consolidador".

Esta a nossa opinião sôbre a histórica e patriótica disputa entre Nóbrega e Anchieta: — um foi o Fundador. O outro, o Consolidador. A Manuel de Paiva, primeiro superior da Casa Jesuítica de serra-acima, e a quem padre Serafim Leite chamou "Inaugurador" da casa planaltina, podemos dar o título de Oficializador pois foi quem celebrou o santo sacrifício da missa.

Altamente louvável é o projeto do nobre e ilustre vereador Professor Mário Otobrini Costa, solicitando providências para a transladação dos restos mortais daqueles três jesuítas para a mesma terra que serviu de berço à cidade por êles fundada. Dois problemas, porém, se nos apresentam para essa realização: — localizarmos as relíquias dos três jesuítas e autenticarmo-las. Indicar o local onde hoje deveriam ser encontradas, é tarefa penosa. Mais árduo encontrá-las. A dificuldade crescerá quando chegarmos ao

momento de autenticá-las. Êsses óbices não devem, porém, constituir argumentos para desistirmos da emprêsa que tentaremos levar a bom têrmo, embora certos desde já de que não poderemos efetivá-la na sua totalidade.

Analisemos, em primeiro lugar, o paradeiro das relíquias de Nóbrega, recorrendo ao Padre Serafim Leite que vem de terminar a monumental "História da Companhia de Jesus no Brasil", editada em dez alentados e documentadíssimos volumes, o acervo mais completo, perfeito e atual da história dos inacinos na Terra de Santa Cruz. Sôbre os restos mortais de Nóbrega, assim se pronuncia o insigne historiógrafo: "Devem-se ter perdido os despojos do grande Jesuíta. Sendo sepultado na Igreja do Rio de Janeiro, algumas relíquias suas se teriam distribuído pelas casas e colégios. A Igreja do Rio está hoje demolida. Quanto a relíquias, fala-se de uma cadeira que êle teria usado em São Vicente (Cunha Barbosa, Notícia Histórica e Artística da Cidade de São Vicente no Estado de São Paulo, in Rev. Inst. Hist. Brasil., 64, 2.a parte (1901), 137); e consta que em 1876 ainda se conservava na Sacristia da Igreja dos Jesuítas, na Capital do Espírito Santo, "Uma caixa de prata com uma canela de Nóbrega e outra, também de prata, com uma pequena parte, também, da canela de Anchieta'' (J.A. Teixeira de Melo, Joseph d'Anchieta, em Anais, II (1876-1877), 126). *Em 1934 visitamos a Igreja do Espírito Santo, transformada em tipografia. Ninguém nos soube dar informação dêsses assuntos, a que anda ligada uma das maiores recordações históricas do Brasil''* ("História da Companhia de Jesus no Brasil", Padre Serafim Leite, vol. II, pág. 470, nota 2).

Após essa desconsoladora asserção do Padre Serafim Leite, asserção exarada no tomo II da História da Companhia de Jesus no Brasil, editado em 1938, recorremos, por correspondência, mais uma vez, às suas luzes, em dezembro de 1949. Datada do dia 21, chegou-nos a carta-resposta: — "Quanto a Nóbrega, não creio, a não ser os seus autógrafos, que seja possível achar nenhuma relíquia. Mas aí tem uma, admirável, e não no mundo dos possíveis. Porquê a grande e eterna relíquia de Nóbrega — é São Paulo".

Aliás, devemos assinalar que Xavier Marques já se interessara em tempos passados pelos restos mortais dos jesuítas beneméritos cujos corpos haviam sido sepultados na capela de S. Tiago em Vitória ou cujas relíquias ali tivessem permanecido. De suas pesquisas, deu notícia em dois artigos insertos nos volumes 39 (pág. 101) e 40 (pág. 3) da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Interessado pelo assunto, especialmente no que dizia respeito a José de Anchieta, recebera êle, em agôsto de 1913, uma carta do Dr. João Lordelo dos Santos Sousa, na qual vinha assinalado estar sendo demolida, naquela ocasião, a capela de S. Tiago para que em seu lugar

se elevasse um museu estadual. Lordelo dos Santos Sousa apenas encontrou uma lápide cujos dizeres indicavam ter ali jazido — "HIC IACVIT" eram os dizeres — o venerável Padre José de Anchieta. Por trás da lápide, encontrou Lordelo dos Santos Sousa algumas falsas costelas e algumas vértebras impossíveis, porém, de serem atribuídas ao corpo do Apóstolo do Brasil. Tudo isso foi constatado em 1913. Padre Serafim Leite, em visita ao Espírito Santo no ano de 1934, viu confirmadas as desalentadoras afirmações de Lordelo dos Santos a Xavier Marques, não só no referente a José de Anchieta mas também a outros jesuítas que ali haviam sido sepultados e a relíquias que para lá tivessem sido transportadas.

Diante do exposto, chegamos à primeira das nossas conclusões: no momento atual, com os dados e documentos históricos que possuimos, não podemos, infelizmente, localizar os restos mortais ou as relíquias do Padre Manuel da Nóbrega.

* * *

Passemos ao estudo das relíquias e dos restos mortais do Padre José de Anchieta, falecido aos 9 de junho de 1597, na aldeia de Reritgba donde foi levado para Vitória, ali tendo sido inumado na Igreja dos Jesuítas. Assunto apaixonante e de relêvo histórico, possui farta bibliografia. Dêle cuidaram vários estudiosos: — Padre Quirício Caxa (Breve Relação...) Padre Simão de Vasconcelos (Anchieta...), Eduardo de Castro Almeida (Invent. Docs. relativos ao Brasil — Bahia — Anais Bibl. Nac. vol. XXXI), Teixeira de Melo (José de Anchieta, Anais Bibl. Nac., vol. II), Xavier Marques (Relíquias do Padre Anchieta, Rev. Inst. Geog. e Hist. da Bahia, ns. 39 e 40), Celso Vieira (Anchieta), Serafim Leite (Páginas de História do Brasil, História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II). Interessaram-se também pelo assunto o Padre Antônio Franco, Ramiz Galvão, Sá e Benevides, Pereira de Vasconcelos, Lordelo dos Santos Sousa, além de muitos outros.

Do estudo dessas fontes, podemos, em síntese, assim acompanhar o destino dos restos mortais e das relíquias de Anchieta: — em 1609, parte, transportada para a Bahia, foi depositada ao lado do altar-mor da Igreja do Colégio, onde os fiéis e romeiros a veneraram, situação que durou até 1625 quando, em virtude do breve *Non Cultu*, do Papa Urbano VIII, que vedava o culto aos não beatificados e não canonizados, foram as relíquias enviadas a várias casas e colégios jesuíticos. Uma delas chegou a Roma, segundo relata Simão de Vasconcelos em biografia do Apóstolo do Brasil.

Algo, porém, devia ter permanecido, se não no Espírito Santo onde, pasmem todos, até o século passado eram distribuídos fragmen-

tos de relíquias anchietanas certamente apócrifas, pelo menos em Salvador na Bahia, mas, em 12 de abril de 1760, o Chanceler da Relação da Bahia, Tomás Rubi, enviava para D. José I, rei de Portugal, o que até então ali permanecera. E' esta a referência de Tomás Rubi: — "E acompanha a dita remessa num cofre de jacarandá e sua ferragem de prata, em que vão as estimáveis relíquias do Venerável Padre Anchieta e constam de 4 ossos das canelas e 2 *túnicas*: o que tudo entregará o Capitão de Mar e Guerra, Antônio de Brito Freire, a quem V.M. determinar" (Serafim Leite — História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 483). Êsse Antônio de Brito Freire comandava uma das naus que levaram a Lisboa os jesuítas deportados da Bahia na época de Pombal. O relato de Tomás Rubi foi publicado no volume XXX, págs. 387-388, dos Anais da Biblioteca Nacional.

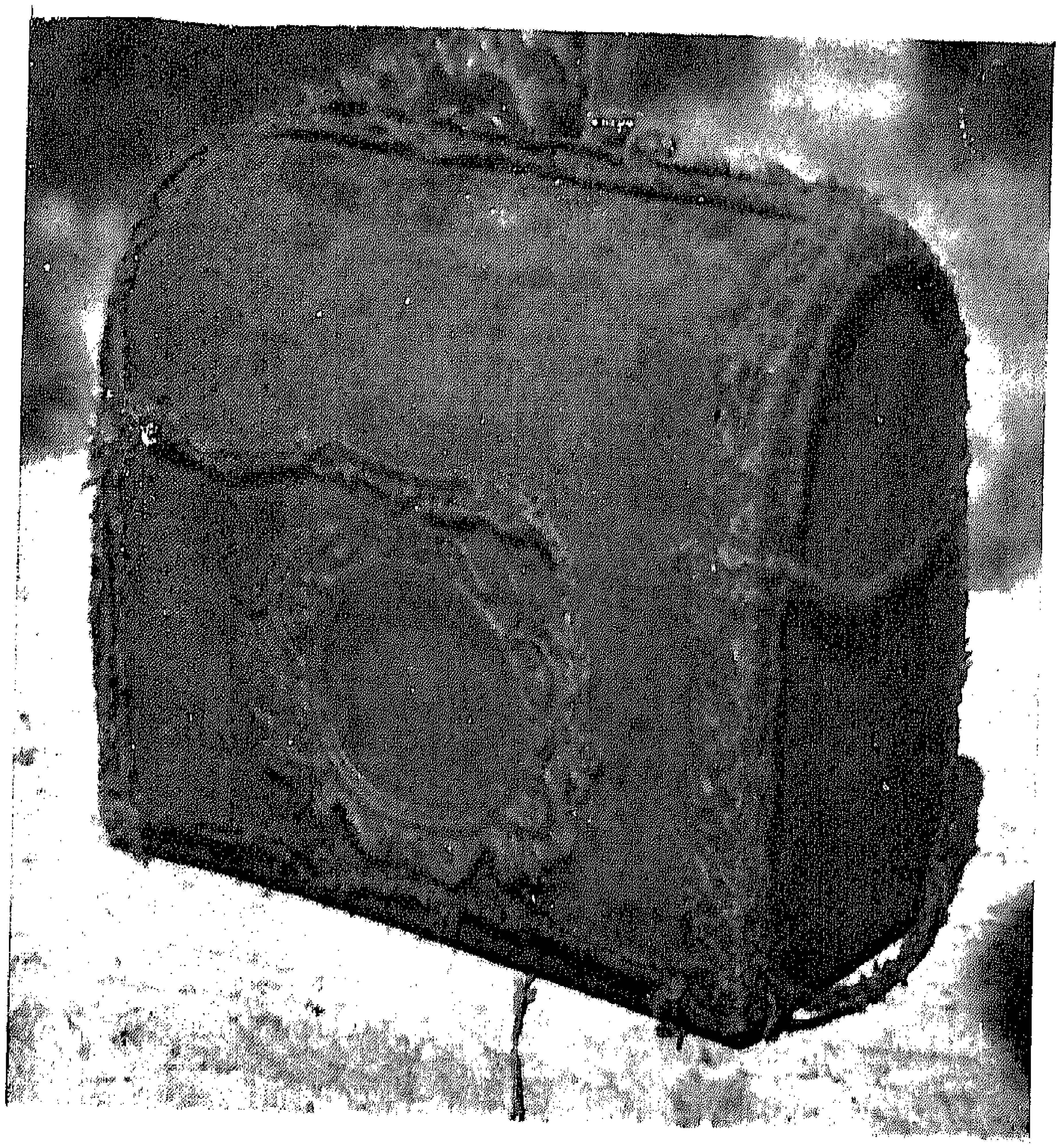
Do exposto, conclui-se: — nada mais existe, na Bahia, das relíquias anchietanas que estão ou em Lisboa, enviadas no ano de 1760, ou em Roma, para lá transportadas em 1625 segundo relato de Simão de Vasconcelos. No Brasil, poderia restar quanto ao Espírito Santo uma esperança já desfeita, porém, por Lordelo dos Santos, Xavier Marques, Teixeira de Melo, Padre Serafim Leite e Celso Vieira. Êste último, em biografia sôbre o Apóstolo do Brasil, apensou notas intituladas: — "Relíquias de Anchieta", assim se manifestando à pág. 341 da citada obra: — "Das que permaneceram no Espírito Santo, já não existem documentos comprobatórios nem sequer vestígios".

E' tão elucidativa a adenda feita por Teixeira de Melo à biografia de José Anchieta por êle publicada no 1.o Fascículo (págs. 44 a 75) dos Anais da Biblioteca Nacional, que não nos furtamos à sua transcrição acentuadamente informativa para esta nossa investigação pois esclarece até a verdadeira grafia da inscrição tumular: — "HIC IACVIT" e não "HIC JACET". Assim acentuava Teixeira de Melo: — "Duas palavras ainda sôbre êste apóstolo do Brasil".

"Joseph Marcellino Pereira de Vasconcelos, no seu "Ensaio sôbre a história e estatística da Província do Espírito Santo", publicado na cidade de Vitória em 1858, diz à pág. 207:

"Na lousa sepulcral, em que se acham os restos de Anchieta, lê-se a seguinte inscrição" — Hic jacet venerab. P. Josephus de Anchieta | soc. Brasiliae Apost. et novi orb. Novus | Thaumaturg. obiit Reritibae die | IX Jun. ann. | MDXCVII —"

"Na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, continua o mesmo autor, celebrada em 17 de agôsto de 1855, foi apresentada pelos Srs. Pereira Pinto e Norberto uma proposta para que se solicitasse do govêrno a entrega de um fragmento dos despojos



mortais do missionário Anchieta, que se conserva em uma caixa com lavor de prata no tesouro público da Côrte ou da Província do Espírito Santo. A proposta foi aprovada, depois de algumas reflexões dos Snrs. José (aliás Joaquim) Norberto, Pereira Pinto, e Pôrto Alegre, devendo o Instituto tomar as medidas necessárias para que seja êle depositado em lugar mais apropriado".

"O tesouro público de que fala dubitativamente Vasconcelos, seria de certo o da capital da Província do Espírito Santo, se não se soubesse que se trata aqui da igreja dos Jesuítas na capital daquela província, onde se acha vazia a lousa tumular do santo varão apóstólico, de cujos restos mortais alguns presidentes da Província, com mais cortesania para com os vivos do que veneração para com os mortos, têm lançado mão para obsequiar a amigos ou a altos personagens, que visitaram a igreja em que êles jaziam".

"Não se podia, entretanto, conciliar a existência dos ossos de Anchieta naquela localidade, afirmada pelo Hic Jacet do epitáfio, com a asseveração do sr. Cons. Pereira da Silva, fundado nos biógrafos que consultou do insigne catequista, e assim a de outros escritores modernos, de que — o seu corpo, a princípio depositado na capela de S. Tiago na igreja dos Jesuítas da cidade de Vitória, foi depois transladado em parte para o colégio da Companhia de Jesus na Bahia, tendo o Geral da Ordem, Cláudio Aquaviva, mandado uma relíquia dêle para Roma, a fim de se encetar o processo da sua canonização".

"A lousa que se vê ao lado da de Anchieta, digâmo-lo de passagem, é provàvelmente de seu amigo e confrade Gregório Serrão, a darmos crédito, como devemos, ao que nos diz Simão de Vasconcelos no livro 5.o, cap. XV, parágrafo 7 — da sua "Vida de Anchieta".

"Graças às informações que temos à vista, recentemente ministradas ao sr. dr. Ramiz Galvão pelo seu parente e amigo, o exmo. sr. dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, atual presidente da província do Maranhão, temos alguma cousa mais de positivo a acrescentar ao que sabíamos a respeito dos ossos do venerável pastor d'almas José de Anchieta".

"Ao passar pela Vitória, em viagem para a província que foi administrar, o sr. dr. F. Benevides teve ocasião de observar que no letreiro da campa de Anchieta não se lê jacet, como nos diz Pereira de Vasconcelos, mas sim jacuit, o que certamente indica que já deixaram de jazer ali os seus ossos. Com a devida vênia transcrevemos o que a esse respeito comunicou ao sr. dr. R. Galvão o digno presidente do Maranhão, em carta particular datada da cidade de S. Luís a 20 de dezembro do ano próximo passado:

"Agora, diz S. Exa., a 1.a parte do meu compromisso:

"Eis o que se lê no túmulo de Anchieta, na igreja dos Jesuítas, ao lado do palácio do Govêrno da Vitória, sito no antigo convento:

HIC IACVIT VENERAB. P. IOSEPHVS
DE ANCHIETA SOC. BRASILIAE APOST. ET NOVI
ORB — NOVUS THAVMATVRG ORBII RIRITI
BAE DIE IX IVN. ANN. MDXCVII

"Eis tudo o que há; sendo as pequenas figuras que vão além da palavra Josephus e no final do dístico, simples desenho (parece). A pedra já tem fendas e os ossos já foram tirados, havendo na sacristia uma caixa de prata com uma canela de Nóbrega, e uma outra, também de prata, com uma pequena parte também da canela de Anchieta. Supõe-se que foram os ossos transportados de Benevente e Nova Almeida, antiga vila dos Reis Magos, onde havia um convento de Jesuitas".

"Assim, pois, os despojos mortais do infatigável missionário, cuja vida foi uma longa romaria, seguiram o mesmo destino, e peregrinam ainda pelo mundo. Convém ao menos que aquêles a quem isso compete, tomem as medidas necessárias para que não se suma êsse precioso fragmento, de cuja existência nos dá notícia o ilustre sr. dr. Benevides, de acôrdo com o que nos deixou dito o cronista da província do Espírito Santo, José Marcelino Pereira de Vasconcelos; para que não desapareça de todo da superfície da terra o último vestígio material, além da história dos seus grandes serviços, que subexiste e nos recorda a lembrança de um varão a quem tanto deve a civilização da nossa pátria. Que escape pelo menos êsse fragmento precioso da voragem que tem absorvido o mais que dêle nos restava. Paguemos com isso a dívida de gratidão que temos em aberto para com êle". (Anais Bibl. Nac., tomo II, págs. 126-127).

Voltando a Celso Vieira, devemos assinalar que êle ainda anotou: — "O sr. Sá e Benevides, em 20 de dezembro de 1876, informava ainda ao Sr. Ramiz Galvão (membro do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro) que existiam, na sacristia da igreja dos Jesuitas ao lado do Palácio do Govêrno, de Vitória, duas caixas de prata, contendo a primeira uma canela de Nóbrega e a segunda um fragmento da canela de Anchieta" (Obra citada, pág. 341).

Exarando, finalmente, o seu parecer sôbre tão palpitante questão, dizia o mesmo Celso Vieira em 1930, ano da edição de seu livro, apresentado em 1949 em reedição pela Companhia Editôra Nacional, o que não veio, porém, modificar o juízo emitido em 1930: "Em suma, as relíquias do Santo espalharam-se pelas capitanias do Brasil onde se alardeava o seu poder curativo", frase que nos desilude inteiramente sôbre a existência no Espírito Santo de relí-

quias anchietanas, conceito e certeza que têm a sua plena e cabal corroboração no afirmar do Padre Serafim Leite já transcrito linhas atrás: *"Em 1934, visitamos a Igreja do Espírito Santo, transformada em tipografia. Ninguém nos soube dar informação desses assuntos, a que anda ligada uma das maiores recordações históricas do Brasil"* (Hist. da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 47). A estas, podemos acrescentar outra frase que se encontra à pág. 483 do mesmo tomo: "Ignora-se o paradeiro das relíquias de Anchieta".

Ficam-nos duas possibilidades: encontrarmos algo em Roma (1625, segundo o relato de Simão de Vasconcelos) ou em Lisboa (1760, segundo a asseveração do Chanceler Tomás Rubi).

O assunto estava, ao que parece, quase encerrado, pois remotas eram as possibilidades de pesquisa em Portugal e na Itália, quando no ano retrasado (1949), o "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, publicou uma nota, intitulada "Relicário Histórico", assinada por L.G., e na qual era dada ao público brasileiro, através da correspondência transmitida de Portugal para um matutino carioca, a auspiciosa notícia de ter sido encontrado no mês de abril de 1949, em uma das dependências da Faculdade de Ciências de Lisboa, entre outras antiqualhas ali depositadas desde longuíssimos anos, um cofre de madeira com a seguinte inscrição: "Jaqueta do V.P. José de Anchieta". Ansiosos por ver solucionada uma questão de tanto interesse para os próximos festejos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, escrevemos ao Dr. Antônio Pereira Forjaz, Diretor da Faculdade de Ciências de Lisboa, que gentilmente nos respondeu:

"Lisboa: R. do Vale (a Jesus), 6, 1.o t. 23472

29-XII-49.

"Exmo. Sr. Dr. J. P. Leite Cordeiro:

"Acuso a recepção da carta de V. Exa., de 12 de dezembro relativa ao Rev. Pe. José de Anchieta".

"O cofre de veludo lilás, fechado, contém a jaqueta, intacta, do reverendo missionário, de tão gloriosa memória: pode ela ser vista por uma janela, lateral, transparente. A minha célebre Faculdade foi antecedida pela Escola Politécnica, antecedida, por sua vez, pelo Colégio dos Nobres, de Pombal, o qual sucedeu à Escola do Noviciado da Companhia de Jesus, a qual, certamente, foi a detentora do relicário histórico, talvez a única lembrança que nos resta da Escola que foi nossa tetra-avó. Embora o Conselho Escolar muito queira a preciosa relíquia, suponho que anuiria a cedê-la, condignamente, à nobre cidade de São Paulo, desde que o pedido fôsse feito pelo Govêrno Brasileiro ao Govêrno Português e desde

que tal fato constitua um forte elo futuro entre as duas pátrias irmãs — a juntar a tantos outros".

"Que esta oportunidade sirva para aproximar a minha escola da laboriosa urbs de São Paulo são os votos, muito sinceros, de quem é, de V. Ex., adm.

a) Prof. Antônio Pereira Forjaz".

* * *

Neste nosso afã, havíamos recorrido não só ao Professor Pereira Forjaz mas também ao Padre Serafim Leite que, na mesma carta de 21 de dezembro passado, citada linhas atrás, assim se pronunciou a respeito, sem ter ainda conhecimento dos dados fornecidos tão amàvelmente pelo Dr. Antônio Pereira Forjaz: "E' possível que a "jaqueta" de que me fala, seja uma das duas túnicas contidas no cofre enviado para Lisboa em 1760. E' igualmente possível que seja outra. E' ainda possível que seja autêntica. Como também é possível que ainda apareça o referido cofre, por não se conhecer documento que ateste a sua destruição. Tentei descobrí-lo em 1934, no centenário de Anchieta, que era o momento próprio. Não apareceu e talvez nunca apareça e já não exista ou ande confundido com outros depósitos de relíquias antigas. Em compensação, achei e publiquei a primeira biografia inédita do Venerável Padre, uma carta sua, e a certidão de batismo que pessoalmente mandei vir de Laguna, contribuição esta positiva que algum tanto me consolou".

Na mesma carta, Padre Serafim Leite respondeu à inquirição que se poderia fazer a respeito das relíquias anchietanas enviadas para Roma: — "Sobre as relíquias de Nóbrega e de Anchieta, deixei o que averiguei, na História, II, 470, 483. Não creio que já se possa falar em reunir os restos mortais dos dois grandes jesuítas, desde que se repartiram e dispersaram antigamente. O que se pode achar é algum pequeno osso de Anchieta, e temos aqui um em Casa, que me dizem veio de Roma e talvez fôsse o que para lá foi outrora. Coisa pouca, mas ainda assim estimável, supondo a sua autenticidade".

Do exposto, conclui-se pela existência de duas possíveis relíquias anchietanas: uma no Colégio Sto. Inácio, no Rio de Janeiro, conforme dizeres do Padre Serafim Leite, e outra na Faculdade de Ciências, em Lisboa, dependendo apenas da prova de sua autenticidade, as providências a fim de que sejam transladadas para o solo paulista.

Ao que parece, fomos bem mais felizes com as buscas das relíquias anchietanas do que com as de Nóbrega, pois perspectivas bem mais promissoras se nos apresentam a respeito de Anchieta.

* * *

Finalmente, tentaremos localizar os restos mortais do Padre Manuel de Paiva, falecido em Vitória, no Espírito Santo, aos 21 de dezembro de 1584 e, na expressão do Padre Serafim Leite, "O Inaugurador" do Colégio de Piratininga.

José de Anchieta assim descreveu os últimos dias do Padre Manuel de Paiva: — "Depois de muitos anos de serviço de Nosso Senhor, estando na Capitania do Espírito Santo, enfermou de uma doença prolongada, sem dar com ela trabalho a ninguém, e mandando-o a obediência que se fôsse à casa de um homem muito nosso devoto a outra vila para ver se se achava melhor, êle, com a saudade da conversação dos Irmãos e desejo de outro recolhimento maior e mais necessário para tal tempo, não pôde lá aturar senão dois dias e se veio para casa, e carregando a enfermidade em que teve grandíssimo trabalho e paciência, se foi para o Senhor, dia de S. Tomé Apóstolo, no ano de 1584, *e jaz sepultado na nossa igreja*" (Cartas Jesuíticas, vol. III, edição da Acad. Brasil. de Letras, 1933, pág. 487).

Não há dúvida, portanto, ter sido Manuel de Paiva sepultado na Igreja de S. Tiago, em Vitória, no Espírito Santo. Padre Serafim Leite visitou-a, em 1934, já transformada em tipografia, e nada mais lá encontrou dos restos mortais de Nóbrega e Anchieta, conforme relata na História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 471, nota ao pé da página.

O insigne historiador não se refere expressamente às relíquias nem aos restos mortais do Padre Manuel de Paiva mas, ao cuidar dêste jesuíta, no mesmo tomo atrás citado e em outras de suas obras, não menciona a existência nem das aludidas relíquias nem dos referidos restos mortais. Ora, tendo sido Manuel de Paiva sepultado na igreja visitada por Serafim Leite em 1934, se lá existisse algo certamente o historiador dos jesuítas no Brasil tê-lo-ia encontrado e a isso não deixaria de se referir. Pelo contrário, ao tratar das relíquias de Nóbrega e de Anchieta, afirmou a respeito de sua visita ao Espírito Santo: "Ninguem nos soube dar informação *dêsses assuntos* a que anda ligada uma das maiores recordações históricas do Brasil" (Hist. Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 471, nota ao pé da página).

Somos de opinião que, baseados na documentação histórica atualmente conhecida, é impossível localizarmos as relíquias do Padre Manuel de Paiva.

* * *

Em suma, podemos assim resumir o nosso parecer ao projeto do nobre vereador Mário Otobrini Costa:

a) Relíquias do Padre Manuel da Nóbrega: — são, infelizmente, de impossível localização.

b) Relíquias do Padre José de Anchieta: — duas promissoras possibilidades: 1) o cofre com a jaqueta do Apóstolo do Brasil encontrado em 1949 em uma das dependências da Faculdade de Ciências de Lisboa. 2) Relíquia óssea, vinda de Roma, e existente no Colégio Sto. Inácio, no Rio de Janeiro.

c) Relíquias do Padre Manuel de Paiva: — são, infelizmente, de impossível localização.

* * *

Após a elaboração dêste parecer, apresentado à Comissão de Festejos do IV Centenário de São Paulo e comunicado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, chegaram-nos alguns documentos que vieram mais esclarecer o assunto estudado. O primeiro, endereçado por Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar a D. Fernando José de Portugal, apontava a existência de "Um caixotinho de prata lavrada; tem dentro uma canela do Venerável Anchieta", entre a longa "Relação da prata pertencente ao colégio que foi dos extintos jesuítas da "vila de Vitória". Isto ocorria em 14 de maio de 1808 (Arq. Nac., vol. I, 1808-1820 — Pág. I-IV — Governadores do Espírito Santo — Correspondência com o Ministério do Reino).

Em Portugal, a pedido nosso, foram feitas pesquisas pelo Sr. Alfredo Mendes de Gouveia, dedicado funcionário do Arquivo Histórico Ultramarino donde nos chegaram as seguintes referências:

1) "Instrumento do inventário dos Ornamentos, ouro, prata, e mais alfaias pertencentes à igreja do Colégio da Companhia denominada de Jesus da cidade da Bahia, de que tomou entrega o cabido da mesma cidade por ordem de Sua Majestade que Deus guarde, com os têrmos, assim da conferência, e concórdia respectiva aos ditos bens, como da entrega dêles."

"Aos dois dias do mês de março de mil setecentos e sessenta anos nesta cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, e colégio .... um bauzinho de jacarandá de dois palmos, e quatro de comprido, forrado de veludo azul, em que estão quatro ossos inteiros das canelas, dos braços e pernas do Venerável Padre José de Anchieta, um roupão de pano pardo, e uma cazula, são as dobradiças, e duas fechaduras, que tem o dito baú, e cada uma com sua chave tudo de prata, e tudo pesa, excetuando as chaves, um marco, quatro onças, e seis oitavas. Pesam as duas chaves do dito baú duas onças, duas oitavas e meia". (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Bahia, doc. n.o 4893, do catálogo de E. de Castro e Almeida).

Refere-se êste documento ao mesmo cofre de que demos notícia baseados na referência de Tomás Rubi, Chanceler da Relação da Bahia, e de cujo transporte para o Reino fôra encarregado o Capitão de Mar e Guerra Antônio de Brito Freire.

2) Sôbre o referido embarque foi passada uma certidão por João Ferreira Bitencourt conforme outro documento: — "Eu escrivão fiz recolher no dito cofre os ditos noventa e quatro mil e duzentos réis como consta do dito apenso, e dos autos principais, nos quais também se acham entranhadas duas portarias do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês do Lavradio Vice-Rei do Estado, pelas quais ordena que o sobredito Desembargador Chanceler faça remeter a El-Rei Nosso Senhor pelo seu Tribunal de Suprema Junta da Inconfidência todo o dinheiro que tiverem produzido as arrecadações dos bens, que até agora possuiram os denominados Padres da Companhia de Jesus, e da mesma sorte as relíquias do Venerável Padre Anchieta, ao que tudo satisfez o dito ministro fazendo embarcar na nau Nossa Senhora da Ajuda, e São Pedro de Alcântara, de que é comandante Antônio de Brito Freire, trinta contos duzentos e setenta e dois mil novecentos e sessenta réis; e da mesma sorte o cofre das referidas relíquias. O que tudo consta de dois conhecimentos, que se acham entranhados nos ditos autos principais, e que os inventários e sequestros mandados fazer pelo despacho f. 25 e 25-verso, em Sergipe de El-Rei, Jaboatão, Rio Prêto, e margens do Rio de São Francisco, ainda se não remeteram a este juízo: — o que tudo consta dos referidos autos principais, e apensos a que me reporto, e em virtude da portaria supra fiz passar a presente, que conferi, concertei, subscrevi e assinei nesta cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos aos dez dias do mês de abril de mil e setecentos e sessenta anos. E eu João Ferreira Bitencourt e Sá escrivão desta diligência que a fiz escrever, e subscrevi. Concertada por mim João Ferreira Bitencourt e Sá" (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Bahia doc. n.o 4915).

3) Originara o transporte do cofre para o Reino, a seguinte portaria do Marquês de Lavradio: "O Desembargador Chanceler desta Relação faça embarcar na nau de que é Comandante Antônio de Brito Freire um caixote em que se acham depositadas as relíquias do Venerável Padre Anchieta o qual se acha no colégio que foi dos religiosos da denominada Companhia de Jesus, fazendo-o conduzir a bordo da dita nau com aquela decência que é indispensavelmente necessária, remetendo o dito caixote e reliquias a El-Rei meu Senhor pelo seu Tribunal da Suprema Junta da Inconfidencia. (Bahia 11 de março de 1760. Rubrica do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês do Lavradio". (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa — Bahia Doc. n. 4919).

* * *

Em passagem por Lisboa, no mês de junho de 1952, tivemos a oportunidade feliz de conviver alguns dias com o Prof. Antônio Pereira Forjaz, inteligência brilhante, amabilidade encantadora, grande cultura, amigo irrestrito de São Paulo e do Brasil, e em cuja companhia visitamos a Faculdade de Ciências onde, emocionados, tivemos em mãos e examinamos o cofre lá existente e que, pelo aspecto externo, nada nos faz duvidar de sua autenticidade a não ser o imponderável prêso a todo julgamento humano em casos semelhantes ao presente.

Não podemos, nestas linhas, deixar de homenagear o Prof. Pereira Forjaz, e agradecer-lhe a dedicação e os esforços votados à tarefa de doar a São Paulo a relíquia anchietana, vencendo, de início, as dificuldades para um parecer favorável da Congregação da Faculdade de Ciências, ciosa do seu tesouro, e, ao depois, a natural dificuldade apresentada pelo govêrno do país irmão, disposto, de início, apenas a ceder para as comemorações do quarto centenário, o cofrezinho que seria exposto em São Paulo, devendo voltar para Lisboa, mas finalmente vencido pela tenacidade do Prof. Pereira Forjaz a quem devemos a solução amiga do govêrno lusitano que já doou a São Paulo aquela reliquia do venerável José de Anchieta como os jornais noticiaram e conforme comunicação por nós recebida do próprio Prof. Pereira Forjaz: — "Lisboa, R. do Vale, 6 — 24 de outubro de 1952 — Meu querido Amigo Dr. Leite Cordeiro. Recebi, ontem, a sua apreciada carta do dia 17 dando-me conta do seu regresso. Minha mulher e eu enviamos, a si e a sua espôsa, os nossos melhores cumprimentos. Lembramo-nos, com sincera saudade, dos nossos últimos dias de bom convívio! Tenho, por meu turno, notícias *sensacionais* a comunicar-lhe, que ninguém conhece ainda e que julguei dever transmitir diretamente ao Itamarati. O Govêrno Português consultou-me oficialmente sôbre o cofre anchietano. Eu sabia que a sua opinião era no sentido do empréstimo. Fiz um parecer vibrante, optando pela doação. E acabo de ser informado que o Govêrno Português acedeu ao meu desejo! E' com emoção que lho comunico! Será bom tratar do auto que teremos de assinar; guardar sigilo, antes do Chanceler Neves da Fontoura falar. Seu devotado Antônio Pereira Forjaz."

Em seu inspirado e profícuo labor, o Prof. Pereira Forjaz, em artigo intitulado "Os Noviços do Monte Olivete" (Diário Popular, de Lisboa, edição de 11 de junho de 1952), após o estudo da documentação que lhe chegou às mãos, indica-nos: a) a existência do cofre encontrado na Faculdade de Ciências, de Lisboa, com a seguinte descrição: — "Um cofre pequeno forrado de veludo roxo (19 x 11 x 15,5 cm.) tendo uma cartouche metálica cercando um

vidro em que se lê em letras vermelhas: "Jaqueta do V.P. José de Anchieta". b) A referência documental do Cartório da Inconfidência (Arq. e Bibl. do Tribunal de Contas, m.o 29, n.o 112, L. manuscrito do século XVIII, a fls. 24v.), descrevendo os bens dos Padres da Igreja de São Roque: "No cubículo da Irmandade do Santíssimo há um cofre de madeira dourada com a capa do venerável Padre Anchieta........... um braço de madeira dourada com a relíquia do mesmo venerável". c) Cuidadoso e bem orientado, o Prof. Forjaz mandou radiografar o cofre existente na Faculdade de Ciências, não tendo sido assinalada a existência no seu interior de peça óssea alguma.

Ora, disso tudo, chegamos à conclusão de terem existido, pelo menos, três cofres contendo relíquias anchietanas: dois que até hoje não apareceram, diferentes nas descrições que os documentos nos dão sôbre êles — a de Tomás Rubi e a dos bens dos Padres de São Roque — mas de cujas existências passadas temos as provas documentais, uma no Arquivo Histórico Ultramarino e a outra no Cartório da Inconfidência e Arquivo e Biblioteca do Tribunal de Contas.

O terceiro, o da Faculdade de Ciências, não possui ainda documento conhecido que a êle se refira mas é um terceiro porque não corresponde às duas descrições que possuimos e que também diferem entre si.

Devemos notar que a tentativa de canonização de Anchieta, o rumor de santidade que envolveu e envolve, tão justamente, o seu nome, originaram o recolhimento, a guarda e o estudo de tudo o que lhe dissesse respeito. Foi êste, na nossa opinião, digâmo-lo de passagem, um dos principais motivos para que a figura de Manuel da Nobrega fôsse até há pouco tempo relegada a um plano secundário na fundação de São Paulo diante da figura de Anchieta. Sôbre esta guardara-se quase tudo, em tôrno dela houve um grande movimento para a canonização. Natural que sobressaisse à personalidade de Nóbrega à qual, porém, ùltimamente, vem sendo feita a merecida justiça e a recolocação nos seus verdadeiros lugares, um dos quais é o de ter sido, indiscutivelmente, o fundador de São Paulo enquanto Anchieta foi apenas o consolidador da fundação.

Ora, se quase tudo se guardou de Anchieta, se a sua vida foi rebuscada, sua biografia elaborada por tantos estudiosos, se em tôrno de sua personalidade giraram tantos interessados, natural que surgissem vários cofres — conhecemos três e outros ainda poderão surgir — contendo suas relíquias. Êste fato, a nosso ver, não invalida a autenticidade do cofre da Faculdade de Ciências, cuja prova de ser verdadeiro fica apenas na dependência do raciocínio histórico e pericial aplicado em todos os casos a êle semelhantes.

Inauguração do Hospital Santa Edwiges

Discurso pronunciado aos 2 de junho de 1951.

Sras! e Srs!

"Tôdas as vêzes em que a vida, na ininterrupta mutação de seus quadros, recompõe por instantes aos nossos olhos certas cenas do passado, é como se nos envolvera e transfigurara a luminosidade de um mistério divino", dizia Aloísio de Castro dirigindo-se aos médicos diplomados em 1912 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Assim também me senti envolvido pelos fulgores da luz de um mistério divino quando, ao penetrar os umbrais desta Casa — que é o símbolo da fé e das energias de um homem — como que por encanto desfilaram ante meus olhos cenas saudosas de um passado não muito remoto onde se agitavam intensamente os anseios, as esperanças e as fôrças da mocidade.

Estremeci emocionado e dominado por visão encantadora a me colocar em íntimo contacto com os tempos que se seguiram à minha formatura. Na Santa Casa de São Paulo, iniciara, com o Professor Benedito Montenegro, o meu aprendizado cirúrgico, posteriormente continuado no Sanatório Santa Catarina onde, durante longos anos, integrei a equipe chefiada por João de Lorenzo.

Foi-me possível então penetrar o âmago da Cirurgia, compreendê-la no difícil desempenho de seus encargos, e ao mesmo tempo amá-la na beleza da sua obra humanitária. Hoje, mais do que nunca, estou convicto de que na medicina, nada existe mais apaixonante e artístico, mais empolgante e também nada mais atribulante do que a cirurgia geral, esta cirurgia geral que tende a desaparecer diluída na voragem das especialidades, embora, por si só, constitua o mais alto e elevado, o mais completo e o mais belo padrão da arte e da ciência médicas quando buscamos o caráter profundamente humanista dos princípios hipocráticos.

Das enfermarias ou do quarto dos doentes para a sala de cirurgia, da interpretação dos exames para a mesa de operações e desta novamente para a enfermaria no acompanhamento do posoperatório, nas visitas e vigílias noturnas, muitas vêzes na madrugada já alta a nos encontrar debruçados sôbre o leito em que a morte e a vida travam a batalha decisiva, conheci, convivi e acabei admirando Renato Trivela, êste lídimo sacerdote de Hipócrates, que hoje oferta a São Paulo e ao Brasil um marco do nosso progresso e das nossas atividades realizadoras. Não sei o que mais exaltar em sua

personalidade: — as virtudes do médico ou as energias de quem idealiza e faz frutificar o seu ideal.

A missão do médico reveste-se de dignidade e nobreza, requer normas de moral, de honestidade, de caráter e de uma abnegação silenciosa muitas vêzes desapercebida, desconsiderada e desprezada, mas é justamente isso o que distingue, o que torna sublime a nossa profissão onde pomos à prova as virtudes da fraternidade e da solidariedade humanas, sem termos por objetivo as fanfarras da pompa nem o êxito da fama mas apenas a glória de conservarmos "ad aeternum" a sublimidade que envolve a missão do sacerdócio médico.

Não poderíamos encontrar melhor exemplo dêsses postulados do que em Renato Trivela. E eu, que o venho acompanhando desde os seus primeiros passos de médico recém-formado até o dia de hoje em que recebe, com tôda a justiça e sem favor algum, o galardão de Diretor do Hospital Santa Edwiges, eu bem posso dar disso cabal e insofismável testemunho.

Lembro-me bem do primeiro ato operatorio em que êle atuou como cirurgião. No semblante jovem e sadio, notavam-se indícios de preocupação aos quais se juntavam, porém, as marcas de um caráter decidido e da confiança em seus conhecimentos técnicos. Admirei-lhe a segurança com que executou os vários tempos da intervenção e essa admiração cresceu gradativamente quando, com o correr do tempo, mais o observava na conquista paulatina da experiência, na aplicação ao estudo e no devotamento aos que se confiavam à sua arte e à sua ciência.

Vários anos caminhamos unidos pelos laços da amizade, irmanados no afã comum de sanar os males do corpo e aliviar as dores da alma. Nunca lhe percebi um gesto, uma atitude, uma frase que o desabonassem na missão em que fôra investido. Correspondeu plenamente ao que dêle esperavam os que o haviam sagrado discípulo de Hipócrates. Não abjurou o compromisso assumido com Deus e com a Humanidade. Cumpriu-o fiel e rigorosamente.

Poucas vêzes tenho visto quem, como Renato Trivela, tanto conquistasse em tão pouco tempo. Contando apenas com os recursos da inteligência e do esfôrço próprio, fazendo pesar nos embates da vida apenas o valor pessoal, o brilhantismo do espírito, a bondade do coração e os atributos do conhecimento científico, diferenciou-se, sobressaiu, elevou-se entre os seus pares.

Muitos, mais do que êle experimentados nas artimanhas do destino, mais entrados na vida e já encouraçados contra as desilusões que o mundo e o tempo lhes tinham impôsto, ouviram descrentes a revelação do idealista no anseio de construir uma Casa de Saúde, de elevar mais um templo onde se mitigassem as dores humanas. Alguns já haviam tentado; outros, embora a desejassem, temiam

a emprêsa audaciosa. Êle, moço ainda mas acossado pelas poderosas fôrças do ideal, aquelas que não respeitam barreiras, que sabem afastar escolhos e remover montanhas porque nascem nas profundezas das almas superiores, não desanimou, fazendo esfumaçarem-se, no fogo da tenacidade, tôdas as dificuldades que o assaltaram e amargurarам nestes últimos quatro anos em que empenhou tôdas as reservas físicas e espirituais para alcançar o seu ideal.

Raiou finalmente o dia em que o valor do jovem médico foi compreendido, em que o seu apêlo foi ouvido por outro homem também cheio de valor e idealismo dos quais deu fartas provas em sua vida de industrial operoso e de homem público esclarecido: — Oscar Reinaldo Muller Caravelas.

Conjugaram-se ambos na efetivação desta obra que é o Hospital Santa Edwiges. De Muller Caravelas, recebeu Renato Trivela parte do prêmio a que fizera jus mas algo ainda havia a conquistar. Tão forte não fôsse a sua têmpera de lutador, tão rijas não fôssem as suas armas de batalhador, hoje não se encontraria aqui a receber as merecidas honrarias pelo seu mérito, pela sua atitude significativamente exemplificadora: — a fidelidade ao ideal.

* * *

Sras! e Srs!

Sinto-me feliz em desfrutar a presente oportunidade para vir dizer do exemplo sugestivo que a existência de Renato Trivela nos aponta. Todos nós, que hoje nos congraçamos na contemplação desta obra e na admiração por êste ideal concretizado, já divisamos as benemerências que a sua vida de médico e de idealista ainda espalhará, pelo tempo afora, entre os que elaboram a grandeza desta nossa querida Terra de Piratininga. Honra, pois, ao seu mérito e glória ao seu nome já ilustre por tantos títulos!

Lançamento da Pedra Fundamental do Hospital Municipal

Discurso pronunciado aos 25 de janeiro de 1952.

Exmo. Sr. Governador do Estado!

Exmo. Sr. Vice-Presidente da República!

Exmo. Sr. Prefeito Municipal!

Exmo. Sr. Secretário de Higiene!

Exmo. Sr. Diretor do Hospital Municipal!

Sras! e Srs!

Prezados colegas!

Ao serem lançadas as bases do novo edifício do Hospital Municipal, cumpre-nos desempenhar honrosa tarefa que se resume em expressar pùblicamente o júbilo de todos os que aqui trabalham, ao verem, no dia de hoje, alicerçadas sòlidamente esperanças de há muito acalentadas.

Sonho dos que aqui labutam, ideal de muitos que aqui passaram, torna-se realidade na presente administração municipal, onde não podemos deixar sem destaque as figuras de Armando de Arruda Pereira cujo tino administrativo, já tão bem patenteado em vários setores das atividades paulistanas, vem continuando a espalhar benemerências públicas na direção do executivo municipal; do Dr. Paulo Ribeiro da Luz cujo devotamento à causa pública, sábio espírito administrador, e dinamismo ímpar, impulsionaram para um rumo certo a Secretaria de Higiene do Município que, orientada pelas suas mãos de timoneiro seguro, vem resolvendo eficientemente problemas médico-higiênicos do município e fazendo com que a Secretaria que dirige cumpra efetivamente a sua missão junto ao povo de São Paulo. Finalmente a figura do Dr. Ulisses Lemos Tôrres em quem a cultura médica, a alma de idealista, e o poder de organização, formam uma auréola onde se divisa nìtidamente a tradição gloriosa do nome paterno que êle, além de confirmar, mais alteia e enobrece.

A cidade fundada por Manuel da Nóbrega, tão cheia de tradições, glórias e lauréis, essa tão cantada Pátria do progresso e das realizações assombrosas, a metrópole que atualmente mais cresce e se agiganta no Universo, que já atingiu uma população de dois milhões e quatrocentos mil habitantes, e cujo orçamento alcança um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, que foi embelezada pelos urbanistas, que se enfeitou com largas avenidas, que tomou um as-

pecto pitoresco em razão dos novos viadutos a ligarem suas colinas e dominarem seus vales, esta São Paulo de gigantes de cimento armado, esta que é o maior parque industrial da América do Sul, ainda não cuidou convenientemente dos seus doentes, daqueles que necessitam do amparo médico e da assistência hospitalar quando, após esforços ingentes em prol de todo êsse progresso e de tôda essa beleza monumental, se vêm assaltados pela doença.

Nesse ponto, infelizmente, sinto dizê-lo, ainda somos falhos, ainda não conseguimos colocar-nos no plano já alcançado por outros setores em que se espelha a grandeza piratiningana. Não temos leito hospitalar para o munícipe, somos avassalados pela tuberculose que nos ataca, cerceia, domina e vence. O mesmo se dá no âmbito da psiquiatria, haja vista as dificuldades com que luta a direção do hospital do Juqueri para assistir aos enfermos encaminhados àquele nosocômio. O munícipe tem necessidade urgente de ambulatórios, de centros de saúde, de assistência à mãe e à criança e de um sem número de cuidados no que diz respeito à saúde da qual depende a sua eficiência em meio à coletividade.

Em boa hora, o Secretário de Higiene, Dr. Paulo Ribeiro da Luz, adotou como um dos seus lemas administrativos a frase tão cheia de verdades e que por si só expressa uma das mais prementes necessidades do cidadão de São Paulo: — "O munícipe tem direito à saúde". Êste expressivo slogan, que tantas vêzes temos ouvido de sua bôca, vem se transformando, para o bem geral e graças aos seus esforços e orientação, em uma realidade palpável cuja exemplificação concreta temos agora diante de nós.

Já houve tempo no Brasil em que esteve em voga e em grande projeção a chamada política municipalista. Esqueceram-na, porém, os nossos homens de govêrno. Surgiram os males advindos dêsse esquecimento e tão notórios se mostraram que, de certo tempo para cá, novamente voltaram legisladores e governantes a melhor cuidar dos problemas existentes nos municípios os quais, na realidade, nada mais são do que os núcleos propulsores da vida nacional a que se prendem intimamente o progresso e o bem estar do país.

Em São Paulo, oitenta por cento da assistência médico-hospitalar se faz através da iniciativa particular. Aos poderes públicos toca o pouco restante. A Capital Federal, que excede em pequena parcela a população de São Paulo, está melhor servida do que nós graças a hospitais distritais e a outras instituições que amparam a saúde pública, estendendo atividades até as longínquas ilhas da baía da Guanabara.

A renovação dos serviços médico-hospitalares no Rio de Janeiro iniciou-se benemèritamente quando um médico, o saudoso Pedro Ernesto, ocupava o executivo municipal. Afeito à luta contra a morte, mitigando dores alheias junto ao leito dos enfermos, muitas vêzes noite a dentro, cumprindo o juramento hipocrático, aprendeu a sábia lição que a vida envolta no sofrimento professa aos discípulos de Esculápio. Só quem assim tão de perto acompanha os males, desgraças e misérias dos desamparados, pode bem aquilatar das necessidades de uma população. Só o médico tem entrada franca no palácio do rico e no casebre do pobre. Só êle, por fôrça da profissão, consegue elementos para compreender a existência na sua totalidade, para organizar e propor, de maneira ampla, as soluções para os problemas que afligem o povo.

Não será demasiado vaticinar para que São Paulo tenha, como continuador da obra de Armando de Arruda Pereira, um prefeito médico, a fim de vermos levadas a bom têrmo aquelas soluções de que depende o bem estar coletivo. Já apontamos o caso do Rio de Janeiro em que um facultativo demonstrou altas qualidades administrativas que mais se realçavam com as virtudes patenteadas junto ao sofrimento humano. O Prof. Lucas Nogueira Garcez, digníssimo Governador do Estado e o Dr. Armando de Arruda Pereira, nosso eminente Prefeito, conhecem de perto estas questões e a elas se têm dedicado carinhosamente. O primeiro sabe avaliá-las porque suas atividades se entrosam na nossa Faculdade de Higiene. O segundo, porque era, antes de ocupar a chefia do município, o cérebro dirigente dos serviços sociais da industria paulista onde, inteligente e eficientemente, se realiza a assistência médico-hospitalar.

Voltemos, porém, ao nosso Hospital Municipal cuja elevação em edifício apropriado, desde quinze anos atrás por tantos desejada, vem de se realizar na atual administração. Não foi sem lutas, esforços e sacrifícios, que se alcançou esta vitória. Elaborada a planta, há três anos, com o auxílio da Secretaria de Obras, onde não podemos deixar sem menção especial o Dr. Alfredo Giglio e seus colaboradores, estamos agora prazeirosamente vendo iniciada a construção.

Dizer dos benefícios sociais que se originarão das futuras instalações do nosocômio, será prolongar por demais as nossas palavras e já são êles perfeitamente divisados no horizonte do futuro por todos os que se interessam pelo bem da coletividade, especialmente pelos que, aqui no Hospital, há mais de quinze anos, se afanam junto aos enfermos, dedicando-se ao alívio das dores que tanto são do corpo quanto da alma. Êsse ideal de clínicos, cirurgiões e especialistas que formam a congregação dos médicos funcionários do Município, está prestes a corporificar-se em definitivo.

Desde há uma década e meia, quando a nossa regulamentação hospitalar municipal determinou que, na medida do possível e da nossa capacidade, além dos funcionários, operários e seus dependen-

tes, também atendêssemos aos desamparados que batessem às nossas portas, passamos a ansiar pela ampliação daquela possibilidade e daquela capacidade, a fim de estendermos a todos os paulistanos o amparo do Hospital Municipal através dos nossos serviços. Isto, que será em breve realidade, enche de júbilo e satisfação as nossas almas e os nossos corações que, ante o sofrimento alheio e ante o slogan do nosso Secretário: — "O munícipe tem direito à saúde", não podiam compreender porque não estendermos mais eficientemente os nossos serviços à totalidade da população.

Desde agora, porém, sentimo-nos aliviados ao termos certeza de que, dispondo de instalações mais amplas e modernas, ajudaremos, nós os médicos da municipalidade, dentro do novo hospital, a bem cumprir os deveres do Município para com o povo no que toca à assistência médico-hospitalar. Aliás, o cumprimento dêsses deveres tornar-se-á, desde hoje, mais efetivo, quando, logo após o lançamento das bases do novo edifício, o Exmo. Sr. Governador inaugurar, aqui ao lado, o Hospital do Pronto Socorro da Zona Leste subordinado ao Hospital Municipal, e contando, graças à diligência do Dr. Paulo Ribeiro da Luz, do Dr. Ulisses Lemos Tôrres, e dos médicos municipais, com cincoenta leitos, com o seu bloco cirúrgico instalado segundo as mais modernas exigências da ciência e da arte médicas, tais como sala de recuperação, os serviços de transfusão de sangue, de anestesia e de radiologia, além da enfermaria para os queimados.

* * *

Sras! e Srs!

Não poderia ser mais solene o momento histórico por nós vivido pois contamos com a presença dignificante do Exmo. Sr. Governador do Estado, do Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, a nos trazerem, na irradiação das suas personalidades, o confôrto do seu interêsse pela nossa causa e da sua assistencia às realizações municipais no setor da Secretaria de Higiene.

A data escolhida para êste ato muito diz ao coração paulista que, há trezentos e noventa e oito anos, começou a pulsar alvissareiramente, no tôpo da colina verdejante entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, e que, próximo do seu quadricentenário, por mercê de Deus, sentimos bater mais forte do que nunca no ritmo acelerado da Metrópole e do Estado cujos progressos são orgulho do Brasil.

Os sinos de nossas igrejas repicaram solene e festivamente na manhã de hoje, lembrando a efeméride querida. Recordaram Manuel da Nóbrega, o jesuíta que determinou o nascimento da cidade, evocaram Padre Manuel de Paiva a sacramentá-la na celebração da primeira missa, e apontaram o amável e meigo Anchieta a ampa-

rá-la e dirigi-la nos primeiros passos, a ensinar os seus primeiros cidadãos, a educar as suas primeiras crianças, a curar os seus primeiros doentes.

Singular esta coincidência: — lançarmos as bases do nosso Hospital precisamente na hora histórica em que se comemora a fundamentação da casa jesuítica de Piratininga onde funcionou, pelas mãos caridosas de José de Anchieta, o primeiro hospital de São Paulo.

Não poderíamos ser mais felizes na escolha desse momento e na escolha do patrono da nobre instituição. Que sôbre ela caiam as bênçãos de Anchieta, exemplo edificante das virtudes hipocráticas embora não fôsse um esculápio ou um "Cirurgião e sangrador prático", submetendo-se a exame perante a câmara da vila e o juiz do ofício antes de exercer a profissão no burgo primitivo da colônia portuguêsa, como então determinavam as leis da época.

Basta-nos, porém, ter sido êle quem, naquela era longínqua do nosso passado, melhor soube cumprir um dos nossos lemas: "Divinum opus sedare dolorem". Mitigar a dor é tarefa divina, essa mesma tarefa de que nos incumbimos, pela qual nos sacrificamos e esforçamos a fim de bem realizá-la e que, entre nós, será facilitada no seu integral desempenho, com o hospital cuja construção ora se inicia.

Temos certeza de que, dirigindo os destinos estaduais o Exmo. Sr. Prof. Lucas Nogueira Garcez e contando a administração municipal com valores que atualmente tantas realizações lhe prodigalizam, teremos o hospital pronto para funcionamento em 1954, quando São Paulo, engalanado para os festejos do seu quarto centenário, juntará mais êsse padrão de ufania às glórias e às tradições desta abençoada Terra de Piratininga.

Um Livro em Minha Vida

Palestra ao microfone da Rádio Gazeta em 20 de janeiro de 1953.

Livros, livros, muitos livros, livros em quantidade, eis o que necessita o Brasil para solver um dos seus problemas básicos. E é justamente do livro mais simples, do menos caro, do menos folhudo, daquele que nós, nas primícias da infância, manuseamos, que a nossa Pátria mais tem necessidade: a cartilha do A B C, essa varinha de fada que virá, se usada como deve sê-lo, desencantar o malefício, acordar o gigante adormecido para fazê-lo dominar e vencer o analfabetismo imperante no país.

Eis um dos problemas do nosso Livro. Resolvido êste, outros deixarão de existir: — elevar-se-á o nível cultural do brasileiro e desaparecerá o fracasso editorial em razão da inexistência de um número insuficiente de leitores o que impede as edições, em lingua vernácula, dos textos clássicos, dos livros técnicos, das recentes aquisições culturais e científicas. Basta citarmos o movimento editorial do mundo espanhol levado a efeito na Espanha, no México ou na Argentina, através, entre outras, das editoras Labor, Escalpe, Losada, Fondo de Cultura, para vermos a inferioridade a que fica reduzida, nesse aspecto, a língua portuguêsa em face da espanhola. É que esta, além de mais difundida entre os estrangeiros, conta com tôda a população da maior parte da América Latina e de tôda a pátria de Cervantes para mercado das suas edições. Para indicar poucos exemplos, apontamos apenas as obras de filósofos, de economistas, de historiadores, de sociólogos, antigos ou modernos, já mortos ou ainda vivos, impossíveis de serem lidas em português mas plenamente acessíveis já que saibamos o espanhol.

Em recente passagem por Londres, constatamos, na entrada dos museus cuja orientação e organização provam o alto nível cultural dos anglo-saxões, a existência de pequenas livrarias onde são vendidos, a preços popularíssimos e realmente irrisórios, embora em apresentação tipográfica invejada pelas nossas, manuais sôbre assuntos palpitantes tais como a Pré-história, a Pedra da Roseta, as Origens do Homem, a Arqueologia, a Geologia, a Bibliografia, a História da Indústria, Problemas de Antropologia e Etnografia, as Escolas de Pintura, além de muitos outros estudos, redigidos e sintetizados pelos maiores especialistas da Inglaterra e que, por um preço mínimo, em algumas dezenas de páginas, põem-nos a par daquilo que existe de mais atual e geral sôbre determinada matéria.

Desde o operário, desde o mais pobre lutador que não tem recursos de monta para freqüentar cursos ou manter uma biblioteca que amplie o horizonte de seus conhecimentos, até os diplomados pelas Universidades, todos ali encontram, ao alcance de uma bôlsa pequena e de um gasto mínimo de tempo, os elementos que os tornarão aptos a aumentar a ilustração. Isto, indiscutìvelmente, desenvolve a cultura de um povo, transformando-o em fator importante na marcha do progresso universal e fazendo-o elemento ativo e preponderante no concerto das nações. E' sistema que deve ser adotado no Brasil mediante, de início, o amparo governamental.

Outras idéias, outros problemas referentes ao livro, poderíamos expandir e abordar tão vasto é o campo apresentado mas, infelizmente, curto é o espaço que nos foi concedido. Fica, porém, para finalizar, o elogio sincero e justo para mais esta obra meritória de São Paulo que, tal qual como sempre, pioneiro das boas causas, vem lançando luz sôbre um dos problemas básicos do Brasil: — O LIVRO.

As Interpretações da História através do Tempo

Aula inaugural da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pronunciada em 18 de março de 1953.

Discute-se muito se existe ou não uma Filosofia da História. Uns a afirmam. Outros a negam. Para nós, a Filosofia da História, abordada não no seu aspecto formal que, envolvendo as questões da lógica e da Teoria do Conhecimento, estuda a formação do conceito e a possibilidade do conhecimento histórico, mas sim estudada no seu aspecto metafísico e especulativo, nada mais é do que a própria filosofia da vida, abrangendo a incomensurável amplitude onde se notam as manifestações mínimas indicadoras de um processo ou de uma atividade vital. Seria como que uma interpretação total do Cosmos dentro do qual se agitam, se atraem, se repelem, se somam e também se inutilizam as fôrças universais. Por sôbre a História e por sôbre a própria Filosofia, paira a Filosofia da História, etapa final do conhecimento humano, onde, abrangendo o conjunto de tôdas as fontes informativas, o homem tenta penetrar o significado da evolução da humanidade, cuja marcha êle procura analisar e explicar. Filósofos da história e historiógrafos procuram a verdade, entrelaçando-se neste objetivo as missões de suas existências. A uns cabe reunir o material informativo, selecioná-lo, criticá-lo e interpretá-lo. A outros toca reunir essas peças esparsas, enfeixá-las diante do espírito e, em segunda interpretação, que se totaliza na generalidade, explicar o acontecer, definir e apontar a vida em suas sucessivas etapas dentro do tempo. No verdadeiro historiador, portanto, encarnam-se duas marcantes personalidades: a do investigador, do pesquisador, do rebuscador de provas, do analisador enfim e a do interpretador, do sintetizador, ou melhor, daquele que, diante dos fatos e das observações, define e explica o todo na sua gênese e na sua própria essência.

Ao historiador, porém, devem sobejar certos atributos sem os quais lhe é impossível cumprir a tarefa do levantamento do passado. Afonso de E. Taunay, não há muito, aclamado um dos dez maiores historiadores vivos, afirmou: — "Percorrer o campo dos estudos históricos é obedecer aos mais nobres ditames do coração e do espírito em prol da verdade e da justiça". Muita razão tem o mestre da "História Geral das Bandeiras Paulistas" porque, se o historiador busca a verdade baseada na qual os homens encontram a possibilidade de fazer justiça, a êle cabem deveres na missão de apontar a verdade. Cumpre-lhe ser escrupuloso, probo, honesto, e, sobretudo, corajoso, a fim de expor o realismo da História, embora

desolador em muitos períodos que refletem as facetas cruéis das paixões humanas.

Sua Santidade o Papa Leão XIII, respondendo às críticas feitas à sua decisão de franquear os Arquivos do Vaticano aos estudiosos de quaisquer nações e credos, assim se expressou: "O primeiro dos princípios da História é não ousar mentir, de leve que seja; o segundo não recear dizer a verdade, em hipótese alguma, lembrando-se de que acima de tudo é preciso que não dê ensejo a que pareça inspirada pela lisonja ou pela animosidade".

Do velho Portugal, que sentimos tão perto de nossos corações, veio a abalizada palavra de Alexandre Herculano: "A verdade histórica é uma. Os que não sabem abstrair do amor próprio, para só porem a mira no progresso da ciência, mentem se dizem que a amam. Amam-se a si; mas amam-se como insensatos. Se os contemporâneos calarem os defeitos do vosso livro, os historiadores futuros tecer-vos-ão sôbre a campa a lista dos erros que cometestes, e ainda daqueles que, por temor de ofender tradições recebidas, deixastes de condenar". Realmente, a investigação histórica fundamenta-se na interpretação dos fatos comprovados pelos documentos, estaqueia-se no rigor do pensamento demonstrativo e com isso não buscamos apenas os acontecimentos referentes à evolução humana, porque a História nos ensina a mais generosa das lições: — a sabedoria de viver.

Se encontramos precisão e justeza no conceito de Cícero, definindo a História como a *Testemunha dos tempos, a luz da verdade, a mestra da vida e a vida da memória,* não podemos de modo algum endossar a opinião de Weber, exarada na "Kultur Soziologie", de ser o passado o espelho do presente e o presente nada mais que um montão de fracassos do passado.

A formação, o florescimento e a decadência dos povos, se, por vêzes, nos causam angústia, enchem-nos, porém, de uma segura confiança na inteligência do homem que possibilitou as conquistas de nossa espécie. Pela História reconhecemos o valor dos sêres humanos, vinculado ao direito, à organização e às obrigações impostas pela cultura, pelo intelecto e pelos sentimentos do *Homo Sapiens.* No desenrolar da vida universal, analisamos as fôrças que nos impulsionaram ao adiantado grau de civilização atual e êsse desenrolar, onde se estampam as culminâncias e as crises do espírito humano, indica não só o caminho para continuarmos a marcha da civilização mas também o modo de preservarmos a herança legada pelas gerações passadas à custa do pesado tributo de sua experiência. Quer o humanismo, quer o historicismo, ao obterem do passado o esclarecimento para a obra e para a ação do presente, não o fizeram e não o fazem com o intuito de mutação restrita, mas sim de sobrepujar e de modificar, melhorando e aperfeiçoando. E' claro que, ao chegar o momento em que é necessário sobrepujar, os homens bem orientados devem reunir aos preciosos ensinamentos da História, as contingências e as situações do presente para que essa combinação origine a mais perfeita e completa preparação do futuro. Lembrando Pascal, afirmava Leibnitz: "A humanidade é como um homem que vive sempre a aprender; em todos os momentos é ainda filha do passado, está vivendo o presente e já contém no seu bôjo o futuro".

O conhecimento do passado permite julgar as fôrças e circunstâncias determinantes dos fatos, dando assim à História um cunho instrutivo, expressado por Lessing como a "Educação Progressiva do Gênero Humano", e que fez Jacob Burckardt, autor das "Reflexões sôbre a História do Mundo", considerar nosso mais precioso bem a continuidade espiritual legada pelo passado.

Muitos séculos antes dêsses dois pensadores se manifestarem, haviam surgido, banhadas nas águas azuis do Mar Egeu e acalentadas pelo ritmo sonoro de suas ondas, as cidades dos gregos jônicos, elo entre a velha Asia, ufana de civilizações multi-seculares e a jovem Europa, berço da Grécia imortal. E ali, onde se interpenetravam os dois continentes, onde se contemplavam "O mais belo céu e o mais belo clima que se conhece entre os homens", conforme palavras de Heródoto, ali, a História começou a adquirir seu verdadeiro significado: — a pesquisa da verdade.

As riquezas metalíferas, a doçura do clima e a fertilidade do litoral, fizeram da Jônia o centro receptor dos tesouros da Lídia e da Frígia, intensamente permutados com as produções da Hélade, acolhidas pelos monarcas e povos orientais.

A Jônia constituiu o cadinho onde se mesclaram os costumes, os conhecimentos e as civilizações dos dois continentes, levando de roldão o próprio sangue de seus povos. Formavam-na doze cidades confederadas, às quais, por conquista, se juntou Smirna. Naquele ambiente também marcado pelo espírito filosófico, destacava-se a cidade de Mileto, orgulhosa da pureza do sangue jônico de seus fundadores e enaltecida por Tales, Anaximandro e Anaximenes, Heráclito e Demócrito, a desenvolverem suas concepções do mundo, fundados nas unidades construtivas da filosofia naturalista.

Sòmente o esplendor de um povo que iria possuir pensadores como Aristóteles e Platão e que soube como nenhum outro cultuar a beleza, poderia começar a dar à futura mestra da vida aquêle significado em que se entrelaçam o espírito crítico e científico da pesquisa e a explanação do passado, a trazer em sua beleza os atributos próprios da arte.

Pela investigação, nós pesquisamos, criticamos e positivamos os fatos, com um espírito científico e daí nasce a verdade sôbre o passado, que será narrada de maneira mais ou menos brilhante, menos ou mais atrativa por quem dela se tornou senhor e aqui temos a arte. A História nos apresenta, pois, dois atributos: o científico e o artístico.

A História expõe a evolução humana, utilizando-se de um conjunto de acontecimentos que ela abrange nas suas relações causais. Ocupa-se da verdade, reproduz a realidade. Cournot e outros asseveram que a história não é ciência porque não estabelece fórmulas e leis científicas. Dizem também que a filosofia da história encontra em seu caminho menos leis do que fatos gerais dominantes. Lembramos, porém, que na ciência não se estabelecem leis apenas mas é ainda através dela que procuramos a explicação dos fatos e dos fenômenos. Ora, é justamente a História quem nos dá a grande porcentagem de segurança que existe não nas previsões do futuro mas na melhor conduta a adotarmos no presente para termos uma relativa certeza no porvir, errando menos que os nossos predecessores para mais nos aproximarmos daquela desejada mas inatingível posição de inteira tranquilidade só alcançável dentro da perfeição divina. E isto ela faz analisando e determinando as causas dos acontecimentos. As ciências físicas, naturais e matemáticas apresentam-nos leis explicativas dos fenômenos que estudam. A História também explica os fenômenos por ela abrangidos, isto é, a evolução humana. O objeto em ambos os estudos é diferente, variável na sua constituição, mas o fim proposto é o mesmo: — busca da verdade. Devemos não esquecer que a História observa o homem em suas múltiplas atividades e nada existe de tão complexo como essas atividades, haja vista uma só delas, a atividade psíquica, abordável mas ainda não completamente interpretada e que se constitui em fonte misteriosa e ainda não totalmente devassada de inúmeras reações díspares a influirem poderosamente no evoluir da humanidade.

Na História, não podemos experimentar. Nela, a experimentação das ciências físicas, químicas, biológicas, matemáticas, corresponde à pesquisa que é atributo científico e através do qual se determinam os fatos passados. A interpretação do documento histórico equivale à experiência no laboratório de física ou de química. O historiador trabalha cientìficamente, buscando, como os físicos, os químicos, os biologistas e os matemáticos, a realidade, a verdade na beleza do seu significado e na pujança da sua utilidade.

Na História, os estigmas da arte estão presentes, denunciados desde o interêsse estético da obra histórica até a perfeição literária da palavra escrita ou falada através da qual é exposta a verdade.

Quantos recursos necessita o historiador para atingir o seu objetivo! Lança mão da filologia, da epigrafia e da paleografia, da diplomática, da sigilografia, da etnografia, da heráldica e da genealogia, da numismática, da arqueologia e da geografia, além de outras ciências e disciplinas auxiliares e, após a colheita dos dados, interpretados à luz de seu critério, de sua ponderação e de sua formação cultural e espiritual, relata os eventos, procurando grangear as atenções do leitor ou do ouvinte, através de sua expressão, seu estilo, do encanto e interêsse que põe em suas frases. Apenas a conjugação harmônica dos atributos da pesquisa esclarecedora e da transmissão artìsticamente feita, caracteriza a superioridade do talento e marca com os clarões da genialidade a obra dos verdadeiros historiadores.

* * *

A consciência humana refletida, através dos milênios, nas obras de arte, nos pensamentos dos filósofos, nas realizações literárias, nas conquistas científicas, no entrechocar de ideologias, no sentir e no reagir dos povos, justamente essa consciência que nos dá a certeza das coisas e o conhecimento de nós mesmos, vem sendo anotada pela História. Êsse conjunto de criações, permitindo, dentro do progresso, a satisfação de nossas necessidades físicas, técnicas, espirituais e morais, nada mais é do que a cultura.

Quando o homem sentiu interêsse em penetrar o porquê dos fenômenos e a necessidade de se conhecer, surgiram as lendas e os mitos que, pouco a pouco enraizados no espírito público, terminaram por se perpetuar na tradição oral.

Na lenda, na épica e no mito, expressados em prosa ou verso, registraram-se até Heródoto os fatos mais notáveis. A poesia propagou o que havia de mais ufano nas origens de um povo. Transplantados pela imaginação para uma época heróica, muito longínqua dos tempos em que viviam, os homens idealizavam para seus ancestrais, sêres perfeitos, cujas qualidades encerravam os atributos simbólicos da raça. Formava-lhes base a tradição oral, alargada na memória coletiva da família, do clã, da tribo, e por fim do povo. Êsses relatos não possuíam, porém, o espírito crítico, sòmente mais tarde desabrochado na Jônia, onde o estudo da História começou a se edificar por sôbre uma crítica inicial já depuradora das recordações humanas.

As façanhas dos heróis saturavam as lendas e os mitos, transmitidos e muitas vêzes elaborados e aperfeiçoados pelos feiticeiros e magos que da intangibilidade dos seus rituais faziam meio fácil para propagarem a tradição eivada na mística e no tabu que apenas êles podiam penetrar.

O próprio Egito, sôbre o qual pairava o mito sagrado do céu e do sol, o chamado Deus Horus, não passou dêsse período. A por-

tentosa civilização do Vale do Nilo não chegou a possuir um historiador coetâneo. Até Psamético I, que viveu entre 663 e 610 A.C., celebrizaram-se as lendas do conquistador Sesóstris, de Feros, o rei cego, e do Tesouro de Rampsmito. Em relatos sôbre o Egito, Heródoto viu-se obrigado a abandonar as lendas correntes na tradição popular. Os súditos dos faraós, circunscritos ao seu ambiente, pouco se interessavam pelas notícias de outros povos. A Terra das Pirâmides pôde, porém, juntar ao orgulho do gigantesco engenho de seus monumentos a vaidade de possuir um registro de fatos, a famosa Pedra de Palermo, que data dos meados do terceiro milênio antes de Cristo, e onde, cronològicamente, está assinalada parte de seu passado, sob a forma de simples enumeração de nomes reais e de listas indicativas dos anos.

Os persas fizeram da História a luta entre a Luz e as Trevas — Ormuz e Ariman — princípios, um criador, outro destruidor. Entre os assírios e babilônios, surgem relatos de expedições guerreiras, como a avançada de Sargão no Ocidente e as incursões de Hamurabi contra os elamitas. Os habitantes da Mesopotâmia, graças às inscrições cuneiformes, prepararam o caminho, mais tarde palmilhado pelos gregos. Embora sua acentuada curiosidade e os tijolos de argila lhes tivessem permitido anotar os acontecimentos, uma superstição atormentadora impediu-lhes a crítica apesar da influência que poderia ter tido a biblioteca de vinte mil exemplares reunida por Assurbanípal (668-626 A.C.) nos lazeres de suas vitórias guerreiras, mas possuíam, a seu modo, uma certa Filosofia da História, patenteando relações entre as divindades e o homem, criado e vindo ao mundo para servir aos deuses.

Lendas e mitos constituem valiosa fonte informativa das velhas civilizações e por isso não podemos desdenhá-los, malgrado estarem impregnados de superstições e desprovidos de espírito crítico. Tampouco devemos menoscabar a épica na qual a arte dos poetas cantava os feitos dos heróis, transformando-os em epopéia dentro de um cenário imaginativamente fantasioso que permitia elevar às raias do impossível as proezas salientadas.

O mito, a épica, e a lenda, contêm muitas tentativas de explicação do universo ao mesmo tempo que engrandecem os heróis, atribuindo-lhes a origem dos povos. Envaidecidos pela ascendência enobrecedora que já naquele tempo alimentava prosápias genealógicas, os homens, com singeleza, acreditavam nos cantares dos bardos a integrá-los em estirpes heróicas.

Sensatamente, Xenófanes, no século V antes de Cristo, criticou Homero e Hesíodo, e aqui não podemos olvidar Hecateo de Mileto, crítico dos poetas lendários, predecessor de Heródoto e o primeiro a incluir os estudos sôbre a terra e sôbre os povos, na esfera da *Physis*, a investigação natural, desenvolvida e divulgada pelos filósofos de Mileto. Comparando a História com a Mitologia, Hecateo indicou bases para se diferenciarem o histórico e o pseudo-histórico.

Aos gregos, até hoje merecedores de nossa admiração, devemos a conquista do espírito crítico, êsse marcado requinte civilizador. Colocando à parte os mitos e as lendas donde a épica foi condensada, entre outros, pelo primoroso estro de Homero, sentiram premência de conhecer mais ìntimamente o Homem e o Universo.

O século VI, antes de Cristo, assinala o aparecimento da crítica do passado. O que era então chamado História perdeu o cunho de simples relato para ganhar a característica de pesquisa do conhecimento e da verdade. Heródoto de Halicarnasso deixou bem claro que o têrmo jônico designador de História sòmente se aplicava aos fatos provados pela investigação e não aos apontados nas lendas e nos mitos. Ao iniciar sua obra, assim se expressava o *Pai da História:* — "Esta é a exposição das *investigações* de Heródoto de Halicarnasso", a quem devemos o enquadramento da História dentro de seu atributo científico de pesquisa e investigação. Nele devemos reverenciar também o primeiro escritor a adotar para a narração da verdade os predicados que fazem da História uma arte.

Depois de Heródoto, a Grécia teve em Tucídides o mais ilustre de seus historiadores. Estimulava os estudos históricos para melhor compreensão entre os homens e deixou, na "História da Guerra do Peloponeso", uma das obras-primas da antiguidade. Vivendo em Atenas, teatro de acerbas lutas políticas, retratou a intensa projeção dos problemas do Estado na vida da cidade, grangeando assim a designação de criador da História Política. Vem depois Políbio de Megalópolis, a colocar por trás da História as fôrças do destino manejadas pela vontade do homem e também pelas circunstâncias.

Na Roma, símbolo da fôrça e do cesarismo, mas onde nasceram o direito civil e político e donde também se originou grande parte da tradição jurídica das nações ocidentais, a mestra da vida teve cultores dignos de sua valia. Um dos maiores foi o grego Plutarco, nascido em Cheronéia, na Beócia, e que nas páginas de "Vidas Paralelas", tentou exemplificar os homens de seu tempo. Salústio e Tácito continuaram o método de Tucídides, precedendo a notável fase da literatura histórica de Roma, estilizada por Tito Lívio através de seus tipos heróicos e dos cento e quarenta livros de suas "Décadas".

Na Cidade Eterna, a História, firmada nos altos exemplos humanos, orientou-se para as finalidades moralizadoras e patrióticas que focalizavam uma verdadeira reforma de costumes.

Após a queda do Império Romano, os homens preocuparam-se com os problemas teológicos, substitutos da filosofia grega e das luzes espirituais emanadas da cidade das sete colinas. Concretizado o ocaso da Grécia e de Roma, surgiu a Igreja Cristã, patenteando

e evidenciando as relações entre o estado romano, a ciência e a filosofia grega de um lado, e, do outro, as verdades reveladas e pregadas por Jesus.

O mundo mediterrâneo, durante mil anos, desfrutara o fulgor da ilustração greco-romana até que os bárbaros, premidos pelas hordas asiáticas, descessem do norte e arruinassem, com seu poderio avassalador, o Império do Ocidente. À terrível calamidade, a Igreja resistiu, inabalável, contra as fôrças tempestuosas que tentavam aluir seus alicerces. Por sôbre aquêle mar revolto de ondas encapeladas, permaneceu o Cristianismo, cheio de verdades, de acendradas doutrinas morais, de fraternal igualitarismo.

Sucedem-se os escritos de São Paulo, Orígenes, Eusébio, São Jerônimo, e, por fim, dentre os valentes soldados de Cristo que suportaram o embate violento das perseguições e da incompreensão inicial de sua fé, emergiu, no século V, Santo Agostinho com "A Cidade de Deus", sua magna realização a prègar uma Teologia da História. Na obra de Santo Agostinho, insculpe-se o gérmen fértil da concepção cristã do mundo. A *"Civitas Dei"* apresenta uma forma teológica para a interpretação e explicação da História. O gênero humano preenche através dos tempos uma finalidade que lhe é inerente. A marcha dos acontecimentos obedece a um plano divino, obra do Supremo Criador. Sôbre os destinos dos povos atuam a Divina Providência e a Vontade de Deus. A presciência divina rege o desenrolar da História, e a revelação paulatina do desconhecido, pelo Supremo Criador, guia a marcha do progresso. Orientando a humanidade no seu evoluir, existe um poder de origem divina. A História, na concepção agostiniana, era um poema divino. Aliás, em seu discurso no Areópago, São Paulo já postulara os princípios norteadores da História fundamentados na revelação anotada pela Bíblia e pelas Sagradas Escrituras que foram as fontes e a base da interpretação de Santo Agostinho. Dizia São Paulo: "O Deus que criou o Cosmos e tudo o que nele existe... fez a linhagem humana de uma única origem para que os homens habitassem tôda a face da terra *prefixando-lhes a ordem dos tempos"*.

João Bodin, pensador francês da décima-sexta centúria, vivendo no tormentoso período das guerras religiosas, encarava na História uma progressão constante governada por causas divinas e fatores geográficos dentre os quais salientava o clima como essencialmente preponderante. Bodin foi o precursor, ainda hoje não muito conhecido, de Carlos Secondat, o célebre autor do "Espírito das Leis". Aliás, a influência da Geografia sôbre a História já fôra assinalada por Hipócrates e pelo sábio Aristóteles.

Herder, na Alemanha, ao explicar a cultura da humanidade em bases evolutivas, impressionou o pensamento de seu tempo, com fervorosa crença no progresso, sôbre o qual atuavam os fatores geo-

gráficos, diferenciando as qualidades físicas, mentais e morais dos povos. A Sabedoria Divina, dizia êle, porém, colocou em nossas próprias mãos o destino da espécie e com ela devemos cooperar para a realização de seus desígnios.

Ao dealbar o século XVIII, surgem o "Direito Natural" e "Os princípios de uma Nova Ciência em tôrno da natureza comum das nações", de autoria do napolitano João Batista Vico. Ainda no decorrer daquele século, culminam os conceitos de Montesquieu, Voltaire, Turgot, Condorcet e Carlos Ritter, que viam na História um processo progressivo dependente das fôrças naturais e das circunstâncias do meio ambiente a atuarem direta ou indiretamente sôbre o homem, moldando-o e transformando-o com as influências dos poderes cósmicos.

Turgot explicava o progresso pela própria natureza do espírito humano e pela sua capacidade de aprender graças à experiência do passado, mas ao mesmo tempo concedia valor às condições econômicas e geográficas, e admirava a Providência Divina pela sua "Obra gloriosa no encadeamento do Universo".

Cada vez mais acentuam-se as bases da Metodologia da História, apoiadas não só nos comentários sôbre a "História da Inglaterra", e nas "Cartas" de Bolingbroke, nas obras sobre "Diplomatica", vindas à luz sob a direção do jesuita João Bolland, com o título: "Acta Sanctorum" ou as de autoria do sábio beneditino João Mabillon, autor da célebre "De Re Diplomatica", mas também nas conquistas de Werner, Saussure e Deluc no campo da Geologia, de Francisco Bopp, Guilherme Jones, Guignes e Du Peron na esfera da Lingüística. Às suas realizações juntaram-se a "Paleographia Graeca" de Mountfaucon, publicada em 1708, a fundação da Escola de Chartres em Paris, no ano de 1821, e as edições, na Alemanha, do "Monumenta Germaniae Historica", e, em Portugal, do "Portugaliae Monumenta Historica", além de tôda a valiosa e admirável obra dos historicistas alemães do século passado e princípios dêste século.

Analisando a obra de João Batista Vico, aparecida treze séculos após Santo Agostinho, devemos acentuar que o filósofo italiano vinculou a um poder supremo as fôrças regedoras do Universo. Dividia a evolução da humanidade em três períodos: — a idade dos deuses, eivada de lendas e mitos, originados pelo mêdo e pela imaginação; a idade dos heróis e semi-deuses, onde já aparecem rudimentos de filosofia e literatura e na qual avultam os poetas heróicos. Por fim a idade histórica em que existe uma tendência para explicar os fenômenos dentro de um círculo natural de causas a que se sucedem os seus efeitos.

Vico admitia a unidade da História, submetida, porém, a ciclos periódicos, sucessivamente mais elevados e desenvolvidos, e sô-

bre os quais pairava a Providência Divina, por êle reconhecida na afirmação: "Os limitados fins humanos convertem-se em servidores dos mais altos fins divinos e concorrem sempre para a conservação do gênero humano sôbre a terra".

Despontam, ao depois, outras interpretações da História. Kant fê-la proceder da mente no sentido da razão. Seria uma conseqüência do nosso modo de ser, de nossa própria vida interior. "Os povos", dizia o autor da "Crítica da Razão Pura", "Ao perseguirem cada qual o seu propósito, seguindo a sua vontade, e a miúdo em mútua oposição, seguem, insensìvelmente, como fio condutor, a intenção da natureza", cujo objetivo supremo é "Um estado de cidadania universal ou cosmopolita, seio onde se podem desenvolver tôdas as disposições primitivas da espécie humana". Focalizava a História Universal como a justificação da Providência, fundamentada no cumprimento do destino humano influenciado pelo desenvolvimento completo dos germes com que a natureza impregnou a nossa espécie e isto em uma tendência contínua para, graças à soberania da razão, atingirmos uma comunidade onde cada homem fôsse membro ativo e deliberante e não apenas instrumento da sociedade.

Contemporâneo de Kant e como êle originário da Alemanha, Jorge Guilherme Hegel sentiu-se também atraído pela razão, chegando mesmo a definí-la como "A estrutura da lei natural dentro da qual a vida ou o espírito movem-se e crescem". A História, refletindo o desenvolvimento da vida cuja essência é a liberdade, resultava do chamado Espírito do Tempo. Os grandes homens apenas evidenciavam o pensamento e o sentimento de uma época. Suas realizações apontavam, no dizer do famoso professor da Universidade de Heidelberg, "A verdade de sua época, de seu mundo, a espécie da ordem imediata que já se achava formada nas entranhas do tempo".

Na História Universal encarna-se a evolução do espírito que pouco a pouco toma a consciência de sua própria significação, continuava o pensador germânico, para assim finalizar: — "A História do Mundo é o progresso do espírito chegando à consciência de si mesmo e da sua liberdade".

Traçando o caminho percorrido pelo homem para alcançar o seu objetivo final, isto é, a Idéia Absoluta, Hegel distinguia três períodos: — o das idéias inconscientes, fase de ignorância, em que um só homem é livre: — o soberano. O despotismo limitava então a liberdade e o Espírito vinculava-se profundamente à natureza. Era a fase do mundo infinito e correspondia ao Oriente.

Vem em seguida o período clássico, Greco-Romano, caracterizado pelo Século de Péricles e pela República Romana. Predominava o interêsse geral e existia liberdade de uma classe, possibilitando certa reflexão do Espírito sôbre si mesmo e maior noção de independência. Era o mundo finito.

Por fim, o terceiro período, em que o Espírito adquire consciência e liberdade. Nesta última fase, a união do mundo infinito do primeiro período com o mundo finito do segundo está representada pela monarquia em seu papel conciliador entre a liberdade de um só e o govêrno de todos. Abrangia a História Universal desde as Invasões Bárbaras até a Revolução Francesa.

Em resumo, a História, para Hegel, é a evolução e a luta do espírito para atingir sua própria essência, desligando-se da natureza com intenção de encontrar a liberdade.

Apesar da grandeza e do vigor de seu pensamento, Hegel tem uma dívida para com os americanos. Fazendo da Europa a finalidade incondicional da História do Universo e atribuindo aos asiáticos uma sujeição fatal aos europeus, êle concebia a América física e intelectualmente impotente. A própria História, porém, incumbiu-se de provar o contrário. Hoje, ela gira, na sua maior parte, em tôrno do continente americano, em cujos habitantes e reservas estão depositadas a confiança e a esperança da Humanidade para a organização de um porvir melhor.

Pouco depois das idéias de Hegel terem impressionado o mundo germânico, surgiu na França, nascido em Montpellier, o célebre Augusto Comte baseando seu pensamento em princípios sociológicos e antevendo a existência de uma *História verdadeiramente racional dos diferentes sêres,* apenas quando a Sociologia completasse a sistematização das ciências fundamentais. O aperfeiçoamento dos estudos históricos só começaria ao se instituirem definitivamente as bases da dinâmica social, quando fôssem cabalmente demonstradas as influências do globo terrestre sôbre o homem e dêste sôbre a própria terra, influências passíveis de um julgamento científico ùnicamente depois que estivessem elaboradas as leis sociológicas.

Augusto Comte erigiu, como dogma fundamental da sabedoria, uma evolução constante do progresso, a percorrer três estádios: o teológico ou de preparação, compreendendo o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo; o metafísico ou transitório, em que o espírito busca refúgio nos princípios abstratos para explicar a fenomenologia universal e, finalmente, o positivo ou científico, baseado na experimentação e na observação, estabilizadoras da maturidade espiritual do gênero humano, através da identificação e do reconhecimento das leis que regem a natureza.

No seu modo de pensar, exclusivamente o positivismo, *em virtude da sua natureza eminentemente relativa,* é capaz de representar e explicar tôdas as grandes fases da História, objetivo, no seu dizer, tentado, porém jamais alcançado pelas várias escolas filosóficas, surgidas até a sua época. Finalizando, Comte profetizava a

conquista da presidência mental do porvir para a doutrina que conseguisse explicar suficientemente o imenso conjunto do passado.

* * *

Após o criador do Idealismo Absoluto e o fundador do Positivismo, muitos outros preocuparam-se com a interpretação e a explicação da História. A frase de Feuerbach: "Der Mensch ist was er isst" — *O homem é aquilo que come* —, frizava intencionalmente o materialismo. Das condições e dos problemas econômicos, surgiu a concepção marxista que faz as relações sociais dependerem da estrutura econômica da sociedade e das formas de produção, utilizando em grande parte idéias de Henrique Tomás Buckle, cuja filosofia social, ao interpretar a História, procurava harmonizar a natureza íntima do homem com a ação da economia em seus aspectos geográficos e naturais. Aliás, precederam Carlos Marx, vários pensadores, como Proudhon, List, Pecqueur, Sismondi, Buret e Vidal. Posteriores a êle, podemos apontar Engels, Lafargue, Bebel, Kautsky e outros que desenvolveram a sua concepção. Encarada sòmente sob o ponto de vista do materialismo pelos chamados marxistas, a economia é, porém, exclusivamente intelectual, racional e reflexiva, devendo portanto ser integrada entre aquêles elementos catalogados e dominados por um dos supremos e sublimes atributos do homem: a inteligência, atestado cabal e irrefutável da nossa espiritualidade, marco divisor com as escalas zoológicas situadas abaixo de nós. O homem é um ser impregnado de atributos intelectuais e morais. Não se pode fazer da História um setor à parte no domínio do conhecimento humano e portanto não podemos admitir o absolutismo econômico de Marx, elevado a princípio metafísico, tentando enclausurar-nos dentro das esmagadoras paredes do materialismo econômico, afastando do âmbito dessas paredes as constantes históricas originadas do psíquico e que se exteriorizam em vontade, intelecto, paixões, ideais, moral e sentimentos, sem os quais o homem deixaria de ser aquilo que realmente é.

O aspecto econômico das instituições e dos agregados humanos nada mais é do que um utilíssimo campo de pesquisas que, reunido aos setores da atividade vital onde se enfileiram, além de outros, a política, a arte, a moral, a literatura, a ciência, a religião, vem a constituir o imenso campo das investigações históricas. A História paira, portanto, sôbre a economia. É em parte e não na totalidade sua consequencia. Se o fôsse totalmente, os homens estacionariam quando vissem resolvidos os seus problemas econômicos e não dariam vasão nem exteriorizariam os atributos magníficos da sua espiritualidade, do poder criador de sua sentimentalidade.

O manifesto comunista de 1848 concluiu que a História resulta dos choques e lutas de classes donde se originam tôdas as evoluções e regressões do gênero humano. Carlos Marx afirmava que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, sôbre a qual se elevam as super-estruturas política e jurídica. Tentando destruir a influência de nossa mente e de nossos proprios sentimentos sôbre as condições sociais, colocava o acontecer histórico na dependência dos fatores econômicos.

Influenciado por suas idéias, Antônio Labriola, propugnador do materialismo histórico na Itália dos fins do século XIX, asseverava ser a História "A série de mudanças nas formas da sujeição e da servidão" e, levando adiante êsse modo de pensar, chegou até ao Direito, quando afirmou: "A História está na luta dos interêsses, e o Direito não passa da expressão dos interêsses que triunfaram".

A êsse respeito, disse Lessing: "Esta teoria possui afirmações novas e certas; mas as afirmações certas não são em geral novas e aquelas que são novas geralmente não são certas; os fatores econômicos têm relevante importância mas não são tudo, porque não passam de parcelas das condições do meio em que vivemos. Não é o materialismo histórico, unilateral em seus fundamentos, que explica a complexidade da existência humana, mas nem por isso devemos desprezá-lo, pois traz em seu bôjo muitos dos elementos que interferem sôbre a sociedade".

Na opinião de Benedetto Croce, a concepção de Carlos Marx "Não chega a ser o novo método do pensamento aplicado à História, mas simplesmente uma exortação que tem por fim dedicar mais atenção à base econômica para melhor serem compreendidos os fatos históricos".

Pela teoria marxista, o homem, atuando sôbre a natureza para torná-la útil ao seu viver, sofre em troca o seu influxo que o transforma em um de seus próprios elementos mas já com a essência transfigurada pelo trabalho. Esta transformação acarreta novas condições sociais nos terrenos jurídico, político, religioso e moral. Assim a máquina e a técnica, representantes do trabalho, constituem os verdadeiros propulsores da História cujo desenvolvimento fica limitado às necessidades da coletividade e aos problemas da economia.

Há uma verdadeira inversão. Em lugar da idéia engendrar o fato é êste a origem daquela, tendo como ponto de partida as alterações técnicas e materiais que, planejando o destino da humanidade, guiam-na até em seu próprio pensamento filosófico. A mente subordina-se então à matéria e esta é dirigida pela economia.

Os adeptos do materialismo histórico tentam evidenciar uma evolução universal impulsionada pelo trabalho humano, mas a História não se cinge a limitados setores das atividades do homem, como a economia e o trabalho elevados a princípios únicos pelo materialismo histórico. Não sentimos apenas as necessidades econômi-

cas. Sentimos também necessidades morais, religiosas, éticas, jurídicas, políticas, além de muitas outras não só coletivas mas também individuais, desvirtuadas em seus fundamentos e origem pelo materialismo histórico que as faz conseqüentes aos conflitos e necessidades econômicas. Onde ficam os sentimentos, as tradições, a fé religiosa, os complementos intelectuais e morais, os mais nobres predicados oriundos das profundezas insondáveis de nosso ser? Onde ficam as fôrças psíquicas? Serão apenas os bens materiais que nos trazem a felicidade? Ou será que, pensando exclusivamente no carvão, no petróleo, nas reservas de potencial hidro-elétrico, enfim nos problemas do "Homo economicus", será que não retrogradamos à selvageria dos trogloditas, abandonados dos impulsos generosos de uma vida mais elevada e preocupados quase exclusivamente com a satisfação de instintos?

Muito pelo contrário é a própria História quem nos demonstra a complexidade das fôrças do passado, em suas atribuições não apenas econômicas, mas também políticas, éticas, estéticas, jurídicas, científicas, religiosas e filosóficas, para citarmos apenas algumas das atividades da vida social e dos anseios mentais do homem. É justamente ela, a Mestra da Vida, quem nos aponta o dever precípuo de aperfeiçoarmos a nossa razão e o nosso intelecto, quem nos ensina que devemos aspirar algo de elevado e perfeito para cada vez mais altearmos o ser humano.

Não podemos negar as necessidades econômicas, paralelamente às quais mas não delas oriundas, enfileiram-se os requisitos morais, estéticos, científicos e intelectuais que envolvem a vida humana. Não nos podemos abandonar ao absolutismo econômico que restringe a liberdade do próprio pensamento humano. E aqui, podemos invocar outra afirmação de Benedetto Croce: "Nossa história é a história de nossa alma; e a história da alma humana é a história do mundo".

E nós acrescentaremos: A doutrina marxista não chega a constituir uma Filosofia da História. É mais uma filosofia de revolução, uma conseqüência da época, um acontecimento dentro da própria História, originado na transformação e no progresso industrial, na supervalorização da matéria. A sua maior debilidade reside na eliminação das fôrças psíquicas que, após o advento marxista, vem alcançando dia por dia maior projeção no âmbito do conhecimento do homem pelo homem. As condições materiais não criam um ideal elevadamente moral ou que encerre um senso estético. Dão-lhe apenas uma parcela de orientação, interferindo na sua elaboração sòmente em ponto mínimo. O marxismo, a chamada concepção econômica da História, reduz-se a um dos muitos métodos para o estudo do passado. E' portanto apenas um coadjuvante, um processo auxiliar na explicação e na interpretação dos fatos históricos.

Nos dias atuais, abre-se para a Filosofia da História o vastíssimo campo da Psicologia. Em primeiro lugar, o da psicologia individual. Em segundo, o da psicologia coletiva. O século XX apresentará no futuro novos panoramas até agora inéditos aos historiadores e aos filósofos e interpretadores da História. O rádio, a televisão e outras conquistas da técnica como o avião e o telégrafo, facilitando a rapidez e o crescimento do intercâmbio entre os povos, atuam sôbre o psíquico abarcando um imenso campo de influência e, certamente, originam novos comportamentos da humanidade que serão futuramente objetos de estudo. A psicologia coletiva de nossa época será um campo fertilíssimo para os pesquisadores, haja vista a influência sôbre as massas e o domínio que sôbre elas mantiveram Hitler e Mussolini dispondo da vastíssima aparelhagem moderna de propaganda a dar um amplo cenário para a demagogia. Quantos símbolos, quantos "slogans" e ilusões já atraíram e atrairão ainda as coletividades humanas do século XX? A revolução comunista russa, a ascensão de Hitler e de Mussolini, refletem as conseqüencias políticas das influências psicológicas. Na obra de Vico, editada no século XVIII, já surgira uma antevisão da Psicologia da História. E' um novo setor que já se descortina amplamente para os futuros filósofos da História e nele poucas são as possibilidades dos materialistas.

O que atualmente interessa aos filósofos e aos historiadores é o homem completo, total, ou, como dizia Unamuno, o homem visto no "Entrelaçar de tôdas as suas conexões sociais" e bio-físicas, na integridade das suas atitudes e maneira de sentir.

* * *

Ernesto Bernheim, no livro "Introdução ao Estudo da História", aponta a concepção expressionista da História, definindo-a "Manifestação parcial da tendência geral moderna do espírito caracterizada na filosofia de Bergson pelo princípio da intuição e também em relação com a filosofia ou melhor psicologia dos fenomenologistas alemães, com a idéia da visão da essência que encontra sua expressão mais cabal no terreno da arte". O expressionismo em arte tem um conteúdo essencialmente espiritual. Deixa de lado o objeto e o lugar. Não cria segundo a natureza da qual apenas se utiliza para contrapor a sua própria criação. Enquanto no classicismo é o ambiente que ordena as impressões sensitivas, vindo de fora o influxo, no expressionismo o que pesa é a própria personalidade, há uma sujeição completa à reação espiritual que forma quase um símbolo personalíssimo, muitas vêzes quase incompreensível para outros que não o seu criador. Baseado nessa expressão tôda particular criada pelo psíquico, o expressionismo lembra o simbolismo existente nas lendas e nos mitos que nasciam de uma atitude intuitiva dos agregados humanos perplexos ante os fenômenos da natureza e da vida que não conseguiam explicar cientìficamente e cujas

causas não podiam determinar. Bernheim aponta, nas obras de Lessing e de Spengler, a aparição da concepção expressionista da História. Para Spengler, basta a intuição para se penetrar o essencial, para se ter a visão da História que nada mais é do que a realização da cultura que a determinadas nações ou povos é possível criar. No evoluir humano, Spengler distingue várias culturas que representam a expressão das almas dos povos em cujo meio o homem ligado a essa cultura viveu o seu destino, exteriorizando as possibilidades contidas nele mesmo. Para Bernheim, porém, a concepção expressionista e o próprio Spengler nada mais conseguem fazer do que uma verdadeira caricatura da História.

* * *

Assim, como vimos, da crença nos mitos e nas lendas, passou-se à crítica nascida na Jônia. Após a queda do Império Romano, a humanidade atravessou a Idade Média iluminada pela visão agostiniana, na qual se alteava a Fé sublime do cristianismo. Brilhavam apenas nos conventos e mosteiros as luzes da inteligência, alimentadas, além de outros, pelo gaulês Salviano, pelo teólogo Paulo Orózio e pela dialética do grande Abelardo.

No fim do século XII, Santo Anselmo deu vulto à escolástica, secundado mais tarde por Alberto Magno. Na quinta centúria após o advento de Cristo, Santo Agostinho firmara em normas profundas os problemas teológicos, cuja resolução o Doutor Angélico viria fixar através de axiomas cheios de profundo filosofar e de grande verdade.

Veio a Renascença e a intelectualidade do "Homo Sapiens" ampliou os limites em que o mundo vivera. Surgiram Nicolau Maquiavel e Francisco Guicciardini, o primeiro aplicando os ensinamentos históricos para fins políticos e o segundo utilizando-os objetivamente para o desenvolvimento científico e artístico da humanidade.

Sucederam-se, ao depois, muitos pensadores que, de século para século, mais clarearam a nossa compreensão.

O desenrolar histórico, sedimentando a experiência humana, paulatinamente acumulada através dos séculos, e fixando a amplitude cada vez maior dos conhecimentos adquiridos pelo homem, transmite-nos a herança tecnológica, científica, artística, moral e literária da humanidade. E pela História transmitiremos às gerações futuras as nossas realizações. A memória vence a morte, perpetuando as conquistas humanas e o que é a História senão a memória dos povos e das nações?

Um dos nossos maiores escopos deve ser transmitir aos nossos filhos os tesouros recebidos do passado, acrescidos, porém, dos bens que conseguimos alcançar no presente, e, aqui, lembramos Hipócrates, com a sua *Ars longa, Vita brevis,* que encerra o sentido implacável da natureza e do tempo na limitação da existência humana, fazendo calar fundo em nosso pensamento a possibilidade de uma interrupção imediata da nossa vida, deplorada naquele plangente lamentar: "E' lastimável que tenhamos de morrer, no momento em que começamos a vislumbrar como deveríamos viver".

Felizmente, temos na História a benemérita e sábia preservadora do progresso, positivada nas palavras de Leopoldo van Ranke: "A imortalidade terrena do espírito é o fato de uma geração transmitir à seguinte aquelas experiências cuja significação vai mais além do fugitivo momento presente, em uma forma que se torna eficaz para todos os tempos".

A História ensina-nos a defender a causa da humanidade que no particular nada mais é do que a nossa própria causa. O processo histórico do momento movimenta-se em conseqüência de condições determinadas pelas tendências e conhecimentos gerais orientados em certa direção pelas figuras históricas, produtos do meio e da época em que vivem e portanto surgidos naquele momento determinado, não por obra do acaso, mas conseqüentes à situação criada pelas próprias fôrças e disposições da sociedade. Poderíamos assim, até certo ponto, admitir a *Interpretação Heróica da História,* defendida por Carlyle, e originada no conceito de uma corporificação dos pensamentos dos grandes homens, cumpridores, através de suas altas qualidades, da missão histórica gerada pelo âmbito da cultura, da religião, da arte, da filosofia, da ciência, da economia, da técnica, e das organizações e instituições que os cercam, originando condições momentâneas, regidas pela própria História. Kurt Breysig admite que o porvir e a evolução social dependem da fôrça criadora dos indivíduos superiores enquanto à coletividade toca sòmente o equilíbrio e a fôrça da inércia. Poder-se-ia objetar que em grande parte o indivíduo superior é produto da época e do meio sem o favor dos quais não lhe seria possível exteriorizar e patentear as suas qualidades supra-normais.

* * *

A História focaliza-nos um porvir melhor para cuja arquitetura contribui com a exposição fiel de tudo o que a humanidade realizou no perpassar dos tempos onde se nota a influência de fôrças próprias a cada época, criadoras de determinadas estruturas de vida. O culto da História esclarece e conserva a consciência do passado ao mesmo tempo que interpreta e explica o presente ao qual dá orientação, quando os homens o desejam, para que seja trilhado o verdadeiro caminho do futuro que poderá ou ser bom ou ser mau não só de acôrdo com novas condições futuras, para nós desconhecidas, mas de acôrdo também principalmente com a maneira pela qual a humanidade utiliza no presente aquilo que a História lhe oferece, isto é, o que houve de bom e o que houve de mau no passado.

O homem só se conhece pela História que lhe mostra a realidade humana em sua incessante evolução. A própria ciência e a própria filosofia nela se estaqueiam. Razão teve Wilhem Dilthey, ao afirmar: "A História em si mesma é a fôrça produtora que enquadra as determinações de valor, os ideais, os fins com os quais se mede o significado dos homens e dos acontecimentos. Em sua marcha, ela oferece uma dupla direção: para a formação das épocas ou para o progresso da humanidade".

De fato, ela é mestra porque traz no seu âmago, firmemente esculpidos, os traços irreversíveis da evolução que será continuada no futuro. E' bem verdade que cada momento é fixado não só por essas linhas gerais mas também pelas condições e possibilidades humanas peculiares a cada época e as condições e possibilidades do momento histórico presente pertencem a nós que dêle somos parte integrante. Não podemos portanto desprezar os nossos encargos e o nosso viver, simples elos cronológicos na imensa cadeia da História Universal.

A História procura compreender e reviver, em tôda a sua plenitude, em todos os seus aspectos e reações, a vida da humanidade. Dos fatos históricos onde se patenteiam os sentimentos e os erros de nossos antepassados, suas qualidades e seus defeitos, inerentes à natureza humana, surge uma realidade objetiva que, espelhando uma visão da vida pregressa, indica-nos o caminho menos errado. O nosso afã é perseguir êste significado do bem que não surge do homem isolado, entidade única dentro da natureza mas do homem histórico, receptáculo de tôdas as fôrças da natureza. E' preciso não nos desviarmos do caminho certo e para isso é guia seguro a História, donde tiramos orientação para ocuparmos o lugar a nós reservado e para desempenharmos o papel que nos pertence na marcha do Universo. Só pela compreensão do passado, delinearemos o futuro dentro da verdadeira consciência histórica, onde se concentra a potência do espírito humano, com as inúmeras conquistas realizadas pelo homem desde as épocas mais remotas.

Na consciência histórica, amalgamam-se regras e fôrças que nos levarão seguramente ao fiel cumprimento de nossa tarefa, palmilhando a estrada de um ideal consciente, em direção a um porvir que se projetará na mais alta etapa alcançada pela humanidade.

* * *

Das culturas primárias e dos povos mediterrâneos, o Ocidente herdou o sentido geral de seus conhecimentos técnicos, artísticos e intelectuais, aperfeiçoando-os e dilatando-os, embora sem conseguir afastar completamente elementos maléficos. Os sábios do Egito já diziam que o bem deve ser conservado mesmo quando modificado por circunstâncias externas, e é justamente na História, especialmente quando ela nos aponta o humanismo cristão, onde vamos

buscar as fôrças protetoras do bem contra o mal. A Filosofia da História relaciona o passado com o presente e até certo ponto com o próprio futuro. Converte em meio e propósito o que sente articulado como causa e efeito e dêsse modo obtém o conjunto, oferecendo-nos uma visão harmônica do mundo, útil para a formação ideal do bom e verdadeiro homem, infelizmente ainda não conseguida integralmente e, ao que parece, de uma realização utópica em razão da própria natureza humana. A História é a síntese de tôdas as análises feitas desde que Deus colocou no mundo o homem. O conjunto histórico mostra-nos um ideal de vida que podemos ou não seguir. Agindo bem ou agindo mal, criamos uma atitude que ligará o passado ao futuro passando pelo presente. Na História prendem-se, portanto, o passado, o presente e o futuro, cujo encadeamento nada mais é do que uma renovação incessante característica da evolução à qual estão ligados, indissolùvelmente, a Vida e o Universo.

Os tempos contemporâneos são diferentes dos antigos. Vivemos em outras condições, sentimos outras influências, que constituem imperativos autoritários a agirem em nossa existência, mas é na obra das várias culturas que nos precederam onde encontramos orientação e apoio para sentirmos segurança no presente. E à medida que a História descerra a cortina do passado, vamos nos comovendo diante da revelação grandiosa formada pelo êxito a coroar os esforços de nossos ancestrais. O passado ilumina o presente, fornece diretrizes para o futuro e nos torna confiantes e esperançosos na realização dos fados humanos, sôbre os quais pairam a sabedoria e a providência divinas, e para cuja integral realização poderemos cooperar apenas se palmilharmos a estrada ampla e reta, iluminada pelo cristianismo na pureza da sua doutrina e na verdade e na beleza do seu humanismo onde encontramos paz e amor graças à medida divina que é a palavra de Cristo em tôda a amplitude do seu significado e do seu valor.

* * *

Dissemos que a História, além de atributos científicos, encerra atributos artísticos, e, agora, podemos acrescentar: — ela possui também um forte cunho filosófico. Não basta buscar a verdade e narrá-la com arte. É mister explicá-la e interpretá-la e daí tirar ensinamentos. Quando a História, saindo da análise, atinge a visão de conjunto, explica as relações, aprofunda o conhecimento sôbre o Homem e o orienta, ela se entrelaça com a Filosofia. Pode-se também afirmar que a Filosofia é um momento histórico, constituído pelos fatores que històricamente atuam no mundo e na mente do homem justamente na qual nascem as concepções filosóficas.

João Batista Vico, já no século XVIII, anunciava a íntima união que existe entre a Filosofia e a História. A Filosofia abran-

ge os vastos campos de tôdas as ciências e é desta incomensurável semente que brotam as criações e concepções filosóficas, por sua vez, fontes geradoras de ciências especiais. A História da Filosofia demonstra que essas ciências nascem sucessivamente da própria Filosofia, dela se desligando pouco a pouco nas suas partes principais. Os conhecimentos são gerados naquele berço inexaurível, constantemente renovado em seu poder frutificador, e que desenvolve e acalenta dentro de si mesmo novos germes, desabrochados mais tarde na emancipação de outras e novas ciências. Em regra, é por isso que a fôrça criadora do filósofo, dominando a unidade, coordenando as relações e abrindo novos campos à exploração da mente humana, não é compreendida, algumas vêzes, pelo seu tempo. Sòmente um mundo futuro, preparado e evoluído para entender e compreender aquela unidade, então já dividida pelo progresso da cultura geral e da civilização, lhe faz justiça e rende homenagem à sua fôrça criadora, e à segurança das visões muitas vêzes antecipadas daqueles que são chamados os grandes pensadores da humanidade.

A História no seu atributo filosófico observa e estuda o homem como verdadeiro microcosmo, como verdadeiro "Compêndio da História Universal" na expressão feliz de Benedetto Croce.

Ninguém deixa de reverenciar os filósofos que, nas elucubrações de seus espíritos iluminados, procuram a verdade. A Dionísio de Siracusa ofereceram o govêrno de um povo e a Platão um reino. Alexandre, o Grande, dominador do mais vasto império conhecido até sua época, sempre respeitou Aristóteles.

Que buscam os filósofos em suas especulações senão a verdade? E no entanto quem mais ama a verdade do que o historiador, empenhado em encontrá-la para maior conhecimento do Homem e do Universo? Daí a opinião acertada de Benedetto Croce: "A História deve ser escrita por filósofos e a Filosofia por historiadores', pois o próprio pensamento filosófico nada mais exprime do que o progresso do conhecimento histórico.

Na tarefa enobrecedora do historiador, dividem-se os trabalhos. Uns rebuscam, restauram e classificam. Outros elaboram uma visão de conjunto e, da impressão inicial da unidade, chegam às conclusões gerais. Naqueles, salientam-se a paciência, a tenacidade e o esfôrço, glorificadores de uma existência. Nestes, predomina, além da erudição, o espírito filosófico e interpretativo que define e explica o acontecer humano. É justamente nessa ocasião que a Filosofia e a História se interpenetram, focalizando a verdade, no anseio comum de compreenderem o Homem e o Universo. Uma não dispensa a outra. Ambas se completam.

Novos Documentos sôbre o Palácio Episcopal e o 1.º Bispo de São Paulo

Quando, em abril de 1945, ocorreu o bicentenário da criação da diocese de São Paulo, publicamos dois estudos referentes a êsse acontecimento, um intitulado "A Vida e as Realizações do 1.o Bispo de São Paulo — D. Bernardo Rodrigues Nogueira", e o outro "A Criação da Diocese de São Paulo". Em ambos, revelamos grande cópia de material não utilizado pelos que até então se haviam interessado pela história da criação da diocese paulista e pelo seu primeiro antístite, especialmente o colhido nos volumes das Atas e do Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo.

Passaram-se os anos e continuou o nosso labor nas pesquisas históricas do que resultou a reunião de vários documentos inéditos até êste momento, oriundos de arquivos diversos e dizendo ainda respeito à vida e às atividades do 1.o Bispo de São Paulo. Vamos aqui apresentá-los após ligeiros comentários, dividindo-os em três séries:

1.ª) Oriundos do Arquivo Secreto do Vaticano, em Roma, Itália.

2.ª) Oriundos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Portugal.

3.ª) Oriundos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal.

* * *

1.a SÉRIE

DOCUMENTOS SÔBRE O 1.º BISPO DE SÃO PAULO, ORIUNDOS DO ARQUIVO SECRETO DO VATICANO, EM ROMA, ITÁLIA.

Dedicado à obra realmente ciclópica, útil e benemérita, de escrever a História da Igreja Católica no Brasil, o Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, digníssimo Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, sem favor, um dos maiores historiadores do Brasil contemporâneo, vem coligindo dados e documentos de inúmeros arquivos não só nacionais mas também estrangeiros, trazendo para o nosso país uma infinida-

de de elementos que permaneciam sepultados em gavetas, prateleiras, caixas e maços das instituições que os guardavam junto à poeira dos séculos e ao patinar do tempo.

Grande é a documentação que lhe chegou do Arquivo Secreto do Vaticano, e, sabendo do nosso interêsse pela vida de D. Bernardo Rodrigues Nogueira, 1.º Bispo de São Paulo, gentilmente separou do seu vasto e precioso acervo o que se referia àquele prelado para que nós mesmos o utilizássemos, vindo isso a constituir justamente a parte compreendida nesta primeira série. São ao todo quatro peças que nos informam sôbre o batizado de D. Bernardo, a sua láurea de doutor, a certidão de ordens sacras, e o juramento e profissão de fé.

Certidão de Batismo

Arquivo Secreto do Vaticano — Processus consistorialis — Códice n.º 132, fol. 610, 16 de abril de 1695.

"Aos 16 de abril de 1695 anos, batizei Bernardo, filho de Manuel Rodrigues Nogueira e de sua mulher Maria Rodrigues desta vila de Santa Marinha, diocese de Coimbra. Foram padrinhos Manuel Marques, do lugar de Mangualde, têrmo da vila de Gouveia e Antónia da Trindade, mulher do Capitão Francisco Rodrigues desta mesma vila de Santa Marinha. E por verdade fiz êste assento que assinei. Antônio Fernandes Correia".

Láurea de Doutor

Arquivo Secreto do Vaticano — Processus consistorialis — Códice n.º 132. fol. 611 — 23 de maio de 1718.

"Em nome de Deus, amém. Manuel Borges de Cerqueira, leitor da cadeira de Véspera, juiz deputado nas causas da fé, cônego doutoral da Sé do Pôrto, vice-reitor desta Universidade, etc.
A todo e cada um que virem estas letras, atestamos que o nosso dileto Bernardo Rodrigues Nogueira, nascido na povoação de Santa Marinha, bispado de Coimbra, recebeu o grau de bacharel em Direito Canônico, *laudabiliter et honorifico* nesta academia, feitos os cursos e aprovado *nomine discrepante* pelos professores doutores, e solenemente observados os ritos da referida Universidade, por autoridade pontifícia, foi decorado pelo sapientíssimo Doutor Manuel Borges de Cerqueira, digníssimo preceptor e professor meritíssimo, depois de jurar defender a Imaculada Conceição de Nossa Senhora, no dia 23 de maio de 1718; e foram testemunhas Francisco de Almeida Cajado e Antônio de Andrade Rêgo, doutores exímios, e outras pessoas que assistiram ao ato de doutoramento, etc." (Traduzido do latim).

Certidão de Ordens Sacras

Arquivo Secreto do Vaticano — Processus consistorialis — Códice n.º 132, fol. 611 — 30 de maio de 1722.

"Dom João Cardoso Castelo, por graça de Deus, etc., arcebispo de Lacedemônia, do Conselho do Rei, vigário geral de todo o patriarcado de Lisboa do Sr. Dom Tomás de Almeida, patriarca, atesto que, no ano de 1722, 30 de maio, sábado das Têmporas da Santíssima Trindade, e a 7 de junho domingo segundo depois de Pentecostes, nas ordens gerais e particulares, administradas na Igreja de São Roque e na nossa capela particular, e por especial comissão do Cardeal Patriarca, conferi ao dileto em Cristo, Bernardo Rodrigues Nogueira, ordens menores, e as ordens de subdiácono, diácono e presbítero, depois de examinado e aprovado pelo seu ordinário, segundo o Concílio Tridentino. O ordinando era filho de Manuel Rodrigues Nogueira e de Maria Rodrigues, da paróquia de Santa Marinha, diocese de Coimbra". (Traduzido do latim).

Juramento e Profissão de Fé

Arquivo Secreto do Vaticano — Processus consistorialis — Códice n.º 132, fol. 609 v. — 4 de agosto de 1745

"No dia 4 de agôsto de 1745, na residência do Núncio Apostólico Mons. Lucas Tempi, arcebispo de Nicomédia, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira fez de joelhos o juramento e a profissão de fé, segundo as normas do sagrado Concílio de Trento".

* * *

2.a SÉRIE

DOCUMENTOS SÔBRE O 1.º BISPO DE SÃO PAULO, ORIUNDOS DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL

Trata-se da descrição da viagem realizada por D. Bernardo Rodrigues Nogueira desde Lisboa até o Rio de Janeiro e relacionada no "Catálogo dos manuscritos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra", de autoria do Sr. Francisco de Morais. Intitula-se "Relação da viagem que fez o Excelentíssimo Bispo de São Paulo até o Rio de Janeiro na nau de guerra Senhora de Nazaré, partindo desta cidade de Lisboa em 9 de maio de 1746".

Chegou D. Bernardo ao Rio de Janeiro após sessenta e quatro dias de travessia, tendo a viagem transcorrido com as peripécias e

riscos próprios da navegação da época, tais como as calmarias, tempestades, ventos fortes, chuvas, mortes a bordo, cruzamento com outros navios, pesca de tubarões, enjôos dos passageiros, festa da passagem do Equador, divertimentos a bordo, etc. Viajava também, na referida nau, um irmão de Alexandre de Gusmão, o jesuíta Inácio Rodrigues. Há para se destacar um pequeno desenho do Cabo Frio elaborado pelo autor do relato o qual não foi redigido pelo primeiro bispo de São Paulo conforme se conclui de um tópico do texto.

Estando ausente em Minas Gerais o Governador Gomes Freire de Andrade, D. Bernardo, ao chegar ao Rio, foi recebido pelo filho do substituto de Gomes Freire e por vários jesuítas que, a bordo, lhe renderam a merecida homenagem. O documento descreve ainda a recepção em terra, à qual compareceu o mundo oficial e religioso, além do povo carioca, acrescentando uma interessantíssima descrição da cidade apresentada sob variados e atrativos aspectos pelo autor do relato, cujo nome, infelizmente, desconhecemos.

Relação da viagem que fez o Excelentíssimo Bispo de São Paulo até o Rio de Janeiro na nau de Guerra "Senhora de Nazaré" partindo da cidade de Lisboa em 9 de maio de 1746.

Em segunda-feira 9 de maio de 1746 pelas 7 horas da manhã nos ajuntamos na ribeira das naus e embarcando em uns escaleres fomos a bordo da nau que estava ancorada defronte da Junqueira, estando já dentro levantou âncora e foi dar fundo mais abaixo defronte da Tôrre de Belém onde ficamos ancorados até a madrugada.

Terça-feira 10, pelas 6 horas se deram peças de salva para a frota ir saindo e levantou âncora. Saimos pela barra fora com felicidade estranha por estar o mar tranqüilo. Salvou a Tôrre de São Julião com 7 peças, a nau lhe respondeu com 3. Voltamos para o Cabo de Espichel para dar tempo a que os navios se juntassem todos: esperamos até o sol pôsto quando se puseram todos em viagem, porém navegamos pouco por estar o mar em calmaria.

Quarta-feira 11, das duas para as três horas da tarde, navegando nós todo o dia em bordos, e a capitânea da mesma sorte sòmente para não nos apartarmos muito, nem perdermos de vista os navios, deu a nossa nau peça (?) enquanto a vamos procurar: chegamos a falta (?). Aqui posso dizer que vi uma embaixada no mar. Meteu-se o Capitão Tenente com rolar em tôrno o escaler, e foi dar parte ao capitão da Capitânea da ordem que tinha o nosso para apartar da frota. Êste vento gastou uma hora e meia. A espaço se davam recíprocos parabens, os tainfabeiros de uma e outra nau depois que

se recolheu o Capitão Tenente salvou a nossa com 7 peças e a outra em 2º lugar com o mesmo número.

Logo nos fizemos à vela segundo a nossa rota, porém a falta de vento não nos ajudava adiantarmo-nos muito mais que a frota salvando-se que a não perdemos de vista nem terra senão na quinta-feira 12. Na manhã dêste dia vimos maior número de velas que as da frota de sorte que todas seriam 70, soube-se que eram Inglêses que iam para o estreito.

Sexta-feira 13, e sabado até a tarde houve pouco vento quando nisto refrescou o vento nordeste em o qual navegamos muito bem; desta sorte nos continuou até a terça-feira 17, em que avistamos a Ilha do Pôrto Santo, e depois a da Madeira, ficando-nos à mão esquerda.

Na quarta-feira 18, nos foi escasseando o vento, até que vieram os enjoados meio perturbados, e aflitos; ainda na família houve alguns. Eu suposto me vi provocado com o exemplo resistindo até que passei tôda a viagem sem moléstia alguma.

Em o dia da Ascensão do Senhor todos nos confessamos e comungamos no fim da missa e cantamos solenemente o "Te Deum Laudamus".

Sexta-feira 20 do dito continuamos a nossa viagem com vento fresco com o qual se navegaram 50 e tantas léguas até o dia seguinte.

Domingo 22 principiou o vento a acalmar de sorte que navegamos uma légua por hora.

Na segunda-feira 23 nos continuou da mesma sorte e com algumas amostras de água.

Terça-feira 24, amanhecemos à altura de Cabo Verde cujas Ilhas ficavam à mão direita, e vimos distintamente; e conhecemos também serem as mesmas por se mostrarem as águas da côr do Cabo. Navegamos nesse dia mui pouco por falta de vento. Aí avistamos 2 navios porém tão distantes que não se puderam conhecer; vimos algumas baleias fazer repuxos para o ar que pela semelhança que tem com os de Beato Antº ....

Quarta-feira 25 nos refrescou bastantemente o vento com o qual navegamos 2 léguas por hora.

Na quinta-feira se aumentou ainda mais continuadamente na sexta e com êste fresco recaímos convalescentes do enjôo e ter já muitos de convalescença ou de galhofa por não haver outros divertimentos.

Tivemos entre nós grandes averiguações sôbre quem ou não enjoou e feitas elas só eu e outro ficamos reservados e mortificamos com mofa aos outros acusando-os de fracos, isto por passar tempo.

Neste dia é que avistamos Cabo Verde e não na quarta antecedente porque então conhecemos estar na Altura, e agora os vimos

nesse sítio nos .... inumeráveis vêzes, pelas quais se verifica a vizinhança da terra.

No domingo 29 continuou o vento e navegamos 2 léguas por hora. Neste dia morreu um prêto e se lhe deu a sepultura costumada. No mesmo dia por ser o do Divino Espírito Santo nos confessamos e comungamos.

Segunda-feira 30 fomos continuando a nossa viagem com algum vento e nos principiaram a mortificar as calmas por nos irmos avizinhando a Linha.

Neste dia vimos um cardume de toninhas que se podia comparar a uma ou muitas varas de porcos.

Terça-feira trinta e um. Sentimos um excessivo ardor e se vinha armando uma horrível trovoada, porém foi alargando de sorte que pouco se ouviram.

Na noite concorremos todos a praça da tolda e aí se tocou e bailou muito bem, e depois disto se deram muitos motes em aplausos dos capitães com que nos divertimos bastantemente.

A 7 de junho quarta-feira fomos navegando bastantemente por já principiarem as calmarias, aqui nos apareceram pela pôpa vários tubarões e se pescou um que causou bastante gôsto. Neste dia principiamos a trezena de Santo Antônio que se continuou com grande solenidade cantando-se a ladainha acompanhada de cravo que um curioso tocava. De noite se representou um entremez com muita graça dos representantes e gôsto dos ouvintes. Da mesma noite por diante fuzilou fortemente e tivemos trovoada, porém não passou das mostras.

Quinta-feira faleceu um passageiro pelas 11 horas da manhã. Deu sôbre nós um furacão de vento e chuva tão rijo e repentino que nos afligiu e intimidou muito e mais pela confusão em que esteve a marinhagem que quando sentiram o bastão é que se moveram a arrear algumas velas em cuja diligência com a violência do vento ou precipitação se despregou um marinheiro que ia ferrar o cutelo da gávea e considerávamos já perdido quando lhe valeu o acôrdo de se pegar numa verga e ficou livre do perigo. Continuou o vento por algum tempo, porém tão incerto que amofinou os marinheiros.

Sexta-feira 3 continuamos a nossa derrota com pouco vento nesta altura por estarmos a linha tão repetidas as trovoadas; de noite se levantou outra que igualou a antecedente na violência, porém teve de melhor a ser favorável.

No sábado 4 sofremos grande calma. E' infalível aparecerem tubarões em semelhantes dias, neste se pescou um.

Domingo 5 da Santíssima Trindade navegámos afoitamente até a noite na qual se levantou um cascarrão rijo acompanhado de vento e que nos ajudou a viagem.

Segunda-feira 6 tínhamos vento contrário com o qual navegamos mui pouco.

Terça-feira 7, se levantou uma trovoada feita com vento e trovões e água a tanta abundância que se aproveitaram águas dela; tambem deu cuidado mas foi Deus servido livrar-nos dela.

Quarta-feira 8 navegou mui pouco .... por falta de vento... Quinta-feira dia Nove de Corpo de Deus nos foi continuando o mesmo vento.

Sexta-feira 10 navegamos com vento sul contrário à nossa viagem e tornando o pilôto a sul achou que andara nesta singradura três léguas por ter a navegação de bordos.

Dessa sorte nos continuou o vento como sábado 11, e domingo 12 e todos êstes dias nos deram cuidado.

Segunda-feira 13, dia de Santo Antônio, tivemos o mesmo vento contrário, prègou o Padre Inácio Rodrigues, jesuíta, as maravilhas do Santo, desculpando-o do empenho em que o tínhamos pôsto contratando dar-lhe tantos vinténs quantos dias passássemos antes do seu dia a linha, porém não teve um só por faltar ao contrato, nem por isso deixamos de confessar e comungar; neste mesmo dia pela manhã faleceu um passageiro. Na noite se alargou alguma para sueste com que nos adiantou alguma cousa e navegamos mais de 9 léguas.

Terça-feira se continuou a viagem da mesma sorte.

Quarta-feira nos chegou ou para melhor dizer ao Capitão de Mar e Guerra um Embaixador de Netuno Rei dos Mares das Ilhas das Trempes, das Cabras, das Cabirunas, Baleias, Toninhas, e tôda a mais casta de peixes que habitam aquêle mar com que se publicou um bando, para que cada assento se achasse na sexta-feira seguinte ao meio-dia na tolda para o receberem como merecia a sua pessoa.

Quinta-feira nos continuou o vento favorável com o qual navegamos bem. Tomou o sol pelo meio-dia e descêramos pelo....... tínhamos passado além da linha dezessete minutos que fazem pouco menos de... léguas cuja notícia nos alegrou muito por termos quebrado êste encanto: com esta passagem da linha cuidamos todos em estarmos aparelhados para o esperado Rei Netuno.

Sexta-feira mandou o Capitão dar jantar cedo, depois fomos subindo para cima conforme a ordem do bando, e aí esperamos o Senhor Netuno: estava a tolda de tal sorte composta que parecia uma sala, pelas bandas tinha bancos, e no meio uma cadeira deputada para o dito Netuno. Veio êste bêbado com a formalidade seguinte: entraram os timboleiros, depois dêles um desembargador, um escrivão, e um meirinho vestidos à ridícula com............. Saíram dez ou doze esbirros da mesma sorte todos com suas divisas, depois entrou o célebre Netuno vestido a mourisca com um tridente na mão montado em dois pretos que figuravam pròpriamente um

cavalo acompanhado de 2 soldados vestidos da mesma sorte e dando sua volta na tolda se pôs a pé chamou pelo capitão, o qual veio prontamente e lhe perguntou quem lhe dera licença de passar os seus mares, e para que andava a .... podendo andar a pôpa, para que dava feijões à gente que trazia podendo-lhe dar carneiros e vitelas; e para que trazia a gente oprimida dentro na nau podendo dar-lhe liberdade para passearem por fora dela ao que o capitão satisfez e depois desta prática os deixou o dito Rei a sua relação que sentenciassem os que não quisessem dar a sua esmola para N.S. da Penha de França e da Lampadosa para cujo fim se inventa esta representação. O capitão foi o primeiro que deu a sua esmola, depois dêle se seguiram todos os seus passageiros; alguns foram remissos em dar a esmola, foram a afunilar, isto é pondo-lhe um funil no pescoço e botando-lhe água até o molhar todo. Acabou-se êste divertimento pelas 4 horas da tarde com um chuveiro tal de Ceirão de água que poucos escaparam.

Sabado 18 nos principiaram os ventos chamados gerais.

Domingo 19 da mesma sorte e ainda melhor porque navegamos nessa singradura dous graus. Nesta noite se fez uma comédia muito boa e bem representada e o que admirei que sendo precisos vestidos de homem e mulher e outras miudezas tudo apareceu e de tanto viço que os não vi melhores; pela meia-noite correu muito bem e trouxe mais vento.

Segunda-feira 20 e têrça 21 nos continuou forte que nos achamos com 9 graus e 11 minutos andados depois da linha. Nesta manhã depois de se haver cantado a ladainha de Nossa Senhora de Nazaré, situada no Cabo de Santo Agostinho, se lhe deu uma salva de 7 peças, porém não a avistamos.

Quarta-feira 22 nos acompanhou o vento mais fresco e na singradura deste dia andamos mais de 2 graus.

Quinta-feira 23, véspera de São João, navegamos muito bem; tive grande desejo de festejar êste Santo, porém suponho que a folhinha .... em Lisboa porque cá não se distinguiu dos mais dias.

Sexta-feira 24, dia deste grande Santo, nos acalmou o vento que é o que mais desejávamos.

Sabado 25, domingo, segunda e têrça navegamos mui pouco o que nos dava já grande aflição por não termos tido em viagem tão dilatada ventos prósperos; neste dia pela manhã se deitou ao mar um defunto e de noite outro, e da linha até aqui se atearam as malinas de sorte que estiveram muitos sentenciados ao mar porém as sarjas e sangrias livraram muitos.

Na madrugada do dia do Sr. São Pedro 29, nos veio um vento com que nos alegrou muito, o qual nos adiantou com 2 graus, porém durou pouco.

Quinta-feira o primeiro de julho e sábado 2 nos continuou da mesma sorte.

Domingo 3 se foi afrouxando até a segunda-feira 4 tivemos um dia de grande calmaria e se puseram os marinheiros à pesca e com efeito pescaram muitos tubarões alguns por grandes, depois de pescados, lhes tiraram as tripas e olhos e os largaram ao mar. De noite se levantou um vento muito rijo tormentoso que nos assustou grandemente, durou por espaço de 3 horas e depois se foi moderando. Na terça-feira, tendo já enchido a altura se nos pôs o vento contrário.

Quarta-feira 6 pela manhã se alvoroçou toda a nau com a notícia de terra, acudimos todos e com o desejo de a ver, porém ficamos com desejo. Tomou-se o sol e declararam os pilotos que tínhamos descaído da altura de 7 léguas por cuja razão se virou a nau de outro bordo e assim navegamos e todo o dia da quinta-feira 7 desejando já todos ansiosamente chegar a ver a terra que julgávamos ter submergido.

Quando na sexta-feira 8, pelas 10 horas da manhã foi Deus servido mostrar-nos a terra da América e logo que nos certificamos de ser na realidade demos a notícia a Sua Excelência que mostrou extraordinario contentamento. Veio o pilôto dar notícia de que estávamos à vista de terra ao qual mandou dar alvíssaras. (1)

Esta a real representação de Cabo Frio como parece à primeira vista.

Tomou-se com felicidade para a terra de sorte distando êsse Cabo do Rio de Janeiro 18 léguas, marchamos no sábado sôbre a barra, esperamos pela viração do mar porém acabou-se o dia sem podermos tomá-la assim por nos faltar o vento da tarde com a circunstância bem rara, que de manhã reinaram ventos terrais, com que se não pôde entrar e de tarde voltam do mar, e como nos faltou êste não pudemos entrar senão na têrça-feira.

No domingo, e segunda-feira se não lançou a âncora ao mar por não termos vento capaz de entrar, porque acalmou de tal sorte que nos apurou a paciência.

Estando as cousas neste estado se meteu no bergantim o capitão-tenente da nau, de madrugada, e foi à terra levar as ordens que havia. Com êle foi o Padre Inácio Roiz da Companhia, Irmão de Alexandre de Gusmão, com a sua chegada se soube que estávamos na barra onde tivemos algumas vistas.

Na têrça feira estivemos ancorados até às 4 horas da tarde, sem termos ordem do Capitão de levantar ferro, quando vieram saindo pela barra fora ao escaler.................... é ainda governa-

(1) Neste ponto há um desenho que reproduzimos mais adiante.

dor porém logo nos tiramos da dúvida e achamos .... e outros Padres da Companhia que vinham buscar S. Excia. Quando os vimos mais nos pareciam redentores do que Padres da Companhia.

Ficou S. Excia. mais alegre e nós não menos por nos vermos livres de tanto cuidado. Vestimo-nos imediatamente para nos metermos nos escaleres.

Não tardou muito o filho do Governador que com alguns oficiais da parte dêle vieram cumprimentar a S. Excia. e mesmo nos achou dispostos a partir, mandou fazer sinal às tôrres para salvarem ao tempo que passássemos por elas.

Viemos para cima onde estava o militar em............. e apresentaram as armas; ao tempo que descíamos aos escaleres se povoaram as estâncias de marinhagem e logo que partimos nos deram muitas vêzes boa viagem, depois deixou a nau uma salva real.

Fomos entrando pela barra dentro e de noite passamos nas tôrres as quais deram 3 salvas reais de 21 peças, chegamos defronte do Palácio do Governador que estava exercendo êste cargo em ausência de Gomes Freire que se achava nas Minas, onde esperavam a S. Excia. muitas pessoas principais e Religiosos do Carmo e Companhia.

Desembarcou S. Excia. e todos depois de o cumprimentar nesta notícia com o grande agrado fomos quase em procissão para o Colégio. Fomos recebidos pelos Senhores Padres geralmente com muito agrado os quais tinham muito bem preparados os cômodos para S. Excia. e os nossos.

Enfim estamos assistidos com a maior grandeza e distinção que eu presumia. De tudo necessitávamos porque depois de 64 dias de mar comendo e bebendo mal, dormindo pouco, e assustado (?) por a gente na espinha (?).

No dia seguinte cumprimentaram a S. Excia. todos os Prelados das Religiões, todos os Ministros e pessoas distintas da cidade. Durou êste cortejo alguns dias, depois foi S. Excia. pagar as visitas a todos em cuja ação .... a sua .... as casas como que ficou geralmente .... desejando que êle ficasse se fôsse possível.

Em seu obséquio houveram na Igreja conclusões .... a que assistiu S. Excia.

De noite houve sonatas no .... pelos estudantes. Em outros dias .... pedindo motes e fazendo várias obras .... A .... em 5 partes .... falando .... São Paulo, Rio de Janeiro S. Excia. despertando ....
tinha mais glória, qual mais honra foi uma obra de grande engenho porque veio .... a vitória ....

Dentro do mesmo Colégio se têm apurado as poesias em obras Latinas, Portuguêsas e Espanholas, de dizer Poemas.



"Esta a real representação de Cabo Frio como parece à primeira vista"

Aqui direi por cima alguma cousa da cidade. Ela está edificada em uma planície que o mar deixou antigamente, porque a primeira cidade foi fundada no sítio onde está êste Colégio que é o mais alto, depois se foi estendendo a tôda esta planície de sorte que é capaz de se continuar outro tanto, e sendo grande pelas muitas casas que se continuam senão uma das maiores cidades.

Tem muita semelhança com Setúbal, é rodeada de montes porém em distância grande as ruas são as mais bem formadas que vi, mui retas, largas, limpas e bem calçadas: as casas mais vizinhas ao mar são nobres, as que ficam nas............ são baixas. As mercadorias são em tanto número que me parece excede a Lisboa .... as ruas me parece .... dos Escudeiros, tem muitos ourives e finalmente não consta de outra coisa mais que de mercadores e oficiais de loja aberta. Os negros são tantos que cuido estar em Etiópia porque só êste colégio tem tão grande número, que os não pôde ainda averiguar pelos mesmos Padres; porque tem barbeiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, cozinheiros, carreiros, e de todos os ofícios, e assim os mais conventos e homens particulares de sorte que todos juntos faz parecer que é de terra de negros.

O clima é muito quente porque sendo agora inverno, como me dizem, sinto o ar tão quente como em Lisboa na canícula. Deus me livre de estar aqui no verão.

A abundância de peixe fresco e sêco é extraordinária especialmente de um a que chamam enxovas, que imita o pargo (?) ; e outros mais que são semelhantes aos de Lisboa, mas têm diferente nome, mas nunca tão bom gôsto.

A carne de vaca é nojenta, por muito magra de sorte que só com a carne de porco se pode comer cozida, porém sendo assada tem melhor gôsto, ordinàriamente a comemos assim e picada.

A fruta cotidiana são bananas e as mais gostosas são as dos Padres pois têm um gôsto que imita ao de marmelo.

Ananás é também fruta admirável, no rosto tem a figura de uma cidra e o gôsto como de melão.

Há outras mais que não tenho comido por não ser agora tempo delas.

Ultimando a nossa partida suposto que não está ainda determinada provàvelmente se entende será no fim dêste mês, e na outra Monção darei notícia do que vir e passar.

Deus permita que cheguemos a São Paulo com bom sucesso.
Rio de Janeiro 7 de agosto de 1746.

Foi esta entregue em 27 de setembro de 1746 e veio na Nau de Licença (?) ...

* * *

3.a SÉRIE

DOCUMENTOS SÔBRE O PALÁCIO EPISCOPAL E O 1º BISPO DE SÃO PAULO, ORIUNDOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO EM LISBOA, PORTUGAL

Em nossa monografia "A Criação da Diocese de São Paulo", editada em 1945, estudamos a questão da construção de catedral e de palácio episcopal para São Paulo, assunto que deu motivo a entendimentos entre o primeiro prelado da diocese, então recém-criada, o govêrno da metrópole e o govêrno da capitania.

No volume II, pág. 54, de "Documentos Históricos", está indicado que a Provedoria da Fazenda Real de Santos pagasse por ano "Duzentos mil réis para aluguel das casas que ocupar" o prelado enquanto não estivesse pronto o palácio episcopal sôbre o qual ordenava Sua Majestade, D. João V, em 6 de maio de 1746: "Se eleja sítio e faça risco.... e ...... ao Ouvidor se ordena faça entretanto dar ao bispo daquela cidade casas de aposentadoria com a decência que a terra permitir" (vol. II de Publicações do Arquivo Nacional, pág. 45). No Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Ordens Régias ao Governador de São Paulo — 1726-1760 — Lata no. 89, mass. 1507), há um documento em que se vê o interêsse d'El-Rei pela edificação do palácio episcopal de São Paulo, assim se dirigindo ao governador da capitania: "E quando seja preciso fazer-se novo templo, declareis o sítio que se deve eleger para êle e para palácio episcopal, mandando fazer o risco destas obras com proporção a povoação e terreno em que se hão de edificar".

Além dêstes dados sôbre o palácio episcopal por nós coligidos e publicados em 1945, comentamos, na mesma monografia, à página 34: "Inicialmente D. Bernardo foi hóspede dos jesuítas. Mais tarde, por determinação real, passou a habitar a casa do Ouvidor que voltou ao prédio destinado anteriormente aos seus antecessores. A ordem régia datada de 22 de abril de 1747 assim dispunha: "Se entreguem ao bispo dessa capitania para sua residência as casas em que presentemente assiste o ouvidor dessa capitania contiguas à igreja em que há de ficar a cadeira episcopal, e que o dito ouvidor passe a morar para as casas em que residiam os seus antecessores, vizinhas à igreja da Misericórdia para cuja execução se vos ordena façais cumprir o referido" (Ordens Régias ao Governador de São Paulo — 1726-1760; Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata nº 89, mass. 1507).

Aos 15 de maio de 1748, os oficiais do Senado da Câmara da cidade de São Paulo despacharam favoràvelmente um pedido feito por D. Bernardo de "Chãos para fazer umas casas junto Anhangabay" (Cartas de Datas de Terra, vol. IV, pág. 310). Determinavam, porém, "Primeiro passar-se escrito para andar em praça dezoito dias" (Idem). Não acreditamos, porém, destinarem-se aquêles chãos à elevação do palácio episcopal, dada a sua localização — Anhangabay — o atual Anhangabaú, distante do então centro da cidade formado pelo largo da Sé e pelo Pátio do Colégio.

Antes de falecer, D. Bernardo ditou um codicilo ao Padre Inácio Ribeiro, da Companhia de Jesus. Entre outras disposições, legava ao Cabido os "Retratos do Pontífice e El-Rei com reposteiro", além da casa em que habitava. Seria morada que fizera edificar nos chãos "Junto Anhangabay"? Não o sabemos. O pedido de chãos era de 15 de maio de 1748 e o prelado faleceu em 7 de novembro de 1748. Podemos, porém, concluir que, se D. Bernardo legou ao Cabido a casa em que habitava, ainda não havia palácio episcopal.

Em conclusão: — os elementos documentais atrás enumerados e que pudemos colhêr até 1945, para publicação em nossa monografia, fazem-nos crer que até a morte do seu primeiro antístite, São Paulo ainda não possuía palácio episcopal.

Em junho de 1952, visitamos o Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, Portugal, onde, com surprêsa e júbilo, constatamos sob a rubrica: "Documentos referentes a plantas não catalogadas — ano de 1747", a existência de uma planta para construção do palácio episcopal de São Paulo à qual estavam anexos vários documentos. O Sr. Alberto Iria, esclarecido e culto diretor daquele arquivo, fêz microfilmar a planta que consta de sete traçados e o Sr. Alfredo Mendes de Gouveia, funcionário do arquivo e que já tem feito para nós inúmeras cópias sôbre documentos que interessam à História de São Paulo e do Brasil, copiou a documentação anexa. Constitui êste o material que integra a presente 3.a série.

Vejamos antes os documentos e depois os sete traçados. O primeiro é um relato de D. Bernardo a El-Rei no qual aborda o problema da localização da Sé paulistana e noticia a remessa de "Um risco ou demonstração do que pode ser a nova casa para o bispo de que também há grande necessidade". Eis o seu teor: "Snr. satisfazendo à ordem de V. Majestade de seis de maio do ano passado de mil setecentos e quarenta e seis na qual é servido ordenar-me que, para a construção dos edifícios da nova Sé e Casa para a residência do bispo nesta cidade, informe com o meu parecer se alguma das igrejas da mesma cidade pode servir de Sé na forma em que se acha, ou com algum acrescentamento de obra, e sendo preciso fazer-se novo templo declare o sítio que se deve eleger para êle, e para palácio episcopal.

"Examinei ocularmente as igrejas e sítios que há nesta cidade de São Paulo; e o melhor, assim para a comodidade do Povo, como para a da fatura das obras, e casa de residência do bispo, é aonde está formada a nova matriz, que o povo fez, cuja obra consta do risco junto, e também as que necessàriamente faltam para nela se poderem celebrar os ofícios divinos, de que há urgentíssima necessidade por-

que apenas se cabe na que atualmente serve, sendo a melhor de tôdas, e também padece a falta de comodidades para a guarda, e conservação dos ornamentos que V. Majestade foi servido mandar, não obstante a despesa que se tem feito, para interinamente se remediar no modo possível. E feitas as obras de que carece a principiada Matriz, poderá bastar para Sé, atenta a presente constituição da terra, falta de materiais que nela há, e a maior despesa, de que assim se releva a Real Fazenda; sendo precisa tôda a brevidade pelas referidas circunstâncias, que parece não admitem as demoras de mais informações, orçamentos e arrematações, que gastarão anos e em forma que na primeira frota venham as necessárias ordens, para que com efeito se conclua a dita Igreja, sendo V. Majestade servido de terminar o acrescentamento que por hora se há de fazer por conta da Real Fazenda, que sem dúvida será com mais segurança, e menos despesa, além de se atalharem as prejudiciais dilações, que são inevitáveis pelas distâncias, e difícil acesso, e também por não haver, na capitania, engenheiro, nem oficiais que cheguem a obra a termos de menor dispêndio da Fazenda, nem com possibilidade para a afiançarem e segurarem.

"Há no mesmo sítio comodidade para a construção de casa para residir o Bispo, principalmente para a parte que fica ao norte da mesma Sé, em uma ilha de casas térreas, que apenas poderá valer tudo cinco mil cruzados, e em boa proporção para ir o bispo para a Sé, em que só medeia a rua, e para ficar um bocado de quintal; o que não admite a que fica da outra parte por ser o terreno menor, e a situação não permitir as referidas conveniências, e terem maior valor as casas que se acham na ilha desta parte, e nem umas nem outras podem servir para a nova obra, como se mostra do mesmo risco e será boa cautela tomar-se logo a de que se fizer eleição, porque não suceda fabricarem-se nela mais ou maiores casas, com que cresça o valor. Também vai junto um risco, ou demonstração do que pode ser a nova casa para o bispo, de que também há grande necessidade, por não haver alguma que não seja indecente para a dignidade, sem acomodação para a família, e ocasionada à ruína do seu recolhimento e honestidade. Esta é a informação, e parecer, que posso e devo dar; e sempre V. Majestade será servido determinar o melhor. São Paulo quatro de julho de mil setecentos e quarenta e sete. Bernardo, Bispo de São Paulo".

Pouco antes desta informação de D. Bernardo, o Provedor da Fazenda Real, José de Godói Moreira, pertencente a uma das mais ilustres famílias paulistas, informara a El-Rei sôbre o mesmo assunto, abordando a espinhosa questão das despesas a serem feitas: "Senhor. Foi V. Majestade servido ordenar-me que examinasse se nesta cidade havia igreja com capacidade para Sé com acrescentamento de obra, ou sem ela; e indagando ocularmente a matéria acho que só a nova matriz que apenas está o corpo dela mal acabado, abertos os arcos para capelas, e coberto o teto, é a que pode suprir a falta de Sé fazendo-se-lhe a mais obra de que para isso carece a saber: capela-mor que ainda está por fazer-se pela razão de que êste povo com mais não pode e existe seguro na real promessa de V. Majestade que foi servido tomar a conta da sua piedade e grandeza o mandá-la fazer tôdas as vêzes que o mesmo povo formar-se o corpo da Igreja que se acha nos têrmos já referidos. Esta capela-mor para ficar correspondendo ao todo da obra pende de entrar o seu centro pela varanda das casas em que reside o ouvidor alguns palmos, pois de outra sorte não pode dita capela-mor ficar proporcionada antes imperfeito e limitado o seu diâmetro para com comodidade e decência se celebrarem os Pontificais.

"Esta obra da capela-mor, e cruzeiro por orçamento que mandei fazer se avaliou em quarenta e oito mil cruzados; e em dois mil cruzados a mais obra de que o corpo da igreja ainda carece para se dizer totalmente acabado: além disso também lhe falta Sacristia a que se deve dar a providência necessária quando a V. Majestade assim pareça. Nos lados desta igreja há ilhas com casas de vários senhorios e a em que estão as casas da ouvidoria tem pouco terreno para palácio ou casas do bispo, nem estas se podem nela fazer em proporção ou situação de que o bispo possa ter cômoda serventia para a Sé sem dar voltas; nem lhe pode ficar espaço para horta cujos inconvenientes se evitam tomando-se a outra ilha que fica para a parte do norte da igreja, e também tem menos despesa a fazenda real por serem as casas tôdas térreas e se avaliaram em três mil cruzados de menos que as da outra ilha pois custarão cinco mil cruzados com pouca diferença, e será conveniente mandar logo V. Majestade que assim seja servido tomar a ilha de que se fizer eleição porque não suceda fazerem-se nela mais casas, e crescer com elas o valor, e a despesa da fazenda real sem ao depois prestarem para a construção da nova obra como não podem prestar as que se acham feitas. Cidade de São Paulo, primeiro de junho de 1747. O Provedor da Fazenda Real. Joseph de Godói Moreira".

Pela mesma época, junho de 1747, recebia El-Rei as informações de D. Luís de Mascarenhas, governador da Capitania: "Senhor. Examinando as igrejas da cidade de São Paulo na conformidade da real ordem de V. Majestade que remeto por copia, achei que o novo templo que à custa do povo se tem levantado para servir de matriz, e se acha coberto o corpo da igreja, tem capacidade para Sé com a comodidade de ficar no meio da cidade, e junto da mesma igreja sítios com capacidade para nêles se formar palácio para o Exmo. e Revmo. Bispo, ou acrescentando as casas em que assiste o Ouvidor, ou em uma das ilhas que ficam nos lados da mesma igreja como se declara na planta. As casas que se acham na ilha assinalada com a

letra B ficam avaliadas em cinco mil cruzados pouco mais ou menos. As que se acham na outra ilha se avaliaram em três mil cruzados. Nesta capitania não há engenheiro por quem mande tirar a planta destas obras, cuja falta supriu em parte um curioso, pois tirou a planta da igreja, e dos chãos circunvizinhos na forma que a ponho na real presença de V. Majestade para determinar o que fôr mais acertado. *Devo informar a Vossa Majestade que na igreja de São Pedro, que de presente está servindo de Sé* apenas cabem nela os cônegos. A incapacidade das casas, em que assiste o dito prelado é grande, por cuja causa sente grande discômodo, o qual se não pode remediar sem grande despesa, pelo que julgo ser mais acertado dar logo princípio ao palácio que V. Majestade manda formar para o dito prelado, e acabar a igreja que se acha principiada para servir de matriz.

"À muito alta e poderosa pessoa de V. Majestade guarde Deus muitos anos como os seus leais vassalos lhe desejam e hão mister. Vila e Praça de Santos 27 de junho de 1747. D. Luís de Mascarenhas. Despacho do Conselho Ultramarino. Haja vista o Procurador da Fazenda. Lisboa 15 de dezembro de 1747. (Com 4 rubricas)".

Em vista das informações do bispo, do governador e do provedor da fazenda real, o govêrno português mandou que se tomassem as providências necessárias para a terminação da igreja matriz e para o início da construção do palácio episcopal de São Paulo, conforme os seguintes despachos: "Parecer do Procurador da Fazenda: À vista das informações dos Revmo. Bispo, Governador e Provedor da Fazenda, me parece se deve mandar acabar a Igreja Matriz, e fazer o palácio episcopal junto dela em a ilha para a parte do norte; porque por êste modo é que com menos despesa se pode fazer esta obra que se deve mandar arrematar, a quem a fizer por menos, na forma da planta que manda o bispo, fazendo-se para êste efeito uma consignação correspondente ao preço da arrematação, se S. Majestade, a quem êste negócio se deve fazer presente, fôr assim servido. (Com uma rubrica). Novo despacho do Conselho Ultramarino: satisfaça-se ao que aponta o Procurador da Fazenda e satisfeito lhe tome vista. Lisboa 22 de dezembro de 1747. (Com 6 rubricas). — Parecer do Procurador da Fazenda: Deve-se juntar a resolução de S. Majestade em virtude do que se passou a provisão inclusa. (Com uma rubrica). Despacho do Conselho Ultramarino: passe-se ordem ao governador de São Paulo para que êle mande fazer orçamento do que pode fazer de despesa estas obras assim da Igreja como das casas de residência para o Revmo. Bispo, na forma das plantas de que se remeterão da dita capitania e que êle governador informe também dos sobejos dos dízimos que se cobram pela Provedoria de Santos pagas as despesas a que se acham aplicadas. Lisboa 9 de maio de 1748 (Com 4 rubricas)".

Há outro documento, também inédito até agora, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, no qual D. Bernardo, entre outros assuntos de importância para a administração da diocese de São Paulo, abordava, especialmente nos itens 3 e 6, a construção da Sé e do Palácio Episcopal. Vai êle aqui transcrito: "Snr. O eleito bispo para o novo bispado de São Paulo, reconhecendo-se menos digno para tão alto e importante emprêgo, se julga ainda mais inútil na falta de tôda a prudente providência, e especial patrocínio para o mesmo fim; e nestas circunstâncias se vê necessitado representar e deprecar a V. Majestade, o seguinte: 1.o) Tudo o que fôr preciso para o exercício da ordem pontifical, obrigações, e funções dela, para cujo fim (e para os mais respectivos) necessita de pessoa, ou pessoas a quem se encarregue esta incumbência, para tudo se conferir, e haver menos inadvertência, descuido, ou falta. 2.o) Todo o necessário para o culto, e ofícios divinos da nova Sé, competentes ornamentos, cerimoniais, saltérios, livros de canto, órgão, sinos, e o mais que respeitar a cabido, capela-mor, sacristia, conservação, e exposição, e veneração do Santíssimo Sacramento do Altar, sem o que se não pode dar a devida decência, sério e devoto culto com atração e devoção do povo, pedindo também a razão e prudências que, fazendo-se o mais, se não falte ao menos. 3.o) As ordens positivas, e efetivas para se fazer a mesma Sé e casa para o bispo, e sua família, com orçamento, risco, e arbítrio da sua formalidade, alturas, e larguras, e eleger-se lá o sítio mais acomodado com a consignação necessária para a despesa, ou a de um tanto anualmente e para que dentro em certo e determinado tempo se faça ao menos a capela-mor da Sé, e casa para habitação do Bispo, e sua família, e também para o assentamento e pagamento das côngruas e consignações feitas declarando-se o tempo em que hão de ter princípio os pagamentos. 4.o) Que os cônegos não sejam colados, nem apossados sem as necessárias e jurídicas condições, e cautelas para a inteira observação e guarda dos estatutos e regimentos que lhes forem dados, como se já existissem, e lhes fôssem lidos, e para que ausentando-se, ou deixando de residir sem legítima causa por um mês ou tempo que mais justo se arbitrar, ficará "ipso facto et jure" de nenhum efeito a colação e posse e poderá o bispo sem mais terceiros ou figura de juízo haver por vago a benefício e provê-lo; atendendo-se ao pouco número de ministros e que supondo-se êstes com diminuto rendimento largaram de fato, ficando os obstáculos de direito para o pronto remédio, que pede a indecência do culto divino, e desserviço da igreja que resulta da falta dos preciosos ministros; sendo provável o fundamento do temor da sua ausência, principalmente a respeito de alguns do Revmo. que necessàriamente devem ser providos na ocasião e circunstâncias presentes, havendo-os capazes, com alguma lição de canto, e cerimônias, e exercício de côro. 5.o) E na falta da divisão do novo bispado e

de cartórios da câmara e do judicial, e do mais respectivo, se devem também passar tôdas as ordens necessárias para a demarcação e se lançar em livro competente, e para da Câmara e mais cartórios do Rio de Janeiro; e se entregarem os títulos das igrejas pertencentes ao novo distrito, suas naturezas, e qualidades administradas assim por seculares, como por regulares, e o que a respeito dêstes se praticar, títulos de todos os ofícios, benefícios e ocupações, nomes, e informações das pessoas que os exercitam, cópias das colações, nomeações, e apresentações, estilos, salários, prós e percalços, autos de inquirições "de genere et de moribus", das visitas e provimentos das que se tiverem feito no dito novo distrito, e os mais autos, e processos cíveis, e crimes competentes ou sem ela (salvo sempre o seu direito) incoadas, continuados, não findos, e findos, e tudo o que pertencer ao distrito do novo bispado de qualquer modo ou maneira, em que se achar, sem embargo de circunstância, ou dúvida que se queira opor e arguir. Dando-se, e recebendo-se tudo judicialmente por inventário, e também ordem para a satisfação desta despesa. 6.o) E como em São Paulo não há vencidos, nem caídos livros, ou móveis, nem cousa que pertença à Mitra se faz precisa a providência dos livros necessários para o regime do bispado e também em branco para tombo, regimentos e inventários da Sé e para a câmara. Também na falta de casa para o bispo, necessita êste da que lá houver com mais comodidade, para no entanto se recolher, e a sua família e para que a mesma possa viver com o recato, e cautelas necessárias; sem ocasião de desmancho, e de maneira que possa edificar, e não escandalizar, o que não poderá conseguir em qualquer casa que impossibilite ou dificulte tôda a prudente precaução, e maiormente em terra, e circunstâncias tais. 7.o) A mesma novidade que causa a indigência da Mitra faz igualmente necessitar a pessoa do bispo para que se lhe deve concorrer com o necessário para a despesa da jornada, e se lhe regular a decência com que deve viver dentro, e fora de casa, e se lhe contribuir com todo o preciso para não faltar, nem exceder, e poder existir mais independente, e livre para cumprir com suas obrigações, e evitando-se-lhe também tôda a ocasião de encontro, ou questão com governadores, ministros régios, e regulares, para que havendo mútua paz, e correspondência, se evitem os danos, que resultam de discórdias, e só cada um procure cumprir com o que lhe tocar, e darem-se as mãos para o mesmo efeito. 8.o) E sendo a situação, e constituição da terra mais cara, e principalmente no que do Reino se faz preciso, e pela mesma razão se criou o govêrno, e ouvidoria com maiores ordenados, que os de outras partes e os do estilo e lei; e nos têrmos de ser a côngrua anual para o Bispo de um conto de reis (menos a cota aplicada para esmolas) cuja côngrua foi talvez regulada pela tarifa antiga, de tempo em que poderia bastar, e não no presente; em que os ordenados, e salários se acrescentam, e duplicam, ainda neste

Reino, com atenção às circunstâncias do mesmo tempo, e na certeza de ser a constituição da terra a mais pobre no distrito dividido, com quinhentas léguas de distâncias, que só compreendem trinta e três freguesias, de que se faz evidente atividade de chancelarias e não se poder considerar outro algum rendimento, e menos de presente antes de reguladas, e estabelecidas as cousas, não pode ir, nem subsistir lá o bispo, que por pouco deve ter dez ou doze pessoas de portas a dentro, e outra em Roma para as dependências da Igreja e visitas "ad limina", com Procurador, e a gente na Côrte, que é despesa, que ainda os regulares não podem escusar, quanto mais o bispo que por obrigação e ofício deve evitar vícios, e ocasiões desordenadas de que lhe resultam êmulos, imposturas, e perseguições, que há de procurar evadir com a representação, e justificação da verdade: fica evidente a pobreza, e impossibilidade do bispo, e como no distrito de São Paulo não há igreja de que a sua necessidade se possa suprir, parece se devem atalhar os danos espirituais e temporais, que inegàvelmente hão de resultar à Igreja e dignidade e aos mesmos fins para que se erigiu o Bispado; e vai para êle o bispo, que deve ir como Pai e Pastor, e não como indigente e faminto; e maiormente em ocasião de edificar, e plantar de novo para o que são necessários operários mais maduros, e cientes na falta de os haver melhores (como deviam) e para se acharem menos maus havia de concorrer o bispo com maior salário, e ter com que o pudesse suprir, e saltem com as parcelas de casa, e mesa de que também podia resultar a utilidade de algumas conferências para o melhor acêrto, e nesta falta será dificultoso, ou impossível poder ir, e existir o bispado e fazer o que deve como deseja. Nas referidas circunstâncias tão evidentes, e ponderáveis, não ocorre outro meio para o preciso remédio, sem prejuízo, ou maior despesa da real fazenda, que o poder-se aplicar por ora o ordenado do Governador de Santos que parece escusado assistindo lá, como assiste, e tem assistido, o Governador de São Paulo, ficando também a despesa da Casa, que êste ocupava, para o que se há de fazer, com a de que necessita o bispo, no entanto, sem poder nada servir de exemplo, por não concorrerem em outro bispado as referidas e notórias urgências, e poder a insinuada aplicação fazer-se interinamente; quando não seja para sempre. Pede a V. Majestade seja servido por sua real clemência mandar tôda a providência necessária para tudo o que se faz preciso para as funções de pontifical, regimen do bispado e segurança de competente número de ministros para o côro, e para o culto e ofícios divinos da Sé, e cabido, como também para se fazer a mesma Sé sem demora, e principalmente a capela-mor, sacristia, e casa para o bispo com tôda a brevidade e em tempo certo, e determinado, nomeando-se pessoa ou pessoas para tudo se conferir, e efetuar; e na certeza de não haver cousa, nem móvel, que pertença à Mitra, nem caídos, ou vencidos alguns, tenuidade da Côngrua, e não

se poder considerar outro algum rendimento pela pobreza, e as referidas e notórias circunstâncias do distrito do novo Bispado, regular-se e prover-se todo o preciso para o preparo, jornada, decente existência, e sustentação côngrua do novo bispo e na falta de outros meios, aplicar-se-lhe o referido ordenado do Governador de Santos com as ordens necessárias respectivas, e efetivas para todo o proposto, e ponderado, e para os assentamentos e pagamentos das Côngruas, e consignações. E.R. Mercê".

Êsse documento, como vemos, nos dá, através da palavra de D. Bernardo, uma visão geral das medidas que julgava êle serem necessárias para o bom andamento dos assuntos eclesiásticos da diocese de São Paulo.

Quanto à planta que passamos agora a analisar, compõe-se de sete peças e, segundo informação do governador D. Luís de Mascarenhas, inserta em documento anteriormente transcrito, foi elaborada por um curioso já que "Nesta Capitania não há engenheiro por quem mande tirar a planta destas obras". Não conseguimos até hoje descobrir o nome do curioso que elaborou o risco do palácio episcopal de São Paulo. Passemos agora à análise de cada uma das peças que compõem a planta:

1.a) Localiza a edificação entre um "Beco de pouca serventia", as casas e o quintal onde mora o ouvidor, e outras casas com quintal. Não indica, porém, para que rua ou praça dará frente o edifício. Fornece ainda as seguintes indicações sôbre a divisão interna do prédio: — uma varanda nos fundos, assinalada com o número quinze, uma sacristia com vinte e dois palmos de largo e quarenta de fundo precedida de um arco e de um portal, êste com dez (provavelmente palmos), um cruzeiro de trinta palmos de largo, porta principal da igreja com dez palmos de largo e vinte de alto, indicada com a letra A, os vãos entre as paredes (letra B), as capelas (letra C) em número de quatro e com dezesseis palmos de largo e treze de fundo, o corpo da igreja com cento e trinta e cinco palmos de comprido, cincoenta e seis de largo e cincoenta e seis de alto até a cimalha, as capelas colaterais (letra D), em número de duas, a capela do Santíssimo (letra E) com vinte e dois palmos de largo e trinta de fundo precedida por um arco, a casa do Presbitério (letra F) com trinta palmos, a quadratura para o Côro (Letra H) com trinta palmos de largo e fundo, tendo por baixo um arco de vinte e oito palmos, duas bases para as tôrres (Letra L), com vinte e quatro palmos de largo, casas para fábrica com vinte (não indica se palmos) de largo, além de um terreno pertencente à Igreja, e a indicação de que: "Pelo quintal das casas donde mora o Ouvidor se entram quatorze palmos (como se vê na divisa) para se fazer a obra que pede o risco feito com lápis vermelho com o qual se mostra o que está por fazer e como que se entra pelo quintal e na varanda de número 15". Isto se refere a uma pequena varanda assinalada na parte esquerda e posterior da planta e que tem o número 15. Outra indicação dada pelo original é que a frontaria da igreja está feita de cantaria e alvenaria.

Vemos que o traçado executado em duas côres, assinala o que já existia construído além das modificações a serem introduzidas para melhoria do templo a fim de que pudesse passar a servir mais cômodamente para as cerimônias do culto. Vemos, ainda, o desenho da fachada em estilo colonial, com a porta, no centro, três janelas em plano superior, uma rosácea mais alta, a cruz no tôpo do edifício, além das colunas laterais encimadas pelos respectivos capitéis. Êste desenho da fachada é móvel sôbre o traçado das divisões internas, motivo pelo qual apresentamos, na figura 1, o desenho deitado sôbre o referido traçado e, na figura 2, o traçado sem o desenho da fachada que dêle foi afastado.

Analisadas as duas primeiras peças, passemos à terceira, localizada entre o chamado beco de pouca serventia e um outro beco entre muros e quintais. Tem por título *Planta das casas inferiores do Palácio.* Notamos que aqui já se trata do Palácio Episcopal enquanto as duas primeiras peças se referiam à reforma do templo a sofrer adaptação para servir de Sé.

Neste traçado, pelas indicações numeradas, o pavimento inferior constava de:

1 — Porta principal do palácio.
2 — Lógea do mesmo.
3 — Subida para o palácio (Escada).
4 — Portas de serventia dos quartos inferiores (em número de duas).
5 — Quarto fechado (em número de dois).
6 — Outro semelhante (em número de dois).
7 — Outro (único).
8 — Quarto para a escrivaninha da Câmara (há dois espaços com o número 8, comunicando-se entre si. Não sabemos se um dêles é o que está designado como escrivaninha da câmara ou se eram ambos para ela destinados.)
9 — Quarto (único).
10 — Serventia da cavalariça.
11 — Lugar para cavalariça e cocheira.
12 — Casa para dispensa.
13 — Casa do refeitório.
14 — Cozinha.
15 — Saída da escada particular.

Assinalados com pequenas cruzes, estão os pilares do corredor das casas superiores, cinco ao todo. Esta terceira peça da planta traz a mais a seguinte indicação: "Faz êste palácio, conforme o

risco, 150 palmos de frontaria, e da outra parte 120. Têm as janelas grandes 8 palmos de largo e 12 de alto".

A peça número 4 mostra-nos, por sôbre o traçado atrás descrito, o desenho da fachada do edifício com a porta de entrada, duas janelas à direita de quem o olha e seis janelas à esquerda, estas correspondentes ao andar inferior. No andar superior, contam-se nove janelas, bem maiores do que as inferiores. Notam-se, ainda, as telhas e os beirais coloniais, além de outra parede do edifício com janelas superiores e inferiores.

Na peça número 5, por sôbre o mesmo traçado das casas inferiores, vê-se uma outra fachada com porta, ladeada, à direita de quem olha, por três janelas, e à esquerda, por outras quatro, correspondendo ao pavimento inferior. Correspondentes ao superior, vêem-se à direita de quem olha cinco janelas pequenas, do mesmo tamanho que as inferiores e, à esquerda de quem olha, três outras janelas bem mais avantajadas.

Analisemos a peça número 6, intitulada *Planta das casas superiores do Palácio*. As divisões estão numeradas e assim indicadas:

1 — Capela (30 p. de largo).
2 — Sala vaga (30 p. de vão).
3 — Entrada da escada.
4 — Ante-sala de serventia (14 p. de largo).
5 — Sala das visitas (30 p. de vão).
6 — Casa da livraria (30 p.)
7 — Câmara.
8 — Corredor de serventia interior.
9 — Porta com escada para as casas inferiores.
10 — Um quarto fechado.
11 — Portas particulares para as capelas (em número de duas).
12 — Dormitório com cubículos para a família.
13 — Cubículos (em número de seis).

Chegamos, finalmente, à peça número 7, que situa o terreno onde seria levantado o edifício, entre o beco de pouca serventia e um beco entre muros e quintais. Traz a rosa dos ventos, orientando a posição geográfica do terreno que, além dos citados becos, limita-se nos outros dois lados com várias casas térreas. A peça indica, ainda, a existência, na face sudeste, de um vão de quintais de pouco préstimo, além do que diz: "Tem esta ilha por qualquer das partes donde estão as casas 216 palmos, e da parte da Igreja e Norte 250. É suficiente para nela se fazer palácio com cêrca para os Exmos. Bispos".

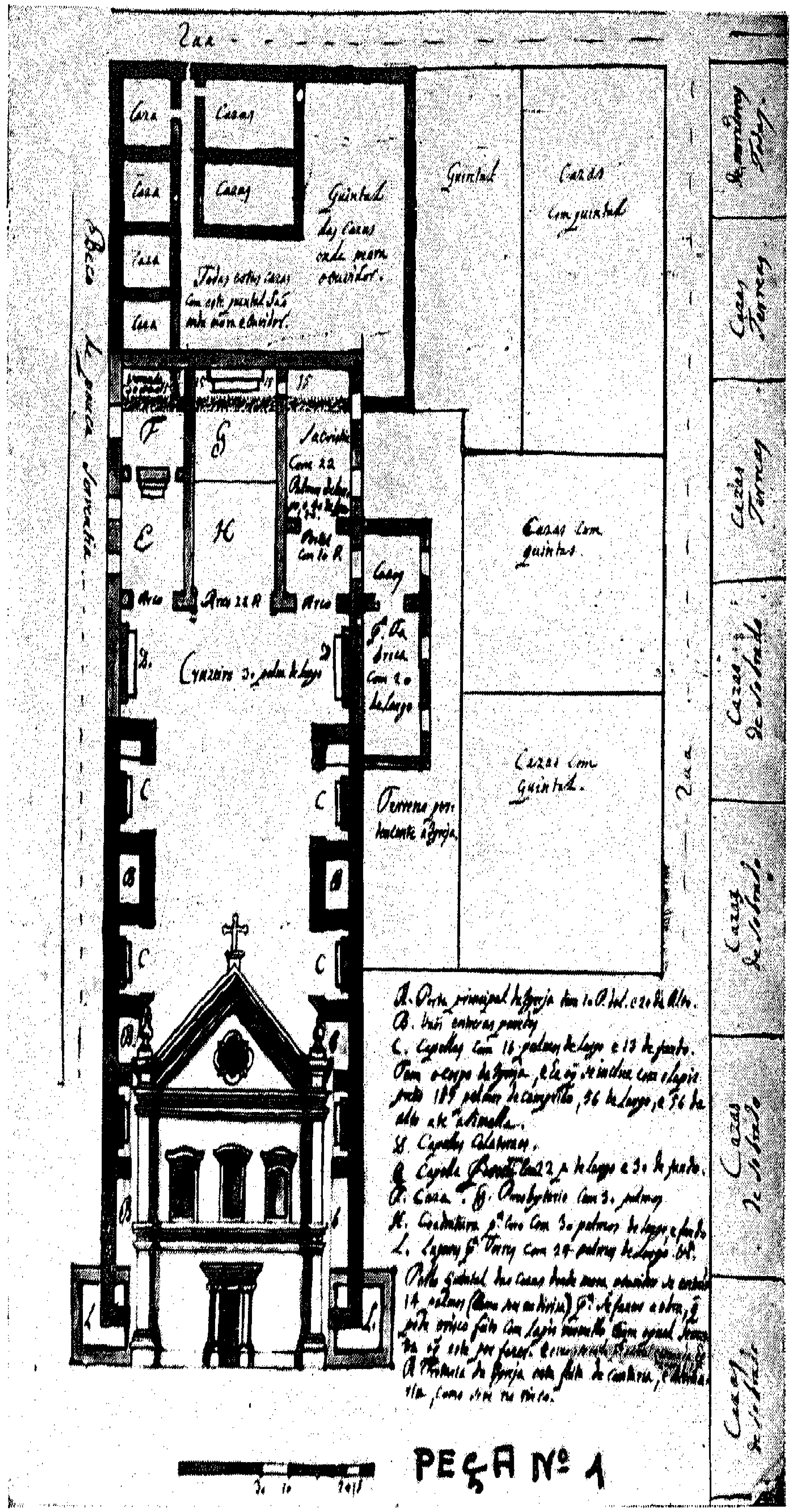
Na parte inferior do mesmo traçado, nota-se uma pequena planta assinalando casas com quintal, casas de sobrado com quintal, casas de sobrado, quintal, além do interior de uma igreja com

capela-mor, dois altares, sacristia, e *Capela de S. Pedro que por agora serve de Sé*. Sublinhamos esta última indicação porque ela, bem como a asserção de D. Luís de Mascarenhas, feita em documento enviado a El-Rei, aos 27 de junho de 1747 e que transcrevemos páginas atrás, vem confirmar plenamente a tese por nós defendida em 1945 (J. P. Leite Cordeiro — "A Criação da Diocese de São Paulo", págs. 32 e 33), de que *na igreja de S. Pedro, em São Paulo, foi recebido solenemente o primeiro prelado paulista, e de que ela, Igreja de S. Pedro, durante os tempos iniciais da recém-criada diocese, serviu de Sé à cidade*. Eram estas as palavras do governador ao rei: "Devo informar a Vossa Majestade que a *Igreja de S. Pedro, que de presente está servindo de Sé*". Note-se que, em 1945, defendíamos a nossa tese, embora alguns não a quisessem aceitar, apesar de apoiados que estávamos em documento do Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, vol. VIII, pág. 303, o qual, finalizando a descrição do trajeto a ser seguido por D. Bernardo quando de sua entrada solene na cidade, dizia: "Seguindo-se tôda a rua direita buscando-a em direitura a *S. Pedro que há de servir de Sé*".

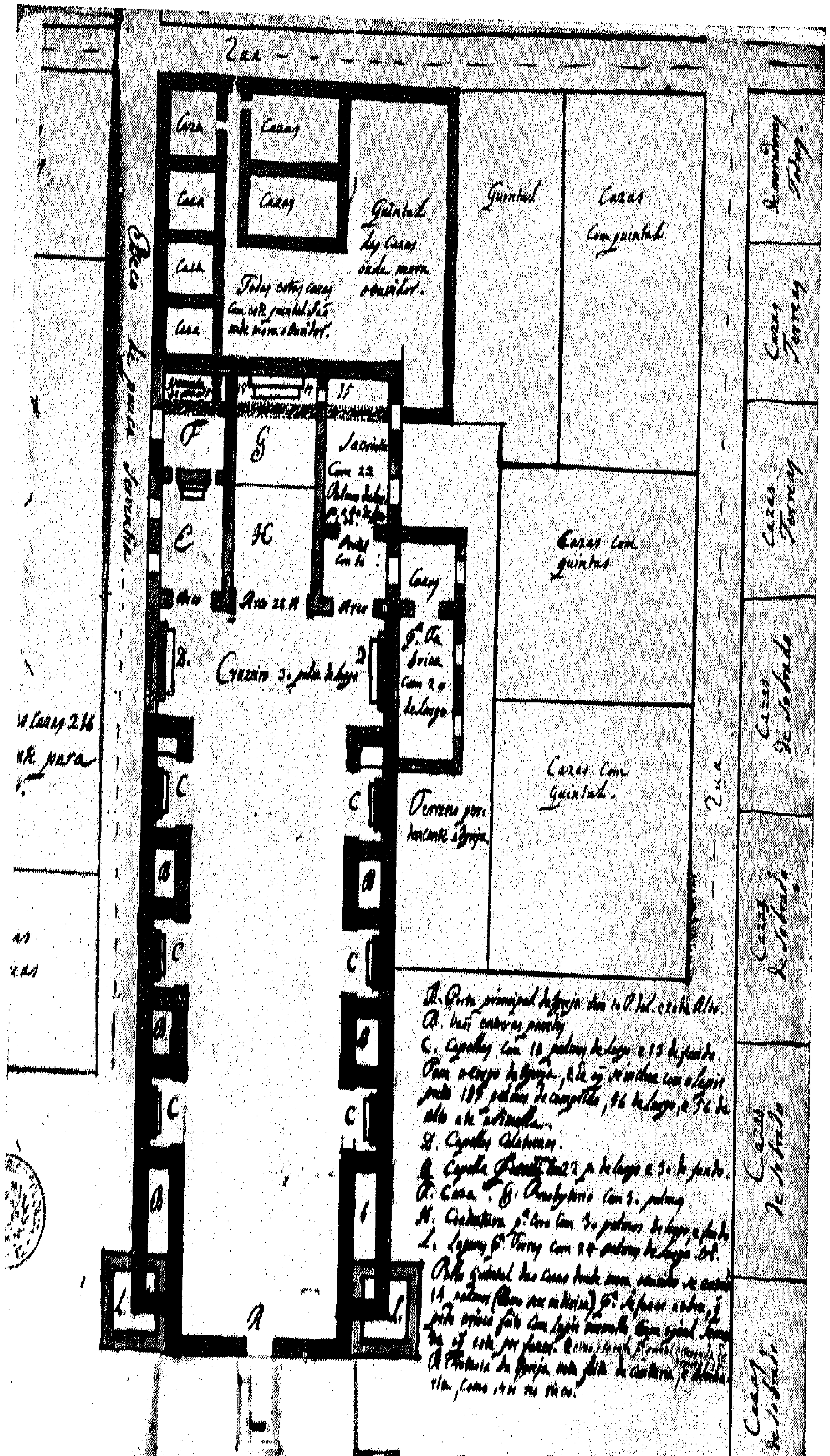
Resta um último comentário sôbre a localização do projetado palácio episcopal. Pela peça número sete, vemos a igreja de S. Pedro dando frente para o largo da Sé. Um quintal e casas de sobrado separam-na de uma rua que acreditamos ser a atual Venceslau Brás. Fazendo frente para o largo da Sé e separando-o da chamada ilha cujos duzentos e cincoenta palmos de um lado e duzentos e dezesseis de outro seriam suficientes "Para nela se fazer palácio com cêrca para os Exmos. Bispos", observam-se cinco divisões de casas térreas que seriam as indicadas para desapropriação nos ofícios enviados ao rei pelo Provedor da Fazenda Real, pelo Governador da Capitania, e pelo Prelado.

Lembramos que a ata da Câmara Municipal de São Paulo de 9 de dezembro de 1787, quarenta anos após a época focalizada pelos documentos que aqui apresentamos, se referia a *Páteo do Palácio Episcopal* onde estavam "As casas em que até o presente têm servido de Casa da Câmara" (Atas da Câm. Mun. S. Paulo, vol. XVIII, pág. 457). Nada, porém, nos esclarece a respeito já que é de época muito posterior à que nos interessa no presente momento.

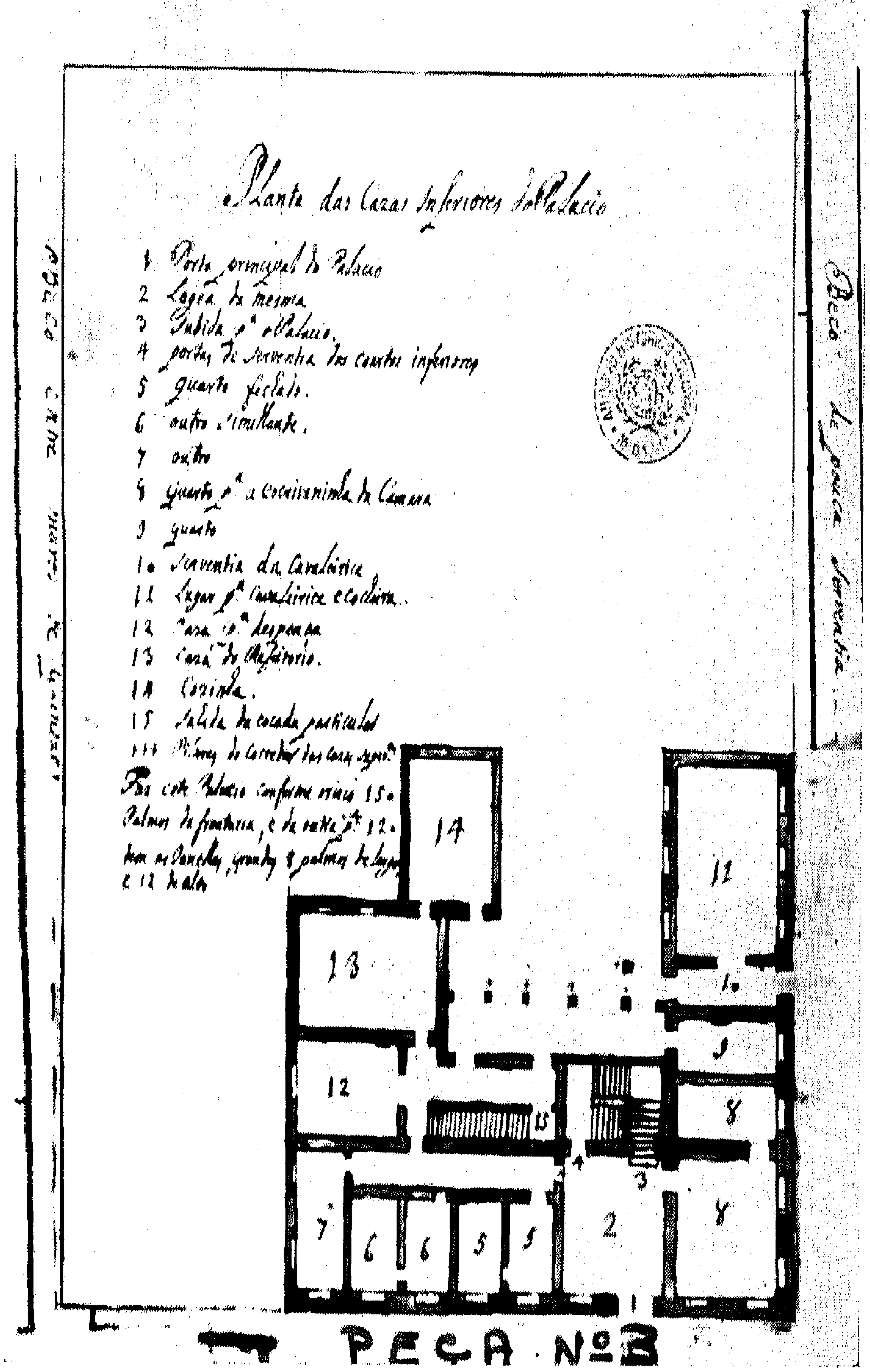
Não sabemos se realmente se levou a cabo a tarefa da construção do pálacio episcopal. Os planos, porém, foram concluidos, remetidos para Portugal e talvez, pouco mais tarde, perturbados na sua pronta execução, em virtude do falecimento de D. Bernardo Rodrigues Nogueira ocorrido um ano e alguns meses após a remessa da planta cujas peças seguem em reprodução nas páginas seguintes.



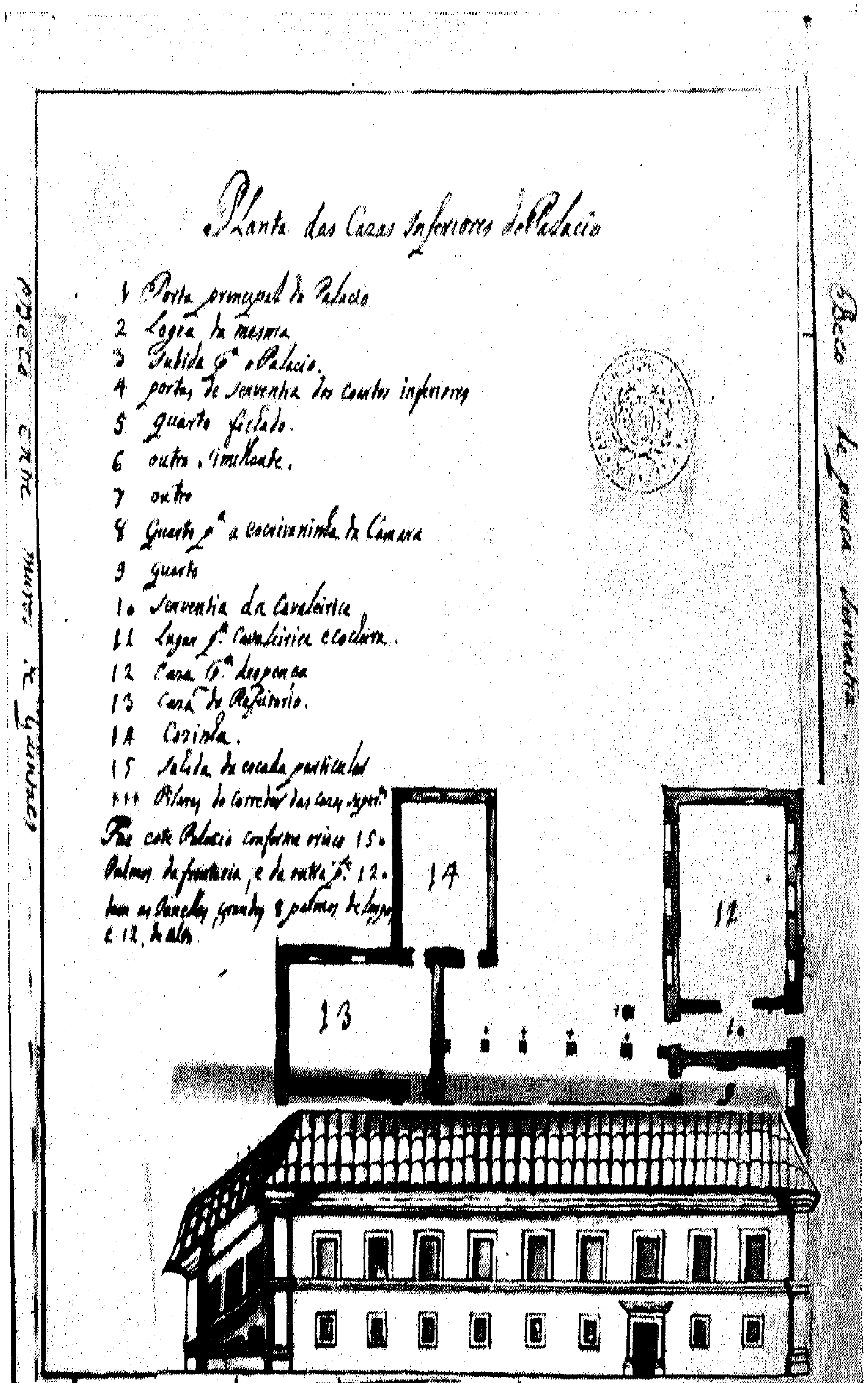
PEÇA Nº 1


Rua
Caza
Cazas
Quintal
Cazas com quintal
Cazas com quintas
Cruzeiro
Rua

PEÇA Nº 2

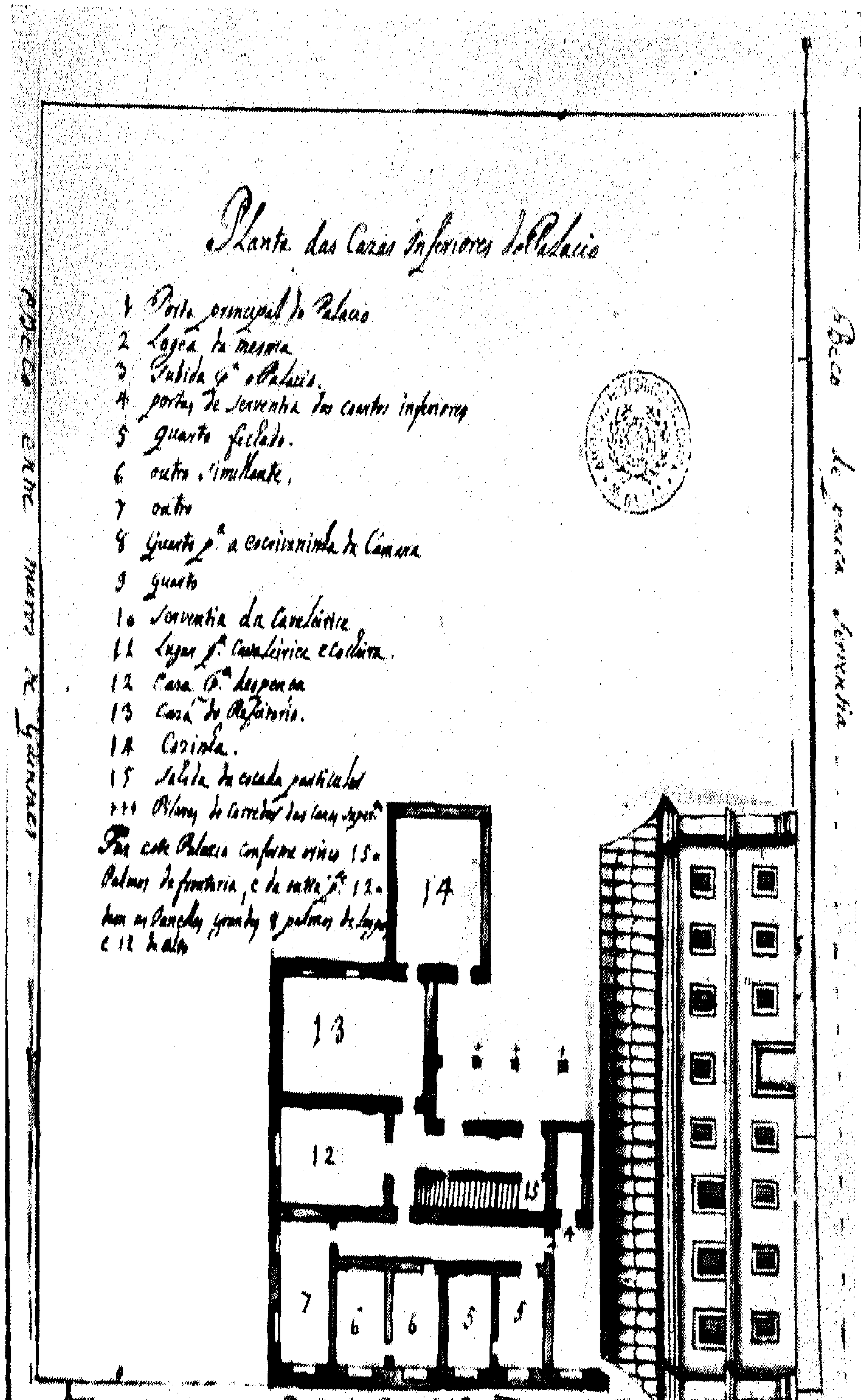

Planta das Cazas Inferiores do Palacio
1 Porta principal do Palacio
2 Logea da mesma
3 Subida p.ª o Palacio.
4 portas de serventia dos quartos inferiores
5 quarto fechado.
6 outro similhante.
7 outro
8 Quarto p.ª a Cozinha da Camara
9 quarto
10 serventia da Cavalariça
14 Cozinha.
Beco de pouca serventia
14
13
12
11
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1

PEÇA Nº 3

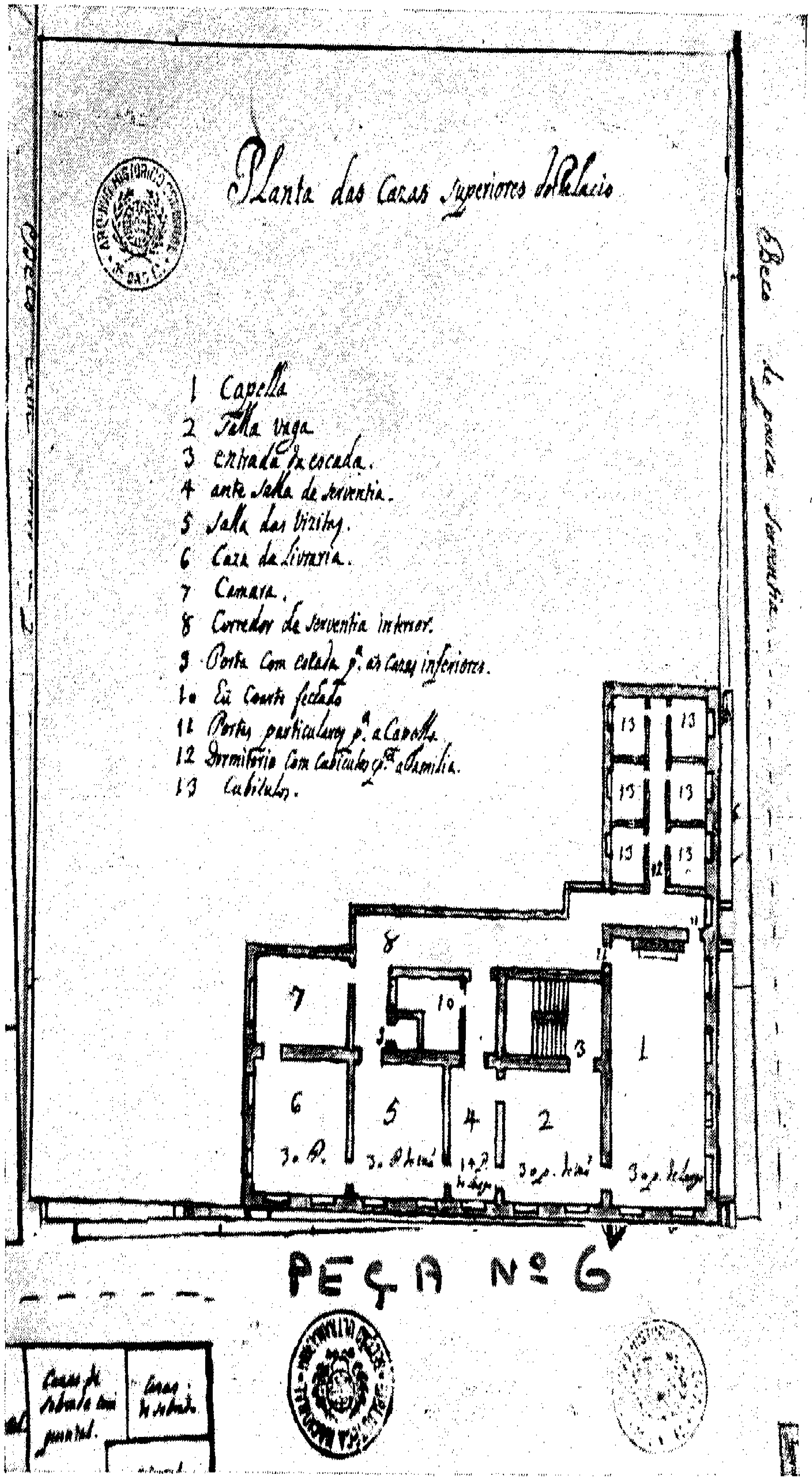


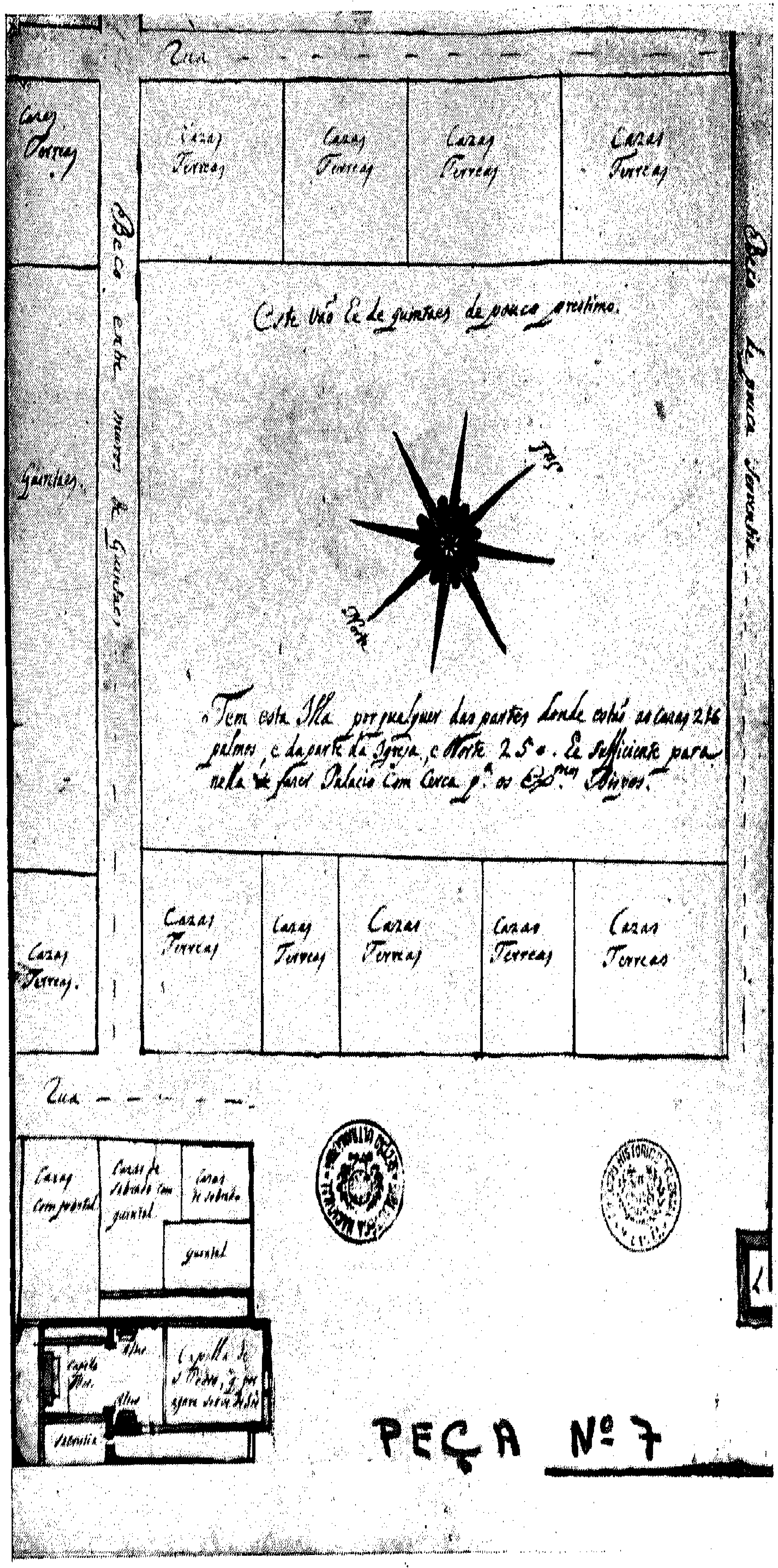
Planta das Cazas Inferiores do Palacio
1 Porta principal do Palacio
2 Logea da mesma
3 Subida p.ª o Palacio.
4 portas de serventia dos quartos inferiores
5 quarto fechado.
6 outro simelhante.
7 outro
8 Quarto p.ª a cozinha da Camara
9 quarto
10 serventia da Cavalariça
11 Lugar p.ª Cavalariça e cocheira.
12 Caza p.ª despensa
13 Caza do Refeitorio.
14 Cozinha.
15 Salida da escada particular
13
14
12

PEÇA Nº 4


Planta das Cazas Inferiores do Palacio
1 Porta principal do Palacio
2 Logea da mesma
3 Subida p.ª o Palacio.
4 portas de serventia dos quartos inferiores
5 quarto fechado.
6 outro similhante,
7 outro
8 Quarto p.ª a cosinha
9 quarto
10 Serventia da Cavalhariça
11 Lugar p.ª Cavalhariça
12 Caza p.ª despensa
14 Cozinha.
15 Sahida da escada particular
14
13
12
15
7
6
6
5
5

PEÇA Nº 5


Planta das Cazas superiores do Palacio
1 Capella
2 Salla vaga
3 entrada da escada.
4 ante Salla de serventia.
5 Salla das Vizitas.
6 Caza da Livraria.
7 Camara.
8 Corredor de serventia interior.
9 Porta com escada p.ª as Cazas inferiores.
10 Em Coarto fechado
11 Portas particulares p.ª a Capella
12 Dormitorio com Cubiculos p.ª a Familia.
13 Cubiculos.
Beco de pouca serventia
PEÇA Nº 6


Rua
Cazas Terreas
Beco entre muros de Quintaes
Quintaes
Este vão he de quintaes de pouco prestimo.
Norte
Tem esta Ilha por qualquer das partes donde estão as Cazas 236 palmos, e da parte da Igreja, e Norte 250. He sufficiente para nella se fazer Palacio com Cerca p.ª os Ex.mos Bispos.
Cazas com quintal
Cazas de sobrado com quintal
Cazas de sobrado
quintal
Capella de S. Pedro

PEÇA Nº 7

José Eduardo de Macedo Soares e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Discurso pronunciado em 22 de agôsto de 1953, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Exmas. Sras!

Meus Srs!

Caros Confrades!

Srs. Representantes da Família Macedo Soares!

Despindo os laços de parentesco e de afetividade que me ligam ao ilustre homenageado desta tarde; investido, portanto, apenas em funções a mim delegadas pelo cargo de orador oficial do sodalício, e, neste momento, interpretando o pensamento e o sentimento da Casa, venho falar-vos das ligações entre a destacada figura de José Eduardo de Macedo Soares e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que êle ajudou a fundar e, por vinte e quatro anos, prestigiou com o seu nome respeitado na ciência que tanto ilustrou, venerado e amado entre os discípulos que ensinou, educou, amparou, encaminhou e orientou para os árduos embates da existência, acatado na sociedade em que viveu e que soube enaltecer graças aos dotes morais e espirituais que lhe exornavam a personalidade.

Nascido na gloriosa Província do Rio de Janeiro, oriundo de um tronco genealógico que tantas glórias deu a Portugal e ao Brasil, desde a remota origem fixada na valorosa estirpe do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, um dos mais lídimos valores da história portuguêsa, passando através de várias gerações por homens de gabinete ou personalidades integradas no exercício das profissões liberais como juízes de direito e desembargadores, farmacêuticos, médicos, engenheiros e advogados, professôres de nossas antigas faculdades e academias, por vultos do clero, até ministros e titulares do Império ou personagens de alta visão política exaltadas no palco da nacionalidade tais como governadores e capitães-mores, presidentes de província, mestres-de-campo e sargentos-mores, tôda uma plêiade ilustre da qual não podemos separar os senhores de engenho e os agricultores de honrosas tradições que marcaram, durante certo período da nossa história, a projeção dos fluminenses no panorama econômico da nação, José Eduardo de Macedo Soares, atraído para São Paulo, aqui prolongou, manteve, bem estaqueou e, sobretudo, bem paten-

teou as tradições alevantadas do nome que trazia à terra dos bandeirantes.

Ligado pelo sangue que lhe corria nas veias ao historiador e romancista Joaquim Manuel de Macedo, o tão festejado autor de "A Moreninha", ao vate Álvares de Azevedo cuja inspiração poética, perenemente aplaudida, ainda reboa com tôda a sua beleza romântica nas vetustas e significativas arcadas da famosa Faculdade de Direito de São Paulo, emocionando todos os que conhecem o nosso vernáculo, prêso também, entre muitos outros, ao Conselheiro Macedo Soares, jurista de elevado conceito além de filólogo abalizado cujas obras em vários dos setores que lhe prenderam as atenções, constituem o que há de classico no assunto, José Eduardo, quer pessoalmente quer pela sua descendência já em quarta geração, não desmereceu os atributos literários dos ascendentes e colaterais, antes enalteceu as qualidades morais e intelectuais, um dos apanágios nos seus antecedentes genealógicos.

Aí estão hoje, merecida e justamente relembradas pelos oradores que se sucederam nesta tribuna, as suas magníficas atuações na Escola Normal, na Escola de Farmácia, no Ginásio Macedo Soares, na intimidade familiar e na exteriorização social. São os aspectos do Professor, do Cientista, do Educador, do Homem de Laboratório, do Pai de Família, do Cidadão e, sobretudo, do Humanitário, que desfilaram ante os nossos olhos rasos d'água pela emoção que nos desperta rememorarmos a obra de uma figura predestinada a tão bem servir à Pátria e à Nacionalidade, transformando-se em grande exemplo de humanismo, de fé no trabalho e na solidariedade humana, graças às fôrças que abrigou na alma, no coração e na inteligência.

E, assim, nos aspectos que dizem respeito particular e exclusivamente à sua pessoa, marcou época dentro do nosso passado, constituiu um daqueles cento e trinta e nove elementos mais representativos da moral e da dignidade, da cultura, da ciência e da erudição paulistas, que se congregaram, em novembro de 1894, sob a chefia e atraídos pelo toque de reunir de Toledo Piza, Domingos Jaguaribe e Estevão Leão Bourroul, a fim de se lançarem e seguramente se alicerçarem os fundamentos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A êle devemos, pois, boa parte da argamassa com que assentamos as nossas primeiras pedras e o levantamento das sólidas colunas que o prestígio do seu nome e da sua vida ergueram por sôbre a base inaugurada já lá se vão quase seis décadas.

No que diz respeito ainda aos liames que o unem aos trabalhos do Instituto, devemos assinalar o fato de ter sido incluído, aos 10 de fevereiro de 1912, por proposta do Visconde de Faria, entre os componentes da Societé Acadèmique d'Histoire Internationale, com sede em Paris.

Não se limitaram, porém, a isto sòmente os serviços prestados e as glórias e honrarias, direta ou indiretamente, outorgadas ao sodalício pela pessoa de José Eduardo, já que dos seus filhos quatro integram o nosso quadro social, e dos netos, um, justamente o que lhe herdou o nome glorioso e honrado, vem, desde muito, colaborando conosco na obra gigantesca em prol da cultura paulista, desejo e iniciativa, anseio e objetivo, que fizeram vibrar o coração do velho e saudoso avô e dos seus companheiros na cruzada de 1894.

Há outros fatos que o ligam às atividades da nossa Instituição. Um dêles, o papel desempenhado dentro da história não só paulista mas também do Brasil e da própria América do Sul, por vários de seus filhos. Houve época em que um era senador, outro deputado federal, um terceiro ministro de estado, um quarto professor universitário e um quinto exercia o alto cargo diplomático de representante do Brasil no estrangeiro. Na Câmara Federal, um dos netos representou São Paulo. Atualmente, na Câmara Estadual, luta pelo bem do povo paulista um dos bisnetos de José Eduardo que, como assinalei, entrou definitivamente nas páginas da nossa História não só pela obra pessoal mas ainda pela atuação dos que se orgulham em tê-lo como pai, avô ou bisavô cujo nome os investigadores do nosso passado encontram freqüentemente nas crônicas, nas memórias e na história da Cidade, da Província, do Estado ou da Nação. Do que representa a obra por êle empreendida e finalizada, salientam-se as realizações do educador e do humanitário, do homem de coração bondoso e do formador de elites entre as quais se destaca a constituída pelos filhos, netos e bisnetos.

Fundador desta Casa, colaborador da nossa obra cultural, desfrutando o direito de ser investido na categoria de sócio benemérito já que nos ofertou, entre os consócios, figuras tão exponenciais como José Eduardo, José Carlos, José Cassio, José Roberto, e, finalmente, José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, tão intimamente ligado por si mesmo e pelos seus aos acontecimentos da evolução brasileira, a personalidade austera do velho José Eduardo — digo velho porque pelos nossos corredores e salas, já cruzaram três gerações com aquêle mesmo nome — a sua

personalidade austera ao mesmo tempo idealista e operosa continua ainda hoje, a nos inspirar, a nos guiar, a nos orientar, como um dos numes tutelares desta Mansão, a fim de que possamos, dentro da tradicionalmente honesta, digna, culta e altiva conduta da Instituição, continuar a cumprir e levar a bom têrmo os ideais e as aspirações que, entre outras, congregaram, em 1894, a ínclita figura de José Eduardo de Macedo Soares.

A Segunda Tentativa de Criação de uma Universidade no Brasil

Refere o Professor Ernesto de Sousa Campos, no capítulo V do seu livro "Educação Superior no Brasil", que trinta tentativas para a criação de uma universidade em nosso país tiveram curso desde a primeira em 1553, originada e orientada sob influência jesuítica, até a de 1915 incluída na chamada Reforma Maximiliano, tôdas, porém, infrutíferas. Sòmente em 1926, uma trigésima primeira tentativa coroou-se de êxito.

Chega-nos, agora, de Portugal, do Arquivo da Biblioteca da Ajuda (vasto manancial ainda pouquíssimo explorado pelos nossos historiadores), documentos ao que nos parece inéditos ainda no Brasil, e que, além de outros assuntos sôbre ensino, nos falam de mais uma tentativa de criação universitária, a segunda que se intentou já que, no dizer do Professor Sousa Campos, a primeira ocorreu em 1553 e a segunda integrava os planos dos inconfidentes mineiros.

A petição, endereçada a D. Pedro, rei de Portugal, partiu do Procurador do Estado do Brasil, visando a ereção na Bahia de um instituto universitário cujos graduados em Filosofia e Teologia pudessem gozar dos mesmos privilégios outorgados aos de Coimbra.

A proposta foi apresentada em 6 de julho de 1669 mas não levada em conta, atitude justificada pelos que então decidiam das questões educacionais do Brasil-Colônia.

Há informações interessantes nas páginas do documento que nos falam sôbre as universidades de Coimbra e Évora e sôbre equiparação dos salários dos professores de medicina.

No despacho negativo, datado de 11 de fevereiro de 1670, vislumbra-se terem sido bem fortes os argumentos apresentados pelo defensor da causa colonial pois lá está: "Universidade no Brasil não he justo se crie **não obstante as rezões,** que allega o Procurador do Brasil".

Em segundo documento, através de doze itens, obtêm-se informações interessantes sôbre o ensino em Portugal e no Brasil.

São já demasiadas, porém, as nossas observações a respeito das duas peças documentais e o melhor que temos a fazer é trans-

crevê-las para que os interessados na História do Ensino no Brasil, bem melhor do que nós, as estudem, interpretem, e utilizem.

XXVI. Fez o procurador do Estado do Brazil petição ao Príncipe Dom Pedro para que lhe concedese na Bahia huma Universidade, e que os Graduados nela nas faculdades de Filosofia e Theologia gozassem dos mesmos privilegios, e honras, de que gozão os Graduados na de Coimbra: a qual petição se mandou informar à Universidade, declarando-se se havia noticia de que em algum tempo se tratase deste requerimento. E sendo proposta no Claustro de 6 de Julho de 1669 se assentou se respondesse que não se tratara de tal requerimento, e que não era conveniente que se deferisse a elle, pelo prejuizo que rezultava a esta Universidade, e que sómente se lhe poderia conceder que se podessem dar graos nas ditas Faculdades, para com elles se poderem incorporar na de Coimbra assim como se incorporão os que os tomão na Universidade de Evora, mas que sem a dita incorporação não gozarião dos ditos Privilegios. —

"Por Alvará de 28 de Janeiro de 1672 fez El Rey D. Pedro sendo Principe m.ce a faculdade de Medicina de igualar os Lentes della no Sallario aos das outras faculdades, e que os 3 primeiros Lentes vencessem o acrescentamento pela assistencia do Hospital, e que tão bem fossem admitidos à Meza da Fazenda, e que os Partidos se acrescentassem a trinta mil reis diminuindo-se o numero.

(Biblioteca da Ajuda — Cód. n.o 51 — IX - 42 f. 22 v.)

Miscellanias

Universidade no Brasil não he justo se crie não obstante as rezões, que allega o Procurador do Brazil em 11 de Fevereiro de 1670.

(Biblioteca da Ajuda — Cód. n.o 51-v-48 f. 786)

* * *

Anno de Filosofia

§ 2.º

1. Consultando a Mesa se levasse em conta o Curso de Filosofia de Braga, e dos Agostinhos de Lisboa, se não defferio em 6 de outubro de 1614. E curso de Artes do Colegio de Braga, privilegiado 28 de Janeiro de 1616.

2. Anno de Filosofia da Bahia se leva geràlmente — Bahia em conta em 7 de Janeiro de 1677.

Anno de Filosofia, do Porto geralmente leva — Porto em conta 7 de Janeiro de 1677.

Anno de Filosofia

3. Curso de Artes do Collegio de Santo Antão que estava tirado levarsse em conta em Coimbra por resolução de 29 de Abril de 1656. E de que pedindo os Padres da companhia vista da carta que o Reitor escreveo se lhes negou; mas que requeressem 26 de Agosto de 1656. E depois em petição do Juis do Povo se lhes restituhio, e que o Reitor dos Collegios mande ao da Universidade, lista de todos os Estudantes em cada anno em 29 de Agosto de 1665.

4. Filosofia em Lisboa lesse 3 annos, não obstante, que em Evora se leva 9 annos f 76 1607.

5. Pedindo aos Dominicos se levasse em conta o seu anno de Artes indo Consulta a seu favor se lhes não defferio 10 de Novembro de 1616 e em 17 de Outubro de 1617.

6. Hum anno de tres de Filosofia da Bahia levado em conta 17 de Outubro de 1639.

7. Concedida a mercê a Filosofia da Bahia; para se levar geralmente em conta se entendeo, em particular comprehendia os que tivessem cursado antes da mercê. 7 de Janeiro em 29 de Maio e em 25 de Setembro de 1676.

8. Anno de Filosofia da Cidade de Gôa, não se levou em conta em 22 de Março de 1673. Gôa.

9. Anno de Filosofia no Collegio de São Domingos desta Cidade, se negou levarsse em conta em 11 de Agosto de 1672. Dominicos

Negado hum anno de Filosofia de São Domingos de Lisboa a hum Fidalgo em 12 de Junho de 1625. Anno de Filosofia em São Domingos de Lisboa não se levou em conta 3 de Setembro de 1675. idem.

10. Anno de Filosofia do collegio de São Pedro, e S. Paulo dos Ingleses, levado em conta 16 de Maio de 1674. S. P.o e S. Paulo.

11. A Religioso Trino, se levou em conta hum de tres annos, que leo de Filosofia no seu Convento em 22 de Março de 1639.

12. Anno de Filosofia levado geralmente em conta com clausula porém que trarão justificado perante o Ouvidor da Capitania,

como das mais do Brasil. E a Mesa consulte se será conveniente que esta clausula se ponha ainda no anno de Filosofia dos Collegios deste Reino em 5 de Dezembro de 1681.

E o mesmo aos do Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1688.

E aproveita aos que já andarem em Coimbra em 5 de Dezembro de 1689 e 16 de Outubro, e 20 de Junho de 1690. E anno de Filosofia dos Padres Franciscanos da Ilha 3.a levada em conta; por o Estudante com elle, e com toda a Filosofia se ter incorporado em Mestre em Artes em 26 de Fevereiro de 1694. E anno dos Padres Agostinhos da Ilha de São Miguel levado em conta, em 23 de Janeiro de 1698.

(Biblioteca da Ajuda — Cód. n.o 51-V-48, f. 997-1000).

Américo de Moura

Discurso proferido aos 21 de julho de 1953 à beira da sepultura do saudoso homem de letras.

Meu caro Américo!

Sinto a voz embargada pela dor, ao me dirigir pela última vez a ti, querido mestre e inesquecível amigo Américo de Moura.

Debruçado à beira de tua sepultura e trazendo-te não só a palavra já saudosa do companheiro diuturno mas também as despedidas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, instituição que tanto dignificaste, amaste e elevaste com a tua sabedoria, com a tua inteligência e com a tua cultura, não sei, neste momento de mágua e de retrospecto, o que mais deva exaltar na tua inconfundível e polimorfa personalidade: — a figura do professor, do filólogo, do gramático, do historiador, do lutador, ou as qualidades de alma e de coração que elevam e assemelham a criatura ao Criador porque em ti, Américo, foram ambas incomensuràvelmente grandes.

Na tua alma e no teu coração, cabiam tôda a bondade que Deus permite a alguém sôbre a face da terra e todo o espírito de justiça que o discernimento humano pode almejar e atingir.

Caro e sábio Américo de Moura!

Esta derradeira homenagem que te prestamos ante o teu corpo ainda ontem cheio de vida mas hoje trágica e desesperadoramente imobilizado pela morte, é o nosso público reconhecimento pelas duas magnas virtudes abrigadas na beleza da tua alma e na grandeza do teu coração: — a Bondade e a Justiça.

Saudação ao Prof. Lucas Nogueira Garcez, Governador de São Paulo

Proferida em 12 de maio de 1953, no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Excelentíssimo Senhor Professor Lucas Nogueira Garcez,

Digníssimo Governador do Estado de São Paulo.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sente-se sumamente enaltecido com a vossa presença, não só porque ela nos traz a honra e a dignidade com que se reveste o cargo de Governador Estadual mas, também e especialmente, porque neste cargo se encontra investido o cidadão Lucas Nogueira Garcez que, pelo seu caráter e sua integridade moral aliados às virtudes de administrador honesto, entre outros assinalados serviços prestados a São Paulo, já lhe deu, como um verdadeiro paradigma, a atual administração do Estado, fecunda em uma orientação construtiva e esclarecida, haja vista a maneira serena e imparcial com que se conduziu S. Excia. no último pleito eleitoral e a atitude tomada e desenvolvida com tanto sucesso na agitação social que, não há muito, perturbou tão sèriamente a nossa vida econômica, situação cheia de gravidade mas que foi, de maneira pronta e satisfatória, plenamente resolvida graças à sua benéfica intervenção.

Poderíamos, assim, continuar a análise de tôdas as realizações do vosso fecundo e sábio govêrno que, indiscutívelmente, tem sido um grande bem para São Paulo. Seria, porém, alongarmos por demais as nossas palavras; limitar-nos-emos a apontar, ao de leve apenas, uma das facetas da vossa personalidade: — aquela que diz respeito à cultura.

Sois, em primeiro lugar, um professor universitário. O brilhantismo das vossas aulas, dos vossos estudos, dos vossos trabalhos especializados, das vossas conferências e das vossas conclusões científicas, todos os presentes já bem conhecem e, além disso, estou certo ter patenteado, neste momento, no espírito de todos os que aqui se encontram, o vosso amor e a vossa dedicação a tudo que diz respeito à cultura. Aí está o carinho que dedicais às nossas universidades e ainda ecoam entre nós os sucessos da vossa aula inaugural na última Faculdade que se incorporou ao organismo universitário oficial.

Mesmo entre nós, que vivemos mais voltados para as coisas do espiríto, originou aplausos o convênio assinado entre os Estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, resolvendo problemas econômicos das bacias dos Rios Paraná e Uruguai, tentamen desejado por tantos administradores, vossos antecessores, além de resultante forçosa que há muito os fatores geográficos apontavam e impunham à nossa história, mas que só se concretizou graças aos vossos esforços.

É de poucos dias o vosso apoio à novel e promissora organização intitulada "CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS" e cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento cultural no interior do Estado. Entidade cuja ausência se fazia notada, passará, dentro em pouco, a atuar efetiva e benèficamente em nosso meio cultural.

Não bastassem êstes merecimentos para que esta Casa recebesse a vossa visita com ufania e incontida satisfação, outros motivos para êstes sentimentos nos dominarem poderíamos apontar, tal como o de descenderdes daquela grei tìpicamente paulista que elaborou as glórias e até hoje conserva bem alteadas as tradições do famoso vale do Paraíba. Em vossas veias corre o mesmo sangue generoso do alferes Joaquim Pedro Rebouças da Palma, nascido em Guaratingüetá, de Isac Pereira Garcez, chefe de família exemplar com os seus dez filhos, além de renomado engenheiro civil com farta messe de trabalhos prestados à coletividade e exercidos quer na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, quer na Repartição de Águas ou no Departamento de Estradas de Rodagem.

Em vossa ascendência, encontramos ainda o capitão José Carlos de Oliveira Garcez a nos evocar os tempos gloriosos da fazenda do Regato no município de Queluz, e que deixou fama de alto prestígio social e político, de lhaneza no trato, de um espírito ponderado e probo, não só experiente mas também gozando de uma tendência natural que o fazia resolver com sabedoria os casos difíceis submetidos constantemente ao seu parecer e julgamento, conforme rezam as crônicas de Queluz. Nas qualidades dêste vosso ancestral, Senhor Governador, já divisamos algumas das muitas virtudes que exornam a vossa personalidade e que, na sua totalidade, aliadas a tudo o que já realizastes à frente do Govêrno, constitui um exemplo daquela teoria que explica o desenrolar dos fatos históricos através da influência dos grandes homens a surgirem periòdicamente no seio dos povos e das nações. Isto o afirmamos, neste templo da História, sem temor do êrro,

pois a vossa posição futura dentro dos fastos de São Paulo e do Brasil já começou a ser esculpida pelas vossas próprias mãos.

Esta Casa, que hoje tanto se honra com a vossa presença, afirma a vossa posição dentro da nossa história em meio às tradições e às glórias de nosso passado que constituem o nosso mais acendrado culto. E isto o faz porque tem a certeza de que o vosso nome já é de per si uma tradição e uma garantia paulista tal qual o famoso "Fio de barba" dos nossos homens de antanho...

* * *

Não será demais, Senhor Governador, evocarmos, neste instante, embora em rápidas palavras, os serviços prestados pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo às letras históricas nacionais, através de mais de cincoenta anos de fecundas atividades. Fundado em novembro de 1894, ano revestido de significante relêvo intelectual já que em fevereiro nascera a Escola Politécnica sob a égide de Paula Sousa; em maio, fôra criado o Museu Paulista sob a orientação de Von Ihering e, em setembro, o Ginásio do Estado, a nossa Instituição congregou, inicialmente, os esforços de cêrca de cento e trinta e nove personalidades das mais altamente representativas no mundo intelectual da época.

Inúmeros vultos do nosso passado, das nossas letras e mesmo da nossa política integraram, desde então, o nosso quadro social. E para uma simples exemplificação, temos os três primeiros presidentes honorários: — Prudente de Morais, Rio Branco e Rui Barbosa. Na direção da casa, entre outros, assinalamos um que vos precedeu há muito no Govêrno Estadual: — o ínclito senhor Altino Arantes. E, entre os mais ilustres e ativos consócios, indicamos um outro que vos precedeu de pouco no mais alto cargo estadual: — o senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Coube ao Instituto a glória de ter revelado ao Brasil, em primeira mão, a obra imortal de Euclides da Cunha, intitulada "OS SERTÕES", e cuja primeira apresentação ao público se fez da nossa tribuna pelo próprio autor.

As grandes datas nacionais, as efemérides que dizem respeito à nossa história e que falam ao nosso patriotismo, os grandes acontecimentos da Nação, constituem evocação obrigatória entre nós. Assim o fizeram os fundadores do sodalício e assim temos nós continuado através do tempo.

Da nossa Revista já aí se encontram cêrca de setenta e dois tomos divididos em duas coleções: a que insere a vida quotidiana

da Instituição e a que se formou à custa das edições e reedições de textos de alta importância para a pesquisa de nosso passado.

Aproximando-se o IV centenário da cidade fundada por Manoel da Nóbrega, não poderia o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo permanecer de braços cruzados. De há muito que estamos nos esforçando para dar a nossa contribuição a tão digna efeméride. O nosso programa não pôde ser tão vasto como almejávamos em virtude das nossas extremadas limitações econômicas mas, assim mesmo, é certo que realizaremos um Congresso de História com âmbito nacional e continental, que editaremos dois volumes, num total de quase 800 páginas, sob o título "São Paulo em quatro séculos" e, no qual, especialistas de renome darão notícia e fornecerão dados sôbre a vida pregressa de São Paulo, e que já se encontram prontas as medalhas comemorativas por nós mandadas cunhar.

E já que tocamos no problema econômico, Senhor Governador, chegou finalmente o momento de vos apresentarmos os mais profundos agradecimentos pela notícia alvissareira que nos trouxe o ilustre representante do povo paulista na Câmara Federal, o deputado Antônio Silvio da Cunha Bueno que, aliás, muito honra com o seu nome o nosso quadro social, notícia que diz respeito a um valioso auxílio determinado por vós e que nos permitirá contribuir, mais desafogadamente, para as festividades cívico — histórico — patrióticas do ano vindouro.

Ao fazermos êste agradecimento, desejamos salientar não só o seu aspecto material mas, sobretudo, o seu aspecto moral, encerrado na compreensão que tivestes das nossas realizações e de tudo o que as letras históricas nacionais devem ao glorioso e venerando Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Só os homens esclarecidos, os governantes sábios e cultos, têm a capacidade suficiente para dar o devido valor às conquistas e realizações do espírito. Felizmente para São Paulo e para o Brasil, inclui-se entre êles o nome ilustre do Governador Lucas Nogueira Garcez.

Senhor Governador!

Orgulhamo-nos e honramo-nos com a vossa presença especialmente porque vemos refletido na vossa pessoa o passado glorioso e heróico da nossa terra, objetivo de nossos estudos e meditações e que tão galhardamente representais em razão do vosso caráter, da vossa dignidade, da vossa moral, e da vossa cultura.

Esta Casa da História saúda o cidadão, o estadista e o varão plutarqueano, já definitivamente integrados nas páginas da História de São Paulo e do Brasil.

ÍNDICE